REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 176 QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2015

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 196ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 2015 6
1.1 – ABERTURA 8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 8
1.2.1.1 – Requerimentos
Nº 1.244/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 541/2015 8
Nº 1.245/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 541/2015 9
Nº 1.246/2015, de autoria do Senador Jorge Viana, de autorização para desempenho de missão no período de 29 do corrente a 9 de dezembro próximo 10
Nº 1.247/2015, de autoria dos Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Osvaldo de Souza Coelho 11
Nº 1.248/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de informações ao Ministro de Estado da Educação 12
Nº 1.249/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Osvaldo de Souza Coelho 16
Nº 1.250/2015, de autoria do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 9 e 10 do corrente 17
1.2.1.2 – Término de prazo
Término do prazo, quinta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 167/2011 e 205/2012. 18
1.2.1.3 – Comunicações
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 698/2015 **(Ofício nº 479/2015).** *Serão feitas as substituições solicitadas.* 18
Da Liderança dos DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 688/2015 **(Ofício nº 440/2015).** *Será feita a substituição solicitada.* *19*
Do Conselho do Projeto Jovem Senador, referente à sua instalação e eleição do Presidente e da Vice-Presidente **(Ofício nº 15/2015)** 20
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Senado Federal, de indicação do Senador Omar Aziz como Líder do referido Bloco **(Ofício nº 1/2015)** 21
1.2.1.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União
Nº 1.191/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 5.716/2015 (TC 034.834/2014-1) 22
1.2.1.5 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda
Nº 15/2015-CN (nº 413/2015, na origem), que encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao terceiro trimestre de 2015. 24
Nº 66/2015 (nº 410/2015, na origem), que encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro do corrente, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios 25
1.2.1.6 – Mensagem da Presidente da República
Nº 78/2015 (nº 446/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação Sr. VICTOR SANTOS RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada, junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade. 110

1.2.1.7 – Projetos de Lei do Senado

Nº 709/2015, de autoria do Senador Romário, que *altera as Leis nos 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados* 139

Nº 710/2015-Complementar, de autoria do Senador Roberto Requião, que *institui a Contribuição Social sobre Créditos não Tributados – CCNT* 142

Nº 711/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que *denomina a alteração do nome do Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina, no Sertão Pernambucano, para Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho* 149

Nº 712/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.* 151

1.2.1.8 – Pareceres

Nº 949/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Ofício nº S/29/2015 153

Nºs 950 e 951/2015, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388/2014 157

1.2.1.9 – Arquivamento

Arquivamento do Ofício nº S/29/2015 168

1.2.1.10 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 388/2014 seja apreciado pelo Plenário **(Ofício nº 418/2015-CRA)** 168

1.2.2 – Oradores

SENADOR *PAULO PAIM* – Preocupação com a suposta fragilização de direitos sociais defendida no documento denominado "Uma Ponte Para o Futuro" 169

SENADORA *ÂNGELA PORTELA* – Comentários sobre nota publicada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil acerca da situação político-econômica do País. 172

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Apelo para que a Receita Federal resolva as falhas na emissão da guia para pagamento do FGTS dos empregados domésticos; e outros assuntos. 173

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN*, como Líder – Necessidade de discussão da questão da violência contra a mulher; e outro assunto. 176

SENADOR *JORGE VIANA* – Comentários sobre audiência pública que ocorrerá em 5 do corrente, destinada a discutir os apagões ocorridos no Acre e em Rondônia; e outros assuntos 179

SENADORA *SIMONE TEBET* – Satisfação com o lançamento da pedra fundamental de fábrica de celulose de eucalipto na cidade de Três Lagoas-MS; e outro assunto. 181

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Considerações sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama e destaque para a instalação do Hospital de Câncer da Amazônia, em Rondônia. 183

SENADOR *HUMBERTO COSTA*, como Líder – Críticas a ataques direcionados ao PT e ao ex-Presidente Lula; e outro assunto. 184

SENADOR *LINDBERGH FARIAS* – Destaque à necessidade de investimento na recuperação econômica e na preservação de empregos no País. 185

SENADOR *FERNANDO BEZERRA COELHO*, como Líder – Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Osvaldo Coelho. 188

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Manifestação sobre o documento "Uma ponte para o futuro", o qual apresenta fundamentos econômicos e sociais a serem discutidos no âmbito do PMDB. 190

1.2.3 – Apreciação de requerimentos

Nº 1.241/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. **Aprovado** 202

Nº 1.242/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho. **Aprovado** 202

1.2.4 – Oradores (continuação)

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Incompreensão da falta de unidade da base de apoio ao Governo Federal. 203

1.2.5 – Apreciação de requerimento

Nº 1.246/2015, de autoria do Senador Jorge Viana. **Aprovado** 207

1.2.6 – Oradores (continuação)

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Registro de participação de S. Exª em evento denominado Caminhos da Soja, no Município de Guaíra-PR; e outros assuntos. 207

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Não realização da Ordem do Dia, devido ao sobrestamento da pauta 208

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Oradores

SENADOR *OMAR AZIZ* – Apelo ao Governo Federal pelo asfaltamento da BR-319; e outros assuntos 208

SENADOR *JOSÉ MEDEIROS*, como Líder – Comentários acerca dos desafios decorrentes da descoberta de jazida de ouro na cidade de Pontes e Lacerda-MT; e outros assuntos. ... 213
SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Críticas ao documento apresentado pela Fundação Ulysses Guimarães com fundamentos econômicos e sociais a serem discutidos no congresso do PMDB. ... 215
1.4.2 – Apreciação de requerimento
Nº 1.250/2015, de autoria do Senador Roberto Requião. **Aprovado** ... 223
1.4.3 – Oradores (continuação)
SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Preocupação com o desgaste que a crise política está trazendo para a economia brasileira; e outro assunto. ... 223
SENADOR *TELMÁRIO MOTA* – Protesto contra a retirada de subsídio federal para Roraima destinado a custear as despesas com termoelétricas; e outro assunto. ... 227
SENADOR *RICARDO FERRAÇO* – Homenagem à Igreja Maranata pelos seus 47 anos de fundação. ... 228
SENADOR *BENEDITO DE LIRA* – Necessidade de valorizar o Semiárido com a implantação de uma política de Estado eficiente ... 229
SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Preocupação com a discussão e votação do Plano Plurianual - 2016 / 2019; e outros ssuntos. ... 235
SENADORA *FÁTIMA BEZERRA* – Repúdio aos projetos de lei conservadores que tramitam no Congresso Nacional, especialmente aos que foram propostos pelo Presidente da Câmara dos Deputados; e outro assunto. ... 238
SENADORA *REGINA SOUSA* – Críticas à CPI do CARF pela investigação supostamente direcionada ao Sr. Luis Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula; e outros assuntos. ... 246
SENADOR *DONIZETI NOGUEIRA* – Revolta com suposto conluio entre os meios de comunicação, setores do Judiciário e do Ministério Público para atacar os Governos do PT, especialmente no âmbito da Operação Zelotes ... 248
1.5 – ENCERRAMENTO ... 250
2 – ATAS
2.1 – CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 de julho de 2014 ... 251
2.2 – CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR
Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de outubro de 2015 ... 257
3 – DOCUMENTOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO
3.1 – TERMOS DE REUNIÃO
Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 678/2015 ... 259
Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 690/2015 ... 260
Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 692/2015 ... 261
4 – EMENDAS
Nºs 1 a 18, apresentadas à Medida Provisória nº 698/2015 ... 262
5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO
5.1 – RESENHA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DE OUTUBRO DE 2015 (**Suplemento "A"**)
5.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (**Suplemento "B"**)
5.3 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (**Suplemento "C"**)
5.4 – SESSÕES ESPECIAIS REALIZADAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2015 **(Suplemento "D")**
5.5 – SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2015 **(Suplemento "E")**
5.6 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL (**Suplemento "F"**)

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL ... 296
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL ... 299
8 – LIDERANÇAS ... 300
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS ... 302
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ... 320
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES ... 330
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS ... 378

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS ... 401
14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS ... 414

Ata da 196ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de Novembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Jorge Viana, Romero Jucá, Paulo Paim, Fernando Bezerra Coelho, Raimundo Lira, Telmário Mota, Dário Berger, Donizeti Nogueira e da Srª Regina Sousa.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 21 horas e 53 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

196ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 03/11/2015 07:00:00 até 03/11/2015 22:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 71 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que sobre a mesa há Expediente, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1.244, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015, que "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos" seja apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.245, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015, que “Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos” seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

Aprovado
Em 3/11/2015

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR JORGE VIANA

REQUERIMENTO Nº 1246, DE 2015

Nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno, requeiro licença dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 09 de dezembro de 2015, para representar o Senado Federal, na condição de Vice-Presidente e membro titular da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, nas atividades da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 21, que acontecerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015, em Paris, França, conforme indicação do Presidente do Senado, nos termos do Memo nº 628/2015-PRESID, de 29 de outubro de 2015.

Essa conferência surge em um momento crucial, já que deve resultar em um acordo internacional sobre o clima com o objetivo de conter o aquecimento global abaixo de 2º C. Espera-se, antes de tudo, face ao desafio das alterações climáticas, um acordo ambicioso e vinculativo que se aplicaria a todos os países. Nesse sentido, é de vital importância que membros do Senado Federal do Brasil possam contribuir para uma agenda global ambientalmente sustentável.

Sala das Sessões, 03 de novembro de 2015.

Senador **JORGE VIANA**
Vice-Presidente do Senado Federal

SF/15960.97473-14
Página: 1/1 03/11/2015 13:36:29
194364e8d9c46ce240d0d53ecd32cf65aa602985

SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1.247, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais desta Casa, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-deputado federal Osvaldo de Souza Coelho, no último domingo, dia 1º de novembro de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

Faleceu no Recife no último domingo, aos oitenta e quatro anos, o ex-deputado Osvaldo de Souza Coelho.

Osvaldo Coelho foi deputado estadual, secretário estadual de Fazenda de Pernambuco e deputado federal. Seguramente, uma das mais impressionantes caminhadas da história do parlamento brasileiro.

Lutou em favor da irrigação na região do Vale do São Francisco, que transformou uma terra árida no maior polo da fruticultura brasileira e no segundo maior produtor de vinho do país.

No campo da educação também teve um papel fundamental para o desenvolvimento regional. Sua luta foi determinante para que fossem instalados, em Petrolina, o hoje conhecido Instituto Federal do Sertão – antes chamado de Escola Técnica e Agrotécnica Federal –, além da Universidade do Vale do São Francisco, a Univasf, que atualmente forma milhares de jovens, levando mais qualificação para a mão de obra, produzindo ciência e conhecimento nas terras sertanejas.

O estado de Pernambuco perde uma de suas mais significativas lideranças políticas. Em nome do PSB, apresento nossos sinceros sentimentos e solidariedade à família de Osvaldo Coelho, um homem de inúmeras qualidades, que tinha compromisso com o seu país.

Sala das Sessões,

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **ROMERO JUCÁ**

(Encaminhe-se.)

Aprovado em 3 / 11 / 2015

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Requerimento nº 1248, de 2015

À MESA
para deliberação.
Em 03 / 11 / 2015

REQUERIMENTO Nº 130, DE 2015

da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Considerando ter chegado ao meu conhecimento o material anexo, cópia de parte do livro Habilis, alegadamente obra didática selecionada pelo Ministério da Educação - MEC para a rede de escolas públicas, requeiro, com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, por intermédio desta Comissão de Educação Cultura e Esporte, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca da procedência desta informação, bem como do texto anexo, no qual se faz apologia de entidade terrorista em ação na Colômbia, e caso sejam verídicos, requer-se as devidas explicações.

Sala das Sessões, em 3/11/2015.

Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Senador Romário Baber

Recebido em Plenário.
Em 3 / 11 / 2015
às 16:53

SF/15562.62596-95
Página: 1/3 27/10/2015 11:07:54
a8809bd0f66eb668f7873630cd45c88b103a261f

a8809bd0f66eb668f873630cd45c88b103a261f
Página: 2/3 27/10/2015 11:07:54
SF/15562.62596-95

Colômbia

A Colômbia possui uma localização privilegiada, pelo fato de ser banhada pelos Oceanos Atlântico e Pacífico, o que facilita o escoamento de produtos considerados ilícitos (na maioria dos países), como a cocaína.

Outra questão são as FARC, que lutam por uma sociedade mais justa e sem tamanhas desigualdades sociais. As FARC controlam amplas áreas dentro do país, no entanto estão sendo frequentemente atacadas pelo exército colombiano, que possui apoio incondicional do governo dos EUA no combate ao narcotráfico e ao "terrorismo" das FARC.

Venezuela

Este é um dos maiores produtores mundiais de petróleo, no entanto, quase 40% de sua população vive abaixo da linha de pobreza.

Neste cenário de pobreza e exploração, no final dos anos 1990, Hugo Chávez chega ao poder, [illegible] democraticamente. A partir de então,

SF/15562.62596-95
Página: 3/3 27/10/2015 11:07:54
a8809bd0f66eb668f7873630cd45c88b103a261f

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:62ª Reunião, Extraordinária, da CE
Data: 03 de novembro de 2015 (terça-feira), às 11h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco do Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Morais (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO

CONFERE COM O ORIGINAL
Willy da Cruz Moura
Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte
Matr.: 221275

(À Mesa para decisão)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.249, DE 2015

Requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Osvaldo Coelho, ex-deputado federal pelo Estado de Pernambuco.

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do político pernambucano, Osvaldo Coelho, com a apresentação de condolências a seus familiares.

JUSTIFICAÇÃO

Neste momento de consternação e dor, manifestamos nossa solidariedade aos familiares do ex-deputado Osvaldo Coelho.

Dedicando mais da metade da sua vida à política, Osvaldo Coelho, que tinha 84 anos, fez uma extensa carreira em Petrolina, no Sertão pernambucano, mas teve feitos que refletiram em todo o estado de Pernambuco e até mesmo pelo Brasil.

Foi um dos responsáveis pela implantação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), que tornou a região um polo na educação. Conhecido como o "Deputado da Irrigação", era visto como a "Força do Sertão", justamente por priorizar o homem sertanejo nos projetos de desenvolvimento.

Tinha na família o seu principal berço para a política. Assim como ele, os irmãos também fizeram história em Pernambuco. Nilo Coelho foi eleito Governador do Estado após o Golpe Militar de 1964. Augusto Coelho foi prefeito de Petrolina e Geraldo Coelho foi deputado em Pernambuco. Osvaldo era tio do Senador por Pernambuco, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Osvaldo Coelho foi deputado estadual por três vezes e federal por oito vezes. Também, foi secretário da Fazenda do governo seu irmão, Nilo Coelho. Ele deixa seis filhos, 12 netos e a viúva, Ana Maria Coelho, com quem foi casado por 55 anos.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

(Encaminhe-se)

Aprovado.
Em 03/11/15

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

1250

REQUERIMENTO Nº, DE 2015

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requeiro licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 9 e 10 de novembro de 2015, para, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar da Reunião da Mesa Diretora, a ser realizada no dia 9 do referido mês e ano, na cidade de Buenos Aires, Argentina.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 8 a 10 de novembro de 2015.

Sala das Sessões, 03 de novembro de 2015.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

SF/15158.24133-43
Página: 1/1 03/11/2015 17:46:19
3eccc3053371477c159a1aa04b9e8dcc3882e98e

TÉRMINO DO PRAZO

Encerrou-se no dia 29 de outubro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 167, de 2011; e 205, de 2012**.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, o **Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2011**, rejeitado, vai ao Arquivo; e o **Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012**, aprovado, vai à Câmara dos Deputados.

COMUNICACÕES

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 03/11/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO PROGRESSISTA

Ofício/LID.PP/ nº479/2015

Brasília, 03 de novembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso

Assunto: **Indicação de parlamentares para MP 698/15**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados que integram o bloco do PP/PTB/PSC/PHS, **ARNON BEZERRA (PTB-CE)** para integrar como **TITULAR** no lugar do Deputado **JOVAIR ARANTES (PP-GO)** e **RONALDO NOGUEIRA (PTB-RS)** para integrar como **SUPLENTE** no lugar do Deputado **WILSON FILHO (PTB-PB)** a **MP 698/15** que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

Atenciosamente,

Deputado **EDUARDO DA FONTE**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

Faça-se a substituição solicitada
Em 03/11/2015

Ofício nº440-L-Democratas/15 Brasília, 3 de novembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Deputado,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **PAUDERNEY AVELINO** para integrar como membro **suplente** a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 688,** de 18 de agosto de 2015, que "Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei nº 12.783, 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética"., em substituição ao Deputado **FELIPE MAIA.**

Cordialmente,

Deputado **EFRAIM FILHO**
1º Vice-Líder do Democratas

SENADO FEDERAL
CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

OF. CCSAN nº 015/2015

Brasília, 28 de outubro de 2015.

A publicação
Em 03/11/15

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Instalação do Conselho do Projeto Jovem Senador**

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência a instalação do Conselho do Projeto Jovem Senador, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010.

Comunico ainda que foram eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Eduardo Amorim e a Senadora Fátima Bezerra.

Respeitosamente,

Senador Eduardo Amorim
Presidente do Conselho do Projeto Jovem Senador

À Publicação
Em ___/___/___

SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Ofício nº 001/2015

Brasília, 03 de novembro de 2015

À Sua Excelência
Senador **Renan Calheiros**
DD. Presidente do Senado Federal

Assunto: indicação de Líder.

Senhor Presidente,

Conforme disposto no art. 62, do Regimento Interno do Senado Federal, comunicamos à V.Exa. que o Exmo. Sr. **Senador Omar Aziz** foi indicado Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.

Respeitosamente,

Senador **Omar Aziz**
PSD/AM

Senador **Benedito de Lira**
PP/AL

Recebido em Plenário.
Em 03/11/2015
às 15:28

Senado Federal - Ala Sen. Filinto Müller, Gabinete 01-Fones: (61) 3303-6580/6581- CEP:70.165-900 Brasília-DF
e-mail: omar.aziz@senador.leg.br

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 1.191/GP/TCU, de 2015**, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do **Acórdão n° 5716/2015**, referente ao julgamento das contas dos responsáveis pelo fundo PIS-PASEP, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional.

São os seguinte o Aviso e o respectivo Acórdão:

Aviso nº 1191 – GP/TCU
Brasília, 26 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para ciência, cópia do Acórdão n° 5.716/2015 (acompanhado dos respectivos parecer do Ministério Público junto ao TCU e instrução da Unidade Técnica) prolatado pela 1a Câmara deste Tribunal, na Sessão de 29/9/2015, ao apreciar o processo n° TC-034.834/2014-1.

Respeitosamente,
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN C ALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

ACÓRDÃO Nº 5716/2015- TCU- 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei n° 8.443/1992, c/c os arts. 1°, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis indicados no subitem 1.1.1., dando-lhes quitação, bem como julgar regulares as contas dos responsáveis relacionados no subitem 1.1.2., dando-lhes quitação plena, mandando adotar as seguintes providências sugeridas nos pareceres emitidos nos autos e arquivando o processo:

1. Processo TC-034.834/2014-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS- Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis:

1.1.1. Contas julgadas regulares com ressalva: Marcus Pereira Aucélio (393.486.601-87) e Leonardo da Silva Guimaraes Martins da Costa (686.545.966-00);

1.1.2. Contas julgadas regulares: Liscio Fábio de Brasil Camargo (117.557.686-72); Maria Carmozita Bessa Maia (213.635.363-20); Manoel Joaquim de Carvalho Filho (183.994.521-49); Emilio Chernavsky (213.119.368-82); Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari (001.711.067-09); Marco Antônio Nunes Bastos (214.620.891-00); Fernando França Martins (869.887.786-91); Raimundo Alves de Oliveira (450.973.483-20); Alessandro Luciani Bonzano Comper (082.558.257-11); Gleide Santos Costa (224.187.921-53); Silvani Alves Pereira (233.820.821-87); Rodolfo Péres Torelly (152.584.671-04); Gustavo Alves Tillmann (669.905.301-97)

1.2. Unidade: Fundo PIS-PASEP, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional L3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional

(SecexFazenda).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Banco do Brasil S.A., com fundamento no art. 208, § 2°, do RI/TCU, que adote controles em seus sistemas que permitam registrar de forma segregada os valores aplicados em capital de giro derivados do patrimônio do Pasep daqueles pertencentes ao banco;

1.7.2. ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com fundamento no art. 208, §2°, do RI/TCU, que encaminhe à Controladoria-Geral da União (CGU) o(s) contrato(s) firmado(s) entre o BNDES e o FINAME para operações com recursos do Fundo PIS-PASEP, bem como relatório do FINAME com as seguintes informações: nome do mutuário/CNPJ ou CPF, valor do financiamento, objeto contratado, data do fmanciamento, vencimento do fmanciamento, setor da economia em que será aplicado o crédito;

1.7.3. à Controladoria-Geral da União (CGU), com fundamento no art. 208, § 2°, do RI/TCU, que consigne, no próximo Relatório de Auditoria de Gestão das contas do Fundo PIS-PASEP:

a) informações sobre atendimento das determinações constantes dos itens 1.7.1 e 1.7.2 deste acórdão;

b) informação de eventual negativa dos responsáveis pela gestão do Fundo à solicitação da CGU que diga respeito a dados das contas individuais dos cotistas, em virtude de alegada proteção por sigilo bancário;

1.8. Recomendar:

1.8.1. ao Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP, com fundamento no art. 208, § 2°, do RI/TCU, que elabore um plano de ação, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para que se possa dar ampla publicidade sobre o Fundo PIS-PASEP, constando desse plano os recursos e procedimentos a serem utilizados, os indicadores que serão utilizados para confirmar sua divulgação e o prazo para a conclusão desse trabalho;

1.8.2. ao Ministério do Trabalho e Emprego, com fundamento no art. 208, § 2°, do RI/TCU, que indique os representantes do PIS e do PASEP para ocupar as duas vagas no Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP, consoante definido nos§§ 2° e 3a do art. 7° do Decreto 4751/2003;

1.9. Dar ciência desta deliberação à Casa Civil da Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional, ao Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao Ministério da Fazenda.

Dados da Sessão:
Atan°34/2015—1ª Câmara
Data: 29/9/2015- Ordinária
Relator: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO

TCU, em 29 de setembro de 2015.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS

O aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

AVISOS DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– **Aviso nº 15 de 2015-CN**: Aviso n° 413, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, referente ao 3° trimestre de 2015.

É o seguinte o aviso:

AVN Nº 15/2015

Aviso nº 413/MF

Brasília, 28 de outubro de 2015

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
SENADOR DA REPÚBLICA RENAN CALHEIROS

Assunto: Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil- FSB referente ao terceiro trimestre de 2015.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil- FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2015, nos termos do art. 10 da Lei no 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto n° 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

Respeitosamente,

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY

Ministro de Estado da Fazenda Interino

O inteiro teor do relatório pode ser encontrado na consulta às tramitações da respectiva matéria, no sítio do Senado.

O aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

SENADO FEDERAL

AVISO Nº 66, DE 2015

(Nº 410/2015, na origem)

Brasília, 26 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relação das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **setembro de 2015**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

4. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1 –** Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;

Continuação do Aviso nº /GMF/MF-DF

- **Anexo 2 –** Posição de Endividamento dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3 –** Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras, em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4 –** Relação das irregularidades constatadas no período, em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011;
- **Anexo 5 –** Operações regularizadas e arquivadas pendentes de regularização no período, conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011.
- **Anexo 6 –** Operações vedadas canceladas e pendentes de cancelamento no período, conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 227/2011.

5. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2015, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6. Informo que as consultas sobre o trâmite das operações de crédito nesta STN deverão ser realizadas por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito", preenchendo-se o formulário de consulta e clicando-se em "Pesquisar". Por sua vez, os Anexos 1 e 2 deste Ofício poderão ser encontrados no endereço http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos, no link "Consultar indicadores fiscais e de endividamento".

Atenciosamente,

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado da Fazenda

Anexo ao Aviso nº /GMF/MF-DF

ANEXO 1

Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações

Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Dívida Consolidada Líquida (DCL)**
- **Receita Corrente Líquida (RCL)**
- **Relação DCL/RCL**

Período: de 12/2000 a 08/2015

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN) até 12/2014 e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) a partir de 04/2015

Nº de entes que homologaram dados do 2º quadrimestre de 2015: 24 de 27

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 10/ 16/10/2015

R$ mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	31/8/15
AC	705.874	657.786	703.747	694.081	718.119	655.896	844.825	794.953	632.092	896.478	1.423.022	1.498.775	1.917.189	2.535.080	3.153.725	2.884.017	3.105.702
AL	2.670.510	2.451.353	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	7.599.503	7.998.416	9.186.835	9.384.444	n.d.
AM	1.925.679	1.868.313	1.850.103	1.696.945	1.681.725	1.602.703	1.556.436	1.011.766	819.600	1.459.103	2.006.958	1.648.844	1.479.388	2.270.924	3.196.741	2.898.590	3.448.058
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	184.009	97.330	246.508	449.436	347.815	595.232	927.593	1.636.631	1.185.087	1.305.683
BA	8.362.057	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.258.352	9.254.647	9.057.007	8.917.888	10.617.350	10.877.168	10.331.578	10.576.949	13.387.755
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	3.221.715	3.360.363	3.940.902	6.084.983	5.856.320	7.582.150
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	2.046.859	1.432.931	2.543.967	3.618.924	3.072.136	3.547.360
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.875	3.385.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.501	1.335.776	1.633.945	2.190.888	3.182.321	2.953.030	3.290.470
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	12.557.278	11.697.404	13.680.116	12.770.815	14.378.869	14.104.042	14.951.661	15.643.479	15.569.157
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.054.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.805.114	3.659.267	3.494.341	4.694.372	4.558.107	4.846.401
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.092.747	51.560.659	52.264.415	60.499.483	67.779.833	70.461.771	79.111.025	85.268.467	86.679.725	92.404.197
MS	4.133.669	4.507.029	5.450.997	5.662.201	6.001.254	6.117.359	6.207.989	5.829.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.955.693	7.350.753	7.949.594	n.d.	n.d.
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.781.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.928.181	3.121.225	2.712.172	3.388.825	4.633.931	4.557.032	4.767.048
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.584	2.609.966	2.020.245	1.372.729	1.378.888	1.503.963	1.506.617	1.761.822
PB	2.438.937	1.977.968	2.769.785	2.618.406	2.513.817	2.584.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.492.822	1.651.102	1.888.630	2.736.794	2.574.363	3.263.471
PE	2.961.347	4.253.625	5.495.023	5.429.048	5.495.263	5.230.444	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.285	5.676.720	7.143.209	9.061.039	10.702.243	10.278.899	11.250.858
PI	2.002.176	2.241.789	2.602.589	2.561.526	2.751.157	2.580.295	2.202.084	2.380.281	2.308.190	2.434.575	2.443.126	2.867.500	2.815.360	3.390.108	3.776.119	3.732.678	3.902.272
PR	7.353.797	8.395.766	9.269.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.506.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.950.807	13.067.786	15.215.768	16.476.233	16.204.781	n.d.
RJ	23.870.049	25.840.552	35.449.514	38.571.989	42.929.196	43.901.530	45.072.844	46.575.258	51.041.607	47.204.513	53.952.732	57.269.426	67.063.121	72.375.122	82.048.347	85.177.025	93.540.559
RN	1.148.656	964.036	1.291.902	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	879.003	841.601	1.104.556	775.654	713.792	1.073.263	n.d.	305.532	574.603
RO	1.002.894	1.076.043	1.745.381	1.781.027	1.807.978	1.774.749	1.640.206	1.666.582	1.642.838	1.716.595	2.010.026	2.222.441	2.155.481	3.021.794	3.410.356	3.304.789	3.161.896
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123.991	-164.810	-204.269	506.160	73.668	-228.747	466.622	901.315	517.457	338.852	207.395
RS	17.740.010	18.555.183	23.496.895	27.606.812	30.353.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.058.534	38.170.677	43.437.027	46.874.223	51.718.917	55.040.941	59.939.702	61.999.921	64.393.890
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.324.484	8.019.912	8.030.930	7.677.817	8.065.824	6.312.345	7.464.223	6.298.321	5.898.678	7.615.242	8.051.407	7.279.968	8.767.681
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.566	1.322.030	1.149.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.669	1.541.388	2.133.519	2.755.403	3.042.166	3.414.265	3.270.331	3.396.670
SP	62.347.593	70.308.906	90.210.046	97.876.864	110.330.939	111.916.498	118.355.919	120.461.936	133.920.658	130.298.983	152.727.942	157.420.440	177.517.847	183.764.775	200.478.761	202.781.105	212.838.975
TO	325.219	291.442	515.266	403.239	607.264	312.979	308.144	255.459	340.850	374.955	634.993	939.303	1.028.809	1.365.010	1.983.737	1.918.166	2.242.754
Total	184.556.637	212.584.938	271.275.952	290.079.444	315.639.960	321.287.505	333.546.345	335.486.027	364.848.999	353.270.448	404.273.068	421.088.425	462.172.728	499.837.984	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/04/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN/SICONFI.

Receita Corrente Líquida dos Estados

Atualizado: 10/ 16/10/2015

RS mil

UF	Receita Corrente Líquida - RCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	30/8/15
AC	677.082	784.799	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	2.648.933	2.975.828	3.281.195	3.700.351	4.267.231	4.210.239	4.118.882
AL	1.195.875	1.375.355	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.959	2.674.902	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	5.051.891	5.465.256	5.969.713	6.118.322	n.d.
AM	1.925.171	2.288.852	2.767.751	3.054.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.960.745	11.052.244
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.132	2.404.878	2.237.967	2.492.365	2.897.411	3.344.164	3.535.062	4.020.130	3.987.100	3.885.352
BA	5.105.240	5.715.509	6.693.304	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551	19.226.970	21.624.181	23.080.634	25.870.525	26.359.249	26.731.074
CE	3.103.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.032.606	6.560.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.966.435	12.130.621	13.379.882	14.418.478	14.825.245	15.063.988
DF	3.209.332	3.419.965	3.987.827	4.467.483	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.485.148	12.859.742	14.312.436	15.811.905	17.504.270	18.155.900	18.291.933
ES	2.176.256	2.565.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.367.980	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.915.833	10.561.113	11.798.289	11.786.087	11.758.277
GO	2.671.633	3.208.572	3.829.074	4.553.742	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	12.639.405	14.102.432	15.269.901	16.656.492	17.096.889	17.315.689
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	8.065.450	8.899.987	9.145.629	10.147.462	10.428.278	10.443.675
MG	9.629.796	11.412.858	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.550.334	22.083.399	23.803.678	29.242.489	29.118.470	33.179.152	37.284.184	40.371.093	43.141.299	47.644.235	47.515.061	47.326.577
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.550	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.848	4.886.919	5.189.065	5.993.642	6.599.714	7.178.005	8.095.589	n.d.	n.d.
MT	1.748.543	2.085.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.181.777	6.467.671	7.099.677	7.820.279	8.901.438	9.702.678	10.927.731	10.729.693	10.853.539
PA	2.313.543	2.706.265	3.204.737	3.503.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.163	9.117.950	10.426.350	12.722.720	13.336.643	15.092.464	15.659.942	15.820.888
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.234.882	2.335.662	2.912.034	3.254.483	3.668.685	4.391.207	4.637.840	5.067.418	5.992.568	6.286.656	7.073.292	7.399.789	7.848.438	7.913.852
PE	3.458.438	3.803.157	4.383.769	4.629.449	5.295.561	6.281.379	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	14.549.104	15.612.666	17.173.973	18.475.020	19.019.500	18.960.599
PI	1.155.252	1.290.514	1.586.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.858	5.050.101	5.575.468	5.785.044	6.201.507	6.345.286	6.400.883
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.968.377	19.713.389	21.849.073	25.397.666	28.336.699	29.388.089	n.d.
RJ	11.529.908	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	39.268.345	40.613.415	47.064.198	46.045.518	47.945.332	50.274.965
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.618.951	3.144.162	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.443.269	5.915.554	6.761.305	7.275.809	n.d.	7.837.565	8.035.861
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.261.805	3.236.548	3.715.154	4.480.602	4.789.361	4.838.655	5.489.267	5.621.481	5.724.914
RR	517.009	604.774	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	2.323.210	2.380.344	2.403.838	2.785.141	2.825.091	2.780.484
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654	26.387.876	28.633.466	29.088.538	29.726.107
SC	3.288.096	3.904.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	13.791.477	14.535.174	15.892.968	17.835.511	18.321.729	18.934.320
SE	1.209.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.536.658	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.914.198	5.221.654	5.524.275	5.982.485	6.038.200	6.169.964
SP	32.298.817	35.683.659	39.675.808	43.699.168	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.567.961	82.182.734	86.630.248	99.914.614	108.053.551	115.369.738	129.472.631	135.630.165	137.441.442	138.585.441
TO	922.333	1.084.774	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.410	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.881.229	4.548.795	4.991.475	5.323.440	6.071.450	6.240.454	6.256.932
Total	108.432.525	123.170.204	139.075.233	158.653.755	181.302.271	210.188.337	233.197.924	258.453.753	307.095.093	313.659.666	360.515.197	404.773.944	439.610.004	483.251.784	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/04/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

Relação DCL / RCL dos Estados

Atualizado: 16/10/2015

UF	Relação DCL / RCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	31/8/15
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,50	0,58	0,69	0,74	0,69	0,75
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,50	1,46	1,54	1,53	n.d
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,15	0,22	0,31	0,26	0,31
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	0,18	0,26	0,41	0,30	0,34
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,49	0,47	0,40	0,40	0,50
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,28	0,29	0,42	0,40	0,50
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,10	0,16	0,21	0,17	0,19
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,15	0,21	0,27	0,25	0,28
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,02	0,92	0,90	0,91	0,90
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,41	0,38	0,46	0,44	0,46
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,75	1,83	1,79	1,82	1,95
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,05	1,02	0,98	n.d	n.d
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,30	0,35	0,42	0,42	0,44
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,26	0,27	0,37	0,33	0,41
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,46	0,53	0,58	0,54	0,59
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,50	0,59	0,61	0,59	0,45
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,60	0,60	0,58	0,55	n.d
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,46	1,65	1,54	1,78	1,78	1,86
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,11	0,15	n.d	0,04	0,07
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,50	0,45	0,62	0,62	0,59	0,55
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	0,20	0,37	0,18	0,12	0,07
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,53	2,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,18	2,09	2,09	2,13	2,17
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,41	0,48	0,45	0,40	0,46
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,43	0,53	0,55	0,57	0,54	0,55
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,54	1,42	1,48	1,47	1,54
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,21	0,26	0,33	0,31	0,36
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	1,05	1,03	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/04/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

SENADO FEDERAL S G M GERAL PROTOCOLO LEGISLATIVO FLS. Nº 04

Anexo ao Aviso nº /GMF/MF-DF

ANEXO 2

Posição de Endividamento dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações

Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Dívida Consolidada Líquida (DCL)**
- **Receita Corrente Líquida (RCL)**
- **Relação DCL/RCL**

Data-base: 06/2015 (1º Semestre: para municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, optantes pela forma de divulgação prevista no art. 63 da LRF)
08/2015 (2º Quadrimestre: para os demais municípios)

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Nº de entes que homologaram dados do 2º quadrimestre de 2015/1º Semestre de 2015: 2548 de 5570

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2015
data-base 31/08/2015

Posição: 16/10/2015

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 2º Quadrimestre 2015	RCL 2º Quadrimestre 2015	% DCL/RCL
AC	Brasiléia	1200104	-1.030.410,84	35.500.078,49	-
AC	Cruzeiro do Sul	1200203	32.425.999,51	103.486.466,70	31,33
AC	Mâncio Lima	1200336	4.408.600,61	29.176.040,35	15,11
AC	Marechal Thaumaturgo	1200351	3.677.323,59	32.241.875,90	11,41
AC	Porto Walter	1200393	-1.675.371,26	19.514.290,66	-
AC	Sena Madureira	1200500	-8.049.571,20	51.624.946,75	-
AC	Tarauacá	1200609	-4.345.243,91	58.986.436,76	-
AL	Chã Preta	2701902	-3.151.163,52	8.411.973,39	-
AL	Maceió	2704302	0,00	1.661.341.255,00	0,00
AL	Messias	2705200	6.167.014,50	39.190.449,70	15,74
AL	Pilar	2706901	15.326.078,33	61.357.685,81	24,98
AL	São José da Laje	2708303	13.972.281,25	42.332.388,34	33,01
AM	Manaus	1302603	-284.399.971,50	3.547.845.083,00	-
BA	Acajutiba	2900306	6.748.040,82	24.105.514,27	27,99
BA	Adustina	2900355	-862.454,26	26.357.718,58	-
BA	Água Fria	2900405	15.671.438,64	30.149.413,64	51,98
BA	Érico Cardoso	2900504	12.193.357,52	20.606.367,84	59,17
BA	Alagoinhas	2900702	17.565.460,37	262.946.741,60	6,68
BA	Alcobaça	2900801	-67.153,21	47.535.169,52	-
BA	Amélia Rodrigues	2901106	19.686.091,92	41.126.727,58	47,87
BA	América Dourada	2901155	5.413.805,61	30.431.708,45	17,79
BA	Andaraí	2901304	2.485.210,57	29.648.700,15	8,38
BA	Angical	2901403	21.037.258,47	26.081.513,46	80,66
BA	Anguera	2901502	9.399.771,06	18.461.251,00	50,92
BA	Antônio Cardoso	2901700	-698.054,40	24.129.481,22	-
BA	Antônio Gonçalves	2901809	757.778,74	24.781.925,65	3,06
BA	Araci	2902104	74.999.777,20	84.791.850,58	88,45
BA	Aramari	2902203	4.573.530,86	19.778.226,25	23,12
BA	Aratuípe	2902302	1.982.800,58	15.814.339,92	12,54
BA	Aurelino Leal	2902401	41.096.690,10	27.987.434,78	146,84
BA	Baianópolis	2902500	8.248.474,13	28.503.810,45	28,94
BA	Baixa Grande	2902609	5.658.082,87	34.252.009,97	16,52
BA	Barra	2902708	-380.649,72	91.461.869,62	-
BA	Barra da Estiva	2902807	12.957.217,20	37.019.522,10	35,00
BA	Barra do Rocha	2903102	10.170.439,49	16.267.255,71	62,52
BA	Barreiras	2903201	248.290.806,20	305.745.224,90	81,21
BA	Barro Preto	2903300	8.873.870,53	16.953.781,16	52,34
BA	Belmonte	2903409	45.571.812,88	47.806.737,13	95,33
BA	Bom Jesus da Lapa	2903904	41.462.373,42	117.273.391,00	35,36
BA	Boquira	2904100	13.726.237,75	35.357.897,81	38,82
BA	Botuporã	2904209	10.466.433,15	25.580.250,90	40,92
BA	Brejolândia	2904407	5.698.533,36	19.694.014,53	28,94
BA	Brotas de Macaúbas	2904506	-1.208.949,05	24.601.462,72	-
BA	Brumado	2904605	-2.347.040,25	120.306.901,30	-
BA	Buritirama	2904753	1.312.251,40	36.293.424,12	3,62
BA	Caculé	2905008	14.645.775,02	34.165.389,35	42,87
BA	Caém	2905107	7.370.324,50	22.564.718,57	32,66
BA	Caetité	2905206	53.893.753,17	102.814.646,90	52,42
BA	Cafarnaum	2905305	-1.457.662,86	33.110.774,70	-
BA	Cairu	2905404	-698.566,39	75.868.550,25	-
BA	Caldeirão Grande	2905503	3.736.711,94	26.575.871,75	14,06
BA	Camaçari	2905701	357.813.229,60	873.886.851,90	40,95
BA	Canarana	2906204	17.074.487,47	41.126.958,72	41,52
BA	Candeias	2906501	192.881.870,10	246.349.389,70	78,30
BA	Candiba	2906600	3.705.683,55	21.810.618,49	16,99
BA	Cansanção	2906808	25.505.095,46	61.415.946,37	41,53
BA	Canudos	2906824	2.360.210,63	30.357.492,20	7,77
BA	Carinhanha	2907103	13.726.237,75	35.357.897,81	38,82
BA	Castro Alves	2907301	29.470.532,35	45.804.109,96	64,34
BA	Catolândia	2907400	2.698.636,27	11.540.596,09	23,38
BA	Caturama	2907558	8.599.454,93	16.323.629,26	52,68

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Central	2907608	12.986.082,65	31.456.817,32	41,28
BA	Chorrochó	2907707	5.670.092,50	23.775.624,80	23,85
BA	Cocos	2908101	9.809.208,41	40.869.900,15	24,00
BA	Conceição da Feira	2908200	10.954.435,32	35.569.878,34	30,80
BA	Conceição do Coité	2908408	61.965.781,14	84.494.331,69	73,34
BA	Coração de Maria	2908903	8.969.626,04	37.258.976,36	24,07
BA	Coribe	2909109	9.412.128,77	32.371.606,84	29,08
BA	Coronel João Sá	2909208	19.810.044,22	39.510.452,38	50,14
BA	Cotegipe	2909406	630.532,58	27.884.132,30	2,26
BA	Cravolândia	2909505	-443.429,82	13.235.114,88	-
BA	Crisópolis	2909604	9.902.130,22	37.317.960,18	26,53
BA	Cristópolis	2909703	1.988.107,24	26.062.677,32	7,63
BA	Dias d'Ávila	2910057	10.293.884,56	139.553.690,80	7,38
BA	Dom Macedo Costa	2910206	-564.113,12	10.822.990,11	-
BA	Esplanada	2910602	54.620.936,34	79.071.206,63	69,08
BA	Eunápolis	2910727	182.870.991,10	204.510.122,60	89,42
BA	Feira de Santana	2910800	28.093.891,76	823.982.723,70	3,41
BA	Formosa do Rio Preto	2911105	-3.750.809,20	83.823.166,56	-
BA	Gandu	2911204	34.587.004,77	55.192.602,34	62,67
BA	Gavião	2911253	0,00	13.206.774,62	0,00
BA	Governador Mangabeira	2911600	11.600.818,59	24.265.330,13	47,81
BA	Guajeru	2911659	4.593.396,71	15.679.258,63	29,30
BA	Guanambi	2911709	2.710.214,14	137.216.705,10	1,98
BA	Ibicuí	2912301	1.876.240,31	26.521.186,31	7,07
BA	Ibipitanga	2912509	6.576.130,05	28.948.878,37	22,72
BA	Ibirapitanga	2912707	174.668,03	49.564.788,34	0,35
BA	Ibirapuã	2912806	3.455.311,04	21.659.344,93	15,95
BA	Ibitiá	2913101	-1.410.075,18	30.675.293,38	-
BA	Ibotirama	2913200	23.853.115,01	43.679.056,73	54,61
BA	Ichu	2913309	3.347.008,82	13.838.445,34	24,19
BA	Igaporã	2913408	16.782.623,80	30.843.410,44	54,41
BA	Irará	2914505	6.653.889,31	49.559.032,66	13,43
BA	Irecê	2914604	36.302.776,68	110.224.918,80	32,94
BA	Itabuna	2914802	378.411.437,20	504.438.133,20	75,02
BA	Itagibá	2915205	19.909.550,43	44.092.025,51	45,15
BA	Itamari	2915700	21.468.496,97	18.362.438,66	116,92
BA	Itaparica	2916104	11.395.525,46	43.975.107,02	25,91
BA	Itatim	2916856	21.150.951,42	32.483.456,09	65,11
BA	Itiúba	2917003	17.794.175,50	60.812.794,88	29,26
BA	Ituberá	2917300	1.105.221,12	49.876.769,62	2,22
BA	Jaborandi	2917359	335.862,44	21.523.040,30	1,56
BA	Jacaraci	2917409	6.531.260,93	26.936.192,55	24,25
BA	Jacobina	2917508	-3.857.694,04	132.300.787,20	-
BA	Jaguaquara	2917607	43.614.940,56	72.119.791,96	60,48
BA	Jaguarari	2917706	4.590.203,90	62.219.319,02	7,38
BA	Jaguaripe	2917805	-6.779.363,08	45.058.065,09	-
BA	Jandaíra	2917904	13.536.442,44	26.478.999,36	51,12
BA	Jeremoabo	2918100	24.893.923,69	71.500.018,57	34,82
BA	Jiquiriçá	2918209	10.322.186,00	16.077.652,70	64,20
BA	Juazeiro	2918407	-198.723.078,80	420.534.545,30	-
BA	Lafaiete Coutinho	2918704	-555.729,85	12.934.408,39	-
BA	Lagoa Real	2918753	20.533.969,73	24.100.090,66	85,20
BA	Lajedão	2918902	3.087.320,70	14.295.827,11	21,60
BA	Lapão	2919157	-4.232.353,50	31.668.884,32	-
BA	Lauro de Freitas	2919207	48.165.273,56	408.001.222,10	11,81
BA	Livramento de Nossa Senhora	2919504	0,00	62.461.345,01	0,00
BA	Luís Eduardo Magalhães	2919553	4.800.823,06	216.415.829,30	2,22
BA	Macaúbas	2919801	48.617.595,41	75.202.010,06	64,65
BA	Mairi	2920106	5.567.425,30	34.394.885,34	16,19
BA	Malhada	2920205	6.645.993,96	36.969.175,85	17,98
BA	Manoel Vitorino	2920403	2.477.909,68	32.524.766,73	7,62
BA	Mansidão	2920452	7.441.734,50	27.452.157,00	27,11
BA	Mascote	2920908	32.160.779,11	28.082.868,43	114,52
BA	Mata de São João	2921005	-13.731.369,44	153.057.567,00	-
BA	Matina	2921054	4.321.333,51	22.231.131,32	19,44
BA	Mirangaba	2921401	3.640.110,60	33.508.398,87	10,86

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Mirante	2921450	-2.308.253,92	19.124.834,95	-
BA	Morro do Chapéu	2921708	16.169.631,63	59.656.033,45	27,10
BA	Mucugê	2921906	6.308.387,08	32.381.678,50	19,48
BA	Mucuri	2922003	60.470.115,13	110.436.840,30	54,76
BA	Mulungu do Morro	2922052	6.639.082,16	29.252.315,74	22,70
BA	Muniz Ferreira	2922201	1.281.916,06	13.692.808,82	9,36
BA	Muquém de São Francisco	2922250	3.179.259,93	26.814.259,60	11,86
BA	Muritiba	2922300	24.129.830,20	41.900.918,61	57,59
BA	Nazaré	2922508	11.054.468,41	39.077.760,75	28,29
BA	Nova Fátima	2922730	0,00	14.851.485,69	0,00
BA	Nova Itarana	2922805	6.211.539,85	15.128.004,57	41,06
BA	Nova Redenção	2922854	-1.164.021,70	15.996.972,84	-
BA	Nova Soure	2922904	11.990.676,11	43.399.593,69	27,63
BA	Nova Viçosa	2923001	34.333.106,09	75.626.874,08	45,40
BA	Novo Horizonte	2923035	8.186.627,07	39.026.477,02	20,98
BA	Olindina	2923100	122.226,79	41.485.151,90	0,29
BA	Oliveira dos Brejinhos	2923209	28.216.949,94	39.026.477,02	72,30
BA	Palmeiras	2923506	6.687.067,40	15.395.408,54	43,44
BA	Paramirim	2923605	18.724.818,54	39.228.929,83	47,73
BA	Paratinga	2923704	16.597.988,64	53.720.441,48	30,90
BA	Paulo Afonso	2924009	-23.791.642,66	201.425.807,10	-
BA	Pé de Serra	2924058	4.349.214,82	26.197.794,15	16,60
BA	Piatã	2924306	10.933.029,84	33.926.548,72	32,23
BA	Pindaí	2924504	27.949.069,50	31.047.793,23	90,02
BA	Pindobaçu	2924603	-1.806.588,76	41.224.192,51	-
BA	Piripá	2924702	9.231.407,39	18.967.048,20	48,67
BA	Pojuca	2925204	57.026.113,49	89.777.422,46	63,52
BA	Ponto Novo	2925253	13.602.380,65	28.313.998,29	48,04
BA	Porto Seguro	2925303	183.482.268,70	286.234.664,70	64,10
BA	Presidente Dutra	2925600	2.642.948,58	26.271.255,13	10,06
BA	Remanso	2926004	10.846.886,10	82.810.630,27	13,10
BA	Riachão das Neves	2926202	9.087.079,13	51.772.700,05	17,55
BA	Riachão do Jacuípe	2926301	27.483.836,23	45.341.481,18	60,62
BA	Riacho de Santana	2926400	26.109.793,68	55.407.063,82	47,12
BA	Ribeira do Amparo	2926509	9.349.702,18	29.504.432,92	31,69
BA	Rio de Contas	2926707	-709.048,32	20.126.018,61	-
BA	Rio do Pires	2926905	0,00	35.357.897,81	0,00
BA	Rio Real	2927002	9.743.637,23	62.008.209,23	15,71
BA	Salinas da Margarida	2927309	-1.185.901,47	33.775.945,01	-
BA	Salvador	2927408	1.125.921.531,00	4.739.726.194,00	23,75
BA	Santa Bárbara	2927507	9.745.183,07	30.327.616,48	32,13
BA	Santa Brígida	2927606	9.190.336,71	29.594.723,00	31,05
BA	Santa Luzia	2928059	27.531.549,88	23.903.949,25	115,18
BA	Santa Maria da Vitória	2928109	10.326.044,22	71.170.734,27	14,51
BA	Santa Rita de Cássia	2928406	22.304.057,49	46.534.946,87	47,93
BA	Santo Amaro	2928604	47.557.184,23	88.570.194,67	53,69
BA	Santo Estêvão	2928802	-16.262.975,44	73.519.608,72	-
BA	São Desidério	2928901	668.226,44	125.812.691,20	0,53
BA	São Félix do Coribe	2929057	-8.312.529,77	32.946.018,17	-
BA	São Felipe	2929107	13.357.723,69	37.311.669,21	35,80
BA	São Francisco do Conde	2929206	138.542.705,30	427.408.608,40	32,41
BA	Sátiro Dias	2929701	5.798.082,59	35.118.719,38	16,51
BA	Seabra	2929909	1.402.176,94	67.979.073,23	2,06
BA	Serra do Ramalho	2930154	-20.875.817,02	58.610.910,97	-
BA	Simões Filho	2930709	198.599.425,10	285.038.553,60	69,67
BA	Sítio do Mato	2930758	12.564.936,84	25.030.613,96	50,20
BA	Sobradinho	2930774	8.917.146,60	49.597.597,58	17,98
BA	Tabocas do Brejo Velho	2930907	281.257,43	23.553.849,03	1,19
BA	Tanque Novo	2931053	11.932.164,11	32.780.567,89	36,40
BA	Tanquinho	2931103	2.144.296,75	13.789.661,61	15,55
BA	Taperoá	2931202	20.078.757,44	39.755.564,91	50,51
BA	Teixeira de Freitas	2931350	69.800.996,88	273.733.652,30	25,50
BA	Teodoro Sampaio	2931400	1.957.892,41	15.741.821,81	12,44
BA	Tucano	2931905	62.182.467,01	84.983.424,77	73,17
BA	Uauá	2932002	16.178.092,31	40.869.906,21	39,58
BA	Ubaíra	2932101	4.407.021,43	35.916.338,34	12,27

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Uibaí	2932408	5.541.385,73	23.099.365,89	23,99
BA	Vera Cruz	2933208	16.107.216,86	73.786.478,06	21,83
BA	Vitória da Conquista	2933307	123.958.955,60	516.173.083,10	24,01
BA	Wanderley	2933455	2.329.617,22	24.882.214,88	9,36
CE	Abaiara	2300101	-1.767.418,28	23.695.313,99	-
CE	Acaraú	2300200	6.974.573,01	101.676.441,10	6,86
CE	Aquiraz	2301000	-2.391.029,50	179.896.792,20	-
CE	Aracati	2301109	13.573.499,99	128.881.596,50	10,53
CE	Aracoiaba	2301208	1.568.397,86	56.176.002,75	2,79
CE	Aratuba	2301406	8.480.567,86	24.756.657,58	34,26
CE	Assaré	2301604	-1.339.975,05	36.351.079,59	-
CE	Banabuiú	2301851	-4.194.445,25	35.329.854,60	-
CE	Barbalha	2301901	-668.553,41	161.664.752,00	-
CE	Brejo Santo	2302503	-16.310.356,46	110.991.631,70	-
CE	Canindé	2302800	81.733.477,84	131.089.997,70	62,35
CE	Capistrano	2302909	10.230.947,41	36.225.617,58	28,24
CE	Caridade	2303006	-109.455,90	36.057.124,16	-
CE	Caririaçu	2303204	5.775.021,08	46.035.254,09	12,54
CE	Cascavel	2303501	30.092.466,08	116.265.537,30	25,88
CE	Catarina	2303600	776.245,61	31.172.586,71	2,49
CE	Caucaia	2303709	53.181.241,46	498.473.020,80	10,67
CE	Cedro	2303808	24.783.459,97	43.480.066,04	57,00
CE	Coreaú	2304004	8.801.737,97	38.828.761,51	22,67
CE	Crato	2304202	23.910.859,51	199.671.354,60	11,98
CE	Deputado Irapuan Pinheiro	2304269	1.697.479,02	19.310.124,09	8,79
CE	Eusébio	2304285	-90.698.375,03	192.458.314,20	-
CE	Fortaleza	2304400	649.455.377,60	4.881.564.900,00	13,30
CE	Fortim	2304459	2.309.682,87	32.166.188,78	7,18
CE	Groaíras	2304905	6.944.867,91	24.566.322,00	28,27
CE	Guaiúba	2304954	2.676.669,48	44.245.164,82	6,05
CE	Horizonte	2305233	15.526.335,48	151.266.151,20	10,26
CE	Icapuí	2305357	34.205.092,08	44.654.526,05	76,60
CE	Icó	2305407	74.199.872,19	112.192.319,60	66,14
CE	Iguatu	2305506	55.549.021,34	162.516.528,70	34,18
CE	Ipueiras	2305902	1.171.442,91	65.831.687,63	1,78
CE	Iracema	2306009	6.190.940,95	31.628.406,26	19,57
CE	Irauçuba	2306108	10.725.094,07	43.378.064,92	24,72
CE	Itaiçaba	2306207	7.897.558,08	16.801.741,84	47,00
CE	Itapipoca	2306405	19.096.897,16	202.459.535,40	9,43
CE	Itarema	2306553	-6.478.550,91	70.552.537,50	-
CE	Jaguaribara	2306801	3.031.213,33	21.490.853,38	14,10
CE	Jaguaribe	2306900	-3.239.312,35	64.495.023,62	-
CE	Jaguaruana	2307007	13.263.667,99	56.832.884,19	23,34
CE	Jardim	2307106	-2.242.444,61	53.686.230,83	-
CE	Jati	2307205	1.962.165,36	22.126.129,25	8,87
CE	Juazeiro do Norte	2307304	122.674.800,40	379.587.565,20	32,32
CE	Lavras da Mangabeira	2307502	17.486.753,60	51.429.383,05	34,00
CE	Madalena	2307635	281.478,14	34.104.652,06	0,83
CE	Maracanaú	2307650	-50.887.133,04	580.589.976,90	-
CE	Marco	2307809	7.843.529,53	51.372.598,47	15,27
CE	Massapê	2308005	10.467.519,69	56.658.949,52	18,47
CE	Milhã	2308351	12.308.406,98	24.240.251,93	50,78
CE	Mombaça	2308500	37.869.975,30	61.532.030,93	61,55
CE	Moraújo	2308807	1.919.578,29	12.206.200,91	15,73
CE	Morrinhos	2308906	910.126,45	37.928.209,43	2,40
CE	Novo Oriente	2309409	15.053.137,46	50.338.184,97	29,90
CE	Ocara	2309458	8.605.289,99	46.961.171,90	18,32
CE	Pacajus	2309607	34.740.690,31	105.746.661,10	32,85
CE	Palmácia	2310100	6.096.331,10	21.306.839,02	28,61
CE	Paracuru	2310209	27.638.910,38	70.654.446,29	39,12
CE	Paramoti	2310407	-168.903,44	24.649.132,71	-
CE	Penaforte	2310605	-1.565.834,51	24.844.964,32	-
CE	Pindoretama	2310852	4.061.133,93	41.644.096,79	9,75
CE	Piquet Carneiro	2310902	5.445.060,19	28.238.653,25	19,28
CE	Potiretama	2311231	1.046.017,67	17.095.930,83	6,12
CE	Quixadá	2311306	32.897.906,23	126.572.161,00	25,99

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	Quixelô	2311355	7.324.131,44	30.909.518,15	23,70
CE	Quixeramobim	2311405	6.952.115,77	133.828.699,10	5,19
CE	Russas	2311801	12.095.387,66	123.747.062,50	9,77
CE	Saboeiro	2311900	1.257.524,53	32.818.860,10	3,83
CE	Santana do Acaraú	2312007	3.780.475,67	50.583.388,13	7,47
CE	Santa Quitéria	2312205	13.732.371,35	71.725.598,74	19,15
CE	São João do Jaguaribe	2312502	2.862.884,81	17.737.903,43	16,14
CE	São Luís do Curu	2312601	-1.106.937,61	26.471.515,21	-
CE	Senador Pompeu	2312700	7.667.032,83	43.134.855,00	17,77
CE	Sobral	2312908	-51.375.258,69	485.134.795,40	-
CE	Solonópole	2313005	4.379.043,99	36.165.557,49	12,11
CE	Tianguá	2313401	7.440.300,17	123.667.696,30	6,02
CE	Umirim	2313757	12.184.354,58	35.088.456,39	34,72
CE	Uruburetama	2313807	26.854.364,90	37.392.072,16	71,82
ES	Aracruz	3200607	-69.328.050,91	360.929.397,00	-
ES	Atilio Vivacqua	3200706	-7.372.632,00	31.429.156,47	-
ES	Cachoeiro de Itapemirim	3201209	-207.943.743,80	342.948.388,40	-
ES	Cariacica	3201308	-40.093.096,13	516.540.742,30	-
ES	Colatina	3201506	-11.115.241,41	275.289.106,70	-
ES	Linhares	3203205	11.946.896,81	517.353.447,70	2,31
ES	Nova Venécia	3203908	-12.843.316,78	106.660.519,30	-
ES	Santa Teresa	3204609	-24.874.655,30	62.074.224,46	-
ES	São Mateus	3204906	-5.153.332,86	270.438.791,40	-
ES	Vila Velha	3205200	60.283.526,34	759.928.569,70	7,93
ES	Vitória	3205309	102.329.676,70	1.287.980.557,00	7,94
GO	Aloândia	5200506	916.331,24	9.250.354,27	9,91
GO	Anápolis	5201108	61.589.930,88	768.471.614,30	8,01
GO	Aparecida de Goiânia	5201405	-143.033.446,60	763.566.336,80	-
GO	Araguapaz	5202155	187.906,13	16.126.471,31	1,17
GO	Aurilândia	5202601	-569.196,32	10.951.948,07	-
GO	Avelinópolis	5202809	1.140.805,21	10.940.126,47	10,43
GO	Bela Vista de Goiás	5203302	46.464.093,51	52.595.660,95	88,34
GO	Bonópolis	5203575	513.633,87	12.990.169,06	3,95
GO	Buriti Alegre	5203906	4.318.412,97	25.059.605,06	17,23
GO	Caiapônia	5204409	-2.157.362,97	40.208.049,10	-
GO	Campo Limpo de Goiás	5204854	-767.039,55	15.901.498,49	-
GO	Campos Belos	5204904	33.660.585,21	35.906.133,91	93,75
GO	Campos Verdes	5204953	18.644.532,43	11.921.726,37	156,39
GO	Catalão	5205109	-38.205.057,19	290.182.302,90	-
GO	Cristalina	5206206	-98.553.448,68	132.946.636,10	-
GO	Cristianópolis	5206305	0,00	11.454.203,94	0,00
GO	Edéia	5207402	-3.409.437,84	31.755.038,69	-
GO	Goianésia	5208608	-12.176.301,31	121.843.419,40	-
GO	Goiânia	5208707	532.198.571,60	3.214.476.865,00	16,56
GO	Goianira	5208806	5.052.486,45	75.372.165,92	6,70
GO	Itaberaí	5210406	2.117.124,43	74.048.018,11	2,86
GO	Jaraguá	5211800	17.899.235,95	67.945.477,23	26,34
GO	Jataí	5211909	43.804.090,50	244.296.237,20	17,93
GO	Jesúpolis	5212055	254.516,01	9.174.185,78	2,77
GO	Joviânia	5212105	-6.198.398,14	18.437.590,81	-
GO	Montes Claros de Goiás	5213707	-1.761.008,97	23.027.813,59	-
GO	Nova América	5214705	1.034.964,28	10.530.951,33	9,83
GO	Nova Glória	5214861	1.142.694,63	12.972.368,26	8,81
GO	Palmeiras de Goiás	5215702	24.931.641,00	59.381.765,06	41,99
GO	Piranhas	5217203	4.373.659,44	23.214.449,73	18,84
GO	Porteirão	5218052	18.378.607,65	15.709.301,00	116,99
GO	Quirinópolis	5218508	6.149.200,12	110.467.559,30	5,57
GO	Rialma	5218607	587.142,40	20.303.072,35	2,89
GO	Rianápolis	5218706	613.804,66	12.165.828,45	5,05
GO	São Simão	5220405	-138.052.755,70	48.496.463,45	-
GO	Vila Propício	5222302	-248.045,83	16.464.247,18	-
MA	Arari	2101004	-2.606.193,96	47.171.877,77	-
MA	Bacabeira	2101251	619.238,78	44.443.617,72	1,39
MA	Barra do Corda	2101608	3.686.829,90	127.165.476,30	2,90
MA	Cajari	2102507	0,00	34.514.011,51	0,00
MA	Chapadinha	2103208	0,00	117.193.984,80	0,00

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MA	Cidelândia	2103257	-1.643.261,94	30.165.300,25	-
MA	Davinópolis	2103752	0,00	15.242.226,07	0,00
MA	Dom Pedro	2103802	-1.809.610,83	36.739.948,86	-
MA	Gonçalves Dias	2104404	-1.090.242,53	29.861.745,61	-
MA	Itapecuru Mirim	2105401	-1.725.034,28	103.245.598,80	-
MA	Marajá do Sena	2106359	0,00	13.716.852,44	0,00
MA	Matinha	2106508	-1.167.324,39	37.844.567,96	-
MA	Olho d'Água das Cunhãs	2107407	-299.558,95	39.759.046,94	-
MA	Olinda Nova do Maranhão	2107456	-675.679,00	26.781.798,83	-
MA	Pedro do Rosário	2108256	-4.727.590,91	50.629.394,83	-
MA	São Bento	2110500	-1,00	49.468.686,72	-
MA	São José de Ribamar	2111201	-9.119.672,38	232.485.695,20	-
MA	São Luís	2111300	499.032.678,80	2.164.801.053,00	23,05
MA	Tuntum	2112308	-7.444.745,24	43.360.838,60	-
MA	Viana	2112803	-1,00	76.642.234,84	-
MA	Vitória do Mearim	2112902	-3.817.997,14	40.950.658,33	-
MG	Alfenas	3101607	28.024.380,86	182.421.586,20	15,36
MG	Belo Horizonte	3106200	3.099.023.283,00	7.765.874.212,00	39,91
MG	Betim	3106705	568.395.871,00	1.319.442.486,00	43,08
MG	Bueno Brandão	3109105	-4.519.128,38	16.502.732,79	-
MG	Campo do Meio	3111309	-1.026.952,09	21.812.211,87	-
MG	Capinópolis	3112604	2.508.507,44	33.005.812,74	7,60
MG	Cataguases	3115300	7.442.279,55	115.958.788,40	6,42
MG	Caxambu	3115508	-3.188.763,56	37.015.851,76	-
MG	Claraval	3116407	791.022,61	11.707.471,60	6,76
MG	Cláudio	3116605	8.777.661,16	48.342.270,03	18,16
MG	Conceição das Alagoas	3117306	11.688.161,52	64.877.566,96	18,02
MG	Contagem	3118601	401.024.831,70	1.230.802.613,00	32,58
MG	Curvelo	3120904	-17.006.326,12	129.505.285,00	-
MG	Formiga	3126109	1.447.800,29	115.818.519,70	1,25
MG	Gonzaga	3127503	-1.992.044,82	13.206.445,71	-
MG	Governador Valadares	3127701	28.802.159,27	634.495.308,40	4,54
MG	Guaxupé	3128709	-4.980.197,38	88.430.687,51	-
MG	Ibirité	3129806	-36.423.693,77	295.184.047,50	-
MG	Ipatinga	3131307	7.024.708,64	595.809.105,60	1,18
MG	Itaúna	3133808	17.193.439,34	186.279.532,10	9,23
MG	João Monlevade	3136207	-12.396.034,00	167.580.370,00	-
MG	Juiz de Fora	3136702	-62.037.027,84	1.187.515.175,00	-
MG	Machado	3139003	-6.840.540,78	65.482.496,15	-
MG	Matias Barbosa	3140803	-5.418.989,29	37.001.952,43	-
MG	Monte Belo	3143005	-833.239,88	20.461.314,31	-
MG	Ouro Branco	3145901	4.724.652,59	104.943.823,60	4,50
MG	Pará de Minas	3147105	2.677.467,57	165.081.915,90	1,62
MG	Paraisópolis	3147303	-9.429.010,92	29.309.001,09	-
MG	Passos	3147907	-3.475.557,16	177.640.421,70	-
MG	Pedro Leopoldo	3149309	-18.034.943,37	130.794.112,10	-
MG	Piranguinho	3151008	-2.670.063,81	15.860.459,15	-
MG	Poços de Caldas	3151800	32.174.136,00	492.885.037,20	6,53
MG	Pouso Alegre	3152501	37.671.734,43	349.589.802,20	10,78
MG	Pouso Alto	3152600	-2.107.759,95	14.350.288,54	-
MG	Pratinha	3153004	-189.987,07	11.127.167,30	-
MG	Sacramento	3156908	-37.383.424,65	50.831.233,35	-
MG	São João del Rei	3162500	-2.615.088,06	159.706.471,70	-
MG	São José da Barra	3162948	-9.155.863,64	21.277.659,98	-
MG	São Sebastião do Anta	3164472	-909.466,38	13.489.348,72	-
MG	São Sebastião do Paraíso	3164704	5.741.006,03	139.154.348,40	4,13
MG	Timóteo	3168705	132.631.201,80	149.656.538,40	88,62
MG	Três Marias	3169356	-120.341.634,50	70.591.125,49	-
MG	Três Pontas	3169406	6.547.240,75	101.804.901,30	6,43
MG	Turvolândia	3169802	-815.513,62	11.374.852,34	-
MG	Ubá	3169901	-11.823.732,95	152.968.640,60	-
MG	Uberaba	3170107	98.628.628,95	758.235.372,70	13,01
MG	Uberlândia	3170206	-115.824.957,80	1.546.880.548,00	-
MG	Varginha	3170701	-17.970.092,06	268.739.729,80	-
MS	Campo Grande	5002704	85.650.456,84	2.430.870.722,00	3,52
MS	Corumbá	5003207	-31.461.953,65	367.748.181,20	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	Maracaju	5005400	-6.397.916,76	122.570.591,90	-
MS	Naviraí	5005707	8.659.805,48	130.656.502,20	6,63
MS	Nova Andradina	5006200	-11.219.550,43	118.524.182,30	-
MS	Três Lagoas	5008305	-61.527.230,31	349.999.121,40	-
MT	Apiacás	5100805	-2.039.294,48	21.551.548,11	-
MT	Araguaiana	5101001	-415.207,63	7.935.895,04	-
MT	Campo Novo do Parecis	5102637	-10.467.467,42	105.340.672,00	-
MT	Canarana	5102702	727.772,27	52.150.000,86	1,40
MT	Comodoro	5103304	219.797,72	49.540.130,28	0,44
MT	Cuiabá	5103403	365.040.966,20	1.451.180.752,00	25,15
MT	Guarantã do Norte	5104104	28.801,25	58.252.519,65	0,05
MT	Itiquira	5104609	-3.725.443,47	61.315.454,57	-
MT	Jangada	5104906	-2.576.025,59	12.997.511,13	-
MT	Lambari D'Oeste	5105234	-360.615,05	16.564.815,32	-
MT	Lucas do Rio Verde	5105259	-1.078.767,23	169.693.685,40	-
MT	Matupá	5105606	0,00	33.613.651,84	0,00
MT	Nova Brasilândia	5106208	-2.900.133,84	13.692.197,89	-
MT	Paranatinga	5106307	-2.495.178,50	49.432.597,85	-
MT	Planalto da Serra	5106455	-1.030.855,99	12.391.296,28	-
MT	São José do Xingu	5107354	-1.650.337,25	18.304.153,68	-
MT	Sinop	5107909	-47.997.217,07	270.794.125,60	-
MT	Sorriso	5107925	-98.973.682,98	211.861.928,50	-
MT	Tesouro	5108105	-946.248,47	11.234.534,35	-
MT	Nova Guarita	5108808	-3.897.089,09	12.584.738,96	-
MT	Nova Monte Verde	5108956	-7.070.842,01	18.476.271,73	-
PA	Abaetetuba	1500107	-2.167.929,35	193.568.365,40	-
PA	Abel Figueiredo	1500131	0,00	16.289.419,22	0,00
PA	Altamira	1500602	-75.945.101,19	289.887.807,10	-
PA	Ananindeua	1500800	56.550.751,37	548.015.171,50	10,32
PA	Belém	1501402	313.323.732,00	2.546.364.874,00	12,30
PA	Cachoeira do Piriá	1501956	-170.925,59	28.978.393,40	-
PA	Colares	1502608	-28.295,96	18.402.758,78	-
PA	Dom Eliseu	1502939	580.749,98	83.384.735,29	0,70
PA	Limoeiro do Ajuru	1504000	-7.106.415,96	29.537.336,57	-
PA	Marituba	1504422	0,00	204.661.179,80	0,00
PA	Ourém	1505403	-54.531,83	28.055.902,88	-
PA	Parauapebas	1505536	11.802.890,68	972.123.324,10	1,21
PA	Rio Maria	1506161	944.811,67	33.693.493,89	2,80
PA	Salinópolis	1506203	-6.441.548,60	54.519.570,08	-
PA	São Miguel do Guamá	1507607	-13.816.698,51	82.588.465,19	-
PA	Tailândia	1507953	-267.973,33	120.937.785,00	-
PA	Vigia	1508209	-6.366.298,53	37.658.118,57	-
PB	Barra de Santa Rosa	2501609	3.973.277,01	24.343.481,09	16,32
PB	Caaporã	2503001	15.020.437,55	52.713.055,11	28,49
PB	Cuité	2505105	-332.092,65	34.244.726,70	-
PB	Marcação	2509057	2.145.564,84	14.963.247,98	14,34
PB	Patos	2510808	57.206.722,48	141.559.527,60	40,41
PB	Poço Dantas	2512036	1.148.911,56	12.454.725,35	9,22
PB	São José dos Ramos	2514453	1.799.015,19	14.156.288,11	12,71
PB	Sossêgo	2516151	-599.923,84	10.138.487,32	-
PB	Umbuzeiro	2517001	0,00	16.478.570,09	0,00
PE	Abreu e Lima	2600054	21.843.127,97	123.397.206,20	17,70
PE	Afrânio	2600203	-10.697.974,99	38.419.510,63	-
PE	Agrestina	2600302	12.599.409,47	45.651.814,31	27,60
PE	Água Preta	2600401	13.159.408,04	54.311.190,85	24,23
PE	Águas Belas	2600500	29.714.350,22	61.322.282,11	48,46
PE	Alagoinha	2600609	4.491.535,07	28.016.227,12	16,03
PE	Altinho	2600807	15.244.828,85	32.084.373,60	47,51
PE	Amaraji	2600906	16.179.927,62	35.917.168,99	45,05
PE	Barreiros	2601409	20.119.410,75	66.696.603,58	30,17
PE	Belém de Maria	2601508	3.310.705,15	23.165.721,70	14,29
PE	Belém do São Francisco	2601607	-4.420.219,41	37.420.631,12	-
PE	Belo Jardim	2601706	25.762.839,44	119.004.805,00	21,65
PE	Betânia	2601805	-496.502,56	23.728.203,54	-
PE	Bezerros	2601904	3.223.320,63	85.601.990,00	3,77
PE	Bom Conselho	2602100	15.124.969,12	65.741.233,27	23,01

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Bom Jardim	2602209	3.071.392,30	55.245.206,38	5,56
PE	Bonito	2602308	20.922.810,13	62.207.791,80	33,63
PE	Brejão	2602407	-575.590,82	26.474.390,64	-
PE	Brejo da Madre de Deus	2602605	-11.471.810,31	82.105.981,46	-
PE	Buenos Aires	2602704	-4.339.750,26	22.417.903,43	-
PE	Buíque	2602803	-4.117.046,14	72.033.618,39	-
PE	Cabo de Santo Agostinho	2602902	-23.638.315,72	519.137.498,90	-
PE	Cabrobó	2603009	11.632.749,63	54.830.117,53	21,22
PE	Cachoeirinha	2603108	-6.917.530,92	33.753.243,17	-
PE	Caetés	2603207	-3.953.252,92	45.173.227,17	-
PE	Calumbi	2603405	-811.525,70	14.097.153,87	-
PE	Camaragibe	2603454	15.603.643,88	202.915.702,10	7,69
PE	Camocim de São Félix	2603504	-1.399.759,77	33.078.075,56	-
PE	Canhotinho	2603702	4.337.231,87	39.210.920,83	11,06
PE	Capoeiras	2603801	1.854.694,01	47.695.213,80	3,89
PE	Carnaíba	2603900	2.431.742,25	36.302.748,80	6,70
PE	Carnaubeira da Penha	2603926	-2.550.765,03	21.446.151,10	-
PE	Carpina	2604007	1.790.994,20	100.682.115,40	1,78
PE	Caruaru	2604106	68.676.019,58	483.880.790,50	14,19
PE	Casinhas	2604155	9.219.878,85	28.716.634,15	32,11
PE	Catende	2604205	6.312.042,24	57.849.732,19	10,91
PE	Cedro	2604304	-844.798,85	10.300.635,10	-
PE	Chã Grande	2604502	6.508.239,68	39.258.923,04	16,58
PE	Condado	2604601	24.767.196,76	38.876.904,30	63,71
PE	Cumaru	2604908	4.482.843,02	26.738.764,06	16,77
PE	Cupira	2605004	42.458.861,63	38.836.122,52	109,33
PE	Custódia	2605103	15.517.968,45	52.807.326,37	29,39
PE	Dormentes	2605152	5.530.139,40	33.938.076,56	16,29
PE	Escada	2605202	-2.406.206,07	87.611.391,10	-
PE	Exu	2605301	-3.053.630,85	51.815.873,09	-
PE	Flores	2605608	61.969,94	36.753.238,84	0,17
PE	Floresta	2605707	11.447.394,09	65.377.056,97	17,51
PE	Frei Miguelinho	2605806	3.553.179,70	24.716.479,24	14,38
PE	Gameleira	2605905	34.470.152,00	37.927.457,93	90,88
PE	Garanhuns	2606002	-30.659.746,28	229.311.483,00	-
PE	Glória do Goitá	2606101	8.896.126,58	39.914.976,36	22,29
PE	Goiana	2606200	62.864.953,63	162.523.479,60	38,68
PE	Granito	2606309	-3.165.143,41	17.625.520,35	-
PE	Gravatá	2606408	45.727.033,37	113.071.742,20	40,44
PE	Iati	2606507	951.752,65	38.615.465,05	2,46
PE	Ibimirim	2606606	-2.968.351,73	42.446.155,35	-
PE	Igarassu	2606804	-8.474.775,01	170.461.338,00	-
PE	Inajá	2607000	0,00	31.549.941,96	0,00
PE	Ipojuca	2607208	-162.855.169,80	577.303.471,20	-
PE	Ipubi	2607307	-2.558.077,33	49.201.804,12	-
PE	Itacuruba	2607406	6.182.400,92	23.508.429,78	26,30
PE	Itaíba	2607505	-1.037.404,91	45.327.311,59	-
PE	Itambé	2607653	-3.522.085,28	52.053.113,84	-
PE	Itapissuma	2607752	-8.254.434,01	63.194.287,45	-
PE	Itaquitinga	2607802	0,00	29.310.504,98	0,00
PE	Jaboatão dos Guararapes	2607901	38.202.390,04	940.657.639,50	4,06
PE	Jaqueira	2607950	16.064.638,43	28.900.427,96	55,59
PE	Jatobá	2608057	-1.396.328,40	28.084.541,92	-
PE	João Alfredo	2608107	8.448.822,52	47.436.108,49	17,81
PE	Joaquim Nabuco	2608206	738.076,65	32.429.391,64	2,28
PE	Jucati	2608255	255.384,28	24.049.620,76	1,06
PE	Jurema	2608404	-1.066.546,32	28.878.673,82	-
PE	Lagoa do Carro	2608453	6.996.129,80	28.814.778,94	24,28
PE	Lagoa de Itaenga	2608503	17.457.425,89	39.811.867,22	43,85
PE	Lagoa dos Gatos	2608701	3.254.256,95	27.433.289,14	11,86
PE	Lagoa Grande	2608750	-154.231,23	47.084.502,94	-
PE	Lajedo	2608800	-801.828,48	64.246.840,65	-
PE	Limoeiro	2608909	8.401.037,84	78.480.732,07	10,70
PE	Macaparana	2609006	6.148.197,59	38.720.464,36	15,88
PE	Machados	2609105	1.904.331,48	25.358.020,81	7,51
PE	Manari	2609154	112.974,64	35.974.516,18	0,31

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Mirandiba	2609303	-3.345.651,14	25.469.828,15	-
PE	Moreno	2609402	58.611.603,46	76.350.707,80	76,77
PE	Nazaré da Mata	2609501	38.262.266,76	42.098.796,89	90,89
PE	Olinda	2609600	28.227.652,57	489.385.104,20	5,77
PE	Orobó	2609709	19.395.923,30	44.252.841,56	43,83
PE	Orocó	2609808	-1.723.402,26	26.586.955,10	-
PE	Ouricuri	2609907	5.146.582,33	87.958.925,97	5,85
PE	Palmares	2610004	101.370,02	105.398.864,30	0,10
PE	Palmeirina	2610103	1.161.550,53	18.073.205,82	6,43
PE	Panelas	2610202	13.588.248,65	54.282.828,45	25,03
PE	Parnamirim	2610400	-3.348.837,58	36.055.622,24	-
PE	Passira	2610509	11.346.276,03	41.187.050,06	27,55
PE	Paudalho	2610608	32.279.211,14	77.441.556,17	41,68
PE	Paulista	2610707	38.626.774,97	352.445.714,30	10,96
PE	Pedra	2610806	-97.471,21	34.567.202,07	-
PE	Pesqueira	2610905	37.919.447,65	87.407.895,35	43,38
PE	Petrolândia	2611002	-14.922.616,28	78.075.122,35	-
PE	Petrolina	2611101	60.794.193,30	487.744.167,90	12,46
PE	Pombos	2611309	3.263.551,51	43.152.420,94	7,56
PE	Primavera	2611408	0,00	25.376.287,64	0,00
PE	Recife	2611606	490.118.144,50	3.724.408.078,00	13,16
PE	Riacho das Almas	2611705	-1.222.987,56	35.489.766,95	-
PE	Rio Formoso	2611903	21.749.682,56	46.628.151,61	46,64
PE	Sairé	2612000	15.344.166,18	23.713.099,61	64,71
PE	Salgadinho	2612109	3.180.666,99	17.161.748,80	18,53
PE	Salgueiro	2612208	-12.235.218,09	96.753.179,17	-
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	2612471	-1.160.560,52	20.624.152,47	-
PE	Santa Cruz do Capibaribe	2612505	26.399.948,53	120.236.350,80	21,96
PE	Santa Filomena	2612554	2.435.031,10	26.746.683,84	9,10
PE	Santa Maria da Boa Vista	2612604	8.215.186,32	65.875.446,45	12,47
PE	Santa Maria do Cambucá	2612703	-552.407,27	24.526.881,60	-
PE	São Benedito do Sul	2612901	5.104.091,38	25.861.856,43	19,74
PE	São Bento do Una	2613008	5.411.468,51	73.896.014,71	7,32
PE	São Caitano	2613107	-15.112.718,84	49.530.176,28	-
PE	São João	2613206	-1.295.159,79	40.749.893,98	-
PE	São Joaquim do Monte	2613305	6.889.555,62	37.935.478,44	18,16
PE	São José do Belmonte	2613503	1.732.975,30	46.971.943,27	3,69
PE	São Lourenço da Mata	2613701	13.040.700,91	130.558.354,10	9,99
PE	São Vicente Ferrer	2613800	2.995.807,25	30.589.299,85	9,79
PE	Serra Talhada	2613909	21.177.523,67	129.632.520,50	16,34
PE	Sertânia	2614105	1.606.021,34	55.287.672,31	2,90
PE	Sirinhaém	2614204	20.606.041,91	61.374.080,36	33,57
PE	Moreilândia	2614303	777.967,85	23.332.241,37	3,33
PE	Solidão	2614402	888.186,53	14.814.027,84	6,00
PE	Surubim	2614501	-2.551.572,00	84.667.664,50	-
PE	Tabira	2614600	-5.226.209,35	41.279.251,44	-
PE	Tacaimbó	2614709	5.052.972,57	22.103.645,41	22,86
PE	Tacaratu	2614808	-4.020.781,16	37.807.266,82	-
PE	Taquaritinga do Norte	2615003	18.671.435,54	38.832.340,67	48,08
PE	Terra Nova	2615201	-1.005.800,23	16.906.556,03	-
PE	Timbaúba	2615300	6.512.524,42	83.325.327,03	7,82
PE	Toritama	2615409	14.756.025,42	61.159.468,97	24,13
PE	Tracunhaém	2615508	0,00	20.634.361,19	0,00
PE	Trindade	2615607	2.546.939,60	50.749.871,56	5,02
PE	Tupanatinga	2615805	122.234,05	44.567.331,41	0,27
PE	Tuparetama	2615904	2.238.324,93	18.516.505,70	12,09
PE	Venturosa	2616001	4.252.784,88	30.316.896,95	14,03
PE	Verdejante	2616100	1.902.135,70	19.329.099,42	9,84
PE	Vertente do Lério	2616183	239.031,23	17.834.353,39	1,34
PE	Vertentes	2616209	-4.285.926,10	33.473.289,41	-
PE	Vitória de Santo Antão	2616407	2.690.742,62	199.192.782,80	1,35
PE	Xexéu	2616506	2.990.317,76	32.148.903,59	9,30
PI	Curral Novo do Piauí	2203271	-275.342,19	7.892.192,28	-
PI	Elesbão Veloso	2203503	76.220,52	22.685.833,76	0,34
PI	Matias Olímpio	2206100	111.414,37	18.849.524,48	0,59
PI	Milton Brandão	2206357	-114.355,47	13.628.534,58	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PI	Olho D'Água do Piauí	2207108	0,00	4.778.016,99	0,00
PI	Paes Landim	2207306	-111.234,65	10.775.610,90	-
PI	Patos do Piauí	2207777	-722.180,92	11.114.684,55	-
PI	Queimada Nova	2208650	-864.665,38	15.179.425,54	-
PI	Teresina	2211001	-426.161.504,80	1.860.565.950,00	-
PR	Abatiá	4100103	1.561.375,09	15.709.561,84	9,94
PR	Almirante Tamandaré	4100400	26.210.339,66	125.480.508,40	20,89
PR	Antonina	4101200	7.382.250,74	39.018.202,64	18,92
PR	Apucarana	4101408	19.733.103,11	251.235.964,90	7,85
PR	Arapongas	4101507	-25.651.575,76	205.391.386,40	-
PR	Araucária	4101804	3.967.679,03	623.174.729,50	0,64
PR	Barracão	4102604	-1.641.496,94	23.167.093,42	-
PR	Boa Esperança	4103008	-1.548.673,77	16.950.270,07	-
PR	Boa Esperança do Iguaçu	4103024	-581.167,83	12.958.531,54	-
PR	Bom Jesus do Sul	4103156	-1.816.790,83	13.002.190,20	-
PR	Cambé	4103701	-26.061.427,39	185.890.375,00	-
PR	Campo Mourão	4104303	-23.854.671,59	206.720.701,10	-
PR	Carambeí	4104659	-946.224,13	64.140.959,68	-
PR	Cascavel	4104808	-88.683.648,98	573.486.471,00	-
PR	Castro	4104907	-8.656.853,60	151.271.022,90	-
PR	Chopinzinho	4105409	80.680,32	57.689.454,62	0,14
PR	Cianorte	4105508	-30.400.859,36	180.559.266,00	-
PR	Curitiba	4106902	493.209.672,40	6.081.115.220,00	8,11
PR	Fazenda Rio Grande	4107652	1.935.567,22	154.949.976,50	1,25
PR	Florestópolis	4108007	12.298.223,27	22.804.878,36	53,93
PR	Foz do Iguaçu	4108304	62.033.212,64	627.962.490,20	9,88
PR	Francisco Beltrão	4108403	323.424,57	188.966.548,70	0,17
PR	Guaíra	4108809	-19.637.406,14	75.917.250,61	-
PR	Guarapuava	4109401	-10.096.312,67	293.650.739,30	-
PR	Ibaiti	4109708	-3.145.760,21	43.232.974,35	-
PR	Ivaiporã	4111506	-4.759.885,55	53.381.165,74	-
PR	Ivatuba	4111605	-87.097,85	11.546.204,99	-
PR	Joaquim Távora	4112801	-3.165.622,25	26.817.545,97	-
PR	Laranjeiras do Sul	4113304	2.450.172,29	56.438.131,41	4,34
PR	Londrina	4113700	110.647.237,70	1.277.763.657,00	8,66
PR	Mamborê	4114005	-3.053.990,85	36.655.948,17	-
PR	Mangueirinha	4114401	-258.299,10	52.422.055,47	-
PR	Marechal Cândido Rondon	4114609	-32.794.277,08	133.487.452,80	-
PR	Maringá	4115200	-242.197.109,30	1.030.361.993,00	-
PR	Marquinho	4115457	-475.742,59	15.719.514,65	-
PR	Medianeira	4115804	-2.263.811,76	94.460.102,96	-
PR	Miraselva	4116000	239.068,43	10.063.203,84	2,38
PR	Morretes	4116208	-1.610.789,54	37.620.195,80	-
PR	Paranaguá	4118204	-98.234.622,40	348.771.914,50	-
PR	Paranavaí	4118402	41.850.520,08	155.111.257,30	26,98
PR	Pato Branco	4118501	10.669.502,37	206.160.271,40	5,18
PR	Perobal	4118857	-63.867,16	18.294.787,39	-
PR	Pérola d'Oeste	4119004	-460.264,73	15.970.215,13	-
PR	Pinhais	4119152	-61.074.589,11	284.728.570,10	-
PR	Pinhão	4119301	-7.786.688,95	65.088.891,27	-
PR	Piraquara	4119509	-832.120,69	161.681.988,40	-
PR	Planaltina do Paraná	4119707	-3.501.686,77	13.664.854,67	-
PR	Quarto Centenário	4120655	-1.772.013,63	16.461.092,80	-
PR	Quinta do Sol	4121109	-1.033.449,47	16.426.634,69	-
PR	Rolândia	4122404	-469.217,86	127.929.629,50	-
PR	Salgado Filho	4122800	-205.791,01	13.081.239,01	-
PR	Salto do Lontra	4123006	2.239.607,45	29.915.465,17	7,49
PR	Santa Mariana	4123907	3.011.991,42	25.154.947,08	11,97
PR	Santa Tereza do Oeste	4124020	2.432.826,91	26.655.604,49	9,13
PR	Santo Antônio do Sudoeste	4124400	2.869.171,47	39.199.142,80	7,32
PR	São Sebastião da Amoreira	4126009	1.843.933,08	17.032.845,11	10,83
PR	Serranópolis do Iguaçu	4126355	706.078,16	20.606.882,52	3,43
PR	Tamarana	4126678	-3.715.269,92	25.471.986,16	-
PR	Telêmaco Borba	4127106	-46.553.161,47	154.407.646,60	-
PR	Toledo	4127700	-25.854.323,68	294.823.608,90	-
PR	Umuarama	4128104	-26.016.891,80	235.211.946,90	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	União da Vitória	4128203	-85.633.880,95	126.742.825,40	-
RJ	Angra dos Reis	3300100	48.026.320,50	858.547.821,90	5,59
RJ	Carapebus	3300936	35.716.966,70	86.925.571,83	41,09
RJ	Campos dos Goytacazes	3301009	312.605.226,00	2.006.100.521,00	15,58
RJ	Casimiro de Abreu	3301306	-72.635.126,36	227.121.830,20	-
RJ	Itaboraí	3301900	-79.724.400,50	626.681.677,60	-
RJ	Itaguaí	3302007	-5.088.554,90	545.097.040,60	-
RJ	Italva	3302056	-1.002.911,90	44.255.679,60	-
RJ	Magé	3302502	-70.918.711,10	404.423.863,70	-
RJ	Mangaratiba	3302601	9.614.469,30	231.313.923,90	4,16
RJ	Maricá	3302700	-73.397.676,80	541.624.462,90	-
RJ	Nilópolis	3303203	-16.375.125,00	228.838.949,00	-
RJ	Niterói	3303302	106.920.442,00	1.717.367.247,00	6,23
RJ	Paracambi	3303609	-4.237.969,68	111.063.397,20	-
RJ	Petrópolis	3303906	-26.464.587,80	773.760.992,10	-
RJ	Rio de Janeiro	3304557	11.325.151.803,00	19.295.320.369,00	58,69
RJ	Santa Maria Madalena	3304607	2.065.513,70	51.238.611,00	4,03
RJ	Três Rios	3306008	18.523.622,80	218.845.013,40	8,46
RN	Caicó	2402006	2.534.918,20	96.555.442,00	2,63
RN	Macaíba	2407104	15.403.846,26	136.458.586,70	11,29
RN	Mossoró	2408003	120.751.749,10	480.412.119,40	25,14
RN	Natal	2408102	284.597.648,30	1.641.611.174,00	17,34
RN	Santana do Matos	2411403	7.807.659,92	25.351.655,37	30,80
RO	Ariquemes	1100023	-41.828.182,77	178.686.310,40	-
RO	Cacoal	1100049	-22.167.901,01	143.584.427,20	-
RO	Cerejeiras	1100056	-8.193.022,10	35.184.971,41	-
RO	Jaru	1100114	10.266.293,62	87.949.293,86	11,67
RO	Ji-Paraná	1100122	-20.613.649,92	171.931.139,50	-
RO	Ouro Preto do Oeste	1100155	-16.076.690,28	72.608.839,37	-
RO	Pimenta Bueno	1100189	3.262.170,60	66.116.660,08	4,93
RO	Porto Velho	1100205	5.994.287,90	982.620.390,90	0,61
RO	Vilhena	1100304	42.183.588,65	186.123.143,70	22,66
RO	Nova Mamoré	1100338	-6.503.616,60	41.931.061,92	-
RO	Chupinguaia	1100924	-6.565.943,43	29.983.677,07	-
RO	Itapuã do Oeste	1101104	-4.515.298,79	21.327.246,37	-
RO	Ministro Andreazza	1101203	-3.655.974,68	19.945.290,05	-
RO	Theobroma	1101609	-1.224.838,82	24.523.658,81	-
RO	Vale do Paraíso	1101807	-2.980.685,28	17.429.610,37	-
RR	Boa Vista	1400100	-140.342.690,20	772.470.873,50	-
RR	Bonfim	1400159	-6.628.871,89	25.778.102,78	-
RS	Alegrete	4300406	-40.212.336,63	146.369.648,70	-
RS	Arroio dos Ratos	4301107	-7.781.180,53	29.836.439,85	-
RS	Bagé	4301602	-8.417.083,74	242.110.168,70	-
RS	Barão	4301651	1.057.061,07	17.682.168,60	5,98
RS	Bento Gonçalves	4302105	-6.006.006,40	320.027.047,60	-
RS	Cachoeira do Sul	4303004	-4.373.160,75	156.991.752,60	-
RS	Caibaté	4303301	-592.463,33	13.694.185,95	-
RS	Camaquã	4303509	-10.345.387,51	117.249.409,40	-
RS	Campo Bom	4303905	-15.680.607,40	173.954.016,30	-
RS	Candelária	4304200	-1.997.105,63	59.962.387,47	-
RS	Cândido Godói	4304309	-3.167.170,39	16.826.492,12	-
RS	Canoas	4304606	116.552.847,50	1.066.963.933,00	10,92
RS	Capão do Leão	4304663	-6.916.003,51	46.326.748,40	-
RS	Carazinho	4304705	-7.906.106,51	133.117.165,80	-
RS	Caxias do Sul	4305108	-16.459.704,27	1.363.185.152,00	-
RS	Chiapetta	4305405	841.535,98	14.190.112,68	5,93
RS	Coqueiros do Sul	4305850	-1.921.019,24	11.051.267,96	-
RS	Cruz Alta	4306106	1.808.585,08	118.461.158,90	1,53
RS	Erechim	4307005	-35.319.364,74	195.444.903,50	-
RS	Esteio	4307708	-39.774.175,44	175.533.294,90	-
RS	Farroupilha	4307906	22.473.359,45	171.387.569,20	13,11
RS	Gravataí	4309209	218.714.258,00	509.400.626,50	42,94
RS	Guaíba	4309308	22.933.296,22	195.152.127,70	11,75
RS	Ibirubá	4310009	-2.652.507,95	51.203.535,60	-
RS	Ijuí	4310207	-47.662.683,59	249.684.702,40	-
RS	Imbé	4310330	50.190.507,28	74.576.042,04	67,30

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Itaqui	4310603	-2.858.501,84	82.258.484,41	-
RS	Lajeado	4311403	-49.094.633,54	226.481.514,70	-
RS	Lajeado do Bugre	4311429	528.297,55	10.608.228,32	4,98
RS	Morrinhos do Sul	4312443	-203.632,78	9.887.402,08	-
RS	Nova Bassano	4312906	-7.617.476,80	27.894.850,87	-
RS	Nova Santa Rita	4313375	-10.947.893,01	70.218.894,10	-
RS	Novo Hamburgo	4313409	112.418.331,20	652.332.981,50	17,23
RS	Parobé	4314050	12.132.032,86	92.466.860,55	13,12
RS	Passo Fundo	4314100	-39.227.556,35	391.711.855,10	-
RS	Pelotas	4314407	-9.218.679,83	646.072.256,90	-
RS	Porto Alegre	4314902	443.882.615,50	4.806.417.824,00	9,24
RS	Rio Grande	4315602	-75.215.309,74	512.581.603,60	-
RS	Rolante	4316006	2.101.548,02	41.424.923,38	5,07
RS	Santa Cruz do Sul	4316808	30.526.639,96	329.591.962,30	9,26
RS	Santa Maria	4316907	-74.163.943,92	401.843.204,60	-
RS	Santa Margarida do Sul	4316972	174.973,60	16.963.589,63	1,03
RS	Sant'Ana do Livramento	4317103	-1.751.358,30	146.885.140,10	-
RS	Santa Vitória do Palmar	4317301	16.695.123,28	76.548.700,78	21,81
RS	Santiago	4317400	161.875,25	88.801.252,90	0,18
RS	Santo Ângelo	4317509	-16.374.141,41	119.553.669,70	-
RS	Santo Antônio das Missões	4317707	762.805,38	25.226.389,62	3,02
RS	São Borja	4318002	14.137.964,06	135.948.282,80	10,40
RS	São Francisco de Paula	4318200	-7.388.890,64	42.112.853,35	-
RS	São Gabriel	4318309	42.990.081,69	106.436.610,60	40,39
RS	São Leopoldo	4318705	241.655.438,90	532.426.239,90	45,39
RS	São Martinho da Serra	4319125	0,00	11.008.361,03	0,00
RS	São Nicolau	4319208	1.925.175,60	13.400.768,39	14,37
RS	São Paulo das Missões	4319307	-2.044.133,34	14.807.925,44	-
RS	São Pedro das Missões	4319364	-3.370.770,23	11.841.479,69	-
RS	Sapiranga	4319901	-21.413.601,23	147.924.749,10	-
RS	Sapucaia do Sul	4320008	-2.839.455,03	280.074.734,10	-
RS	Sério	4320453	-1.532.986,97	11.144.056,58	-
RS	Taquara	4321204	11.343.107,93	93.600.399,28	12,12
RS	Torres	4321501	6.652.368,11	96.228.378,74	6,91
RS	Três Coroas	4321709	-4.103.518,94	58.697.643,14	-
RS	Uruguaiana	4322400	112.221.129,00	201.029.553,10	55,82
RS	Vacaria	4322509	-25.402.971,96	137.988.042,60	-
RS	Venâncio Aires	4322608	-19.391.297,13	145.739.665,90	-
RS	Viamão	4323002	7.771.848,40	300.261.707,20	2,59
RS	Vila Nova do Sul	4323457	-944.072,38	12.599.162,61	-
SC	Araranguá	4201406	-12.776.443,71	109.183.385,80	-
SC	Balneário Arroio do Silva	4201950	-4.805.707,03	25.681.832,29	-
SC	Balneário Camboriú	4202008	-264.793.862,70	530.453.851,40	-
SC	Biguaçu	4202305	6.919.414,55	124.181.362,00	5,57
SC	Blumenau	4202404	88.510.458,21	1.022.382.061,00	8,66
SC	Bombinhas	4202453	-22.860.216,82	75.746.934,98	-
SC	Braço do Norte	4202800	-6.142.541,50	63.584.014,77	-
SC	Brusque	4202909	15.846.221,29	287.862.971,60	5,50
SC	Calmon	4203154	2.884.305,55	14.696.803,53	19,63
SC	Camboriú	4203204	-17.455.352,40	142.572.803,40	-
SC	Campo Erê	4203501	-1.330.396,59	23.124.610,98	-
SC	Chapecó	4204202	-117.584.908,10	518.769.962,40	-
SC	Concórdia	4204301	-25.972.672,66	205.495.234,00	-
SC	Gaspar	4205902	-39.600.552,30	152.812.495,00	-
SC	Içara	4207007	34.354.939,29	114.425.808,90	30,02
SC	Imaruí	4207205	620.225,24	20.947.985,33	2,96
SC	Indaial	4207502	-8.598.047,63	139.306.532,40	-
SC	Ipira	4207601	-2.263.894,22	14.317.117,75	-
SC	Itapema	4208302	-6.961.898,34	168.579.605,10	-
SC	Itapoá	4208450	-10.244.728,78	67.921.298,63	-
SC	Ituporanga	4208500	-2.621.187,23	48.194.775,88	-
SC	Jaborá	4208609	-1.047.506,41	15.556.109,05	-
SC	Jaraguá do Sul	4208906	46.503.952,84	559.250.717,00	8,32
SC	Joaçaba	4209003	-20.567.918,68	104.538.579,00	-
SC	Lages	4209300	49.714.953,59	398.515.642,10	12,48
SC	Lebon Régis	4209706	-1.923.619,73	22.673.349,39	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Mafra	4210100	-71.515.957,07	105.477.959,20	-
SC	Major Vieira	4210308	-290.871,90	22.302.152,91	-
SC	Matos Costa	4210704	-475.433,35	10.362.896,48	-
SC	Monte Castelo	4211108	-207.044,79	17.172.404,26	-
SC	Navegantes	4211306	-9.148.330,80	192.637.830,00	-
SC	Nova Veneza	4211603	-2.350.814,08	37.327.226,24	-
SC	Palhoça	4211900	-78.428.786,28	340.331.716,70	-
SC	Ponte Serrada	4213401	-3.166.863,52	24.849.433,05	-
SC	Rio do Sul	4214805	-11.734.358,03	192.898.231,30	-
SC	São Bento do Sul	4215802	-1.557.391,23	210.465.735,40	-
SC	São José	4216602	-36.901.080,64	477.474.882,90	-
SC	Tangará	4217907	-1.014.670,58	26.039.836,20	-
SC	Treze Tílias	4218509	-4.398.426,26	26.213.849,79	-
SC	Tubarão	4218707	-5.934.504,29	183.451.125,50	-
SC	Urussanga	4219002	-892.884,04	53.303.189,28	-
SC	Vargeão	4219101	-2.689.962,43	14.103.638,79	-
SC	Videira	4219309	31.198.647,97	133.332.437,30	23,40
SC	Xanxerê	4219507	13.284.005,13	92.998.450,70	14,28
SC	Xaxim	4219705	3.275.360,61	66.907.266,03	4,90
SC	Zortéa	4219853	-1.110.825,47	14.842.979,41	-
SE	Aracaju	2800308	131.659.579,20	1.413.067.402,00	9,32
SE	Estância	2802106	3.403.073,90	156.828.819,30	2,17
SE	Itabaiana	2802908	1.658.926,62	134.941.735,80	1,23
SE	Lagarto	2803500	15.115.495,79	153.679.757,10	9,84
SE	Nossa Senhora do Socorro	2804805	-9.119.224,17	220.246.211,00	-
SE	São Cristóvão	2806701	4.874.088,44	91.172.340,70	5,35
SE	Tobias Barreto	2807402	-1.603.777,87	69.287.832,09	-
SP	Adamantina	3500105	-7.916.619,53	108.614.282,20	-
SP	Aguaí	3500303	1.578.872,39	67.557.658,27	2,34
SP	Alumínio	3501152	1.569.987,80	55.806.614,44	2,81
SP	Americana	3501608	429.208.788,60	554.164.073,40	77,45
SP	Amparo	3501905	-17.209.707,06	203.255.793,80	-
SP	Analândia	3502002	-3.128.043,79	21.705.053,81	-
SP	Andradina	3502101	19.724.518,25	125.027.515,90	15,78
SP	Angatuba	3502200	-2.039.639,11	65.176.740,59	-
SP	Araçatuba	3502804	183.596.954,00	420.181.277,90	43,69
SP	Araçoiaba da Serra	3502903	-5.816.128,44	74.301.217,11	-
SP	Aramina	3503000	-831.340,37	17.045.476,42	-
SP	Arandu	3503109	-1.386.334,61	21.507.604,90	-
SP	Areiópolis	3503604	-3.131.111,73	24.738.019,61	-
SP	Arujá	3503901	-24.904.028,77	212.413.653,90	-
SP	Atibaia	3504107	-30.488.395,35	372.443.605,90	-
SP	Avaí	3504305	641.125,74	17.833.480,05	3,60
SP	Avanhandava	3504404	1.011.748,38	27.805.595,51	3,64
SP	Balbinos	3504701	4.634.956,65	12.496.725,37	37,09
SP	Bálsamo	3504800	1.121.963,98	18.638.608,05	6,02
SP	Barbosa	3505104	-44.269,95	18.193.287,16	-
SP	Bariri	3505203	-7.371.633,57	79.147.100,07	-
SP	Barra Bonita	3505302	489.188,89	84.932.538,14	0,58
SP	Barra do Turvo	3505401	2.468.351,62	26.942.458,08	9,16
SP	Barretos	3505500	47.662.917,22	415.767.550,00	11,46
SP	Bastos	3505807	463.915,99	46.259.807,00	1,00
SP	Bauru	3506003	101.654.404,20	828.718.550,00	12,27
SP	Bebedouro	3506102	38.411.201,42	186.254.309,20	20,62
SP	Bento de Abreu	3506201	-59.580,31	15.779.176,28	-
SP	Bernardino de Campos	3506300	-2.103.992,75	24.854.790,26	-
SP	Bertioga	3506359	-4.179.119,93	325.726.000,90	-
SP	Birigui	3506508	-18.556.020,81	252.669.586,40	-
SP	Biritiba-Mirim	3506607	-1.831.297,50	54.899.454,22	-
SP	Boa Esperança do Sul	3506706	-202.582,33	37.478.829,14	-
SP	Bofete	3506904	-2.790.465,28	19.720.364,64	-
SP	Boituva	3507001	-6.754.372,52	174.791.132,60	-
SP	Bom Jesus dos Perdões	3507100	-1.950.647,74	59.742.115,02	-
SP	Bom Sucesso de Itararé	3507159	-276.777,09	12.192.492,51	-
SP	Borborema	3507407	411.590,70	41.009.229,70	1,00
SP	Bragança Paulista	3507605	-57.699.004,79	385.672.904,10	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Brejo Alegre	3507753	0,00	15.912.252,52	0,00
SP	Brotas	3507902	-12.470.667,71	71.368.900,33	-
SP	Cabreúva	3508405	-17.223.634,43	160.018.750,20	-
SP	Caçapava	3508504	13.922.144,10	207.053.142,40	6,72
SP	Caiabu	3508900	0,00	14.385.461,13	0,00
SP	Caieiras	3509007	-19.676.325,33	204.259.131,40	-
SP	Caiuá	3509106	8.519.360,52	20.823.868,77	40,91
SP	Cajati	3509254	-16.317.301,10	80.603.862,54	-
SP	Campinas	3509502	1.114.005.806,00	3.724.645.540,00	29,91
SP	Campo Limpo Paulista	3509601	38.284.056,00	159.002.930,80	24,08
SP	Cândido Mota	3510005	0,00	79.873.364,27	0,00
SP	Canitar	3510153	-2.130,57	15.610.842,83	-
SP	Capão Bonito	3510203	15.201.914,21	105.348.354,90	14,43
SP	Capivari	3510401	21.598.996,05	147.431.607,00	14,65
SP	Carapicuíba	3510609	-23.552.096,86	391.609.267,80	-
SP	Castilho	3511003	-127.951,45	76.161.174,82	-
SP	Catanduva	3511102	38.266.228,48	327.479.515,50	11,69
SP	Cerqueira César	3511409	-780.090,88	48.859.448,30	-
SP	Cesário Lange	3511607	-1.276.325,31	42.991.255,10	-
SP	Conchal	3512209	1.922.166,74	71.372.588,28	2,69
SP	Conchas	3512308	258.562,60	44.687.494,90	0,58
SP	Cordeirópolis	3512407	-4.282.057,83	106.701.051,30	-
SP	Coronel Macedo	3512605	1.369.701,43	16.492.127,46	8,31
SP	Corumbataí	3512704	-1.786.765,96	19.569.040,16	-
SP	Cotia	3513009	12.742.415,69	645.854.650,90	1,97
SP	Cravinhos	3513108	7.254.111,92	92.714.191,89	7,82
SP	Cruzália	3513306	0,00	13.535.282,17	0,00
SP	Diadema	3513801	106.664.019,70	955.350.862,60	11,16
SP	Dumont	3514601	-1.420.988,16	22.779.349,03	-
SP	Elias Fausto	3514908	-3.442.470,11	45.351.223,06	-
SP	Espírito Santo do Pinhal	3515186	-10.643.517,89	88.479.184,18	-
SP	Espírito Santo do Turvo	3515194	-2.588.803,26	16.180.479,97	-
SP	Fernandópolis	3515509	-6.606.869,87	142.356.576,20	-
SP	Fernando Prestes	3515608	-1.710.996,31	17.131.984,34	-
SP	Floreal	3515905	-582.870,61	13.218.785,89	-
SP	Franca	3516200	-199.208.571,70	583.321.546,40	-
SP	Francisco Morato	3516309	-12.710.078,12	240.383.715,20	-
SP	Franco da Rocha	3516408	-39.213.148,99	235.731.096,30	-
SP	Garça	3516705	-18.226.466,06	114.990.058,00	-
SP	Gastão Vidigal	3516804	-21.991,90	12.976.952,28	-
SP	Gavião Peixoto	3516853	-8.827.087,24	25.135.000,46	-
SP	General Salgado	3516903	3.220.431,60	28.894.125,25	11,15
SP	Getulina	3517000	-202.095,87	24.680.568,68	-
SP	Glicério	3517109	-3.085.394,20	16.812.561,85	-
SP	Guaiçara	3517208	924.100,21	24.639.930,53	3,75
SP	Guaíra	3517406	-2.043.848,90	136.823.179,00	-
SP	Guapiaçu	3517505	182.742,65	51.817.691,32	0,35
SP	Guará	3517703	-94.914,78	54.608.217,60	-
SP	Guaraçaí	3517802	45.307,63	22.424.034,38	0,20
SP	Guaraci	3517901	4.454.472,20	37.065.839,01	12,02
SP	Guararema	3518305	-5.917.842,04	153.623.959,60	-
SP	Guaratinguetá	3518404	5.915.562,55	251.862.797,50	2,35
SP	Guareí	3518503	-3.207.393,79	31.103.952,81	-
SP	Guarujá	3518701	341.938.493,50	1.020.055.910,00	33,52
SP	Guatapará	3518859	1.256.284,74	25.023.381,25	5,02
SP	Guzolândia	3518909	-4.359.585,75	14.861.219,25	-
SP	Holambra	3519055	3.399.484,06	57.083.740,49	5,96
SP	Hortolândia	3519071	15.473.754,81	564.408.993,60	2,74
SP	Iacanga	3519105	-114.898,27	35.484.984,25	-
SP	Ibaté	3519303	13.003.491,49	68.875.453,92	18,88
SP	Ibirarema	3519501	-5.020.838,68	21.053.929,74	-
SP	Ibitinga	3519600	-2.186.580,14	107.769.843,10	-
SP	Igaraçu do Tietê	3520004	-13.114.283,42	47.404.674,52	-
SP	Igarapava	3520103	34.083.476,93	69.733.986,13	48,88
SP	Iguape	3520301	3.654.491,53	88.179.226,44	4,14
SP	Ilhabela	3520400	-173.544.883,20	371.373.774,30	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Ilha Comprida	3520426	-417.174,21	132.261.172,90	-
SP	Indaiatuba	3520509	-372.377.036,90	765.139.895,70	-
SP	Indiaporã	3520707	-805.092,39	16.134.094,48	-
SP	Ipaussu	3520905	3.043.793,94	35.978.182,18	8,46
SP	Ipeúna	3521101	-3.344.423,20	24.205.495,33	-
SP	Iporanga	3521200	4.401.361,82	17.966.126,16	24,50
SP	Ipuã	3521309	-6.382.402,53	46.231.206,76	-
SP	Irapuru	3521606	1.412.750,73	15.482.920,26	9,12
SP	Itaberá	3521705	-1.932.310,22	40.139.926,09	-
SP	Itaí	3521804	-9.473.249,29	65.573.311,51	-
SP	Itaju	3522000	-87.078,94	16.901.693,33	-
SP	Itapecerica da Serra	3522208	-68.010.788,47	328.726.261,60	-
SP	Itapeva	3522406	15.089.786,99	247.791.726,50	6,09
SP	Itapevi	3522505	-148.593.923,60	504.317.506,40	-
SP	Itapira	3522604	28.424.129,52	193.781.708,70	14,67
SP	Itápolis	3522703	-3.232.703,26	89.657.046,66	-
SP	Itaporanga	3522802	-3.823.892,24	32.286.989,94	-
SP	Itapuí	3522901	1.298.340,19	34.143.162,28	3,80
SP	Itaquaquecetuba	3523107	111.125.814,70	483.322.269,30	22,99
SP	Itararé	3523206	4.049.339,62	96.441.527,38	4,20
SP	Itariri	3523305	2.827.476,78	29.397.367,31	9,62
SP	Itatiba	3523404	21.795.888,06	301.822.776,80	7,22
SP	Itirapina	3523602	-9.772.671,17	52.232.871,68	-
SP	Itu	3523909	-16.949.808,25	455.928.980,30	-
SP	Itupeva	3524006	21.745.928,34	187.512.132,20	11,60
SP	Jaboticabal	3524303	96.987.958,48	201.105.625,60	48,23
SP	Jacareí	3524402	-125.795.652,20	604.494.769,30	-
SP	Jandira	3525003	-43.844.754,94	220.579.481,60	-
SP	Jardinópolis	3525102	-26.164.905,13	105.083.234,70	-
SP	Jarinu	3525201	6.578.819,36	79.801.727,88	8,24
SP	Jaú	3525300	31.777.344,61	330.516.442,10	9,61
SP	Joanópolis	3525508	408.670,21	29.125.624,88	1,40
SP	Lençóis Paulista	3526803	-23.214.837,89	179.171.125,50	-
SP	Limeira	3526902	-29.765.762,23	720.943.298,80	-
SP	Lindóia	3527009	-1.558.728,19	30.970.178,10	-
SP	Lins	3527108	-4.421.830,26	159.073.896,90	-
SP	Lorena	3527207	-21.993.422,56	164.787.727,70	-
SP	Lourdes	3527256	-167.954,76	11.620.569,74	-
SP	Lucélia	3527405	-3.222.981,91	44.487.537,03	-
SP	Lucianópolis	3527504	-16.600,00	12.605.678,59	-
SP	Mairiporã	3528502	-11.169.112,67	186.831.141,10	-
SP	Maracaí	3528809	476.526,57	37.861.691,50	1,26
SP	Mariápolis	3528908	-1.082.381,42	12.018.873,78	-
SP	Martinópolis	3529203	4.929.691,59	62.652.653,21	7,87
SP	Matão	3529302	44.228.109,63	172.018.748,50	25,71
SP	Mauá	3529401	921.596.192,40	792.665.551,60	116,27
SP	Mineiros do Tietê	3529807	1.448.344,99	25.045.300,71	5,78
SP	Mirassolândia	3530409	-236.894,38	12.869.511,33	-
SP	Moji Mirim	3530805	51.402.740,29	301.428.298,40	17,05
SP	Mombuca	3530904	-955.031,86	14.072.882,49	-
SP	Monções	3531001	-1.262.313,18	15.403.831,53	-
SP	Monte Azul Paulista	3531506	2.917.314,18	48.343.871,62	6,03
SP	Monte Mor	3531803	6.841.428,66	167.438.137,80	4,09
SP	Morungaba	3532009	-821.945,60	31.395.773,72	-
SP	Nhandeara	3532603	2.039.265,85	28.220.714,58	7,23
SP	Nova Castilho	3532868	-1.402.813,78	11.348.053,27	-
SP	Nova Europa	3532900	-388.956,74	28.055.629,34	-
SP	Nova Guataporanga	3533106	38.645,10	10.289.196,03	0,38
SP	Nova Luzitânia	3533304	-392.903,61	11.693.302,00	-
SP	Nova Odessa	3533403	-1.397.619,49	139.617.510,00	-
SP	Novo Horizonte	3533502	-8.142.735,56	94.295.812,09	-
SP	Olímpia	3533908	-66.338.907,59	163.368.898,30	-
SP	Onda Verde	3534005	-9.404.016,41	18.159.162,33	-
SP	Osasco	3534401	907.439.612,90	1.699.823.991,00	53,38
SP	Osvaldo Cruz	3534609	-7.737.745,77	65.412.081,01	-
SP	Ourinhos	3534708	41.542.757,32	274.879.541,30	15,11

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Ouroeste	3534757	3.400.867,70	59.634.134,85	5,70
SP	Pacaembu	3534906	198.454,78	29.208.629,85	0,68
SP	Palmital	3535309	2.289.231,84	59.592.192,56	3,84
SP	Paraguaçu Paulista	3535507	-3.948.127,09	105.780.521,40	-
SP	Paulistânia	3536570	-2.205.609,27	11.776.138,22	-
SP	Pederneiras	3536703	0,00	105.470.302,50	0,00
SP	Pedranópolis	3536901	-120.057,90	11.614.175,78	-
SP	Pedreira	3537107	21.166.302,16	109.040.718,10	19,41
SP	Penápolis	3537305	38.349.033,04	159.418.802,80	24,06
SP	Peruíbe	3537602	-3.707.063,41	184.583.264,70	-
SP	Piedade	3537800	-12.740.084,18	93.097.842,20	-
SP	Pindamonhangaba	3538006	-57.488.247,78	351.154.548,30	-
SP	Piquerobi	3538303	921.813,23	15.968.879,91	5,77
SP	Piquete	3538501	-4.140.456,99	23.479.251,26	-
SP	Piracaia	3538600	0,00	62.055.956,87	0,00
SP	Piracicaba	3538709	-126.487.157,00	1.243.936.740,00	-
SP	Pirajuí	3538907	4.152.524,81	49.895.220,08	8,32
SP	Pitangueiras	3539509	-10.118.955,13	91.687.309,75	-
SP	Platina	3539707	-1.548.563,68	14.004.635,57	-
SP	Poá	3539806	-27.298.486,41	384.389.544,10	-
SP	Populina	3540408	1.975.281,15	17.151.974,17	11,52
SP	Porto Feliz	3540606	-24.154.497,08	168.484.702,00	-
SP	Porto Ferreira	3540705	14.538.290,88	128.647.967,80	11,30
SP	Potim	3540754	2.085.207,38	37.023.209,76	5,63
SP	Praia Grande	3541000	-83.951.168,52	1.011.488.916,00	-
SP	Presidente Prudente	3541406	-192.146.569,60	478.635.248,50	-
SP	Promissão	3541604	-6.166.243,33	90.910.947,29	-
SP	Quadra	3541653	-1.575.153,66	15.269.114,28	-
SP	Queluz	3541901	13.933.516,44	28.050.690,87	49,67
SP	Rafard	3542107	-3.547.764,44	25.205.653,27	-
SP	Reginópolis	3542503	-36.926,22	20.915.089,90	-
SP	Registro	3542602	-9.020.790,94	143.469.718,60	-
SP	Ribeirão Bonito	3542909	-23.403,08	32.013.370,15	-
SP	Ribeirão Corrente	3543105	-2.331.278,47	16.353.790,42	-
SP	Ribeirão dos Índios	3543238	-135.551,96	11.673.555,56	-
SP	Ribeirão Pires	3543303	52.613.962,35	228.945.997,50	22,98
SP	Ribeirão Preto	3543402	103.835.016,80	1.857.426.286,00	5,59
SP	Riversul	3543501	3.007.433,83	15.166.103,09	19,83
SP	Rio das Pedras	3544004	9.795.344,71	84.038.951,50	11,66
SP	Riolândia	3544202	-3.790.698,59	29.576.693,89	-
SP	Sabino	3544608	2.921.399,67	19.770.971,84	14,78
SP	Salto	3545209	12.281.314,13	283.022.831,90	4,34
SP	Salto de Pirapora	3545308	-549.512,67	105.485.776,00	-
SP	Santa Bárbara d'Oeste	3545803	-12.959.836,49	395.033.419,20	-
SP	Santa Cruz da Conceição	3546207	-1.834.385,23	17.884.695,91	-
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	3546405	-19.895.554,32	116.270.322,70	-
SP	Santa Fé do Sul	3546603	-4.711.867,20	111.074.709,60	-
SP	Santa Gertrudes	3546702	-6.951.880,47	80.263.805,27	-
SP	Santa Isabel	3546801	-11.521.750,08	122.561.246,00	-
SP	Santa Rita do Passa Quatro	3547502	-14.555.175,48	69.349.710,66	-
SP	Santa Rosa de Viterbo	3547601	5.849.142,51	50.034.661,55	11,69
SP	Santo André	3547809	771.395.941,50	1.860.609.145,00	41,46
SP	Santo Antônio do Aracanguá	3548054	-2.734.200,47	37.141.870,37	-
SP	Santo Antônio do Jardim	3548104	-2.239.712,82	11.832.673,54	-
SP	Santos	3548500	234.819.086,50	1.847.952.425,00	12,71
SP	São Bento do Sapucaí	3548609	-968.482,09	25.289.552,77	-
SP	São Bernardo do Campo	3548708	1.213.817.532,00	2.981.262.379,00	40,71
SP	São Caetano do Sul	3548807	178.532.120,50	1.167.045.685,00	15,30
SP	São João da Boa Vista	3549102	-2.633.571,81	228.630.439,60	-
SP	São João do Pau d'Alho	3549300	-12.615,36	11.779.071,24	-
SP	São Joaquim da Barra	3549409	9.225.173,09	100.755.791,60	9,16
SP	São José do Rio Preto	3549805	-86.529.969,31	1.221.906.594,00	-
SP	São José dos Campos	3549904	39.455.816,61	2.115.354.956,00	1,87
SP	São Luís do Paraitinga	3550001	79.129,51	29.091.490,36	0,27
SP	São Paulo	3550308	75.115.199.853,00	40.440.643.720,00	185,74
SP	São Pedro do Turvo	3550506	-2.563.562,38	22.372.521,97	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	São Simão	3550902	66.011,25	50.152.462,22	0,13
SP	São Vicente	3551009	168.741.392,50	710.636.964,30	23,75
SP	Sarutaiá	3551207	1.502.837,62	12.279.544,37	12,24
SP	Sebastianópolis do Sul	3551306	-200.753,85	17.988.403,06	-
SP	Sertãozinho	3551702	-19.060.665,88	351.999.000,90	-
SP	Silveiras	3552007	1.595.278,17	22.171.671,06	7,20
SP	Socorro	3552106	-14.480.034,41	76.954.918,36	-
SP	Sorocaba	3552205	45.825.364,34	2.110.700.035,00	2,17
SP	Sud Mennucci	3552304	-153.948,73	30.011.194,20	-
SP	Sumaré	3552403	382.374.872,50	609.135.188,40	62,77
SP	Suzano	3552502	-803.068,34	539.550.341,50	-
SP	Tabatinga	3552700	-3.448.453,32	32.495.143,49	-
SP	Taboão da Serra	3552809	36.229.144,28	592.200.962,40	6,12
SP	Taiúva	3553203	-926.048,67	16.632.629,31	-
SP	Tambaú	3553302	3.582.604,98	62.941.426,20	5,69
SP	Tapiraí	3553500	-2.625.654,59	20.915.738,55	-
SP	Taquaral	3553658	-2.661.605,57	11.393.974,37	-
SP	Taquaritinga	3553708	23.489.650,40	129.385.394,80	18,15
SP	Tarumã	3553955	-4.091.526,89	47.382.191,79	-
SP	Tatuí	3554003	8.160.882,01	247.958.900,40	3,29
SP	Taubaté	3554102	-104.311.014,40	790.742.989,80	-
SP	Tejupá	3554201	-2.064.550,91	15.544.018,39	-
SP	Tietê	3554508	-4.980.271,10	117.267.999,90	-
SP	Trabiju	3554755	-940.052,35	10.519.856,49	-
SP	Tupã	3555000	12.080,08	125.342.298,80	0,01
SP	Ubatuba	3555406	-33.656.411,69	236.324.011,20	-
SP	Uchoa	3555604	9.303.167,14	27.975.589,98	33,25
SP	Vargem Grande do Sul	3556404	-3.771.837,28	75.972.889,29	-
SP	Várzea Paulista	3556503	55.292.586,97	194.602.891,70	28,41
SP	Vinhedo	3556701	716.502,70	361.350.472,00	0,20
SP	Viradouro	3556800	-259.047,43	43.083.826,14	-
SP	Vista Alegre do Alto	3556909	-2.620.414,71	22.809.730,01	-
SP	Votorantim	3557006	-9.100.568,44	241.972.194,40	-
SP	Votuporanga	3557105	-7.824.200,44	213.771.589,60	-
TO	Araguaína	1702109	53.455.296,05	278.080.956,10	19,22
TO	Porto Nacional	1718204	6.956.070,65	100.249.583,20	6,94
TO	Palmas	1721000	-137.300.009,70	803.600.596,70	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2015
data-base 30/06/2015
Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)
Posição: 16/10/2015

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	DCL 1º Semestre 2015	RCL 1º Semestre 2015	DCL/RCL
AM	Benjamin Constant	1300607	-5.805.604,01	64.454.187,31	-
AM	Juruá	1302207	-393.436,95	26.974.870,85	-
AM	Presidente Figueiredo	1303536	-14.190.294,57	138.545.337,50	-
AM	São Sebastião do Uatumã	1303957	-3.421.403,39	19.395.573,11	-
AM	Silves	1304005	-5.253.880,37	20.424.720,17	-
BA	Arataca	2902252	25.299.837,55	22.081.368,86	114,58
BA	Belo Campo	2903508	5.326.449,54	33.769.016,07	15,77
BA	Buerarema	2904704	44.736.806,26	27.131.193,80	164,89
BA	Firmino Alves	2910909	12.972.697,01	12.336.942,77	105,15
BA	Floresta Azul	2911006	41.615.221,08	17.854.353,12	233,08
BA	Irajuba	2914208	8.808.539,79	16.867.253,46	52,22
BA	Itaju do Colônia	2915403	19.184.762,18	16.829.655,74	113,99
BA	Itapé	2916203	25.974.803,66	18.799.677,16	138,17
BA	Itapitanga	2916609	16.901.237,69	19.807.395,53	85,33
BA	Maraú	2920700	18.348.915,25	43.127.363,18	42,55
BA	Nova Canaã	2922706	17.440.227,32	28.240.418,12	61,76
BA	Planaltino	2924900	1.689.252,94	17.428.676,47	9,69
BA	Santa Inês	2927903	8.347.123,52	18.591.521,51	44,90
BA	Santa Teresinha	2928505	14.182.760,55	20.414.106,75	69,48
BA	São José da Vitória	2929354	19.605.857,47	12.734.814,66	153,95
BA	Una	2932507	53.558.882,99	45.291.766,18	118,25
BA	Uruçuca	2932705	32.536.096,29	33.539.999,32	97,01
CE	Altaneira	2300606	6.207.499,02	17.978.863,75	34,53
CE	Ararendá	2301257	2.851.521,62	23.384.827,03	12,19
CE	Araripe	2301307	-7.922.399,10	44.831.023,21	-
CE	Aurora	2301703	-610.195,69	40.475.206,64	-
CE	Barro	2302008	9.019.149,44	33.856.949,12	26,64
CE	Cariús	2303303	15.462.030,88	34.864.629,60	44,35
CE	Farias Brito	2304301	-5.106.188,20	40.535.091,84	-
CE	General Sampaio	2304608	3.317.569,28	19.799.088,56	16,76
CE	Graça	2304657	-1.336.931,94	30.206.783,72	-
CE	Guaramiranga	2305100	10.247.067,20	16.578.685,95	61,81
CE	Ipaporanga	2305654	10.991.175,36	23.424.434,58	46,92
CE	Ipaumirim	2305704	2.034.128,53	22.868.327,96	8,89
CE	Jaguaretama	2306702	17.108.790,66	32.424.752,52	52,76
CE	Jucás	2307403	19.764.498,20	42.631.706,93	46,36
CE	Mauriti	2308104	10.450.370,53	83.308.484,06	12,54
CE	Missão Velha	2308401	32.873.271,07	56.675.588,12	58,00
CE	Mucambo	2309003	1.961.744,11	31.123.538,68	6,30
CE	Nova Olinda	2309201	-8.377.672,62	33.711.648,09	-
CE	Palhano	2310001	6.917.213,51	18.220.020,65	37,96
CE	Parambu	2310308	-15.491.816,27	60.867.949,99	-
CE	Pereiro	2310803	208.414,67	30.178.953,14	0,69
CE	Pires Ferreira	2310951	-41.728,64	23.758.587,47	-
CE	Poranga	2311009	-102.573,30	25.127.576,40	-
CE	Potengi	2311207	11.296.004,53	23.169.223,87	48,75
CE	Quixeré	2311504	2.192.872,74	40.676.008,34	5,39
CE	Reriutaba	2311702	5.848.871,91	36.389.557,04	16,07
CE	Salitre	2311959	-1.931.005,02	35.102.571,14	-
CE	Santana do Cariri	2312106	11.926.100,54	34.486.231,00	34,58
CE	São Gonçalo do Amarante	2312403	-43.761.890,85	209.011.974,80	-
CE	Tarrafas	2313252	-1.112.156,35	19.635.161,13	-
CE	Umari	2313708	2.771.536,47	16.415.246,96	16,88
ES	Afonso Cláudio	3200102	-10.643.427,11	68.558.371,77	-
ES	Anchieta	3200409	-30.026.748,42	277.806.833,70	-
ES	Baixo Guandu	3200805	-15.415.684,97	71.352.587,67	-
ES	Boa Esperança	3201001	-3.450.480,81	38.819.894,37	-
ES	Castelo	3201407	-19.166.916,94	81.761.982,12	-
ES	Domingos Martins	3201902	-14.558.239,09	89.776.643,49	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

ES	Ecoporanga	3202108	-9.247.388,67	54.456.496,35	-
ES	Governador Lindenberg	3202256	-7.624.898,40	29.237.924,45	-
ES	Ibatiba	3202454	-13.979.542,31	49.901.466,05	-
ES	Itaguaçu	3202702	-2.582.445,32	36.229.721,96	-
ES	Itarana	3202900	-8.284.464,45	28.698.418,19	-
ES	Marataízes	3203320	-123.350.286,10	175.589.705,10	-
ES	Marechal Floriano	3203346	-8.355.150,85	42.288.007,65	-
ES	Pancas	3204005	-11.471.707,04	44.852.546,67	-
ES	Piúma	3204203	-26.387.291,22	72.197.485,04	-
ES	São José do Calçado	3204807	-8.336.388,98	30.746.973,45	-
ES	São Roque do Canaã	3204955	-7.616.969,84	26.763.640,63	-
ES	Sooretama	3205010	-7.461.003,11	60.904.432,02	-
GO	Chapadão do Céu	5205471	-13.244.853,31	44.576.713,29	-
GO	Colinas do Sul	5205521	0,00	7.603.017,00	0,00
GO	Itajá	5210802	701.312,11	16.515.550,75	4,25
GO	Mozarlândia	5214002	0,00	19.643.666,43	0,00
GO	Sanclerlândia	5219001	0,00	8.488.819,66	0,00
GO	Santa Helena de Goiás	5219308	-7.336.411,68	73.078.413,24	-
GO	Santa Terezinha de Goiás	5219704	0,00	9.239.207,40	0,00
GO	Vicentinópolis	5222054	0,00	11.248.572,52	0,00
MA	Amarante do Maranhão	2100600	0,00	61.040.251,84	0,00
MA	Arame	2100956	-3.200.470,72	48.494.113,09	-
MA	Bernardo do Mearim	2101939	-1.205.318,12	14.149.038,77	-
MA	Bom Lugar	2102077	-2.804.018,56	24.331.746,21	-
MA	Buritirana	2102358	-1.157.745,55	25.296.009,14	-
MA	Cajapió	2102408	-1.130.992,64	17.624.040,91	-
MA	Campestre do Maranhão	2102556	-4.497.628,47	25.767.051,68	-
MA	Colinas	2103505	0,00	68.055.124,18	0,00
MA	Feira Nova do Maranhão	2104073	0,00	15.680.780,31	0,00
MA	Fernando Falcão	2104081	0,00	21.808.205,57	0,00
MA	Igarapé Grande	2105203	-1.018.179,15	21.450.163,39	-
MA	Itinga do Maranhão	2105427	-3.612.269,00	25.705.935,72	-
MA	João Lisboa	2105500	-4.772.617,69	23.916.962,30	-
MA	Lago dos Rodrigues	2105948	-479.581,94	17.164.034,33	-
MA	Lima Campos	2106003	-2.088.238,60	23.951.604,91	-
MA	Mirinzal	2106805	0,00	27.078.614,72	0,00
MA	Paulo Ramos	2108108	-4.418.592,45	36.334.172,59	-
MA	Peri Mirim	2108405	-3.092.965,85	11.612.541,39	-
MA	Pindaré-Mirim	2108504	0,00	65.628.012,77	0,00
MA	Poção de Pedras	2108900	-4.473.532,93	37.663.509,65	-
MA	Porto Rico do Maranhão	2109056	-1.636.581,26	11.877.079,23	-
MA	Presidente Médici	2109239	-1.606.187,00	14.320.698,87	-
MA	Santa Rita	2110203	0,00	46.670.182,40	0,00
MA	Santo Amaro do Maranhão	2110278	-5.215.901,05	27.429.807,74	-
MG	Abadia dos Dourados	3100104	6.067.296,44	15.223.865,08	39,85
MG	Abre Campo	3100302	16.870.653,76	14.488.066,02	116,45
MG	Águas Vermelhas	3101003	1.781.029,46	19.136.624,67	9,31
MG	Além Paraíba	3101508	-7.993.104,53	55.995.410,12	-
MG	Alfredo Vasconcelos	3101631	-540.650,82	12.289.015,94	-
MG	Almenara	3101706	8.111.104,61	57.940.871,14	14,00
MG	Alto Caparaó	3102050	-1.346.232,22	12.660.488,17	-
MG	Alvorada de Minas	3102407	-8.287.226,74	28.729.047,11	-
MG	Amparo do Serra	3102506	-927.476,70	10.832.821,79	-
MG	Andradas	3102605	-482.037,00	65.382.922,66	-
MG	Angelândia	3102852	208.448,79	16.640.931,17	1,25
MG	Antônio Dias	3103009	0,00	23.732.267,51	0,00
MG	Araçaí	3103207	-897.811,91	9.840.347,93	-
MG	Araçuaí	3103405	-1.502.270,85	49.557.399,94	-
MG	Araújos	3103900	-1.916.615,34	16.585.679,31	-
MG	Arceburgo	3104106	1.536.228,23	22.029.345,77	6,97
MG	Areado	3104304	-3.497.817,69	22.198.470,08	-
MG	Argirita	3104403	-1.320.597,42	10.255.212,34	-
MG	Arinos	3104502	-1.314.643,10	31.567.500,57	-
MG	Augusto de Lima	3104809	-1.022.712,47	12.461.375,04	-
MG	Baldim	3105004	4.014.238,05	14.678.537,69	27,35
MG	Bandeira do Sul	3105301	-2.243.954,65	12.222.498,77	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Barão de Cocais	3105400	-50.248.054,00	89.262.917,00	-
MG	Belo Oriente	3106309	20.276.567,38	64.241.772,59	31,56
MG	Berilo	3106507	-1.114.268,13	18.112.783,03	-
MG	Bias Fortes	3106804	-576.406,10	9.378.903,57	-
MG	Boa Esperança	3107109	12.351.991,95	64.349.583,43	19,20
MG	Bocaiúva	3107307	19.316.637,74	73.239.482,22	26,37
MG	Bom Despacho	3107406	-17.526.949,78	83.852.879,18	-
MG	Bom Jesus da Penha	3107604	-958.787,94	14.094.946,23	-
MG	Bom Repouso	3107901	851.518,97	18.675.587,73	4,56
MG	Bonfinópolis de Minas	3108206	-169.738,72	16.320.297,37	-
MG	Botelhos	3108404	-2.594.239,31	23.840.776,65	-
MG	Brasília de Minas	3108602	7.361.277,28	58.050.836,54	12,68
MG	Brazópolis	3108909	-1.268.122,95	21.844.281,72	-
MG	Brumadinho	3109006	4.066.547,27	181.840.847,70	2,24
MG	Buenópolis	3109204	-128.113,75	18.568.410,26	-
MG	Buritizeiro	3109402	3.297.950,78	44.905.534,26	7,34
MG	Cabeceira Grande	3109451	3.555.579,81	20.770.108,17	17,12
MG	Cachoeira de Minas	3109709	-5.304.993,42	19.151.163,35	-
MG	Caetanópolis	3109907	-624.340,07	17.626.901,21	-
MG	Caeté	3110004	-1.470.038,39	65.892.317,39	-
MG	Cajuri	3110202	-1.796.835,72	11.068.665,23	-
MG	Camacho	3110400	344.619,96	9.659.905,10	3,57
MG	Camanducaia	3110509	-5.972.993,19	42.547.742,51	-
MG	Cambuí	3110608	-4.833.953,04	52.489.058,71	-
MG	Cambuquira	3110707	5.614.419,59	21.269.548,60	26,40
MG	Campanha	3110905	-1.213.830,80	28.472.816,56	-
MG	Campo Florido	3111408	66.099,45	25.882.797,37	0,26
MG	Canaã	3111705	-1.112.639,68	10.561.195,31	-
MG	Capela Nova	3112208	-568.394,51	10.233.873,94	-
MG	Capetinga	3112406	-782.044,80	13.027.011,91	-
MG	Capitólio	3112802	-4.433.773,12	23.908.996,28	-
MG	Caranaíba	3113107	-256.180,32	10.927.679,03	-
MG	Carangola	3113305	-4.071.884,19	62.514.492,31	-
MG	Carbonita	3113503	2.326.532,67	16.170.459,34	14,39
MG	Careaçu	3113602	1.372.356,24	14.073.464,29	9,75
MG	Carmo da Cachoeira	3113909	-1.935.108,52	22.938.049,89	-
MG	Carmo do Cajuru	3114204	-5.126.694,73	37.089.821,17	-
MG	Carmo do Rio Claro	3114402	1.418.388,58	35.805.485,74	3,96
MG	Carrancas	3114600	-1.407.658,86	11.735.483,92	-
MG	Carvalhópolis	3114709	-546.655,28	11.382.832,59	-
MG	Conceição da Barra de Minas	3115201	-706.167,17	10.026.994,45	-
MG	Catas Altas	3115359	-8.141.146,36	30.369.738,48	-
MG	Catuti	3115474	-1.423.109,99	11.735.423,55	-
MG	Cedro do Abaeté	3115607	-773.160,36	8.522.747,86	-
MG	Chapada do Norte	3116100	406.032,09	23.899.975,56	1,70
MG	Conceição do Mato Dentro	3117504	0,00	62.759.629,54	0,00
MG	Congonhal	3117900	-1.648.537,11	18.063.350,25	-
MG	Conquista	3118205	1.729.339,60	18.559.358,14	9,32
MG	Coração de Jesus	3118809	11.926.345,73	35.928.371,50	33,19
MG	Cordisburgo	3118908	1.563.787,20	13.417.709,66	11,65
MG	Corinto	3119104	-1.822.799,34	35.550.509,69	-
MG	Couto de Magalhães de Minas	3120102	-1.288.834,07	11.608.334,04	-
MG	Cristais	3120201	-2.855.432,13	22.988.759,10	-
MG	Cristina	3120508	-670.040,54	17.828.409,72	-
MG	Curral de Dentro	3120870	-2.316.595,45	13.642.777,52	-
MG	Delfim Moreira	3121100	-3.003.087,09	13.665.063,52	-
MG	Desterro do Melo	3121506	-1.512.444,54	10.913.893,27	-
MG	Diogo de Vasconcelos	3121704	-1.852.437,93	10.902.141,69	-
MG	Divinolândia de Minas	3122207	0,00	14.629.841,26	0,00
MG	Divisa Alegre	3122355	-4.062.833,69	14.747.038,36	-
MG	Divisa Nova	3122405	-2.934.719,40	11.984.902,57	-
MG	Dom Silvério	3122702	-2.330.913,65	11.637.522,91	-
MG	Dom Viçoso	3122801	-721.698,68	9.036.137,45	-
MG	Dona Eusébia	3122900	1.854.952,47	12.332.382,65	15,04
MG	Dores de Guanhães	3123106	-3.612.812,24	16.045.107,15	-
MG	Doresópolis	3123403	3.114.511,31	9.549.088,85	32,62

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Durandé	3123528	-1.041.674,66	13.303.359,86	-
MG	Entre Folhas	3123858	161.651,51	10.926.727,05	1,48
MG	Espera Feliz	3124203	1.620.139,67	36.069.605,30	4,49
MG	Espírito Santo do Dourado	3124401	-983.243,35	11.166.493,68	-
MG	Estiva	3124500	-1.618.996,77	17.394.860,54	-
MG	Faria Lemos	3125309	1.665.878,58	10.865.797,63	15,33
MG	Felício dos Santos	3125408	-433.762,60	12.539.468,21	-
MG	São Gonçalo do Rio Preto	3125507	2.489.337,28	10.528.279,98	23,64
MG	Ferros	3125903	-647.708,35	17.223.052,08	-
MG	Formoso	3126208	-4.046.121,34	15.455.097,04	-
MG	Franciscópolis	3126752	0,00	12.558.753,00	0,00
MG	Frei Gaspar	3126802	1.739.840,02	12.302.692,82	14,14
MG	Frei Lagonegro	3126950	-625.906,92	9.223.098,01	-
MG	Fronteira	3127008	4.274.897,43	40.829.982,68	10,47
MG	Fronteira dos Vales	3127057	318.118,02	10.005.492,09	3,18
MG	Fruta de Leite	3127073	-1.332.308,06	12.298.876,55	-
MG	Gameleiras	3127339	201.921,30	12.043.336,05	1,68
MG	Gouveia	3127602	-824.194,35	17.081.391,91	-
MG	Grão Mogol	3127800	344.740,96	33.681.815,05	1,02
MG	Guaranésia	3128303	-5.730.465,13	32.907.332,73	-
MG	Guarda-Mor	3128600	-2.818.988,98	21.912.596,79	-
MG	Guidoval	3128808	2.410.828,33	12.510.604,67	19,27
MG	Heliodora	3129202	-514.490,79	12.717.528,34	-
MG	Ibiá	3129509	21.451.514,29	49.929.847,05	42,96
MG	Ibiraci	3129707	223.296,78	25.472.214,16	0,88
MG	Ibitiúra de Minas	3129905	932.582,76	9.788.479,41	9,53
MG	Inconfidentes	3130606	-667.278,62	13.613.923,49	-
MG	Indaiabira	3130655	2.253.749,09	14.666.701,68	15,37
MG	Ingaí	3130804	-860.527,36	4.970.697,60	-
MG	Inhaúma	3131000	4.688.541,19	15.449.320,68	30,35
MG	Ipanema	3131208	4.285.564,33	29.189.522,04	14,68
MG	Ipuiúna	3131505	1.340.666,54	16.705.465,40	8,03
MG	Itacarambi	3132107	-1.274.905,35	41.396.115,26	-
MG	Itaipé	3132305	4.050.625,55	20.095.619,77	20,16
MG	Itamarandiba	3132503	1.848.977,84	52.416.928,36	3,53
MG	Itamogi	3132909	239.785,04	20.466.824,95	1,17
MG	Itamonte	3133006	8.202.243,11	27.405.444,22	29,93
MG	Itanhandu	3133105	-4.660.374,16	27.736.838,77	-
MG	Itaobim	3133303	-8.352.307,09	33.254.429,92	-
MG	Itapagipe	3133402	4.931.151,97	35.549.125,32	13,87
MG	Itapeva	3133600	-1.249.720,18	22.436.875,35	-
MG	Itaú de Minas	3133758	3.376.796,48	45.301.126,81	7,45
MG	Itueta	3134103	-3.058.702,73	12.673.134,62	-
MG	Iturama	3134400	28.551.734,20	96.139.297,13	29,70
MG	Itutinga	3134509	-1.533.344,29	12.447.979,76	-
MG	Jacutinga	3134905	-578.763,59	50.943.745,55	-
MG	Japaraíba	3135308	-635.144,53	11.509.369,54	-
MG	João Pinheiro	3136306	0,00	80.177.387,70	0,00
MG	José Gonçalves de Minas	3136520	270.730,82	11.783.049,18	2,30
MG	José Raydan	3136553	0,00	11.492.246,84	0,00
MG	Josenópolis	3136579	1.777.706,83	11.701.456,02	15,19
MG	Nova União	3136603	-2.925.361,34	11.352.812,61	-
MG	Juruaia	3136900	430.723,45	18.147.420,96	2,37
MG	Lagoa da Prata	3137205	-14.500.278,00	75.059.289,23	-
MG	Lagoa Grande	3137536	-1.938.145,15	17.731.636,24	-
MG	Lajinha	3137700	3.239.260,50	31.157.479,65	10,40
MG	Lambari	3137809	1.516.917,49	36.626.363,70	4,14
MG	Leme do Prado	3138351	-1.144.803,67	12.682.373,76	-
MG	Liberdade	3138500	-804.033,61	10.706.166,13	-
MG	Lima Duarte	3138609	-238.022,10	27.476.339,40	-
MG	Limeira do Oeste	3138625	3.905.387,12	22.556.704,09	17,31
MG	Luminárias	3138708	-2.772.206,72	11.590.152,19	-
MG	Luz	3138807	657.400,72	34.912.572,33	1,88
MG	Machacalis	3138906	1.530.036,76	13.203.276,24	11,59
MG	Madre de Deus de Minas	3139102	-464.933,38	11.826.522,93	-
MG	Mamonas	3139250	1.778.681,90	12.741.852,33	13,96

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Mar de Espanha	3139805	-2.366.501,64	17.079.364,50	-
MG	Maria da Fé	3139904	-1.969.680,74	23.928.394,90	-
MG	Mário Campos	3140159	-4.839.050,01	25.353.000,37	-
MG	Marliéria	3140308	-1.157.446,06	12.750.555,66	-
MG	Mata Verde	3140555	80.860,31	14.213.093,38	0,57
MG	Materlândia	3140605	-1.186.954,35	11.533.481,25	-
MG	Matias Cardoso	3140852	478.324,40	21.762.242,34	2,20
MG	Matipó	3140902	2.437.553,76	29.346.842,43	8,31
MG	Mato Verde	3141009	2.563.382,32	18.695.671,02	13,71
MG	Matutina	3141207	-1.066.840,37	10.817.988,79	-
MG	Medina	3141405	9.922.111,96	29.467.237,50	33,67
MG	Mercês	3141603	-1.944.923,68	18.187.386,97	-
MG	Moeda	3142304	-3.185.097,95	14.328.096,87	-
MG	Moema	3142403	-2.710.541,35	13.992.202,89	-
MG	Monjolos	3142502	-1.840.548,78	10.256.582,44	-
MG	Montalvânia	3142700	-6.412.881,63	22.023.896,78	-
MG	Monte Alegre de Minas	3142809	-2.432.250,05	45.700.802,20	-
MG	Monte Azul	3142908	1.740.410,04	29.831.574,13	5,83
MG	Monte Sião	3143401	651.866,11	45.340.348,99	1,44
MG	Morro da Garça	3143609	477.522,63	11.373.941,97	4,20
MG	Munhoz	3143807	1.844.463,06	11.676.750,17	15,80
MG	Mutum	3144003	-2.312.829,73	34.991.660,57	-
MG	Muzambinho	3144102	-2.683.742,10	37.368.108,61	-
MG	Natércia	3144409	-807.789,09	10.836.019,24	-
MG	Nazareno	3144508	-2.660.486,06	18.701.480,27	-
MG	Nepomuceno	3144607	3.883.558,06	36.198.658,30	10,73
MG	Ninheira	3144656	-545.056,60	18.635.650,65	-
MG	Nova Ponte	3145000	4.232.673,27	21.227.036,29	19,94
MG	Nova Resende	3145109	-4.942.819,28	27.928.662,50	-
MG	Novo Cruzeiro	3145307	-5.459.538,27	42.061.474,45	-
MG	Novorizonte	3145372	-3.098.877,69	11.970.384,92	-
MG	Olaria	3145406	0,00	9.223.146,29	0,00
MG	Oliveira	3145604	-12.930.337,17	40.272.138,37	-
MG	Oliveira Fortes	3145703	190.663,04	8.503.838,22	2,24
MG	Ouro Fino	3146008	-14.427.887,56	54.911.025,79	-
MG	Paineiras	3146404	896.834,04	12.100.399,42	7,41
MG	Pains	3146503	3.437.261,81	23.705.030,44	14,50
MG	Papagaios	3146909	-381.858,62	25.723.233,13	-
MG	Paraguaçu	3147204	-5.667.803,80	35.238.132,20	-
MG	Passabém	3147501	-1.579.406,84	8.699.328,02	-
MG	Passa Quatro	3147600	-5.731.200,07	25.911.711,83	-
MG	Patis	3147956	1.235.309,20	13.347.903,52	9,25
MG	Paulistas	3148400	-1.187.047,14	11.259.668,42	-
MG	Pedra Azul	3148707	6.150.071,87	39.894.973,47	15,42
MG	Pedra Bonita	3148756	608.084,19	15.379.461,79	3,95
MG	Pedra do Indaiá	3148905	435.077,12	11.652.367,55	3,73
MG	Perdões	3149903	7.037.553,46	37.057.730,43	18,99
MG	Piau	3150109	-4.630.936,61	9.134.702,80	-
MG	Piedade de Caratinga	3150158	-1.411.451,77	15.247.886,77	-
MG	Pimenta	3150505	3.172.639,53	18.553.825,94	17,10
MG	Piracema	3150604	-3.675.759,04	12.902.968,71	-
MG	Pirajuba	3150703	3.338.518,23	18.596.755,68	17,95
MG	Pitangui	3151404	1.539.687,17	37.420.859,17	4,11
MG	Piumhi	3151503	-9.867.160,69	68.716.626,21	-
MG	Planura	3151602	781.818,04	26.022.809,14	3,00
MG	Poço Fundo	3151701	-23.032.648,28	12.057.922,46	-
MG	Pompéu	3152006	19.175.040,77	55.714.739,17	34,42
MG	Ponto Chique	3152131	-2.151.230,44	10.965.244,42	-
MG	Ponto dos Volantes	3152170	-4.158.758,53	24.223.096,41	-
MG	Porto Firme	3152303	-58.065,23	14.080.443,98	-
MG	Presidente Juscelino	3153202	-2.105.828,30	11.398.642,70	-
MG	Presidente Kubitschek	3153301	1.608.033,33	10.348.320,67	15,54
MG	Prudente de Morais	3153608	1.362.847,60	17.446.122,58	7,81
MG	Quartel Geral	3153707	-5.616.794,82	13.917.868,75	-
MG	Rio Casca	3154903	-2.740.961,86	14.604.214,48	-
MG	Rio Doce	3155009	1.037.245,55	10.408.244,22	9,97

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Rio Espera	3155207	426.375,05	9.656.807,70	4,42
MG	Rio Manso	3155306	-1.163.051,02	12.954.736,18	-
MG	Rio Piracicaba	3155702	1.158.022,90	32.318.545,31	3,58
MG	Rio Vermelho	3156007	8.225.074,09	23.810.977,20	34,54
MG	Rubim	3156601	8.168.727,32	18.918.406,39	43,18
MG	Santa Cruz do Escalvado	3157401	132.051,45	12.865.839,07	1,03
MG	Santa Efigênia de Minas	3157500	0,00	10.931.247,95	0,00
MG	Santa Fé de Minas	3157609	4.919.213,18	10.642.832,72	46,22
MG	Santa Margarida	3157906	193.056,72	24.898.386,22	0,78
MG	Santa Maria de Itabira	3158003	-5.381.219,51	19.239.797,91	-
MG	Santa Maria do Suaçuí	3158201	1.402.906,40	20.175.255,11	6,95
MG	Santana de Pirapama	3158508	2.640.291,76	13.577.210,37	19,45
MG	Santana do Deserto	3158607	0,00	5.672.468,35	0,00
MG	Santana do Manhuaçu	3158904	-1.425.801,73	13.307.822,11	-
MG	Santana dos Montes	3159100	-197.972,01	5.243.563,46	-
MG	Santa Rita de Caldas	3159209	-19.364,71	15.888.373,07	-
MG	Santa Rita de Minas	3159357	413.464,96	13.099.554,07	3,16
MG	Santa Vitória	3159803	12.966.062,70	84.336.151,36	15,37
MG	Santo Antônio do Itambé	3160207	1.209.163,56	11.035.826,21	10,96
MG	Santo Antônio do Retiro	3160454	-1.058.594,42	15.652.384,05	-
MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	3160504	-192.982,60	8.909.021,43	-
MG	São Domingos do Prata	3161007	6.332.425,53	28.623.663,49	22,12
MG	São Geraldo	3161502	-1.887.198,67	16.057.352,82	-
MG	São Gonçalo do Sapucaí	3162005	-1.907.034,98	37.308.629,51	-
MG	São Gotardo	3162104	-529.652,64	52.136.183,06	-
MG	São João da Mata	3162302	0,00	9.021.252,47	0,00
MG	São João do Manhuaçu	3162559	2.342.806,59	19.600.055,39	11,95
MG	São João Evangelista	3162807	-1.769.541,00	27.814.095,12	-
MG	São Joaquim de Bicas	3162922	0,00	55.627.576,44	0,00
MG	São José da Varginha	3163102	1.474.483,57	11.224.881,86	13,14
MG	São José do Mantimento	3163607	0,00	9.338.611,74	0,00
MG	São Lourenço	3163706	10.152.712,30	109.682.275,30	9,26
MG	São Pedro da União	3163904	-964.417,10	12.225.036,71	-
MG	São Pedro do Suaçuí	3164100	230.093,95	11.469.139,49	2,01
MG	São Romão	3164209	-553.179,00	20.434.741,93	-
MG	São Tiago	3165008	-2.671.907,43	17.357.515,71	-
MG	São Tomás de Aquino	3165107	2.564.914,15	13.961.374,20	18,37
MG	São Vicente de Minas	3165305	-730.509,17	14.106.688,15	-
MG	Sapucaí-Mirim	3165404	-2.977.309,99	13.917.510,30	-
MG	Setubinha	3165552	-1.171.796,44	16.434.010,81	-
MG	Senador Amaral	3165578	-721.682,03	12.430.026,72	-
MG	Senador José Bento	3165800	-14.748,04	8.663.450,45	-
MG	Senhora do Porto	3166105	-1.585.765,45	12.871.686,36	-
MG	Serranópolis de Minas	3166956	51.614,20	11.742.361,10	0,44
MG	Serranos	3167004	-510.715,05	9.335.341,27	-
MG	Taparuba	3168051	-482.361,16	9.679.812,70	-
MG	Tapiraí	3168200	1.757.285,24	9.094.411,63	19,32
MG	Tiros	3168903	-2.725.946,24	16.121.968,47	-
MG	Tombos	3169208	-2.082.130,62	17.776.440,91	-
MG	Vargem Bonita	3170602	1.421.820,10	10.030.685,58	14,17
MG	Várzea da Palma	3170800	9.905.246,12	62.624.426,45	15,82
MG	Varzelândia	3170909	-2.283.394,78	31.134.378,46	-
MG	Vieiras	3171402	-1.513.298,51	10.710.762,54	-
MG	Virgem da Lapa	3171600	0,00	20.887.127,46	0,00
MG	Virginópolis	3171808	0,00	18.967.365,67	0,00
MG	Virgolândia	3171907	-809.020,39	13.046.114,41	-
MS	Amambai	5000609	5.154,85	83.636.191,58	0,01
MS	Anastácio	5000708	-1.975.412,49	43.322.391,47	-
MS	Antônio João	5000906	-753.421,33	25.033.704,94	-
MS	Aparecida do Taboado	5001003	-27.347.689,02	68.062.260,66	-
MS	Aquidauana	5001102	-22.703.472,98	99.849.292,18	-
MS	Bataguassu	5001904	-19.757.213,41	72.309.195,10	-
MS	Brasilândia	5002308	-872.090,76	43.521.396,34	-
MS	Caarapó	5002407	-9.123.872,63	65.804.447,16	-
MS	Caracol	5002803	9.375.184,83	18.646.193,82	50,28
MS	Cassilândia	5002902	-8.433.831,28	55.869.707,73	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	Coronel Sapucaia	5003157	352.339,10	33.185.254,49	1,06
MS	Costa Rica	5003256	-20.098.686,74	91.498.629,76	-
MS	Coxim	5003306	-7.084.816,28	78.736.307,88	-
MS	Fátima do Sul	5003801	837.099,47	35.999.824,01	2,33
MS	Figueirão	5003900	-2.132.072,15	16.118.465,88	-
MS	Iguatemi	5004304	10.454,81	37.627.713,44	0,03
MS	Inocência	5004403	-8.483.222,43	29.801.684,52	-
MS	Itaquiraí	5004601	-2.136.016,25	46.878.941,23	-
MS	Ivinhema	5004700	11.022.348,36	55.612.217,18	19,82
MS	Japorã	5004809	-2.047.269,12	23.500.952,59	-
MS	Ladário	5005202	-5.772.584,36	49.221.798,58	-
MS	Laguna Carapã	5005251	-681.631,94	31.119.256,26	-
MS	Nioaque	5005806	11.687.084,14	34.193.521,99	34,18
MS	Novo Horizonte do Sul	5006259	666.269,21	17.325.071,21	3,85
MS	Paraíso das Águas	5006275	-3.969.302,45	27.609.462,38	-
MS	Paranhos	5006358	-1.557.813,26	35.976.639,28	-
MS	Ribas do Rio Pardo	5007109	-949.930,49	72.726.692,02	-
MS	Rio Brilhante	5007208	-2.600.269,69	105.080.111,90	-
MS	Rio Negro	5007307	12.461.759,96	15.508.836,76	80,35
MS	Rio Verde de Mato Grosso	5007406	18.191.340,16	45.029.078,51	40,40
MS	Rochedo	5007505	-11.411.395,87	18.015.966,10	-
MS	Santa Rita do Pardo	5007554	-2.062.700,27	26.736.591,45	-
MS	São Gabriel do Oeste	5007695	-4.877.938,28	93.623.741,05	-
MS	Sete Quedas	5007703	-3.808.614,55	26.440.075,87	-
MS	Sidrolândia	5007901	-7.909.555,18	114.800.653,70	-
MS	Sonora	5007935	-4.315.626,80	53.218.823,06	-
MS	Tacuru	5007950	-3.304.376,96	32.641.617,28	-
MS	Taquarussu	5007976	-829.189,35	21.485.849,76	-
MS	Terenos	5008008	-17.453.843,07	45.651.142,29	-
MT	Araguainha	5101209	883.243,39	7.779.303,62	11,35
MT	Colíder	5103205	-29.642.296,90	57.669.980,51	-
MT	Conquista D'Oeste	5103361	-3.420.666,63	15.343.676,82	-
MT	Curvelândia	5103437	-2.124.927,69	11.598.495,25	-
MT	Figueirópolis D'Oeste	5103809	0,00	10.030.316,71	0,00
MT	Itanhangá	5104542	-1.153.122,71	15.063.614,62	-
MT	Itaúba	5104559	-1.628.440,53	17.660.685,07	-
MT	Jaciara	5104807	-5.984.873,35	54.871.388,07	-
MT	Jauru	5105002	3.121.186,00	22.798.906,70	13,69
MT	Marcelândia	5105580	-2.995.553,50	27.616.593,03	-
MT	Mirassol d'Oeste	5105622	-9.129.728,99	43.105.529,90	-
MT	Nova Bandeirantes	5106158	-1.547.698,38	25.334.231,63	-
MT	Nova Santa Helena	5106190	-1.538.383,07	13.511.416,66	-
MT	Nova Canaã do Norte	5106216	-11.277.157,01	30.962.182,58	-
MT	Novo Mundo	5106265	-1.532.406,07	12.520.790,61	-
MT	Paranaíta	5106299	-23.427.224,09	43.586.317,24	-
MT	Pontal do Araguaia	5106653	-179.530,38	6.850.748,45	-
MT	Pontes e Lacerda	5106752	-26.381.639,58	67.663.470,67	-
MT	Reserva do Cabaçal	5107156	-1.048.436,25	9.535.335,04	-
MT	Santa Carmem	5107248	-1.043.899,15	16.694.194,73	-
MT	São José do Povo	5107297	-1.252.529,45	9.545.729,05	-
MT	São José do Rio Claro	5107305	-8.808.205,97	36.027.394,75	-
MT	Nova Maringá	5108907	-887.149,18	10.094.502,62	-
PA	Canaã dos Carajás	1502152	-31.175.503,66	298.549.459,90	-
PA	Jacareacanga	1503754	-14.087.047,30	75.095.874,51	-
PA	Primavera	1506104	-3.311.339,49	23.050.955,62	-
PA	Rondon do Pará	1506187	-2.765.568,21	71.727.065,29	-
PA	Terra Santa	1507979	-5.378.754,73	38.413.348,79	-
PB	Algodão de Jandaíra	2500577	0,00	10.935.270,12	0,00
PB	Areial	2501203	0,00	14.072.990,18	0,00
PB	Belém	2501906	-49.009,21	27.159.709,47	-
PB	Caiçara	2503605	-898.644,66	13.687.886,00	-
PB	Dona Inês	2505709	-159.559,91	19.978.063,93	-
PB	Esperança	2506004	7.026.095,01	53.502.485,52	13,13
PB	Jacaraú	2507309	-2.888.260,17	26.007.127,18	-
PB	Mamanguape	2508901	-5.588.887,24	58.751.769,86	-
PB	Mataraca	2509305	-1.510.208,79	23.346.505,42	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PB	Pedra Lavrada	2511103	13.659.681,69	16.336.531,91	83,61
PB	Remígio	2512705	0,00	29.867.600,54	0,00
PB	Pedro Régis	2512721	-177.600,23	11.924.819,89	-
PB	Riachão	2512747	-78.830,52	10.822.989,09	-
PB	Rio Tinto	2512903	-3.732.927,34	38.612.818,40	-
PB	Santa Cruz	2513208	4.291.320,81	12.659.845,25	33,90
PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	2515104	2.822,95	19.930.588,05	0,01
PB	Serra Branca	2515500	2.302.532,55	22.942.050,37	10,04
PE	Afogados da Ingazeira	2600104	3.419.375,15	57.075.449,54	5,99
PE	Bodocó	2602001	-1.097.371,08	57.818.923,65	-
PE	Brejinho	2602506	0,00	17.499.012,38	0,00
PE	Camutanga	2603603	-296.369,33	22.758.627,50	-
PE	Iguaraci	2606903	-2.646.173,36	20.820.634,65	-
PE	Ingazeira	2607109	285.991,21	14.335.291,54	2,00
PE	Itapetim	2607703	683.805,03	27.182.288,94	2,52
PE	Jataúba	2608008	0,00	30.859.523,33	0,00
PE	Jupi	2608305	-3.048.303,31	31.674.111,97	-
PE	Quixaba	2611533	2.122.613,68	19.070.536,86	11,13
PE	Santa Terezinha	2612802	4.766.476,62	20.352.578,02	23,42
PE	São José da Coroa Grande	2613404	3.111.464,04	35.115.082,82	8,86
PE	São José do Egito	2613602	-2.037.349,36	50.760.626,57	-
PE	Tamandaré	2614857	16.716.872,02	49.171.786,51	34,00
PE	Triunfo	2615706	-4.323.844,99	28.066.454,00	-
PI	Água Branca	2200202	145.002,15	31.744.859,57	0,46
PI	Antônio Almeida	2200806	-24.632,43	9.806.474,75	-
PI	Avelino Lopes	2201101	-222.472,93	16.458.844,47	-
PI	Barra D'Alcântara	2201176	507.337,20	9.403.746,16	5,40
PI	Bela Vista do Piauí	2201556	33.886,23	9.663.408,42	0,35
PI	Campinas do Piauí	2202109	-713.004,02	11.360.461,13	-
PI	Capitão Gervásio Oliveira	2202455	228.621,33	9.841.078,18	2,32
PI	Domingos Mourão	2203420	916.319,96	10.017.532,40	9,15
PI	Floresta do Piauí	2203859	-88.363,34	7.469.082,12	-
PI	Francinópolis	2204006	-162.719,42	9.369.965,62	-
PI	Jardim do Mulato	2205250	-132.547,34	8.904.833,50	-
PI	Jatobá do Piauí	2205276	-42.470,92	11.757.370,47	-
PI	João Costa	2205359	391.524,35	8.808.304,05	4,44
PI	Lagoinha do Piauí	2205540	7.706,13	7.594.201,13	0,10
PI	Monte Alegre do Piauí	2206605	0,00	20.998.194,92	0,00
PI	Nazaré do Piauí	2206704	51.589,00	13.197.194,01	0,39
PI	Novo Santo Antônio	2206951	-3.686,41	9.085.696,32	-
PI	Palmeirais	2207504	-6.055,19	24.805.068,44	-
PI	Parnaguá	2207603	-3.933.069,86	18.632.081,62	-
PI	Santo Inácio do Piauí	2209500	96.000,00	9.580.988,91	1,00
PI	São Francisco de Assis do Piauí	2209658	0,00	11.731.538,59	0,00
PI	São Miguel da Baixa Grande	2210383	-339.344,96	7.503.023,14	-
PI	São Miguel do Fidalgo	2210391	45.157,67	9.349.575,29	0,48
PI	Sebastião Leal	2210631	-1.159.084,23	11.677.688,19	-
PI	Simões	2210706	-245.813,60	29.671.260,00	-
PI	Tanque do Piauí	2210979	-65.091,94	8.669.977,56	-
PI	Vila Nova do Piauí	2211605	0,00	8.484.600,54	0,00
PR	Altamira do Paraná	4100459	346.341,98	12.376.137,78	2,80
PR	Altônia	4100509	3.006.092,96	40.159.688,16	7,49
PR	Alvorada do Sul	4100806	3.905.699,96	28.900.382,08	13,51
PR	Amaporã	4100905	-2.882.639,61	14.890.581,94	-
PR	Ampére	4101002	138.980,44	36.683.970,59	0,38
PR	Antônio Olinto	4101309	1.114.038,35	17.927.250,20	6,21
PR	Arapoti	4101606	-13.973.216,49	59.284.653,14	-
PR	Araruna	4101705	-452.967,68	30.717.259,00	-
PR	Ariranha do Ivaí	4101853	-744.659,15	11.507.897,77	-
PR	Assaí	4101903	-1.261.610,95	38.000.295,26	-
PR	Assis Chateaubriand	4102000	-4.121.785,75	68.898.144,14	-
PR	Astorga	4102109	1.303.177,92	49.150.510,86	2,65
PR	Balsa Nova	4102307	2.145.101,30	40.458.434,31	5,30
PR	Barbosa Ferraz	4102505	366.121,91	23.929.417,00	1,53
PR	Bela Vista da Caroba	4102752	-417.210,07	13.832.768,89	-
PR	Bituruna	4102901	1.926.640,41	40.443.043,62	4,76

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Boa Ventura de São Roque	4103040	1.205.645,57	18.294.395,16	6,59
PR	Boa Vista da Aparecida	4103057	-2.232.340,69	23.100.310,60	-
PR	Bom Sucesso	4103206	2.091.371,33	16.458.494,08	12,71
PR	Bom Sucesso do Sul	4103222	0,00	14.494.920,76	0,00
PR	Borrazópolis	4103305	5.195.713,21	16.861.876,54	30,81
PR	Brasilândia do Sul	4103370	1.599.274,77	14.477.010,94	11,05
PR	Cafeara	4103404	-1.201.965,96	10.679.624,28	-
PR	Cafelândia	4103453	1.348.912,07	46.227.710,82	2,92
PR	Cafezal do Sul	4103479	-628.299,32	13.307.855,45	-
PR	Califórnia	4103503	-3.558.027,35	17.519.322,84	-
PR	Cambará	4103602	-697.076,29	43.836.330,18	-
PR	Campina da Lagoa	4103909	2.801.975,95	33.253.553,86	8,43
PR	Campina Grande do Sul	4104006	-19.161.482,75	90.505.250,55	-
PR	Campo do Tenente	4104105	2.714.724,73	18.276.039,71	14,85
PR	Campo Magro	4104253	395.551,61	54.257.091,95	0,73
PR	Candói	4104428	-15.792.034,23	46.026.243,72	-
PR	Cantagalo	4104451	3.102.409,00	25.097.793,95	12,36
PR	Capanema	4104501	-1.917.295,91	43.222.469,78	-
PR	Catanduvas	4105003	-4.792.894,47	23.569.885,09	-
PR	Cerro Azul	4105201	-1.625.937,96	35.390.764,13	-
PR	Céu Azul	4105300	-4.464.030,01	35.389.737,21	-
PR	Cidade Gaúcha	4105607	-1.233.391,85	26.949.139,85	-
PR	Clevelândia	4105706	627.009,93	34.457.167,70	1,82
PR	Colorado	4105904	0,00	49.210.824,98	0,00
PR	Contenda	4106209	-8.021.050,15	33.426.049,96	-
PR	Corbélia	4106308	-2.419.836,63	40.246.709,31	-
PR	Coronel Vivida	4106506	-4.118.526,05	49.328.908,56	-
PR	Corumbataí do Sul	4106555	-1.633.328,01	13.192.549,49	-
PR	Cruzeiro do Iguaçu	4106571	-556.145,79	16.369.118,97	-
PR	Cruzeiro do Oeste	4106605	-1.619.032,69	44.667.231,34	-
PR	Cruzmaltina	4106852	-1.743.789,63	11.863.032,55	-
PR	Diamante D'Oeste	4107157	0,00	15.675.166,03	0,00
PR	Dois Vizinhos	4107207	10.821.680,56	83.285.556,17	12,99
PR	Douradina	4107256	-6.791.036,44	21.082.068,43	-
PR	Enéas Marques	4107405	-1.263.051,06	17.838.771,27	-
PR	Esperança Nova	4107520	-1.417.492,71	10.107.473,29	-
PR	Entre Rios do Oeste	4107538	-1.522.913,55	25.500.171,74	-
PR	Espigão Alto do Iguaçu	4107546	858.608,19	14.864.861,89	5,78
PR	Farol	4107553	-1.082.900,26	13.364.050,85	-
PR	Fernandes Pinheiro	4107736	-2.798.260,31	20.314.302,72	-
PR	Floraí	4107801	-604.407,61	14.500.810,28	-
PR	Flor da Serra do Sul	4107850	-1.864.230,38	16.771.305,67	-
PR	Floresta	4107900	-3.701.258,39	17.336.241,10	-
PR	General Carneiro	4108502	780.099,73	28.680.704,91	2,72
PR	Godoy Moreira	4108551	-2.250.030,02	10.253.723,93	-
PR	Goioerê	4108601	5.653.676,51	55.997.453,66	10,10
PR	Grandes Rios	4108700	9.267.320,88	14.288.301,61	64,86
PR	Guamiranga	4108957	740.332,96	17.925.100,10	4,13
PR	Guaporema	4109104	-1.142.117,76	10.594.163,70	-
PR	Guaraniaçu	4109302	-5.334.040,16	33.636.233,05	-
PR	Guaratuba	4109609	42.587.114,92	97.016.242,01	43,90
PR	Icaraíma	4109906	372.617,09	21.284.314,79	1,75
PR	Iguatu	4110052	541.508,38	10.024.205,81	5,40
PR	Imbituva	4110102	-3.622.888,60	52.561.212,80	-
PR	Inácio Martins	4110201	555.396,42	25.183.952,85	2,21
PR	Indianópolis	4110409	-995.067,27	15.534.907,32	-
PR	Ipiranga	4110508	-5.330.500,40	33.044.397,76	-
PR	Iretama	4110805	-11.946.760,43	25.183.330,87	-
PR	Itambaracá	4111001	-1.811.247,21	15.964.375,68	-
PR	Itapejara d'Oeste	4111209	896.928,30	25.315.256,20	3,54
PR	Itaperuçu	4111258	-1.354.316,02	41.120.149,79	-
PR	Ivaí	4111407	-1.475.209,20	24.234.967,70	-
PR	Ivaté	4111555	2.352.617,08	18.417.118,10	12,77
PR	Jaboti	4111704	-929.593,24	12.878.901,02	-
PR	Jacarezinho	4111803	-8.552.611,68	81.852.954,55	-
PR	Jaguariaíva	4112009	-2.078.590,62	69.305.460,59	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Janiópolis	4112207	-617.965,55	16.453.814,67	-
PR	Japurá	4112405	-2.536.610,82	19.205.992,01	-
PR	Jussara	4113007	-319.184,10	20.587.835,15	-
PR	Kaloré	4113106	2.281.613,22	12.610.866,94	18,09
PR	Lapa	4113205	-54.757.015,50	93.433.863,56	-
PR	Laranjal	4113254	-311.767,45	14.649.612,38	-
PR	Lindoeste	4113452	-909.594,74	14.894.671,10	-
PR	Loanda	4113502	-7.213.908,27	42.177.371,04	-
PR	Lobato	4113601	-1.203.347,35	15.170.302,92	-
PR	Lunardelli	4113759	2.654.197,53	13.877.217,56	19,13
PR	Lupionópolis	4113809	75.700,94	13.928.933,26	0,54
PR	Mallet	4113908	5.452.275,51	27.698.629,16	19,68
PR	Mandaguaçu	4114104	-4.045.328,98	40.841.249,17	-
PR	Mandaguari	4114203	7.970.421,58	74.247.114,34	10,73
PR	Mandirituba	4114302	7.361.002,55	47.527.807,99	15,49
PR	Manoel Ribas	4114500	-1.710.131,38	30.951.904,99	-
PR	Maria Helena	4114708	-2.590.315,47	14.008.055,63	-
PR	Marialva	4114807	-5.823.461,95	69.688.526,39	-
PR	Marilena	4115002	-1.226.983,75	15.524.214,44	-
PR	Mariluz	4115101	761.827,09	22.461.003,67	3,39
PR	Mariópolis	4115309	-109.828,94	18.081.020,94	-
PR	Maripá	4115358	-3.214.257,50	22.533.959,54	-
PR	Marumbi	4115507	1.195.006,22	13.224.617,50	9,04
PR	Mato Rico	4115739	-843.443,56	13.492.155,74	-
PR	Mercedes	4115853	-4.479.312,62	23.233.080,60	-
PR	Mirador	4115903	6.083.287,29	11.192.842,70	54,35
PR	Missal	4116059	-3.331.735,33	38.182.928,85	-
PR	Moreira Sales	4116109	-445.960,36	24.487.425,73	-
PR	Munhoz de Melo	4116307	-273.585,79	13.253.720,79	-
PR	Nova Aliança do Ivaí	4116505	-520.327,51	9.294.550,61	-
PR	Nova América da Colina	4116604	273.817,13	12.280.887,34	2,23
PR	Nova Aurora	4116703	-1.231.335,04	31.544.840,54	-
PR	Nova Cantu	4116802	-1.434.064,83	16.451.915,04	-
PR	Nova Esperança	4116901	2.850.661,36	49.145.944,00	5,80
PR	Nova Esperança do Sudoeste	4116950	1.208.737,37	15.378.574,57	7,86
PR	Nova Laranjeiras	4117057	-2.314.045,26	25.204.044,95	-
PR	Nova Londrina	4117107	14.289.788,63	26.444.976,31	54,04
PR	Nova Santa Bárbara	4117214	-1.569.277,04	12.707.323,08	-
PR	Nova Santa Rosa	4117222	-2.579.081,65	23.240.548,94	-
PR	Nova Prata do Iguaçu	4117255	4.377.545,91	28.172.620,11	15,54
PR	Nova Tebas	4117271	-1.800.499,52	18.087.825,91	-
PR	Ortigueira	4117305	-26.099.170,85	67.228.698,28	-
PR	Ouro Verde do Oeste	4117453	308.678,95	18.530.168,15	1,67
PR	Palmeira	4117701	-4.293.090,37	73.056.818,88	-
PR	Palmital	4117800	1.474.854,52	28.557.261,26	5,16
PR	Paraíso do Norte	4118006	-2.777.142,05	24.980.654,24	-
PR	Paranapoema	4118303	2.467.035,67	10.934.390,44	22,56
PR	Pato Bragado	4118451	-10.691.514,11	29.313.110,45	-
PR	Paula Freitas	4118600	-2.460.891,14	16.018.501,17	-
PR	Piên	4119103	1.848.711,46	29.334.545,31	6,30
PR	Pinhalão	4119202	-2.360.615,57	15.918.988,92	-
PR	Pitanga	4119608	13.091.062,39	62.948.869,71	20,80
PR	Planalto	4119806	-1.792.649,24	28.904.530,07	-
PR	Porto Amazonas	4120101	0,00	14.027.002,92	0,00
PR	Porto Rico	4120200	-2.679.492,90	13.771.482,08	-
PR	Prado Ferreira	4120333	-49.843,06	12.056.142,66	-
PR	Primeiro de Maio	4120507	-1.694.385,36	25.708.224,20	-
PR	Quatro Pontes	4120853	-3.770.465,76	15.508.899,68	-
PR	Quedas do Iguaçu	4120903	8.185.255,82	59.177.872,47	13,83
PR	Querência do Norte	4121000	-2.398.725,83	25.611.592,90	-
PR	Quitandinha	4121208	2.669.406,86	34.406.327,17	7,76
PR	Ramilândia	4121257	-867.295,33	13.406.657,52	-
PR	Realeza	4121406	86.443,17	36.204.331,06	0,24
PR	Renascença	4121604	-3.672.330,04	20.051.416,36	-
PR	Reserva	4121703	4.480.089,27	49.431.016,73	9,06
PR	Ribeirão Claro	4121802	-6.664.275,96	31.011.641,42	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Rio Azul	4122008	2.795.603,91	29.395.618,48	9,51
PR	Rio Bonito do Iguaçu	4122156	-5.920.560,82	33.707.136,27	-
PR	Rio Branco do Sul	4122206	28.911.119,34	73.554.360,12	39,31
PR	Rio Negro	4122305	-7.258.168,13	64.381.184,44	-
PR	Rondon	4122602	-3.031.314,26	22.974.010,82	-
PR	Santa Cruz de Monte Castelo	4123303	1.451.469,32	17.890.882,23	8,11
PR	Santa Fé	4123402	-2.583.012,48	23.507.799,99	-
PR	Santa Helena	4123501	-48.220.312,96	124.764.579,40	-
PR	Santa Izabel do Oeste	4123808	2.349.027,43	29.502.633,66	7,96
PR	Santa Lúcia	4123824	0,00	12.582.278,69	0,00
PR	Santa Terezinha de Itaipu	4124053	-13.859.319,32	58.334.361,43	-
PR	Santo Antônio da Platina	4124103	-6.012.398,26	74.111.156,45	-
PR	Santo Antônio do Paraíso	4124301	-4.163.320,04	12.093.191,21	-
PR	São Carlos do Ivaí	4124608	425.652,86	18.852.527,72	2,26
PR	São João	4124806	3.186.430,80	28.721.972,41	11,09
PR	São João do Ivaí	4125001	866.637,06	23.566.880,26	3,68
PR	São João do Triunfo	4125100	-506.599,70	27.895.573,86	-
PR	São Jorge d'Oeste	4125209	5.722.139,74	36.380.640,31	15,73
PR	São Jorge do Ivaí	4125308	-4.106.853,89	19.425.403,13	-
PR	São Jorge do Patrocínio	4125357	-1.223.842,04	23.182.762,67	-
PR	São José das Palmeiras	4125456	-320.006,49	12.096.832,05	-
PR	São Manoel do Paraná	4125555	-4.666.369,13	10.509.486,52	-
PR	São Mateus do Sul	4125605	-656.721,51	84.318.152,03	-
PR	São Miguel do Iguaçu	4125704	-14.542.300,14	83.242.020,69	-
PR	São Pedro do Iguaçu	4125753	-3.701.049,17	16.907.697,18	-
PR	São Pedro do Ivaí	4125803	-2.728.100,92	24.742.549,40	-
PR	São Pedro do Paraná	4125902	-1.270.696,58	12.091.424,54	-
PR	Sapopema	4126207	358.617,16	16.825.544,34	2,13
PR	Saudade do Iguaçu	4126272	-2.835.091,00	35.999.604,03	-
PR	Sengés	4126306	584.546,48	36.922.578,25	1,58
PR	Sertaneja	4126405	-4.089.194,68	22.064.285,44	-
PR	Siqueira Campos	4126603	473.554,57	36.325.018,83	1,30
PR	Sulina	4126652	979.711,71	13.410.676,13	7,31
PR	Tapejara	4126801	467.029,77	34.107.168,58	1,37
PR	Tapira	4126900	-644.454,71	15.144.216,22	-
PR	Teixeira Soares	4127007	1.884.567,19	25.918.678,66	7,27
PR	Terra Boa	4127205	-4.361.716,73	38.690.790,15	-
PR	Terra Rica	4127304	3.632.315,15	34.744.809,85	10,45
PR	Tibagi	4127502	-6.341.347,53	58.502.434,30	-
PR	Tijucas do Sul	4127601	-4.558.616,92	30.419.799,02	-
PR	Três Barras do Paraná	4127858	4.200.428,09	32.684.203,31	12,85
PR	Tunas do Paraná	4127882	-5.266.858,45	16.846.367,68	-
PR	Tupãssi	4127957	-5.118.075,45	23.592.725,45	-
PR	Wenceslau Braz	4128500	-1.392.417,03	34.603.456,90	-
PR	Vera Cruz do Oeste	4128559	-160.597,24	19.107.224,79	-
PR	Verê	4128609	158.408,48	19.105.382,66	0,83
PR	Alto Paraíso	4128625	0,00	18.357.240,12	0,00
PR	Vitorino	4128708	-3.731.357,64	18.919.322,97	-
PR	Xambrê	4128807	-434.537,33	14.673.887,73	-
RJ	Bom Jesus do Itabapoana	3300605	63.736,50	86.340.458,61	0,07
RJ	Cantagalo	3301108	-5.917.617,60	73.077.087,90	-
RJ	Itatiaia	3302254	7.911.802,00	136.012.555,00	5,82
RJ	Pirai	3304003	0,00	156.679.628,80	0,00
RJ	Porto Real	3304110	-7.218.656,10	181.005.048,60	-
RJ	Quatis	3304128	-2.109.556,50	50.216.411,80	-
RJ	Rio Claro	3304409	10.791.635,00	70.617.167,00	15,28
RJ	Rio das Flores	3304508	-1.856.244,47	42.002.275,43	-
RJ	São Francisco de Itabapoana	3304755	-1.578.178,02	107.390.231,20	-
RJ	São Sebastião do Alto	3305307	-10.770.285,50	38.530.702,10	-
RJ	Vassouras	3306206	-9.065.112,80	109.700.857,90	-
RN	Apodi	2401008	-10.825.281,71	50.824.625,67	-
RN	Areia Branca	2401107	9.285.002,43	73.279.695,86	12,67
RN	Augusto Severo	2401305	-1.887.400,46	17.297.159,45	-
RN	Bodó	2401651	-1.035.819,02	12.278.561,84	-
RN	Bom Jesus	2401701	3.955.518,19	17.628.725,29	22,44
RN	Coronel João Pessoa	2402907	-441.836,78	13.736.589,69	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RN	Cruzeta	2403004	20.509,51	16.241.523,14	0,13
RN	Doutor Severiano	2403202	3.134.681,39	14.721.730,77	21,29
RN	Fernando Pedroza	2403756	-265.227,94	9.813.598,55	-
RN	Ipanguaçu	2404705	-35.025,40	24.690.556,38	-
RN	Jardim do Seridó	2405702	-2.217.112,09	18.668.067,42	-
RN	José da Penha	2406007	0,00	12.512.388,75	0,00
RN	Lagoa d'Anta	2406205	232.489,61	13.289.973,13	1,75
RN	Lagoa de Pedras	2406304	4.223.658,53	16.016.658,76	26,37
RN	Lajes	2406700	-879.058,34	21.579.630,66	-
RN	Lajes Pintadas	2406809	-64.561,96	11.656.239,15	-
RN	Lucrécia	2406908	4.230.084,51	10.996.653,57	38,47
RN	Montanhas	2407708	-2.813.153,94	21.250.904,21	-
RN	Monte das Gameleiras	2407906	0,00	10.294.281,56	0,00
RN	Nísia Floresta	2408201	10.341.022,16	47.688.422,88	21,68
RN	Paraná	2408607	0,00	11.971.526,39	0,00
RN	Paraú	2408706	-565.135,63	10.415.076,66	-
RN	Parelhas	2408904	6.016.285,48	31.744.486,42	18,95
RN	Rio do Fogo	2408953	0,00	26.557.842,45	0,00
RN	Pedro Avelino	2409704	1.715.437,20	15.123.237,76	11,34
RN	Pedro Velho	2409803	-1.470.442,56	26.131.135,76	-
RN	Poço Branco	2410108	4.691.938,57	20.354.449,81	23,05
RN	Portalegre	2410207	0,00	14.199.104,09	0,00
RN	Rodolfo Fernandes	2411007	-673.346,58	12.594.122,27	-
RN	Ruy Barbosa	2411106	5.380.043,34	12.186.380,97	44,15
RN	Santana do Seridó	2411429	-49.635,60	9.947.910,30	-
RN	São Bento do Trairí	2411700	-1.412.505,66	12.124.782,95	-
RN	São Fernando	2411809	1.627.029,29	10.687.315,99	15,22
RN	São Francisco do Oeste	2411908	0,00	10.623.622,92	0,00
RN	São João do Sabugi	2412104	-2.651.125,20	12.054.739,24	-
RN	São Miguel	2412500	5.571.095,25	37.037.825,57	15,04
RN	São Miguel do Gostoso	2412559	5.974.603,84	21.076.291,63	28,35
RN	São Paulo do Potengi	2412609	0,00	30.546.105,06	0,00
RN	São Pedro	2412708	609.297,34	13.585.284,66	4,48
RN	Senador Elói de Souza	2413102	-1.543.526,71	13.552.017,24	-
RN	Serra de São Bento	2413300	0,00	11.201.454,02	0,00
RN	Severiano Melo	2413607	-1.190.341,85	13.596.969,58	-
RN	Taboleiro Grande	2413805	-1.346.093,14	10.037.422,46	-
RN	Tangará	2414001	8.278.019,26	25.734.981,86	32,17
RN	Timbaúba dos Batistas	2414308	-682.598,57	9.671.864,76	-
RN	Várzea	2414704	0,00	10.555.206,13	0,00
RO	Alta Floresta D'Oeste	1100015	-6.530.760,28	44.111.304,55	-
RO	Cabixi	1100031	-5.650.120,39	16.887.558,97	-
RO	Colorado do Oeste	1100064	-5.755.150,96	29.248.586,62	-
RO	Corumbiara	1100072	-3.803.630,54	22.354.123,35	-
RO	Espigão D'Oeste	1100098	-12.115.994,49	54.712.863,40	-
RO	Machadinho D'Oeste	1100130	-13.497.013,19	52.738.758,60	-
RO	Alvorada D'Oeste	1100346	-1.513.400,00	29.908.177,69	-
RO	Alto Alegre dos Parecis	1100379	-3.082.066,57	26.949.063,66	-
RO	Buritis	1100452	-10.684.703,67	59.300.848,40	-
RO	Cacaulândia	1100601	-5.503.665,86	18.541.033,20	-
RO	Cujubim	1100940	-4.201.537,60	37.095.822,32	-
RO	Governador Jorge Teixeira	1101005	-5.613.543,57	20.881.187,56	-
RO	Monte Negro	1101401	-1.335.659,04	28.762.371,81	-
RO	Nova União	1101435	-3.471.385,02	16.134.058,53	-
RO	Parecis	1101450	-3.067.147,60	14.229.838,97	-
RO	Pimenteiras do Oeste	1101468	-2.734.565,92	13.877.330,22	-
RO	Primavera de Rondônia	1101476	-2.025.411,00	11.483.990,57	-
RO	São Francisco do Guaporé	1101492	-5.237.918,52	39.206.118,30	-
RO	Seringueiras	1101500	17.002.115,66	27.032.816,39	62,89
RO	Teixeirópolis	1101559	-5.293.006,70	13.810.136,95	-
RO	Vale do Anari	1101757	-3.395.124,25	16.970.367,99	-
RS	Aceguá	4300034	-3.335.971,34	20.365.978,57	-
RS	Água Santa	4300059	-1.433.516,79	15.021.663,04	-
RS	Ajuricaba	4300208	-1.615.621,72	18.465.107,28	-
RS	Alecrim	4300307	0,00	7.814.373,78	0,00
RS	Alegria	4300455	-1.469.815,76	13.035.149,81	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Almirante Tamandaré do Sul	4300471	-1.772.107,25	11.160.151,26	-
RS	Alpestre	4300505	0,00	40.239.670,63	0,00
RS	Alto Alegre	4300554	-2.287.171,02	10.924.989,08	-
RS	Alto Feliz	4300570	-1.741.514,27	11.769.517,65	-
RS	Amaral Ferrador	4300638	1.760.472,07	14.050.550,50	12,53
RS	Ametista do Sul	4300646	-17.560.812,09	15.278.170,74	-
RS	André da Rocha	4300661	-2.360.050,64	10.411.597,49	-
RS	Anta Gorda	4300703	-205.865,94	16.187.790,67	-
RS	Antônio Prado	4300802	-3.878.853,93	33.479.606,35	-
RS	Araricá	4300877	-1.353.487,48	17.065.952,07	-
RS	Arroio do Meio	4301008	-7.271.906,36	53.536.708,11	-
RS	Arroio do Sal	4301057	-9.099.169,90	35.534.520,86	-
RS	Arroio Grande	4301305	-196.160,46	40.394.493,66	-
RS	Arvorezinha	4301404	-1.841.807,73	22.619.465,78	-
RS	Augusto Pestana	4301503	-3.307.630,71	18.789.581,38	-
RS	Áurea	4301552	-864.541,56	12.145.156,22	-
RS	Balneário Pinhal	4301636	683.163,38	34.561.717,90	1,98
RS	Barracão	4301800	-1.524.276,01	17.396.373,40	-
RS	Barra do Quaraí	4301875	-1.359.631,06	16.512.667,92	-
RS	Barra Funda	4301958	-713.673,45	13.692.645,07	-
RS	Barros Cassal	4302006	348.824,12	28.161.549,65	1,24
RS	Benjamin Constant do Sul	4302055	-1.289.524,54	10.565.673,78	-
RS	Boa Vista das Missões	4302154	-40.892,76	11.073.091,74	-
RS	Boa Vista do Buricá	4302204	-2.556.140,07	17.447.818,04	-
RS	Boa Vista do Cadeado	4302220	-1.668.338,55	14.727.487,91	-
RS	Boa Vista do Incra	4302238	-1.497.930,87	13.678.602,35	-
RS	Boa Vista do Sul	4302253	-3.098.844,30	15.268.266,55	-
RS	Bom Princípio	4302352	-3.568.774,85	41.328.506,83	-
RS	Bom Retiro do Sul	4302402	-2.111.036,61	23.252.785,21	-
RS	Boqueirão do Leão	4302451	-18.185.525,14	19.204.941,55	-
RS	Bossoroca	4302501	-1.594.051,92	20.029.570,75	-
RS	Bozano	4302584	-1.796.309,79	9.841.043,33	-
RS	Braga	4302600	621.193,76	11.008.153,21	5,64
RS	Butiá	4302709	7.961.186,97	38.930.811,45	20,45
RS	Caçapava do Sul	4302808	3.546.718,71	64.004.970,22	5,54
RS	Cacequi	4302907	2.377.265,55	29.183.410,21	8,15
RS	Cacique Doble	4303202	-1.462.129,29	12.622.574,93	-
RS	Caiçara	4303400	90.578,40	12.774.607,92	0,71
RS	Camargo	4303558	-1.092.728,24	12.836.011,46	-
RS	Campina das Missões	4303707	-2.061.359,11	15.455.072,39	-
RS	Campinas do Sul	4303806	-6.777.334,73	16.476.792,35	-
RS	Campo Novo	4304002	-1.627.488,62	14.590.925,77	-
RS	Campos Borges	4304101	-1.542.273,11	11.665.720,03	-
RS	Candiota	4304358	3.621.423,36	42.739.373,24	8,47
RS	Canela	4304408	-13.921.444,21	105.324.153,30	-
RS	Capão Bonito do Sul	4304622	-883.186,99	11.678.510,68	-
RS	Capão do Cipó	4304655	834.256,29	15.498.658,35	5,38
RS	Capivari do Sul	4304671	-3.806.088,49	15.489.528,45	-
RS	Capitão	4304697	-2.711.838,38	14.344.475,21	-
RS	Carlos Barbosa	4304804	-3.547.047,29	81.366.379,34	-
RS	Carlos Gomes	4304853	-1.058.999,34	8.527.384,64	-
RS	Caseiros	4304952	-2.492.576,13	11.656.296,12	-
RS	Catuípe	4305009	-1.841.381,57	20.996.195,34	-
RS	Centenário	4305116	-1.348.126,97	11.490.032,01	-
RS	Cerro Grande	4305157	690.163,90	11.184.635,25	6,17
RS	Chapada	4305306	-1.188.930,05	23.834.224,04	-
RS	Charqueadas	4305355	4.621.740,18	87.876.984,27	5,26
RS	Charrua	4305371	-3.278.757,60	10.413.516,50	-
RS	Chuvisca	4305447	-1.737.387,09	13.018.603,82	-
RS	Colinas	4305587	-653.549,03	11.732.737,12	-
RS	Colorado	4305603	-12.121.596,17	14.450.138,40	-
RS	Condor	4305702	-700.611,25	18.663.877,01	-
RS	Constantina	4305801	45.725,29	25.720.012,90	0,18
RS	Coqueiro Baixo	4305835	-1.275.848,99	9.734.186,05	-
RS	Coronel Barros	4305871	-2.593.792,01	13.358.555,29	-
RS	Coronel Bicaco	4305900	-11.503.394,28	18.417.408,40	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Coronel Pilar	4305934	-3.260.990,32	9.757.517,08	-
RS	Cotiporã	4305959	-1.653.248,94	14.719.145,15	-
RS	Crissiumal	4306007	-1.186.675,95	28.781.599,30	-
RS	Cristal	4306056	-5.671.258,00	17.963.840,83	-
RS	Cristal do Sul	4306072	-1.408.083,06	10.360.127,86	-
RS	Cruzeiro do Sul	4306205	-1.901.051,53	24.708.273,11	-
RS	David Canabarro	4306304	-636.327,30	12.993.874,82	-
RS	Derrubadas	4306320	0,00	12.850.666,79	0,00
RS	Dois Irmãos	4306403	-8.112.956,81	70.498.220,04	-
RS	Dois Irmãos das Missões	4306429	-636.590,39	11.484.260,59	-
RS	Dois Lajeados	4306452	-982.213,05	13.449.443,32	-
RS	Dom Feliciano	4306502	-3.318.223,26	30.774.905,04	-
RS	Dom Pedrito	4306601	-7.862.883,11	79.701.560,83	-
RS	Dona Francisca	4306700	-640.848,82	12.004.884,31	-
RS	Doutor Ricardo	4306759	-543.741,69	9.701.481,06	-
RS	Eldorado do Sul	4306767	-3.213.631,67	86.455.108,93	-
RS	Entre-Ijuís	4306932	-808.110,63	22.089.136,86	-
RS	Entre Rios do Sul	4306957	-6.902.241,73	16.180.548,22	-
RS	Ernestina	4307054	-1.823.148,51	13.273.985,22	-
RS	Herval	4307104	-1.426.412,78	18.790.993,16	-
RS	Erval Grande	4307203	-480.744,48	15.831.337,23	-
RS	Esperança do Sul	4307450	-2.659.578,01	12.052.470,84	-
RS	Estância Velha	4307609	-8.245.380,85	97.836.227,03	-
RS	Estrela	4307807	-11.162.862,52	76.469.209,38	-
RS	Eugênio de Castro	4307831	-480.993,75	12.928.990,46	-
RS	Fagundes Varela	4307864	-2.464.687,63	12.860.406,45	-
RS	Faxinal do Soturno	4308003	947.203,48	14.108.156,28	6,71
RS	Fazenda Vilanova	4308078	-1.197.136,23	14.494.701,47	-
RS	Feliz	4308102	-7.649.315,68	33.894.107,54	-
RS	Flores da Cunha	4308201	-16.692.889,24	76.790.120,82	-
RS	Floriano Peixoto	4308250	-9.787.767,95	10.076.954,12	-
RS	Fontoura Xavier	4308300	1.507.529,78	19.869.090,59	7,59
RS	Forquetinha	4308433	-2.645.988,53	10.121.937,30	-
RS	Fortaleza dos Valos	4308458	-371.451,30	22.239.525,45	-
RS	Garibaldi	4308607	-20.772.389,43	83.398.586,09	-
RS	Garruchos	4308656	180.098,23	13.046.355,00	1,38
RS	Gaurama	4308706	-7.510.940,98	16.063.715,39	-
RS	Getúlio Vargas	4308904	2.331.846,38	33.276.298,35	7,01
RS	Giruá	4309001	-9.020.659,34	50.577.279,16	-
RS	Glorinha	4309050	-4.031.997,54	26.168.130,34	-
RS	Gramado	4309100	-17.568.513,09	171.857.444,60	-
RS	Gramado dos Loureiros	4309126	571.239,63	10.079.090,81	5,67
RS	Gramado Xavier	4309159	-3.406.099,20	11.891.184,90	-
RS	Guabiju	4309258	-2.747.805,64	9.180.903,57	-
RS	Guarani das Missões	4309506	-278.786,56	17.395.670,93	-
RS	Harmonia	4309555	-2.481.774,41	18.093.061,13	-
RS	Herveiras	4309571	-2.238.545,57	10.325.238,66	-
RS	Horizontina	4309605	-10.012.181,72	61.709.322,37	-
RS	Hulha Negra	4309654	-4.247.918,87	16.833.130,40	-
RS	Humaitá	4309704	-22.340.301,93	14.452.985,51	-
RS	Ibarama	4309753	-1.030.773,19	13.249.416,44	-
RS	Ibiaçá	4309803	-3.962.257,44	16.583.153,98	-
RS	Ibiraiaras	4309902	-864.330,66	17.776.249,63	-
RS	Ibirapuitã	4309951	-321.048,63	14.561.844,23	-
RS	Igrejinha	4310108	-6.516.549,05	86.277.784,95	-
RS	Ilópolis	4310306	-1.965.775,77	12.838.803,77	-
RS	Imigrante	4310363	404.231,04	15.868.551,21	2,55
RS	Independência	4310405	1.593.784,85	16.357.788,10	9,74
RS	Inhacorá	4310413	1.379.628,53	10.174.050,86	13,56
RS	Ipê	4310439	-594.251,28	16.502.676,98	-
RS	Ipiranga do Sul	4310462	-3.135.396,14	11.346.117,98	-
RS	Iraí	4310504	223.834,07	14.490.414,22	1,54
RS	Itapuca	4310579	-1.297.732,60	9.391.082,98	-
RS	Itati	4310652	-2.068.161,39	9.810.626,39	-
RS	Itatiba do Sul	4310702	-787.563,42	12.899.737,23	-
RS	Ivorá	4310751	-12.921.120,34	9.910.707,41	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Ivoti	4310801	-4.324.718,56	58.175.909,09	-
RS	Jacuizinho	4310876	-1.041.197,14	11.241.757,21	-
RS	Jaguarão	4311007	-27.624.866,11	51.038.943,39	-
RS	Jaguari	4311106	1.542.173,32	21.151.669,83	7,29
RS	Jari	4311130	-2.244.692,63	12.514.480,56	-
RS	Jóia	4311155	-2.244.656,18	25.305.279,26	-
RS	Júlio de Castilhos	4311205	-897.472,26	48.248.099,87	-
RS	Lagoa Bonita do Sul	4311239	-1.883.033,62	9.609.499,77	-
RS	Lagoão	4311254	-1.739.167,27	13.891.856,78	-
RS	Lagoa dos Três Cantos	4311270	-401.463,52	11.058.589,32	-
RS	Lagoa Vermelha	4311304	-11.943.346,98	54.786.330,67	-
RS	Lavras do Sul	4311502	-3.259.718,86	21.944.029,30	-
RS	Lindolfo Collor	4311627	-1.261.286,96	16.929.389,69	-
RS	Linha Nova	4311643	-3.539.239,61	8.820.669,53	-
RS	Mampituba	4311734	-10.090.876,21	10.799.634,94	-
RS	Maquiné	4311775	-826.513,81	16.597.495,06	-
RS	Maratá	4311791	-2.810.192,39	12.003.979,71	-
RS	Marau	4311809	-8.445.147,37	96.902.430,90	-
RS	Marques de Souza	4312054	-1.593.575,29	14.207.843,99	-
RS	Mata	4312104	186.452,13	14.407.978,54	1,29
RS	Mato Leitão	4312153	-17.932.327,54	16.103.955,05	-
RS	Mato Queimado	4312179	-2.116.475,06	11.467.684,79	-
RS	Miraguaí	4312302	1.060.778,89	12.994.733,10	8,16
RS	Montauri	4312351	-2.190.279,56	10.637.860,40	-
RS	Monte Belo do Sul	4312385	-4.607.996,42	12.628.378,22	-
RS	Morro Redondo	4312450	-3.449.423,49	14.463.098,27	-
RS	Morro Reuter	4312476	-1.277.013,79	15.576.766,10	-
RS	Mostardas	4312500	496.663,57	30.217.399,95	1,64
RS	Muçum	4312609	-623.872,44	14.525.479,24	-
RS	Muliterno	4312625	-926.312,58	10.752.282,71	-
RS	Não-Me-Toque	4312658	-11.175.166,27	49.699.219,72	-
RS	Nicolau Vergueiro	4312674	-366.632,69	10.182.292,85	-
RS	Nonoai	4312708	6.148.648,04	26.743.489,08	22,99
RS	Nova Alvorada	4312757	-2.669.179,30	14.212.377,72	-
RS	Nova Araçá	4312807	0,00	16.179.118,85	0,00
RS	Nova Boa Vista	4312955	-2.036.531,91	11.445.511,12	-
RS	Nova Candelária	4313011	-3.741.550,86	13.818.662,97	-
RS	Nova Esperança do Sul	4313037	-375.403,37	12.619.379,85	-
RS	Nova Hartz	4313060	-1.027.831,02	42.087.264,79	-
RS	Nova Pádua	4313086	-2.191.942,31	12.053.615,55	-
RS	Nova Palma	4313102	-164.171,55	18.233.167,36	-
RS	Nova Petrópolis	4313201	-12.377.280,54	53.086.130,28	-
RS	Nova Prata	4313300	-12.136.019,72	70.584.823,12	-
RS	Novo Cabrais	4313391	-1.216.872,95	12.059.388,30	-
RS	Novo Machado	4313425	-2.597.659,58	13.035.820,50	-
RS	Novo Tiradentes	4313441	-658.827,77	10.315.079,40	-
RS	Novo Barreiro	4313490	-8.856.572,19	12.624.985,35	-
RS	Osório	4313508	-49.066.857,05	168.883.566,80	-
RS	Paim Filho	4313607	-1.725.943,31	12.730.454,58	-
RS	Palmeira das Missões	4313706	0,00	68.871.734,67	0,00
RS	Palmitinho	4313805	-2.499.700,35	16.400.949,98	-
RS	Panambi	4313904	-13.344.740,30	113.683.855,90	-
RS	Pantano Grande	4313953	205.827,54	21.976.866,65	0,94
RS	Paraí	4314001	-3.386.831,94	21.974.055,99	-
RS	Pareci Novo	4314035	-1.694.075,36	15.042.477,90	-
RS	Passa Sete	4314068	-3.270.875,04	13.549.212,00	-
RS	Passo do Sobrado	4314076	-2.574.522,26	16.318.040,72	-
RS	Paulo Bento	4314134	-1.424.372,14	11.102.202,36	-
RS	Paverama	4314159	-1.284.839,80	15.870.449,17	-
RS	Pedras Altas	4314175	-4.137.241,13	13.602.332,81	-
RS	Pejuçara	4314308	361.261,32	16.078.992,81	2,25
RS	Picada Café	4314423	-3.520.063,09	20.784.899,19	-
RS	Pinhal da Serra	4314464	-1.850.264,01	19.864.498,74	-
RS	Pinhal Grande	4314472	-2.744.957,92	20.539.398,91	-
RS	Pinheirinho do Vale	4314498	-1.095.112,14	13.215.463,72	-
RS	Pirapó	4314555	-1.310.467,86	11.078.257,46	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Planalto	4314704	0,00	20.082.350,05	0,00
RS	Pontão	4314779	-1.861.672,24	18.931.837,09	-
RS	Portão	4314803	1.921.018,86	66.846.206,65	2,87
RS	Porto Mauá	4315057	-1.091.097,08	11.036.967,54	-
RS	Porto Vera Cruz	4315073	0,00	9.915.769,26	0,00
RS	Porto Xavier	4315107	-1.353.839,55	22.967.741,88	-
RS	Pouso Novo	4315131	-1.413.598,88	9.642.187,95	-
RS	Presidente Lucena	4315149	-2.041.307,94	11.291.683,52	-
RS	Progresso	4315156	-2.284.838,28	14.791.122,71	-
RS	Protásio Alves	4315172	-1.130.478,28	10.293.238,61	-
RS	Putinga	4315206	-3.964.491,43	13.090.514,86	-
RS	Quevedos	4315321	-1.117.552,03	12.568.069,81	-
RS	Redentora	4315404	1.051.319,88	18.441.999,75	5,70
RS	Relvado	4315453	-940.770,80	9.954.274,74	-
RS	Restinga Seca	4315503	-55.630,81	32.956.046,32	-
RS	Rio dos Índios	4315552	0,00	13.461.435,99	0,00
RS	Rio Pardo	4315701	1.153.496,24	84.347.223,01	1,37
RS	Roca Sales	4315800	856.505,51	24.502.315,02	3,50
RS	Ronda Alta	4316105	-86.227,56	24.966.593,90	-
RS	Rondinha	4316204	-5.913.946,49	16.555.560,74	-
RS	Roque Gonzales	4316303	-1.410.845,92	16.653.036,15	-
RS	Rosário do Sul	4316402	33.343.544,36	62.427.242,04	53,41
RS	Saldanha Marinho	4316436	1.524.145,75	12.489.021,80	12,20
RS	Salvador das Missões	4316477	-619.089,04	13.251.603,67	-
RS	Salvador do Sul	4316501	-2.131.639,07	20.054.084,77	-
RS	Sananduva	4316600	-3.452.683,45	34.452.889,35	-
RS	Santa Clara do Sul	4316758	-4.668.658,62	16.896.668,81	-
RS	Santa Maria do Herval	4316956	-997.956,84	16.452.237,91	-
RS	Santana da Boa Vista	4317004	-2.110.986,51	17.671.846,86	-
RS	Santa Tereza	4317251	-1.165.807,68	9.107.896,18	-
RS	Santo Antônio da Patrulha	4317608	-3.128.274,93	83.328.891,98	-
RS	Santo Cristo	4317905	-884.584,98	31.199.837,23	-
RS	Santo Expedito do Sul	4317954	-706.984,75	10.648.991,08	-
RS	São Domingos do Sul	4318051	214.641,27	11.460.874,19	1,87
RS	São Francisco de Assis	4318101	-1.964.080,14	40.365.468,50	-
RS	São Jerônimo	4318408	-31.115.921,77	35.425.312,96	-
RS	São João da Urtiga	4318424	-1.687.706,14	15.022.731,52	-
RS	São João do Polêsine	4318432	-111.766,91	10.105.571,87	-
RS	São Jorge	4318440	-1.249.531,07	10.483.346,16	-
RS	São José do Herval	4318465	-582.298,40	11.088.237,90	-
RS	São José do Inhacorá	4318499	-1.261.925,99	11.044.190,04	-
RS	São José do Norte	4318507	-10.982.146,81	57.719.767,18	-
RS	São José do Ouro	4318606	-1.095.297,51	16.527.452,42	-
RS	São José do Sul	4318614	-2.242.518,36	12.639.737,46	-
RS	São Lourenço do Sul	4318804	-17.878.770,17	90.584.864,25	-
RS	São Marcos	4319000	-1.357.035,98	53.450.574,15	-
RS	São Martinho	4319109	0,00	16.088.429,59	0,00
RS	São Miguel das Missões	4319158	-2.350.328,73	25.774.402,64	-
RS	São Pedro da Serra	4319356	-2.350.838,96	13.887.456,00	-
RS	São Pedro do Butiá	4319372	-12.197.462,88	12.066.700,01	-
RS	São Pedro do Sul	4319406	-2.512.636,88	43.061.916,40	-
RS	São Sebastião do Caí	4319505	-2.358.648,44	57.061.806,18	-
RS	São Valentim	4319703	-3.180.364,41	12.650.888,18	-
RS	São Valentim do Sul	4319711	-1.782.825,14	9.832.144,20	-
RS	São Vendelino	4319752	-1.946.924,05	12.506.780,89	-
RS	São Vicente do Sul	4319802	-1.466.459,44	20.995.022,96	-
RS	Sarandi	4320107	-4.307.128,95	43.849.151,50	-
RS	Seberi	4320206	445.450,40	23.391.491,56	1,90
RS	Sede Nova	4320230	-3.982.672,31	11.820.398,64	-
RS	Selbach	4320305	-309.883,96	16.602.696,16	-
RS	Senador Salgado Filho	4320321	-1.035.727,30	11.058.556,11	-
RS	Serafina Corrêa	4320404	-2.196.909,93	40.806.555,74	-
RS	Sertão Santana	4320552	-9.278.958,21	18.417.512,18	-
RS	Sete de Setembro	4320578	238.328,10	9.927.064,91	2,40
RS	Severiano de Almeida	4320602	-1.976.517,23	13.237.617,51	-
RS	Silveira Martins	4320651	-1.087.807,83	10.319.470,93	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Sinimbu	4320677	-6.893.693,17	21.717.437,97	-
RS	Sobradinho	4320701	178,75	30.569.544,67	0,00
RS	Soledade	4320800	4.756.338,96	59.984.512,94	7,93
RS	Tabaí	4320859	-913.274,43	11.654.359,02	-
RS	Tapejara	4320909	-5.238.384,04	46.596.600,26	-
RS	Tapera	4321006	899.305,23	26.225.640,37	3,43
RS	Tapes	4321105	-3.288.814,08	34.265.164,64	-
RS	Taquari	4321303	-2.865.101,09	45.751.342,05	-
RS	Taquaruçu do Sul	4321329	-1.556.733,71	11.404.836,95	-
RS	Tavares	4321352	844.306,99	13.042.882,68	6,47
RS	Tenente Portela	4321402	3.524.201,04	31.515.613,52	11,18
RS	Terra de Areia	4321436	-477.448,27	24.316.126,55	-
RS	Teutônia	4321451	-898.627,48	69.808.473,01	-
RS	Tio Hugo	4321469	1.006.549,40	12.240.802,12	8,22
RS	Tiradentes do Sul	4321477	-2.263.217,01	13.969.894,06	-
RS	Tramandaí	4321600	-5.967.787,94	150.374.330,10	-
RS	Travesseiro	4321626	-2.292.460,29	11.122.946,64	-
RS	Três Arroios	4321634	-384.876,37	12.827.221,78	-
RS	Três Cachoeiras	4321667	-3.914.920,79	20.496.452,51	-
RS	Três de Maio	4321808	-1.698.132,16	45.147.539,26	-
RS	Três Forquilhas	4321832	1.118.862,54	11.684.231,92	9,58
RS	Três Palmeiras	4321857	-870.434,29	13.646.950,78	-
RS	Três Passos	4321907	-5.495.496,87	49.994.804,96	-
RS	Triunfo	4322004	29.496.732,57	177.299.615,40	16,64
RS	Tucunduva	4322103	211.218,61	14.999.541,64	1,41
RS	Tupanci do Sul	4322186	-837.534,00	9.752.079,17	-
RS	Tupanciretã	4322202	5.518.612,74	54.787.146,51	10,07
RS	Tupandi	4322251	-1.266.871,44	24.715.880,72	-
RS	Tuparendi	4322301	580.131,74	18.433.283,67	3,15
RS	Turuçu	4322327	-4.561.816,79	13.082.031,72	-
RS	União da Serra	4322350	0,00	9.330.731,80	0,00
RS	Unistalda	4322376	-147.561,69	10.438.145,37	-
RS	Vale Verde	4322525	-935.684,02	11.797.489,84	-
RS	Vale do Sol	4322533	-5.855.637,18	24.208.941,16	-
RS	Vale Real	4322541	-700.011,16	15.340.314,46	-
RS	Vanini	4322558	-1.121.689,36	10.405.913,50	-
RS	Vera Cruz	4322707	-9.303.481,62	55.927.577,73	-
RS	Veranópolis	4322806	-10.767.696,23	70.880.663,92	-
RS	Vespasiano Correa	4322855	-2.247.592,53	10.832.739,06	-
RS	Vicente Dutra	4323101	-2.177.239,42	12.322.538,27	-
RS	Victor Graeff	4323200	-2.600.923,26	13.975.229,28	-
RS	Vila Flores	4323309	-1.699.201,42	15.269.236,19	-
RS	Vila Lângaro	4323358	-1.441.566,67	12.239.729,99	-
RS	Vila Maria	4323408	-659.895,64	15.845.207,89	-
RS	Vista Alegre	4323507	-844.704,10	10.791.651,23	-
RS	Vista Alegre do Prata	4323606	-944.545,65	12.214.648,50	-
RS	Westfalia	4323770	-2.280.595,28	16.383.163,10	-
RS	Xangri-lá	4323804	-27.713.586,02	82.786.942,23	-
SC	Abdon Batista	4200051	-3.590.263,09	16.176.431,63	-
SC	Abelardo Luz	4200101	-5.644.281,92	46.439.250,43	-
SC	Agronômica	4200309	-307.889,26	14.140.789,09	-
SC	Água Doce	4200408	-6.423.440,52	22.154.478,14	-
SC	Águas de Chapecó	4200507	-66.320,91	14.744.260,92	-
SC	Águas Frias	4200556	-2.209.194,12	11.158.103,22	-
SC	Anchieta	4200804	-1.817.282,21	14.984.442,55	-
SC	Angelina	4200903	745.187,12	15.338.164,46	4,86
SC	Antônio Carlos	4201208	-2.744.331,21	25.818.966,27	-
SC	Apiúna	4201257	-3.325.686,86	29.242.966,85	-
SC	Arabutã	4201273	-620.671,66	16.025.618,00	-
SC	Arvoredo	4201653	-579.780,61	11.862.569,61	-
SC	Ascurra	4201703	-1.422.451,77	15.668.020,82	-
SC	Atalanta	4201802	-356.483,48	11.232.082,06	-
SC	Aurora	4201901	384.431,13	15.715.019,82	2,45
SC	Bela Vista do Toldo	4202131	863.988,94	16.403.101,72	5,27
SC	Belmonte	4202156	-641.480,91	10.386.011,47	-
SC	Benedito Novo	4202206	-2.840.167,31	20.424.179,07	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Bocaina do Sul	4202438	-1.500.199,99	11.757.372,73	-
SC	Bom Jardim da Serra	4202503	-6.074.549,31	12.637.245,30	-
SC	Bom Jesus	4202537	-2.479.687,88	11.727.659,28	-
SC	Bom Jesus do Oeste	4202578	-1.125.644,01	10.573.365,85	-
SC	Botuverá	4202701	-4.546.171,52	7.650.519,40	-
SC	Braço do Trombudo	4202859	-2.323.463,07	14.872.563,84	-
SC	Brunópolis	4202875	-4.156.335,37	11.530.381,61	-
SC	Caibi	4203105	-400.542,88	16.689.371,20	-
SC	Capão Alto	4203253	-670.375,41	16.640.985,74	-
SC	Campo Alegre	4203303	-1.532.564,27	30.885.145,69	-
SC	Campo Belo do Sul	4203402	-1.308.478,64	17.671.193,85	-
SC	Campos Novos	4203600	-15.972,18	100.041.868,50	-
SC	Capinzal	4203907	-9.849.234,16	65.312.162,57	-
SC	Catanduvas	4204004	-1.579.125,50	24.618.018,86	-
SC	Caxambu do Sul	4204103	-491.977,79	15.833.068,25	-
SC	Celso Ramos	4204152	-15.448,59	14.602.656,73	-
SC	Cerro Negro	4204178	-1.296.027,10	12.800.241,00	-
SC	Chapadão do Lageado	4204194	-1.573.405,64	10.748.907,23	-
SC	Cocal do Sul	4204251	401.967,20	40.432.767,50	0,99
SC	Cordilheira Alta	4204350	-1.881.259,45	17.221.591,00	-
SC	Coronel Freitas	4204400	-6.659.244,10	26.449.172,83	-
SC	Coronel Martins	4204459	373.042,08	5.664.580,12	6,59
SC	Corupá	4204509	1.356.643,85	35.305.873,11	3,84
SC	Correia Pinto	4204558	1.311.267,16	38.388.289,64	3,42
SC	Cunha Porã	4204707	-2.493.844,95	24.386.473,26	-
SC	Cunhataí	4204756	-1.781.623,11	7.866.696,19	-
SC	Curitibanos	4204806	-15.984.664,81	75.422.415,35	-
SC	Descanso	4204905	-1.958.406,94	18.279.818,29	-
SC	Dionísio Cerqueira	4205001	-5.795.537,37	37.138.614,95	-
SC	Dona Emma	4205100	-1.046.809,29	11.725.273,29	-
SC	Doutor Pedrinho	4205159	-540.021,28	10.981.576,71	-
SC	Entre Rios	4205175	-1.030.781,55	10.847.391,20	-
SC	Ermo	4205191	222.772,65	10.289.353,21	2,17
SC	Erval Velho	4205209	-4.658.765,73	14.224.506,87	-
SC	Faxinal dos Guedes	4205308	-1.381.630,31	30.626.955,24	-
SC	Forquilhinha	4205456	-5.170.121,18	60.963.306,30	-
SC	Fraiburgo	4205506	-12.617.875,74	80.939.690,18	-
SC	Frei Rogério	4205555	-2.465.346,07	10.737.027,65	-
SC	Garopaba	4205704	-5.671.198,64	48.863.269,53	-
SC	Governador Celso Ramos	4206009	-767.054,89	41.897.943,59	-
SC	Grão Pará	4206108	1.195.111,53	16.549.197,29	7,22
SC	Gravatal	4206207	270.176,40	20.378.756,52	1,33
SC	Guabiruba	4206306	-3.693.876,46	45.347.875,81	-
SC	Guaraciaba	4206405	-446.290,06	22.762.109,47	-
SC	Guarujá do Sul	4206603	-2.410.872,66	-2.410.872,66	100,00
SC	Guatambú	4206652	-2.914.772,20	18.060.070,27	-
SC	Ibicaré	4206801	-3.838.763,91	12.409.118,71	-
SC	Ibirama	4206900	-7.143.906,11	41.306.334,41	-
SC	Imbuia	4207403	-4.081.178,07	15.043.172,59	-
SC	Iomerê	4207577	-858.268,67	13.679.728,36	-
SC	Iporã do Oeste	4207650	-4.282.773,21	21.199.477,32	-
SC	Ipuaçu	4207684	1.130.695,27	18.101.450,57	6,25
SC	Iraceminha	4207759	-747.856,09	12.307.131,40	-
SC	Irani	4207809	158.761,83	21.432.020,26	0,74
SC	Irati	4207858	-1.468.499,18	9.580.014,79	-
SC	Irineópolis	4207908	-890.287,30	26.479.836,47	-
SC	Itá	4208005	1.246.417,94	33.414.682,12	3,73
SC	Itaiópolis	4208104	-5.859.494,28	45.013.485,39	-
SC	Itapiranga	4208401	-3.502.463,14	44.179.688,99	-
SC	Jacinto Machado	4208708	-2.530.138,22	22.687.109,90	-
SC	Jaguaruna	4208807	920.432,86	42.689.394,49	2,16
SC	Jardinópolis	4208955	-369.966,73	-4.910.302,53	7,53
SC	José Boiteux	4209151	-251.537,30	13.565.172,93	-
SC	Jupiá	4209177	-672.628,09	10.149.100,23	-
SC	Laguna	4209409	-6.055.088,12	86.707.954,41	-
SC	Lajeado Grande	4209458	-1.919.918,58	10.223.808,85	-

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Laurentino	4209508	-599.790,99	15.655.350,98	-
SC	Leoberto Leal	4209805	-85.471,48	11.820.242,36	-
SC	Lindóia do Sul	4209854	-2.494.985,48	14.895.453,39	-
SC	Lontras	4209904	-2.251.496,29	24.274.821,74	-
SC	Luiz Alves	4210001	-6.844.207,97	29.264.743,84	-
SC	Luzerna	4210035	-2.380.758,05	16.546.960,51	-
SC	Macieira	4210050	-5.265.897,72	10.946.029,98	-
SC	Maracajá	4210407	-2.101.794,81	16.879.449,62	-
SC	Maravilha	4210506	-5.744.076,70	54.732.616,03	-
SC	Marema	4210555	-1.438.935,63	11.630.378,07	-
SC	Massaranduba	4210605	-3.877.661,83	36.429.983,16	-
SC	Meleiro	4210803	-851.706,69	19.958.001,19	-
SC	Mirim Doce	4210852	-886.652,22	10.876.235,02	-
SC	Modelo	4210902	141.416,41	13.777.072,44	1,03
SC	Mondaí	4211009	-4.595.282,83	28.815.710,61	-
SC	Monte Carlo	4211058	-2.698.486,40	21.293.086,36	-
SC	Morro da Fumaça	4211207	-1.706.191,80	40.733.786,20	-
SC	Morro Grande	4211256	-2.074.503,11	14.328.327,55	-
SC	Nova Erechim	4211405	-1.004.468,58	15.076.580,93	-
SC	Nova Itaberaba	4211454	-2.559.365,55	14.653.468,68	-
SC	Nova Trento	4211504	-2.657.885,88	32.753.063,04	-
SC	Novo Horizonte	4211652	-724.512,23	12.750.305,97	-
SC	Orleans	4211702	-2.214.036,10	54.803.394,35	-
SC	Ouro	4211801	-3.442.650,98	17.249.310,76	-
SC	Ouro Verde	4211850	-616.216,34	12.656.018,76	-
SC	Palmeira	4212056	1.632.808,91	5.604.345,69	29,13
SC	Palmitos	4212106	-4.348.949,20	32.817.093,98	-
SC	Papanduva	4212205	2.517.417,20	37.013.102,26	6,80
SC	Passo de Torres	4212254	-2.563.184,39	17.943.693,68	-
SC	Passos Maia	4212270	-3.348.549,67	15.343.350,24	-
SC	Paulo Lopes	4212304	-676.367,28	15.368.420,17	-
SC	Pedras Grandes	4212403	-1.070.854,74	11.767.390,13	-
SC	Peritiba	4212601	-1.196.703,22	11.488.735,30	-
SC	Petrolândia	4212700	-1.833.368,29	14.742.899,28	-
SC	Balneário Piçarras	4212809	-15.674.757,85	61.797.750,94	-
SC	Pinhalzinho	4212908	-4.488.594,27	46.604.931,01	-
SC	Pinheiro Preto	4213005	-3.397.195,48	13.771.838,26	-
SC	Planalto Alegre	4213153	-248.128,70	10.902.754,12	-
SC	Ponte Alta	4213302	-451.931,23	13.369.473,25	-
SC	Ponte Alta do Norte	4213351	-2.902.252,63	11.914.344,58	-
SC	Pouso Redondo	4213708	-1.205.336,30	30.930.836,87	-
SC	Praia Grande	4213807	-965.792,96	16.413.701,85	-
SC	Presidente Castello Branco	4213906	955,27	10.274.562,30	0,01
SC	Presidente Getúlio	4214003	-4.388.207,32	37.289.469,02	-
SC	Presidente Nereu	4214102	-84.318,56	9.714.381,49	-
SC	Princesa	4214151	-5.049.010,21	10.941.067,43	-
SC	Quilombo	4214201	-2.731.497,44	23.574.584,77	-
SC	Rio das Antas	4214409	-1.426.321,61	19.931.305,07	-
SC	Rio do Campo	4214508	-1.316.351,58	14.973.999,68	-
SC	Rio do Oeste	4214607	-2.837.441,08	16.224.821,55	-
SC	Rio Fortuna	4214904	377.426,27	12.994.402,42	2,90
SC	Rio Negrinho	4215000	3.055.466,18	102.407.141,40	2,98
SC	Rodeio	4215109	-2.200.126,85	21.702.662,25	-
SC	Romelândia	4215208	2.052.607,12	12.368.873,35	16,59
SC	Saltinho	4215356	-889.532,00	11.689.183,03	-
SC	Salto Veloso	4215406	-15.639.572,66	17.117.779,15	-
SC	Sangão	4215455	-422.168,33	22.339.691,82	-
SC	Santa Cecília	4215505	715.401,59	34.594.462,44	2,07
SC	Santa Helena	4215554	-1.022.805,40	10.744.198,14	-
SC	Santa Rosa de Lima	4215604	144.378,46	10.620.481,68	1,36
SC	Santa Rosa do Sul	4215653	-1.138.616,42	16.166.350,97	-
SC	Santa Terezinha do Progresso	4215687	-1.318.900,43	9.896.871,12	-
SC	Santiago do Sul	4215695	-1.727.325,11	9.591.706,88	-
SC	São Bernardino	4215752	-1.376.945,42	11.435.711,43	-
SC	São Bonifácio	4215901	-1.361.886,87	10.623.578,69	-
SC	São Carlos	4216008	1.314.952,14	24.687.811,05	5,33

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à COONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	São Domingos	4216107	-3.739.841,34	21.107.049,81	-
SC	São João do Oeste	4216255	-1.996.365,33	18.378.020,80	-
SC	São João do Itaperiú	4216354	-133.731,81	11.687.963,35	-
SC	São Joaquim	4216503	-1.920.095,47	43.641.979,28	-
SC	São José do Cedro	4216701	-3.678.652,69	32.118.476,47	-
SC	São José do Cerrito	4216800	-2.517.649,59	18.536.003,26	-
SC	São Lourenço do Oeste	4216909	-8.497.950,01	57.378.312,75	-
SC	São Ludgero	4217006	-3.841.085,76	30.934.669,57	-
SC	São Martinho	4217105	-657.955,66	10.911.446,10	-
SC	São Miguel da Boa Vista	4217154	-355.221,93	9.255.498,92	-
SC	São Pedro de Alcântara	4217253	-1.015.352,20	13.579.294,95	-
SC	Saudades	4217303	-518.886,66	21.241.299,52	-
SC	Schroeder	4217402	-8.164.355,32	38.448.684,15	-
SC	Seara	4217501	-3.182.401,99	43.140.498,24	-
SC	Serra Alta	4217550	-675.732,46	11.205.752,01	-
SC	Sombrio	4217709	1.867.380,77	53.149.196,79	3,51
SC	Sul Brasil	4217758	-1.258.198,99	10.432.911,11	-
SC	Tigrinhos	4217956	-236.585,90	9.896.165,69	-
SC	Tijucas	4218004	4.617.583,89	89.814.815,96	5,14
SC	Timbé do Sul	4218103	-2.322.829,48	13.524.539,01	-
SC	Timbó	4218202	-24.526.011,79	108.101.395,90	-
SC	Timbó Grande	4218251	4.470.175,58	8.513.702,16	52,51
SC	Três Barras	4218301	-498.496,94	52.394.013,51	-
SC	Treviso	4218350	4.568,43	19.817.888,13	0,02
SC	Treze de Maio	4218400	-2.282.947,28	15.212.820,46	-
SC	Tunápolis	4218756	-1.376.881,52	15.759.817,05	-
SC	Turvo	4218806	-2.926.040,40	29.584.427,89	-
SC	União do Oeste	4218855	-843.948,84	11.415.155,93	-
SC	Urupema	4218954	-2.205.818,09	9.742.800,60	-
SC	Vargem Bonita	4219176	-4.289.493,63	19.969.921,53	-
SC	Vidal Ramos	4219200	-1.567.828,74	18.904.434,21	-
SC	Vitor Meireles	4219358	-1.441.482,37	13.738.740,80	-
SC	Witmarsum	4219408	-2.536.500,95	12.215.883,58	-
SC	Xavantina	4219606	-377.541,56	15.668.222,22	-
SC	Balneário Rincão	4220000	-4.309.423,20	32.212.317,41	-
SE	Arauá	2800407	-2.630.471,08	24.770.930,12	-
SE	Areia Branca	2800506	-3.074.831,45	32.826.696,79	-
SE	Boquim	2800670	-3.586.901,27	40.351.658,92	-
SE	Campo do Brito	2801009	2.047.579,91	31.451.533,73	6,51
SE	Carira	2801405	-4.836.304,08	39.043.983,31	-
SE	Cedro de São João	2801603	452.145,62	12.110.277,73	3,73
SE	Cumbe	2801900	-1.715.762,02	12.986.485,22	-
SE	Frei Paulo	2802304	-1.549.734,16	27.402.332,09	-
SE	Gracho Cardoso	2802601	-58.853,45	13.212.411,04	-
SE	Indiaroba	2802809	-4.499.023,98	33.535.030,11	-
SE	Japaratuba	2803302	-9.864.002,07	78.119.380,27	-
SE	Japoatã	2803401	-6.087.312,56	25.248.386,63	-
SE	Laranjeiras	2803609	-19.534.478,37	99.007.706,44	-
SE	Macambira	2803708	-1.096.199,54	15.527.993,64	-
SE	Malhador	2803906	-3.586.901,27	40.351.658,92	-
SE	Moita Bonita	2804102	-2.777.768,06	20.148.511,54	-
SE	Monte Alegre de Sergipe	2804201	938.856,89	23.206.701,32	4,05
SE	Nossa Senhora Aparecida	2804458	-644.354,46	17.471.337,00	-
SE	Pacatuba	2804904	10.254.540,59	33.913.038,49	30,24
SE	Pedra Mole	2805000	-494.607,99	11.095.122,86	-
SE	Pedrinhas	2805109	1.627.326,07	18.012.260,20	9,03
SE	Pinhão	2805208	0,00	7.608.934,01	0,00
SE	Pirambu	2805307	-389.693,22	43.125.956,48	-
SE	Poço Verde	2805505	1.802.216,21	34.258.086,25	5,26
SE	Porto da Folha	2805604	-2.815.661,38	44.312.673,81	-
SE	Ribeirópolis	2806008	-2.285.515,94	31.192.164,30	-
SE	Rosário do Catete	2806107	2.033.199,19	64.417.304,53	3,16
SE	Santo Amaro das Brotas	2806602	1.986.417,71	22.639.011,94	8,77
SE	São Domingos	2806800	-1.337.906,23	18.148.738,89	-
SE	Simão Dias	2807105	18.278.083,52	59.617.740,15	30,66
SE	Telha	2807303	-389.235,49	12.107.632,80	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SE	Umbaúba	2807600	-849.347,16	40.384.262,11	-
SP	Águas de Lindóia	3500501	1.675.175,33	66.713.057,61	2,51
SP	Águas de São Pedro	3500600	245.796,86	19.119.933,00	1,29
SP	Agudos	3500709	-6.756.322,19	127.229.122,70	-
SP	Altair	3500907	-268.044,80	17.036.575,96	-
SP	Alto Alegre	3501103	-1.683.405,94	15.872.842,45	-
SP	Álvares Florence	3501202	-117.016,95	15.658.676,78	-
SP	Américo Brasiliense	3501707	-9.138.371,01	77.303.128,11	-
SP	Américo de Campos	3501806	-54.404,86	17.612.779,93	-
SP	Aparecida d'Oeste	3502606	-11.548,81	13.909.771,15	-
SP	Apiaí	3502705	18.095.536,53	53.327.217,11	33,93
SP	Areias	3503505	-2.968.072,53	14.551.219,43	-
SP	Ariranha	3503703	2.912.282,17	33.378.328,77	8,73
SP	Artur Nogueira	3503802	23.316.138,87	101.804.130,80	22,90
SP	Aspásia	3503950	-178.778,21	10.772.198,20	-
SP	Bady Bassitt	3504602	-1.746.531,47	43.244.175,21	-
SP	Barrinha	3505609	24.280.898,28	61.525.881,51	39,46
SP	Bilac	3506409	-15.866.519,98	19.754.083,40	-
SP	Bocaina	3506805	-4.796.940,51	30.922.639,60	-
SP	Boracéia	3507308	-3.289.197,34	19.208.761,18	-
SP	Braúna	3507704	-18.350,94	15.526.570,60	-
SP	Buri	3508009	8.899.801,82	53.992.726,51	16,48
SP	Buritama	3508108	-7.153.899,20	50.498.599,78	-
SP	Buritizal	3508207	2.600,83	19.605.645,32	0,01
SP	Caconde	3508702	-4.742.549,14	39.531.027,77	-
SP	Cajobi	3509304	1.622.863,63	25.118.101,56	6,46
SP	Campina do Monte Alegre	3509452	292.930,25	17.236.518,59	1,70
SP	Cardoso	3510708	-3.543.077,33	34.171.540,65	-
SP	Catiguá	3511201	-2.432.955,60	17.077.837,42	-
SP	Cedral	3511300	-3.086.510,33	28.021.418,75	-
SP	Charqueada	3511706	-1.809.930,89	37.590.269,68	-
SP	Clementina	3511904	-2.280.084,86	21.042.948,17	-
SP	Colina	3512001	1.684.081,64	57.930.972,10	2,91
SP	Colômbia	3512100	1.107.119,26	32.183.499,33	3,44
SP	Coroados	3512506	238.458,79	15.688.653,73	1,52
SP	Cosmorama	3512902	-213.325,72	22.987.713,73	-
SP	Cunha	3513603	-5.338.582,51	43.567.268,42	-
SP	Dirce Reis	3513850	-1.877.657,64	10.253.322,31	-
SP	Dolcinópolis	3514205	473.411,44	10.722.234,72	4,42
SP	Dracena	3514403	-6.329.755,86	95.722.089,97	-
SP	Echaporã	3514700	-2.036.041,66	19.524.043,27	-
SP	Elisiário	3514924	-2.035.745,30	12.973.759,29	-
SP	Estrela d'Oeste	3515202	-2.906.771,66	23.930.080,25	-
SP	Fernão	3515657	-2.082.345,26	11.244.690,07	-
SP	Iacri	3519204	-1.378.433,20	8.972.049,52	-
SP	Ibirá	3519402	57.553,72	31.650.281,03	0,18
SP	Ilha Solteira	3520442	-9.658.123,95	107.691.818,30	-
SP	Iracemápolis	3521408	4.616.761,79	52.794.583,47	8,74
SP	Irapuã	3521507	-3.827.605,84	18.506.794,18	-
SP	Itajobi	3521903	-2.129.089,90	44.980.929,00	-
SP	Itapura	3523008	-2.968.194,69	19.996.858,54	-
SP	Itobi	3523800	551.004,79	13.575.353,14	4,06
SP	Jaborandi	3524204	59.601,13	21.422.739,49	0,28
SP	Jales	3524808	13.945.927,12	92.878.163,70	15,02
SP	Jambeiro	3524907	-2.992.391,30	27.701.417,25	-
SP	José Bonifácio	3525706	2.456.067,28	77.112.626,51	3,19
SP	Jumirim	3525854	-60.405,94	16.370.713,66	-
SP	Junqueirópolis	3526001	-4.529.720,91	51.161.935,16	-
SP	Lagoinha	3526308	-2.731.638,16	15.610.704,77	-
SP	Laranjal Paulista	3526407	-2.501.547,58	67.805.784,26	-
SP	Lavínia	3526506	-1.307.664,83	26.446.582,16	-
SP	Lavrinhas	3526605	-364.951,37	19.465.860,09	-
SP	Macatuba	3528007	-5.049.919,56	50.093.820,34	-
SP	Macaubal	3528106	2.736.229,70	18.666.944,16	14,66
SP	Macedônia	3528205	-2.264.041,88	13.604.539,18	-
SP	Mairinque	3528403	-2.227.515,01	125.395.333,90	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Mendonça	3529500	-1.396.253,03	20.196.247,64	-
SP	Meridiano	3529609	4.034.670,08	18.697.163,47	21,58
SP	Mesópolis	3529658	-67.181,96	12.930.383,18	-
SP	Miracatu	3529906	-3.794.757,17	58.180.914,25	-
SP	Mira Estrela	3530003	-1.120.934,52	14.816.357,10	-
SP	Monte Alegre do Sul	3531209	-129.143,37	21.990.371,82	-
SP	Monte Alto	3531308	-14.777.988,56	119.265.528,50	-
SP	Monte Aprazível	3531407	-753.899,68	49.126.405,88	-
SP	Monte Castelo	3531605	-12.789,74	15.578.416,12	-
SP	Murutinga do Sul	3532108	-554.320,77	15.847.220,25	-
SP	Natividade da Serra	3532306	1.105.942,76	21.930.958,54	5,04
SP	Nova Aliança	3532801	-1.791.541,58	18.624.074,93	-
SP	Nova Campina	3532827	-5.149.387,86	24.602.904,24	-
SP	Nova Granada	3533007	-43.419,36	38.693.412,91	-
SP	Nova Independência	3533205	-1.849.085,46	18.301.305,12	-
SP	Novais	3533254	-294.244,28	15.124.407,10	-
SP	Oriente	3534104	1.301.196,43	15.026.390,22	8,66
SP	Orindiúva	3534203	-3.462.383,84	26.727.724,05	-
SP	Orlândia	3534302	-4.805.774,13	124.652.736,50	-
SP	Palmares Paulista	3535101	-352.940,26	21.574.923,93	-
SP	Paraibuna	3535606	-40.156.098,81	50.836.394,86	-
SP	Paranapuã	3535903	-75.871,94	13.023.728,58	-
SP	Parapuã	3536000	-1.745.706,19	24.746.336,65	-
SP	Pardinho	3536109	-2.013.681,15	26.387.131,13	-
SP	Pariquera-Açu	3536208	-5.785.876,89	36.407.232,77	-
SP	Parisi	3536257	-56.958,00	12.857.120,88	-
SP	Pedra Bela	3536802	157.267,25	15.513.510,42	1,01
SP	Pedrinhas Paulista	3537156	0,00	15.374.739,97	0,00
SP	Pedro de Toledo	3537206	-3.130.844,42	28.090.812,43	-
SP	Pilar do Sul	3537909	-8.447.647,68	56.074.259,50	-
SP	Pirangi	3539004	-4.395.317,78	25.401.593,76	-
SP	Pirapozinho	3539202	-1.479.234,43	52.240.045,34	-
SP	Planalto	3539608	-1.026.653,45	20.216.861,56	-
SP	Pongaí	3540101	-82.820,29	14.567.809,97	-
SP	Pontal	3540200	15.970.485,47	83.725.104,94	19,07
SP	Potirendaba	3540804	-2.381.703,79	47.780.328,27	-
SP	Pracinha	3540853	-659.533,03	10.426.079,18	-
SP	Pradópolis	3540903	681.078,41	54.614.456,91	1,25
SP	Pratânia	3541059	-2.269.558,38	15.962.998,65	-
SP	Presidente Alves	3541109	1.108.824,02	12.218.666,53	9,07
SP	Presidente Epitácio	3541307	8.259.387,11	83.322.761,72	9,91
SP	Quatá	3541703	0,00	34.447.175,48	0,00
SP	Ribeirão Grande	3543253	-3.751.581,08	24.849.728,30	-
SP	Rifaina	3543600	-11.251,60	24.951.826,81	-
SP	Rincão	3543709	-126.347,69	26.388.581,63	-
SP	Rinópolis	3543808	-1.513.855,27	11.886.475,05	-
SP	Rio Grande da Serra	3544103	7.993.851,36	57.757.780,48	13,84
SP	Sales	3544806	-1.700.625,56	24.340.167,66	-
SP	Saltinho	3545159	-1.831.962,45	21.775.243,39	-
SP	Santa Adélia	3545605	-3.003.879,53	37.017.801,52	-
SP	Santa Albertina	3545704	-50.743,52	19.964.124,48	-
SP	Santa Clara d'Oeste	3546108	-1.271.920,80	12.532.535,20	-
SP	Santa Cruz da Esperança	3546256	-553.023,51	13.226.102,88	-
SP	Santa Ernestina	3546504	-508.794,90	14.372.982,81	-
SP	Santa Lúcia	3546900	787.307,51	16.899.455,56	4,66
SP	Santa Maria da Serra	3547007	-785.068,54	17.316.669,15	-
SP	Santana da Ponte Pensa	3547205	-83.087,27	10.939.762,86	-
SP	Santa Salete	3547650	-188.738,60	11.057.898,76	-
SP	Santo Antônio do Pinhal	3548203	-5.427.518,43	21.391.670,60	-
SP	Santópolis do Aguapeí	3548401	-1.710.477,46	12.728.516,60	-
SP	São João das Duas Pontes	3549201	-110.231,50	11.290.575,49	-
SP	São João de Iracema	3549250	-6.789.142,62	13.588.604,07	-
SP	São José do Barreiro	3549607	-736.538,02	16.064.149,38	-
SP	São Manuel	3550100	-6.122.941,98	95.791.376,72	-
SP	São Pedro	3550407	-42.711.063,90	91.652.953,98	-
SP	Sarapuí	3551108	986.316,87	22.017.899,59	4,48

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Severínia	3551900	-2.494.413,92	40.514.341,06	-
SP	Suzanápolis	3552551	-192.204,53	20.153.289,76	-
SP	Tabapuã	3552601	1.494.653,84	30.034.468,68	4,98
SP	Taguaí	3553005	-444.449,50	26.268.587,87	-
SP	Tapiratiba	3553609	3.130.320,82	30.572.879,21	10,24
SP	Taquarivaí	3553856	-3.106.788,78	19.487.916,18	-
SP	Torrinha	3554706	-1.304.505,31	20.737.380,07	-
SP	Ubarana	3555356	-281.714,27	21.038.145,67	-
SP	Urânia	3555802	-50.387,67	19.317.387,15	-
SP	Urupês	3556008	-3.781.490,97	32.357.232,72	-
SP	Valentim Gentil	3556107	-5.281.943,42	28.468.939,91	-
SP	Valparaíso	3556305	-5.117.405,41	59.287.672,55	-
SP	Vitória Brasil	3556958	169.830,88	10.090.590,36	1,68
SP	Zacarias	3557154	-3.792.551,75	17.024.236,36	-
TO	Nova Olinda	1714880	1.769.323,14	21.132.525,25	8,37

Dados extraídos dos RGF´s homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Anexo ao Aviso nº /GMF/MF-DF

ANEXO 3

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras

Em atendimento aos inc. II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Resumo das operações agrupadas por:**
  - **arquivadas a pedido[1];**
  - **deferidas;**
  - **pendentes de regularização[2]; e**
  - **arquivadas por decurso de prazo[3].**

Período: 01 a 30 de setembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

---

[1] O pleito foi arquivado a pedido do credor/interessado.

[2] O pleito foi arquivado com status "pendente de regularização", tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes. Neste caso, a contratação de novas operações de crédito pelo ente fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão.

[3] O pleito foi arquivado, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes.

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Operação Contratual Interna

Número do Processo:	17944.000786/2015-01
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Abatiá
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.100.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	03/09/2015

Número do Processo:	17944.000787/2015-47
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Abatiá
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 280.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	03/09/2015

Número do Processo:	17944.000799/2015-71
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Alvorada do Sul
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.500.000,00
Taxa de juros:	4,75% ao ano

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 04/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000791/2015-13
Tipo de Ente: Município
Interessado: Anahy
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R$ 650.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 04/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000892/2015-86
Tipo de Ente: Município
Interessado: Araruna
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 4,75% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 29/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000689/2015-18
Tipo de Ente: Município
Interessado: Arvoredo
UF: SC
Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 500.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	21/09/2015

Número do Processo:	17944.001002/2014-72
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Belém
UF:	PA
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 67.688.721,26
Taxa de juros:	3,40% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	03/09/2015

Número do Processo:	17944.000859/2015-56
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Boa Esperança do Iguaçu
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.550.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	28/09/2015

Número do Processo:	17944.000605/2015-38

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Boa Vista da Aparecida
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 400.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	02/09/2015

Número do Processo:	17944.000739/2015-59
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Borrazópolis
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.200.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	09/09/2015

Número do Processo:	17944.000748/2015-40
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Camaçari
UF:	BA
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 7.437.586,50
Taxa de juros:	4,074% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	25/09/2015

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Número do Processo:	17944.000813/2015-37
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Campo do Tenente
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 450.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

Número do Processo:	17944.000853/2015-89
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Candeias
UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 15.000.000,00
Taxa de juros:	CDI
Indexador:	Não se aplica
Status:	Deferido
Data:	17/09/2015

Número do Processo:	17944.000854/2015-23
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Candeias
UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 5.000.000,00

SADIPEM Sistema de Acompanhamento da Dívida Pública
Operações de Crédito e Garantias
dos Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Taxa de juros:	CDI
Indexador:	Não se aplica
Status:	Deferido
Data:	18/09/2015

Número do Processo:	17944.000637/2015-33
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Canoinhas
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 5.000.000,00
Taxa de juros:	5,5%a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	17/09/2015

Número do Processo:	17944.000830/2015-74
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Catu
UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 9.942.457,44
Taxa de juros:	5 a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	28/09/2015

Número do Processo:	17944.000856/2015-12
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Cianorte
UF:	PR

SADIPEM Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria
Operações de Crédito e Garantias da União e Entes Subnacionais

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.200.000,00
Taxa de juros:	4,75% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	22/09/2015

Número do Processo:	17944.000860/2015-81
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Cidade Gaúcha
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.500.000,00
Taxa de juros:	4,75% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	22/09/2015

Número do Processo:	17944.000704/2015-10
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Corupá
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 700.000,00
Taxa de juros:	5,5%a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	22/09/2015

SADIPEM Sistema de Acompanhamento da Dívida Pública
Diretoria de Programação Financeira
União, Estados e Municípios

TesouroNacional

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Número do Processo:	17944.000886/2015-29
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Cruzeiro do Oeste
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.900.000,00
Taxa de juros:	4,75% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	29/09/2015

.....

Número do Processo:	17944.000882/2015-41
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Douradina
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 400.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

.....

Número do Processo:	17944.000866/2015-58
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ermo
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Data: 24/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000779/2015-09
Tipo de Ente: Município
Interessado: Erval Velho
UF: SC
Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses): 36
Moeda: Real
Valor: R$ 700.000,00
Taxa de juros: 5,5%a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 03/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000797/2015-82
Tipo de Ente: Município
Interessado: Espigão Alto do Iguaçu
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R$ 1.900.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 03/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000701/2015-86
Tipo de Ente: Município
Interessado: Eunápolis
UF: BA
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 96
Moeda: Real

Valor: R$ 3.627.672,00
Taxa de juros: 0,900% a.a.
Indexador: TJLP
Status: Deferido
Data: 17/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000477/2015-22
Tipo de Ente: Município
Interessado: Fagundes Varela
UF: RS
Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R$ 700.000,00
Taxa de juros: até 4% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 25/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000793/2015-02
Tipo de Ente: Município
Interessado: Fazenda Rio Grande
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 4,75 % ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 29/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000484/2015-24
Tipo de Ente: Município
Interessado: Formosa do Rio Preto

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.541.925,51
Taxa de juros:	5% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

Número do Processo:	17944.000881/2015-04
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Francisco Beltrão
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 3.200.000,00
Taxa de juros:	4,75% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

Número do Processo:	17944.000876/2014-11
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Goianira
UF:	GO
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	251
Moeda:	Real
Valor:	R$ 7.135.220,88
Taxa de juros:	6,00% a.a.
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	04/09/2015

SADIPEM Sistema de Dívida Pública Operações de Crédito Garantias União, Estados e Municípios

TesouroNacional

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Número do Processo:	17944.001564/2014-16
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Goianira
UF:	GO
Credor:	Companhia Energética de Goiás
Prazo (meses):	180
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.649.171,06
Taxa de juros:	1% A.M
Indexador:	IGP-M
Status:	Regularizado
Data:	02/09/2015

Número do Processo:	17944.000710/2015-77
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ibiporã
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 6.500.000,00
Taxa de juros:	4,75 % ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	17/09/2015

Número do Processo:	17944.000634/2015-08
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ibirapuã
UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.400.000,00
Taxa de juros:	5,00
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Data: 14/09/2015

Número do Processo:	17944.000665/2015-51
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ibirubá
UF:	RS
Credor:	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	até 5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/09/2015

Número do Processo:	17944.000869/2015-91
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Iguatu
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 500.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

Número do Processo:	17944.000729/2015-13
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Iomerê
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real

Valor:	R$ 700.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	08/09/2015

Número do Processo:	17944.000784/2015-11
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ipira
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 550.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	24/09/2015

Número do Processo:	17944.000674/2015-41
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Itajubá
UF:	MG
Credor:	Banco do Brasil S/A
Prazo (meses):	105
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.975.803,73
Taxa de juros:	3,4 % a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	08/09/2015

Número do Processo:	17944.000850/2015-45
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Itambaracá

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias dos Entes Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 420.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	21/09/2015

Número do Processo:	17944.000849/2015-11
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Itambaracá
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 830.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	18/09/2015

Número do Processo:	17944.001681/2013-07
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Itaquiraí
UF:	MS
Credor:	Banco do Brasil S/A
Prazo (meses):	54
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.250.000,00
Taxa de juros:	4,00% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	29/09/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Número do Processo:	17944.000719/2015-88
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Jaraguá do Sul
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 5.000.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	25/09/2015

Número do Processo:	17944.000648/2015-13
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Londrina
UF:	PR
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	276
Moeda:	Real
Valor:	R$ 4.832.287,63
Taxa de juros:	- Taxa de Juros anual e nominal de 6,00% (seis por cento) sobre o saldo devedor, inclusive no período de carência e até o vencimento da dívida, cobrados mensalmente no DIA ELEITO.
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

Número do Processo:	17944.000647/2015-79
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Londrina
UF:	PR
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	276
Moeda:	Real
Valor:	R$ 6.477.895,78

SADIPEM Sistema de Análise das Finanças Públicas
Operações de Crédito e Garantias
Dados Estatísticos Municipais

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Taxa de juros:	- Taxa de Juros anual e nominal de 6,00% (seis por cento) sobre o saldo devedor, inclusive no período de carência e até o vencimento da dívida. Cobrados mensalmente no DIA ELEITO.
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

Número do Processo:	17944.000773/2015-23
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Marília
UF:	SP
Credor:	Agência de Fomento do Estado de São Paulo
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 9.236.000,00
Taxa de juros:	8,00% a.a.
Indexador:	IPC-FIPE
Status:	Deferido
Data:	16/09/2015

Número do Processo:	17944.000264/2015-09
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Marília
UF:	SP
Credor:	Pessoa Jurídica
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 648.422,16
Taxa de juros:	não consta
Indexador:	Não se aplica
Status:	Regularizado
Data:	08/09/2015

Número do Processo:	17944.000296/2015-04

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Marília
UF:	SP
Credor:	Banco do Brasil S/A
Prazo (meses):	105
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.658.521,74
Taxa de juros:	3,4% ao ano acrescidos de TJLP
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	11/09/2015

Número do Processo:	17944.000879/2015-27
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Maripá
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 600.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	28/09/2015

Número do Processo:	17944.000792/2015-50
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Marumbi
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 600.000,00
Taxa de juros:	4,25 % ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	02/09/2015

SADIPEM Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e a Previdência Pública
Operações de Crédito e Garantias
Dívida Consolidada e Mobiliária

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Número do Processo:	17944.000450/2014-59
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Marumbi
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 600.000,00
Taxa de juros:	3,50% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador:	TJLP
Status:	Arquivado a pedido
Data:	08/09/2015

Número do Processo:	17944.000916/2015-05
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Monte Castelo
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.400.000,00
Taxa de juros:	2,75% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

Número do Processo:	17944.000713/2015-19
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Navegantes
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 10.000.000,00

Taxa de juros: 5,5% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 21/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000863/2015-14
Tipo de Ente: Município
Interessado: Nova Aliança do Ivaí
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 23/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000737/2015-60
Tipo de Ente: Município
Interessado: Nova Londrina
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R$ 3.500.000,00
Taxa de juros: 4,75% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 21/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000721/2015-57
Tipo de Ente: Município
Interessado: Nova Roma do Sul
UF: RS

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias dos Entes Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Credor:	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 693.000,00
Taxa de juros:	5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	23/09/2015

Número do Processo:	17944.000724/2015-91
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Passos Maia
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	28/09/2015

Número do Processo:	17944.000641/2015-00
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ponta Grossa
UF:	PR
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	247
Moeda:	Real
Valor:	R$ 4.820.000,00
Taxa de juros:	6% a.a
Indexador:	Outra
Status:	Deferido
Data:	15/09/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Número do Processo:	17944.000871/2015-61
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ponta Grossa
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 3.000.000,00
Taxa de juros:	5,25 % ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	29/09/2015

.....

Número do Processo:	17944.000893/2015-21
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Porto Barreiro
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.200.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	28/09/2015

.....

Número do Processo:	17944.000001/2015-91
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Pouso Alegre
UF:	MG
Credor:	Banco do Brasil S/A
Prazo (meses):	102
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.500.000,00
Taxa de juros:	3,40% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido

SADIPEM Sistema de Análise Fiscal da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias dos Entes Estaduais e Municipais

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Data: 29/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000780/2015-25
Tipo de Ente: Município
Interessado: Rio Negrinho
UF: SC
Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses): 48
Moeda: Real
Valor: R$ 4.000.000,00
Taxa de juros: 5,5% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 03/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000106/2015-41
Tipo de Ente: Município
Interessado: Rio Pardo
UF: RS
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 247
Moeda: Real
Valor: R$ 1.696.046,80
Taxa de juros: 6,00% a.a.
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 18/09/2015

.....

Número do Processo: 17944.000625/2015-17
Tipo de Ente: Município
Interessado: São Jerônimo
UF: RS
Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses): 60
Moeda: Real

SADIPEM Sistema de Acompanhamento da Dívida Pública
Operações de Crédito e Garantias
Dívida Interna e Externa Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Valor: R$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 4% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 16/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000820/2015-39
Tipo de Ente: Município
Interessado: São José dos Pinhais
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R$ 18.000.000,00
Taxa de juros: 5,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 29/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000794/2015-49
Tipo de Ente: Município
Interessado: Saudade do Iguaçu
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R$ 1.500.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 02/09/2015

. . . . . .

Número do Processo: 17944.000809/2015-79
Tipo de Ente: Município
Interessado: Sebastião Laranjeiras

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias, União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.000.000,00
Taxa de juros:	5% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	25/09/2015

Número do Processo:	17944.000634/2012-57
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Sebastião Laranjeiras
UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.000.000,00
Taxa de juros:	5,00% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador:	TJLP
Status:	Arquivado a pedido
Data:	18/09/2015

Número do Processo:	17944.000821/2015-83
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Serranópolis do Iguaçu
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.200.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/09/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Número do Processo:	19406.000029/2009-01
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Tapira
UF:	PR
Credor:	Companhia de Saneamento do Paraná
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 112.218,00
Taxa de juros:	parcelas fixas, parcelas fixas
Indexador:	Não se aplica
Status:	Regularizado
Data:	03/09/2015

Número do Processo:	17944.000694/2015-12
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Treze de Maio
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.500.000,00
Taxa de juros:	5,5%a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/09/2015

Número do Processo:	17944.000653/2015-26
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Vicente Dutra
UF:	RS
Credor:	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 700.000,00
Taxa de juros:	até 4% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido

SADIPEM Secretaria de Assuntos de Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Data: 29/09/2015

Operação Contratual Interna (com garantia da União)

Número do Processo:	17944.000527/2015-71
Tipo de Ente:	Estado
Interessado:	Goiás
UF:	GO
Credor:	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Prazo (meses):	180
Moeda:	Real
Valor:	R$ 400.000.000,00
Taxa de juros:	Os juros remuneratórios serão determinados no 2° (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Desembolso ("Data de Determinação"), sendo estes apurados de forma que o custo efetivo total do Financiamento seja equivalente ao de um Repasse Equivalente", cujos juros sejam definidos pela fórmula: Juros Repasse Equivalente = [(1 + Taxa República) x (1 + Spread) - 1], onde: > "Taxa República" significa a interpolação linear das rentabilidades implícitas observadas no mercado secundário para compra (bid) das Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B) na Data de Determinação para os prazos médios ponderados imediatamente anterior e posterior ao prazo médio ponderado do Repasse Equivalente; e > "Spread" significa 2,20% ao ano. Para fins de apuração do custo efetivo total deverá ser considerada a totalidade dos custos e despesas do Financiamento, incluindo juros remuneratórios e, no caso do Repasse Equivalente, imposto de renda incidente na fonte (IRF). Para fins ilustrativos apenas, considerando as condições de mercado vigentes em 23 de junho de 2015, e assumindo-se que: (i) a Data de Desembolso seja em 25 de junho de 2015, (ii) a Taxa República seja equivalente a 6,05% ao ano, (iii) o Spread seja 2,20% ao ano, e (iv) a alíquota do imposto de renda incidente na fonte (IRF) seja 15,00%, a Taxa de Juros do Financiamento seria equivalente a 10,43% ao ano.
Indexador:	IPCA
Status:	Arquivado a pedido
Data:	24/09/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Número do Processo:	17944.001644/2013-91
Tipo de Ente:	Estado
Interessado:	Espírito Santo
UF:	ES
Credor:	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Prazo (meses):	294
Moeda:	Dólar dos EUA
Valor:	US$ 225.000.000,00
Taxa de juros:	Libor semestral para dólares norte-americanos + margem variável a ser determinada pelo BIRD.
Indexador:	Variação cambial
Status:	Deferido
Data:	22/09/2015

.....

Número do Processo:	17944.001107/2013-41
Tipo de Ente:	Estado
Interessado:	Tocantins
UF:	TO
Credor:	Export Development Canada
Prazo (meses):	96
Moeda:	Dólar dos EUA
Valor:	US$ 29.152.321,32
Taxa de juros:	Libor semestral acrescidos 1,61% a.a., 025% a.a de Comissão de Compromisso e 0,50% a.a. de Comissão de Administração
Indexador:	Não se aplica
Status:	Arquivado a pedido
Data:	14/09/2015

.....

Número do Processo:	17944.000922/2014-73
Tipo de Ente:	Estado
Interessado:	Tocantins
UF:	TO
Credor:	China Development Bank
Prazo (meses):	120

SADIPEM

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Moeda:	Dólar dos EUA
Valor:	US$ 99.450.000,00
Taxa de juros:	LIBOR 6 meses acrescida de margem de 3% a.a. e variação cambial
Indexador:	Variação cambial
Status:	Arquivado a pedido
Data:	20/09/2015

Número do Processo:	17944.001988/2013-08
Tipo de Ente:	Estado
Interessado:	Tocantins
UF:	TO
Credor:	Export Development Canada
Prazo (meses):	147
Moeda:	Dólar dos EUA
Valor:	US$ 11.132.195,20
Taxa de juros:	Libor trimestral mais 1,03% a.a. (Premium Rate)
Indexador:	Não se aplica
Status:	Arquivado a pedido
Data:	14/09/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Concessão de Garantias dos Estados e Municípios

TesouroNacional

TesouroNacional

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/09/15 a 30/09/15

Resumo

Operação Contratual Interna - Arquivado a pedido

Credor	Operações	Valor (R$)
Agência de Fomento do Paraná S/A	1	600.000,00
Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	1	2.000.000,00

Operação Contratual Interna - Deferido

Credor	Operações	Valor (R$)
Agência de Fomento do Paraná S/A	29	66.080.000,00
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	13	33.050.000,00
Caixa Econômica Federal	8	103.715.430,85
Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	6	34.884.382,95
BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	5	5.093.000,00
Banco do Brasil S/A	4	9.384.325,47
Agência de Fomento do Estado de São Paulo	1	9.236.000,00

Operação Contratual Interna - Regularizado

Credor	Operações	Valor (R$)
Companhia Energética de Goiás	1	1.649.171,06
Pessoa Jurídica	1	648.422,16
Companhia de Saneamento do Paraná	1	112.218,00

Operação Contratual Interna (com garantia da União) - Arquivado a pedido

Credor	Operações	Valor (R$)
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.	1	400.000.000,00

Operação Contratual Externa (com garantia da União) - Arquivado a pedido

Credor	Operações	Valor (US$)
Export Development Canada	2	40.284.516,52
China Development Bank	1	99.450.000,00

Operação Contratual Externa (com garantia da União) - Deferido

Credor	Operações	Valor (US$)
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	1	225.000.000,00

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado por decurso de prazo	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado a pedido	O pleito foi arquivado por solicitação do ente federativo ou da instituição financeira
Pendente de Regularização	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Deferido	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Indeferido	O pleito sob exame não atendeu os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

Anexo ao Aviso nº /GMF/MF-DF

ANEXO 4

Relação das irregularidades constatadas no período

Em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011

- São consideradas irregularidades, para fins deste Anexo, operações realizadas sem a prévia verificação de limites e condições ou operações vedadas nos termos do artigo 35 e 37 da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

- As operações de crédito e as equiparadas a operações de crédito nos termos do § 1º do art. 29 da LRF realizadas sem a prévia verificação de limites e condições são submetidas a processo de regularização nos termos do art. 24 da RSF nº 43/2001 antes da comunicação aos órgãos de controle;

Período: 01 a 30 de setembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/09/2015 a 30/09/2015

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
	Total de operações		

Anexo ao Aviso nº /GMF/MF-DF

ANEXO 5

Operações Regularizadas e Arquivadas Pendentes de Regularização no período

Conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011

Período: 01 a 30 de setembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

Período de 01/09/2015 a 30/09/2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERAÇÕES REGULARIZADAS E ARQUIVADAS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO (Anexo 5)

Operações arquivadas pendentes de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$) (*)	Data	Obs.
-	-	-	-	-	-	-
		Total de operações	-	-	-	-

Operações regularizadas (art. 24 da RSF 43/2001) ou arquivadas por quitação

Arquivados – Regularizados ou Quitados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$) (*)	Data	Obs.
17944.000264/2015-09	Marília - SP	Unimed de Marília Cooperativa de Trabalho Médico	1	648.422,16	08/09/2015	
19406.000029/2009-01	Tapira - PR	Companhia de Saneamento do Paraná	1	112.218,00	03/09/2015	
17944.001564/2014-16	Goianira - GO	Companhia Energética de Goiás	1	1.649.171,06	02/09/2015	
		Total de operações	**3**	**2.409.811,22**		

(*) Os valores apresentados referem-se aos montantes regularizados/a regularizar das dívidas. Eventuais consultas sobre os saldos devedores atuais dessas dívidas poderão ser feitas junto aos respectivos entes.

Anexo ao Aviso nº /GMF/MF-DF

ANEXO 6

Operações Vedadas Canceladas e Pendentes de Cancelamento no período

Conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 227/2011

Período: 01 a 30 de setembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

Período de 01/09/2015 a 30/09/2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERAÇÕES VEDADAS CANCELADAS E PENDENTES DE CANCELAMENTO (Anexo 6)

Operações Vedadas Pendentes de Cancelamento (art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados – a Cancelar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$) (*)	Data	Obs.
-	-	-	-	-	-	-
		Total de operações	-	-		

Operações Vedadas Canceladas (art. 35 ou 37 c/c § 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados – Cancelados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$) (*)	Data	Obs.
-	-	-	-	-	-	-
		Total de operações	-	-		

(*) Os valores apresentados referem-se aos montantes originais das dívidas. Eventuais consultas sobre os saldos devedores atuais dessas dívidas poderão ser feitas junto aos respectivos entes.

(À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS)

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– **Nº 78, de 2015** (nº 446/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada, junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica- Cade.

É a seguinte a Mensagem na íntegra:

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 78, de 2015

(Nº 446/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º Anexo I do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

Brasília, 28 de outubro de 2015.

Victor Santos Rufino

Procurador Federal admitido por concurso público em 2006 (AGU, Brasil)
Procurador-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE, indicado pela Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, desde 2014

Data de nascimento: 21/04/1982
Filiação:
Pai – Joaquim Rufino da Silva Neto
Mãe – Terezinha de Jesus Santos Rufino
RG: 1.946.223 SSP/PI
CPF: 624.899.503-63

Brasileiro
QMSW O6, Lote 01, Bloco A, apto. 201
Brasília - DF - CEP: 70680-600 - Brasil
(cel) +55 61 93111391

Email: vsrufino@hotmail.com

Formação

Mestrado: Universidade de Brasília – UNB, Brasília, DF, Brasil
Direito Econômico – Iniciado em março de 2014 e ainda não concluído.

Especialização: Fundação Getúlio Vargas EDESP/GVLaw, São Paulo, SP, Brasil
Direito Concorrencial – 2008 – Concluído em abril de 2010.

Extensão: ***Advanced Negotiation - Center for UC Berkeley Executive Education***

Extensão: Escuela Iberoamerica de Defensa de la Competencia
Participação da VII edição do programa em Madrid, Espanha.

Extensão: Sistema Financeiro Nacional – Curso de Formação para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil

Graduação: Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, PI, Brasil
Bacharel em Direito –out/2000 a ago/2005

Experiência Profissional

Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB
Novembro de 2009 – Dezembro de 2013

Cargo: Professor assistente
Atribuições:
- Professor das disciplinas Direito Econômico I e Direito Econômico II.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Brasília, Brasil
(www.cade.gov.br)
Janeiro 2008 – atual

Cargo: Procurador Federal
Atribuições:
- Representação Judicial e extrajudicial da autarquia.
- Procurador-Chefe Adjunto do CADE de 2011 a 2013.
- Coordenador do Setor de Cumprimento de Decisões e Dívida Ativa do CADE de 2011 a 2013.
- Coordenador do setor de contencioso judicial da procuradoria de 2009 a 2011.
- Coordenador Substituto do setor consultivo da procuradoria de 2008 a 2009.

- Vice-Coordenador do Grupo Técnico de Negociação do CADE, atuando em negociações com agentes de mercado investigados pelo SBDC para celebração de termos de compromisso de cessação de práticas anticoncorrenciais.
- Membro da comissão de normas infralegais do CADE responsável pelas sugestões de veto à Lei 12.529/2011 e pela elaboração do novo Regimento Interno do CADE aprovado após à entrada em vigor desta lei.

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Outubro 2006 – dezembro 2007
Cargo: Procurador Federal
Escritório de Representação - INSS, Sorocaba/SP, Brasil

Atribuições:

- Atuação no contencioso judicial relativos à execução fiscal de contribuições previdenciárias na região de Sorocaba.
- Atuação no contencioso judicial na execução fiscal trabalhista em Sorocaba.
- Atuação no contencioso tributário do INSS e FNDE em Sorocaba.

Ministério Público Federal
Janeiro 2005 – outubro 2006
Cargo: Técnico Administrativo
Procuradoria da República no Estado do Piauí

Atribuições:

- Assessoramento do Procurador da República Kelston Pinheiro Lages na elaboração de peças e pareceres em todas as atribuições normais do Ministério Público Federal, que incluem as áreas penal, tributária, eleitoral, ambiental, consumidor, patrimônio histórico, improbidade e ressarcimento de recursos públicos.

Senado Federal
Abril 2003 – dezembro 2004
Cargo: Assessor parlamentar

Atribuições:

- Assessoramento do Senador Heráclito Fortes no desempenho das suas funções em seu escritório político.

Câmara dos Deputados
Junho 2000 – fevereiro de 2003
Cargo: Assessor parlamentar

Atribuições:

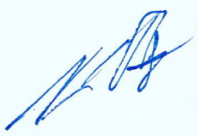
- Assessoramento do Deputado Federal Heráclito Fortes no desempenho das suas funções em seu escritório político.

Publicações

- *Análise do Programa de Leniência Brasileiro à luz da Teoria dos Jogos / Analysis of Brazil's Leniency Program Regulation in light of Game Theory.* Journal of Law and Regulation / Revista de Direito Setorial e Regulatório, Vol 1, No 1 (2015)

Idiomas

Português: língua materna
Inglês: avançado
Espanhol: avançado
Francês: básico



Italiano: básico

Outros

- Professor convidado do FGV Law Program.
- Professor convidado do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP.
- Membro da Comissão Especial de Defesa da Concorrência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Desde novembro de 2014).
- Professor eventual de cursinhos jurídicos.
- Estágio oficial da Procuradoria do Estado do Piauí (jan 2004 a fevereiro 2005), tendo atuado no setor de contencioso.

Concursos

- Aprovado no concurso para Procurador Federal em 2006.
- Aprovado no concurso para Procurador do Banco Central em 2006.
- Aprovado no concurso para Procurador da Fazenda Nacional em 2006.
- Aprovado no concurso para Advogado da União em 2006.
- Aprovado no concurso de Técnico Administrativo do Ministério Público da União em 2004.
- Aprovado no concurso de Analista Processual do Ministéio Público da União em 2004.
- Aprovado no concurso de Analista Processual do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão em 2005.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATO Nº 02 DE 2011-CAE

Disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º As autoridades a que se refere o art. 52, III, b e d, da Constituição Federal e aquelas que a lei determinar deverão ser submetidas à argüição desta Comissão, conforme disciplina o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal – R.I.S.F., mediante o atendimento das seguintes exigências:

I – apresentação de *curriculum vitae,* de que constem:

a) a formação técnica ou acadêmica do indicado;

b) as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos respectivos períodos;

c) a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

d) demais informações relacionadas à experiência profissional do indicado.

II – apresentação de declaração do indicado:

a) da existência de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional, com a discriminação dos respectivos períodos;

b) de que participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

c) de regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal;

d) da existência de ações judiciais, seja como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

e) de ter atuado, nos últimos cinco anos, contados a partir do ano em que se deu sua indicação, em instituição que esteja sujeita a fiscalização do órgão ou entidade para o qual está sendo indicado;

III – apresentação de argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, demonstrando ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade;

§ 1º O indicado deverá apresentar documentos que comprovem as informações contidas no *curriculum vitae.*

§ 2º As declarações de que trata o inciso II deste artigo, bem como os documentos comprobatórios referidos no parágrafo anterior deverão:

I – ser entregues, na secretaria da Comissão, a partir da publicação, no Diário Oficial da União, da mensagem de que trata o art. 383, I, do R.I.S.F., com antecedência mínima de 3 dias da argüição do indicado;

II – ser encaminhadas ao Relator da mensagem, ficando disponíveis aos demais membros na secretaria da Comissão, em caráter sigiloso.

§ 3º A resposta negativa às hipóteses previstas nas alíneas a, b, d e e do inciso II deste artigo deverá ser declarada por escrito.

§ 4º A declaração de que trata a alínea c do inciso II deste artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Art. 2º A Reunião em que ocorrerá a argüição do indicado será marcada em prazo não inferior a três dias da leitura da mensagem no plenário do Senado Federal (R.I.S.F., art. 383, II)

Parágrafo único. O processo de votação secreta do nome do indicado iniciará somente após a argüição da autoridade pelos membros da

Comissão, salvo se, em caráter excepcional, for decidido de forma contrária pela Comissão.

Art. 3º Havendo quórum para deliberação, as escolhas de autoridades de que trata este Ato terão preferência sobre as demais matérias, excetuadas as situações extraordinárias.

Art. 4º Aplica-se o disposto neste Ato e, no que couber, o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal às autoridades a que se refere o art. 49, XIII, da Constituição Federal, quando indicados por iniciativa do Senado Federal, conforme art. 2º do Decreto Legislativo nº 6 de 1993, do Congresso Nacional.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2011.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DECLARAÇÃO

Eu, **VICTOR SANTOS RUFINO**, procurador federal, brasileiro, solteiro, CPF 624.899.503-63, OAB/PI 4943, residente e domiciliado QMSW 06, LOTE 01, BLOCO A, APT 201, Distrito Federal, Brasília, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Chefe do CADE, com mandado de dois anos, iniciado em janeiro de 2014, declaro, para os devidos fins, que:

a) não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional;
b) não participo ou participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais;
c) apresento regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal;
d) Sou réu na Ação Judicial nº 19666-30.2012.4.01.4000, proposta pelo Ministério Público Federal, na qualidade de herdeiro do Sr. Joaquim Rufino da Silva Neto, em trâmite perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí. O Processo encontra-se em fase de apresentação de defesa.
e) Não atuo ou atuei, nos últimos cinco anos, contados a partir do ano em que se deu minha indicação, em instituição que esteja sujeita a fiscalização do órgão ou entidade para o qual estou sendo indicado.
f) Como informado em declaração anterior, quando da minha primeira indicação ao cargo de Procurador-Chefe do CADE, não sou filiado a partido político. Fui filiado ao diretório do PMDB no município de Francisco Santos/PI, no período de 10/2011 a 10/2013, já tendo sido desfiliado.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Victor Santos Rufino

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

- Victor Santos Rufino -

I – Trajetória acadêmica

1. Graduação

Ingressei no curso de Direito da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em outubro de 2000. Desde o início da graduação, interessei-me pelas áreas de direito administrativo e pela posição do Poder Público no ordenamento jurídico nacional. Ao fim do curso, na qualidade de servidor do Ministério Público Federal (MPF), passei a elaborar minutas de pareceres no campo do direito econômico, o que levou a um maior interesse por questões desta disciplina, aprofundadas ainda no âmbito da minha graduação.

2. Pós-Graduação

Após ingressar, por concurso, na carreira de Procurador Federal, passei a atuar, em janeiro de 2008, na Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE. Por este motivo, tive que ampliar meus conhecimentos específicos em matéria de concorrência.

Ingressei no programa de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas EDESP/GVLaw (FGV-SP), um dos melhores do país, ainda no ano de 2008. Completei meu curso no início de 2010. O meu trabalho final foi analisar a legalidade de métodos de obtenção de provas em investigações de cartéis, de forma a instruir práticas administrativas consistentes com a lei e a jurisprudência nacionais, que, dessa forma, seriam validadas em eventual contestação judicial. O interesse pelo tema foi particularmente influenciado pela minha experiência profissional como procurador do CADE.

3. Mestrado

No final do ano de 2013 prestei exame e fui aprovado para ingressar no programa de Mestrado da Universidade de Brasília (UNB), amplamente reconhecido como um dos mais exigentes do país. A minha linha de pesquisa foi, como não poderia deixar de ser, o direito econômico.

Desde então, tenho desenvolvido uma pesquisa – a ser finalizada no primeiro semestre de 2016 – sobre a conformação e legalidade do programa de leniência do CADE. O tema escolhido, mais uma vez, reflete o interesse em aprofundar questões vivenciadas no exercício da minha profissão.

II – Atividades de ensino

Logo após completar o curso de pós-graduação na FGV/SP, ingressei no quadro de professores do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), onde lecionei, entre os anos de 2010 e 2013, como professor das disciplinas Direito Econômico I e II.

Nessa qualidade tive a felicidade de, paralelamente à abordagem prática exercida no dia a dia profissional no CADE, estudar e transmitir o direito da concorrência, sob uma perspectiva acadêmica, para uma extensa gama de alunos, o que muito enriqueceu meus conhecimentos e preparo para lidar com o tema.

Após me desligar do IESB, em função da extensa carga de trabalho e estudo assumida com o exercício da chefia da procuradoria do CADE e o ingresso no mestrado da UNB, passei a dar aulas, esporadicamente, como professor convidado do FGV Law Program e do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, para não perder completamente o contato com o gratificante exercício do magistério.

III – Atividades profissionais

1. Atuação como assessor de Procurador da República

Ainda durante o meu curso de graduação, em janeiro de 2005, ingressei, após ser aprovado em concurso público, no Ministério Público Federal (MPF), no cargo de técnico administrativo. Nesta qualidade, assessorei Procurador da República na elaboração de peças e pareceres típicos dessa instituição.

Uma vez que o MPF tem atribuições em matéria criminal e de improbidade administrativa, desde muito cedo tive contato com o direito sancionador, o que me foi muito útil, posteriormente, quando ingressei no quadro de procuradores do CADE, uma vez que esta instituição também tem forte atuação na área de investigação e punição de comportamentos ilícitos.

Além disso, foi no MPF que despertei para o direito concorrencial, através do auxílio à atuação deste órgão no combate a cartéis.

2. Advocacia Pública

Menos de um ano após a conclusão da minha graduação em direito, em agosto de 2005, seguindo minha inclinação pelo direito administrativo e o gosto pela advocacia, prestei concurso e fui aprovado em todas as carreiras da Advocacia-Geral da União (Procurador Federal, Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central do Brasil).

Dentre estas carreiras, optei pela de Procurador Federal, que me permite atuar como advogado em qualquer das autarquias federais do país. Dentre as mais de 150 autarquias federais existentes, optei por focar minha carreira no CADE, pois, como afirmado, já tinha adquirido o interesse pelo direito da concorrência.

Após um breve período como procurador junto ao INSS, ingressei no quadro de procuradores da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE em janeiro de 2008. Desde então exerci praticamente todas funções lá existentes.

Primeiramente, fui chefe substituto da dívida ativa da autarquia e do setor consultivo, responsáveis, respectivamente, pela execução das multas aplicadas pelo órgão e pelos pareceres e estudos elaborados para apoiar as decisões dos conselheiros do CADE.

Posteriormente, chefiei, entre 2009 e 2011, o setor de contencioso, responsável pela elaboração da estratégia de defesa do CADE quando questionado em juízo. Após 2011, ocupei o cargo de Procurador-Chefe Adjunto, substituindo o então Procurador-Chefe em todas as suas atribuições.

Por fim, após indicação pela Presidenta da República e aprovação do Senado Federal, fui nomeado Procurador-Chefe do CADE para um mandato de dois anos, cargo que venho exercendo desde de janeiro de 2014.

Além das atribuições internas à procuradoria, no contexto de entrada em vigor da Lei 12.529/2011, que reformulou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, atuei como membro da comissão responsável pela elaboração da minuta do atual regimento interno do CADE e também como membro da comissão responsável pela elaboração das normas e procedimentos de negociação do CADE.

IV – Atuação como Procurador-Chefe do CADE

Desde janeiro de 2014 venho exercendo a chefia da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE. Nesse período conduzi esta unidade no período crucial de implementação das novas disposições previstas na Lei 12.529/2011, que entrou em vigor em maio de 2012 e reformulou profundamente o papel do CADE no país.

Realizei as mudanças que entendi necessárias ao funcionamento da procuradoria e reiterei as boas práticas lá utilizadas, com o objetivo de mantê-la como um centro de excelência na advocacia pública brasileira. No curso do exercício do meu atual mandato não há notícia de qualquer ato ou conduta que desabone a minha pessoa.

V – Conclusão

Acredito que minha trajetória profissional e acadêmica demonstra a escolha pela Advocacia Pública e pelo Direito da Concorrência como terreno de trabalho.

Ocupo atualmente a chefia da procuradoria, cargo que procuro exercer com honradez e dedicação. Sou integrante de carreira da Advocacia-Geral da União, tal como os colegas por mim chefiados. Pertenço ao quadro de procuradores da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE desde janeiro de 2008 e nela exerci quase todos os cargos estratégicos, até assumir a sua condução em janeiro de 2014.

Sou um estudioso da matéria, tendo completado pós-graduação e, atualmente, estou finalizando mestrado, ambos especificamente relacionados à minha atuação profissional. Além disso, ministrei aulas, em graduação e pós-graduação, nos últimos cinco anos, sobre este tema.

Diante do exposto, acredito ter demonstrado significativa experiência profissional no campo da Defesa da Concorrência e da Advocacia Pública, em geral, e do CADE, em particular, além de formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para continuar no exercício do cargo de Procurador-Chefe do CADE.

Brasília, 29 de setembro de 2015

Victor Santos Rufino
Procurador Federal

imprimir

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 310-01.230.907/2015
NOME : VICTOR SANTOS RUFINO
ENDEREÇO : QD QMSW 06 LT 01 BL A AP 201
CIDADE : SUDOESTE
CPF : 624.899.503-63
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 28 de Dezembro de 2015.

Brasília, 29 de Setembro de 2015.

Certidão emitida via internet às 13:23:30 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VICTOR SANTOS RUFINO
CPF: 624.899.503-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 18:54:00 do dia 15/09/2015 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/03/2016.
Código de controle da certidão: **6DE9.3A25.E79B.B5E2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

O Reitor da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de ***Direito*** no ano de 2005 e colação de grau no dia 25 de agosto de 2005 confere o título de ***Bacharel em Direito*** a ***Victor Santos Rufino*** de nacionalidade Brasileira nascido no Estado do Piauí no dia 21 de abril de 1982 cédula de Identidade nº 1946223-PI e lhe outorga o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Teresina, 25 de agosto de 2005

Diretor de Administração Acadêmica

Reitor

Diplomado

AMERICAN BANK NOTE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Diploma registrado de acordo com competência delegada pela Diretoria de Assuntos Universitários do MEC, Portaria 125 de 09 de março de 1972.

Registro	Livro	Folha	Processo	Data
296	17	148	3349/06-29	29/03/2006

Reconhecimento do Curso: DECRETO nº 17551
Publicado no DOU em 09/01/1945

Prof. Ordonio Motta Filho
Reitor em Exercício

013358

FGV GVlaw

FGV DIREITO GV

Fundação Getulio Vargas
Escola de Direito de São Paulo
Programa de Educação Continuada e Especialização em Direito – *GVlaw*

O Diretor do *GVlaw* no exercício de suas funções, concede o presente certificado à

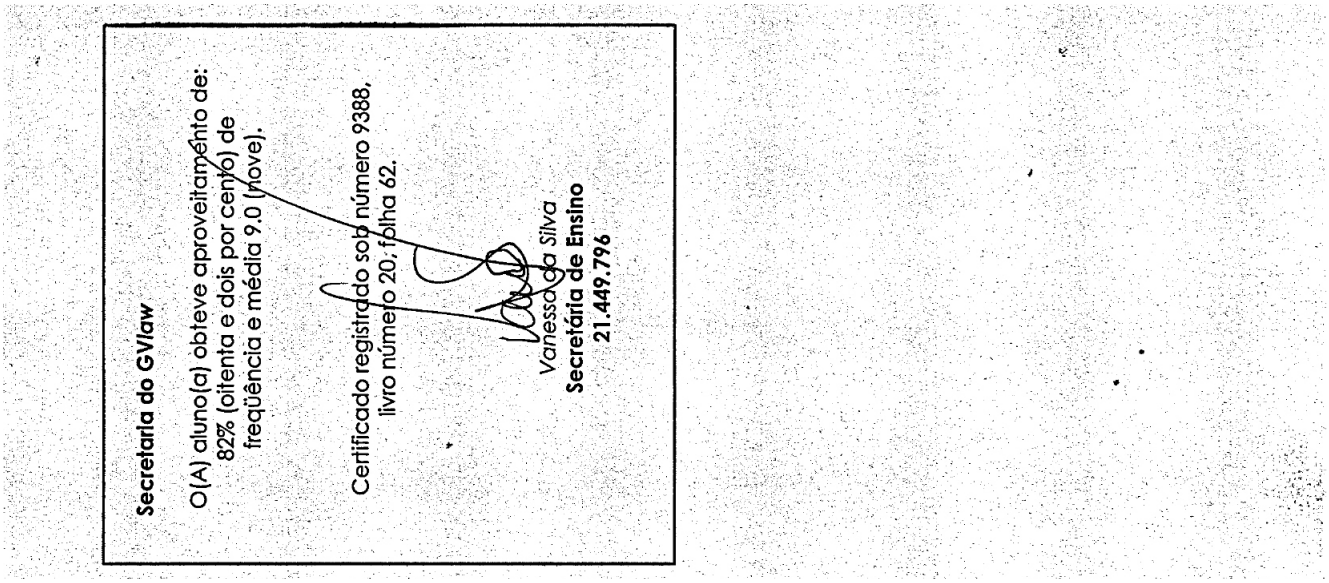
VICTOR SANTOS RUFINO

pela conclusão do **Curso de Especialização em Defesa da Concorrência - CADE**, credenciado pela Portaria Ministerial nº 3689 de 09 de dezembro de 2003, compreendendo 360 horas, realizado no período de 16/05/08 a 09/04/10, cumprindo as exigências Regulamentares da Resolução nº 1 de 08 de junho de 2007.

São Paulo, 30 de março de 2010.

Leandro Silveira Pereira
Diretor *GVlaw*

Prof: Ary Oswaldo Mattos Filho
Diretor Direito GV


Secretaria do GVlaw
O(A) aluno(a) obteve aproveitamento de:
82% (oitenta e dois por cento) de
freqüência e média 9.0 (nove).
Certificado registrado sob número 9388,
livro número 20, folha 62.
Vanessa da Silva
Secretária de Ensino
21.449.796

UNIVERSITY OF CALIFORNIA BERKELEY

Center for Executive Education

This is to confirm that

VICTOR SANTOS RUFINO

has successfully completed

Advanced Negotiation

May 27-28, 2010

Certificate of Completion

Whitney Hischier
Assistant Dean
Haas School of Business

center for
UC Berkeley
executive education

University of California
Berkeley
Haas School of Business

CNC
COMISIÓN NACIONAL DE LA COMPETENCIA

FUNDACIÓN CEDDET

Otorgan el presente

DIPLOMA

a

Víctor Santos Rufino

que acredita haber participado en el Seminario Presencial

VII Edición de la Escuela Iberoamericana de Competencia

que tuvo lugar en Madrid, del 9 al 13 de marzo de 2009.

Madrid, a 13 de marzo de 2009

Luis Berenguer Fuster
Presidente de la Comisión Nacional de la Competencia (CNC)

Miguel Ángel Feito Hernández
Director General de la Fundación CEDDET

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Procuradoria-Geral

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que VICTOR SANTOS RUFINO, portador do RG nº 1946223 SSP/PI e inscrito no CPF/MF sob o nº 624899503-63, participou do Programa de Capacitação do 11º Concurso Público de Procurador do Banco Central do Brasil, no período de 15 a 27 de maio de 2006, curso de formação com duração aproximada de 100 (cem) horas/aula, envolvendo as seguintes disciplinas: (a) organização e funcionamento do sistema financeiro nacional; (b) intervenção do Banco Central do Brasil no sistema financeiro; (c) papel institucional dos bancos centrais; e (d) organização e funcionamento do Banco Central do Brasil.

Declaro, ainda, que VICTOR SANTOS RUFINO obteve aprovação no Programa de Capacitação do 11º Concurso Público de Procurador do Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação então vigente.

Acompanham a presente declaração cópias dos editais pertinentes, divulgados pelo Banco Central do Brasil à época, contendo, inclusive, o resultado do referido Programa.

Brasília, 28/11/2013

MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS
Subprocurador-Geral do Banco Central

SBS Quadra 3, Bloco B, Edifício Sede - 70074-900 - Brasília (DF)
Telefones: (61) 3414-2633 e 3414-1126 - Fax: (61) 3414-2957
E-mail: pggab.pgbcb@bcb.gov.br

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Procuradoria-Geral

11º CONCURSO PÚBLICO DE PROCURADOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS E CONVOCAÇÃO PARA O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

O PROCURADOR-GERAL e a CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso de suas atribuições, de acordo com o Edital BACEN Nº 2, publicado no Diário Oficial da União em 1º de novembro de 2005, referente ao concurso destinado ao provimento de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil:

RESOLVEM:

I. Tornar públicos os seguintes documentos relativos ao concurso:

a) Lista, em ordem alfabética, contendo a pontuação dos títulos, após o julgamento dos recursos interpostos, Anexo I;

b) Lista, em ordem alfabética, dos candidatos habilitados, Anexo II;

c) Lista, em separado, dos candidatos habilitados portadores de deficiência, Anexo II;

d) Relação definitiva de vagas, por praça, oferecidas pela Procuradoria-Geral, Anexo III.

II. Convocar os candidatos relacionados no Anexo IV, para efetuar matrícula na Segunda Etapa do concurso, nos dias 9, 10 e 11 de maio de 2006, de acordo com as instruções abaixo:

a) O candidato deverá acessar o endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas, www.concursosfcc.com.br, nos dias 9, 10 e 11 de maio de 2006, até às 20h30min (horário de Brasília), promover sua matrícula de acordo com as normas ali constantes, e imprimir o formulário com a confirmação do registro, o qual deverá ser apresentado no dia 15 de maio de 2006, no Banco Central, assinado e sem rasuras, ao ensejo da abertura do Programa de Capacitação;

b) A conta bancária indicada para o crédito da ajuda de custo, requerida pelo candidato, deverá ser de titularidade do requerente, com o mesmo número de CPF utilizado no seu cadastro, sem rasuras ou incorreções nos dados registrados e no formulário que o candidato deverá apresentar, assinado, na data de abertura do Programa de Capacitação;

c) O candidato deverá indicar no campo específico do formulário a ordem de preferência da praça de lotação, observada a relação constante do Anexo III;

d) Os candidatos portadores de deficiência terão prioridade na indicação da praça de lotação;

e) O descumprimento das instruções para matrícula no Programa de Capacitação via Internet implicará a não efetivação da matrícula e a conseqüente eliminação do candidato do concurso;

f) O candidato matriculado deverá apresentar, no ato de abertura do evento, atestado de sanidade física e mental que comprove estar apto a realizar o Programa de Capacitação;

g) O candidato poderá, durante o Programa de Capacitação, dar início ao processo de qualificação para posse, compreendendo a apresentação de documentos previstos no Edital BACEN Nº 2, bem como exames clínicos e laboratoriais, devendo, para esse fim, seguir as instruções disponíveis no site do concurso.

III. Estabelecer que os candidatos matriculados deverão apresentar-se às 8h00 (horário de Brasília) do dia 15 de maio de 2006 (segunda-feira), na Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília, no SBS, Quadra 3, bloco B, Edifício-Sede, para a cerimônia de abertura do Programa de Capacitação, que será realizado no período de 15 a 27 de maio de 2006.

Brasília (DF), 8 de maio de 2006

Francisco José de Siqueira
Miriam de Oliveira

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefe do Gabinete do Procurador-Geral - PGGAB
6.754.115-1 - Marcel Mascarenhas dos Santos
Subprocurador-Geral - OAB/DF 31560
Chefe de Gabinete

ANEXO I

LISTA EM ORDEM ALFABÉTICA APÓS O JULGAMENTO DOS RECURSOS

CARGO: PROCURADOR

NÚMERO, NOME, DOCUMENTO, TÍTULOS.
60929I, ALBINO MATIAS DA NATIVIDADE, 126613371, 2.50/ 12596J, ALEXANDRE FORTE MAIA, 20935, 5.00/ 80184H, ANA CAROLINA RUIZ, 276828574, 12.50/ 41816K, ANDRE CERQUEIRA CORREA, 90209, 15.00/ 48697I, ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR, 5838716, 5.00/ 48724H, BRADSON TIBERIO LUNA CAMELO, 1636006, 7.50/ 48729G, BRUNA COELHO BARRETO CAMPELLO DE LIMA, 5564703, 2.50/ 658A, BRUNO TEIXEIRA DE CASTRO, 748000356, 2.50/ 80321C, CAROLINA MARZOLA HIRATA, 309247330, N/A/ 48771F, CHIARELLY MOURA DE OLIVEIRA, 5669205, 5.00/ 690H, CLARA DA MOTA SANTOS, 851730612, 0.00/ 12986A, DANIEL OSTI COSCRATO, 1539198, 5.00/ 80419I, DANILO TAKASAKI CARVALHO, 2018718, 5.00/ 53566H, DAVI CHICOSKI, 54145209, 12.50/ 722F, DIANA SAMPAIO BELLO, 805280669, 5.00/ 61308D, DOUGLAS SANTOS ARAUJO, 123219826, N/A/ 13085A, EDUARDO HENRIQUE NEVES LIMA, 1970822, 5.00/ 737H, ENEIDA ASSIS DE CARVALHO, 570218306, 10.00/ 13185E, FABIANO JANTALIA BARBOSA, 96253356, 17.50/ 80521K, FABIO GAMEIRO VIVANCOS, 282502609, 2.50/ 80532E, FELIPE AUGUSTO VILELA DE SOUZA, 24561171X, 10.00/ 48845I, FELIPE DE VASCONCELOS PEDROSA, 5519849, 2.50/ 80548I, FERNANDA ROSA DE OLIVEIRA, 345655655, N/A/ 48857E, FERNANDO ANTONIO ALVES OLIVEIRA JUNIOR, 6411918, 5.00/ 13248C, FILOGONIO MOREIRA JUNIOR, 2660052, 5.00/ 61463E, FREDERICO MONTEDONIO REGO, 129779, 0.00/ 80595G, GABRIELA AZEVEDO CAMPOS SALES, 26524660X, N/A/ 80615I, GLADYS ANDREA FRANCISCO CALTRAM, 192070162, 0.00/ 80647K, HELOISA GARCIA GAZOTTO, 275512022, 2.50/ 5187B, IGOR ARRUDA ARAGAO, 93002450828, 7.50/ 13428E, ISA NOJIMOTO, 3847982, 7.50/ 5193H, ISRAEL CESAR LIMA DE SENA, 92002181756, 5.00/ 80692E, JEFFERSON SIQUEIRA DE BRITO ALVARES, 284386819, 2.50/ 5211F, JOAO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA, 98002237890, N/A/ 48940C, JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS, 5802581SSPPE, 5.00/ 13554J, JOSUE ARAO DE OLIVEIRA, 1875024, 5.00/ 842E, JULIO DE MELO RIBEIRO, 1374625, 5.00/ 80798J, LEANDRO SARAI, 286420879, 7.50/ 48992K, LEONARDO DE OLIVEIRA GONCALVES, 6363682, 5.00/ 61678D, LEONARDO SILVESTRE BORGES TEODORO, 96142930, 7.50/ 42096H, LUCAS ALVES FREIRE, 10680084, 2.50/ 13719E, LUCAS FARIAS MOURA MAIA, 4255837, 5.00/ 53782C, LUCIANE MOESSA DE SOUZA, 826903, N/A/ 61769G, MAIRA SILVA DA FONSECA RAMOS, 128646, 7.50/ 914D, MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS, 708062415, 5.00/ 49043K, MARCELA FREIRE TORRES, 5490490, 5.00/ 13922B, MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA, 2748062, 5.00/ 955G, MARILIA KIRCHHOFF SOARES FERNANDES, 841241724, 2.50/ 13946E, MARINA SELOS FERREIRA, 1653543, 2.50/ 61919K, MARLOS LOPES GODINHO ERLING, 124748732, N/A/ 81020E, MATEUS BERALDO ROMAO, 286386550, 7.50/ 81025D, MAURICIO HENRIQUE SOUZA E SILVA, 234851491, 5.00/ 61944J, MICHELE MENEZES DA CUNHA, 123970824, N/A/ 81036I, MICHELLE PORTO DE MEDEIROS CUNHA, 344905457, 2.50/ 81055B, NADJA ADRIANO DE SANTANA, 91003001133, 5.00/ 53914E, PRISCILA BOAROTO, 72836197, 5.00/ 70926I, RAFAEL LOVATO, 9056214811, 7.50/ 62106H, RENATA ANTAO XAVIER, 119815116, N/A/ 70945B, RICARDO RODRIGUES AL ALAM, 4021422871, 2.50/ 14241E, RODRIGO DE MACEDO E BURGOS, 2045162, 5.00/ 5378I, SARA DE FRANCA LACERDA, 96029034277, 5.00/ 42274F, SERGIO GERALDO MANTINI NETO, M8913258, 5.00/ 14320A, SERVIANNE EULALIA SILVA BEZERRA, 1373456, 5.00/ 54013E, THAIS SAMPAIO DA SILVA, 38377, 7.50/ 14395J, THIAGO DE CASTRO MELO, 6061447, 2.50/ 5405H, TIAGO MACEDO CLARK, 98010216015, 5.00/ 5406J, TICIANA PINHEIRO CAVALCANTE, 97002012181, 2.50/ 5417D, VICTOR SANTOS RUFINO, 1946223, 2.50/ 49242F, VICTOR VALENCA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, 5334354, 2.50/ 5429K, WILLIAM ANDERSON ALVES OLIVINDO, 96002564674, 5.00/

70 CANDIDATOS HABILITADOS NESTE CARGO

CARGO: PROCURADOR

NÚMERO, NOME, DOCUMENTO, TÍTULOS.
70926I, RAFAEL LOVATO, 9056214811, 7.50/

1 CANDIDATOS HABILITADOS NESTE CARGO

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefe do Gabinete do Procurador-Geral - PGBAB
6.754.116-1 - Marcel Mascarenhas dos Santos
Subprocurador-Geral - OAB/DF 31560
Chefe de Gabinete

ANEXO II

HABILITADOS EM ORDEM ALFABÉTICA

CARGO: PROCURADOR

NÚMERO, NOME, DOCUMENTO, C. ESPECÍFICOS I, DISCURSIVA, LÍNGUA PORTUGUESA, C. ESPECÍFICOS II, TÍTULOS, PONTOS, CLASS.
60929I, ALBINO MATIAS DA NATIVIDADE, 126613371, 42=289.00, 65.00, 12=47.63, 60=290.16, 2.50, 694.29, 16/ 12596J, ALEXANDRE FORTE MAIA, 20935, 43=295.08, 60.00, 13=51.52, 54=262.20, 5.00, 673.80, 41/ 80184H, ANA CAROLINA RUIZ, 276828574, 37=258.76, 75.00, 14=55.41, 59=285.48, 12.50, 687.15, 22/ 41816K, ANDRE CERQUEIRA CORREA, 90209, 40=276.92, 60.00, 18=70.97, 53=257.56, 15.00, 680.45, 27/ 48697I, ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR, 5838716, 37=258.76, 60.00, 16=63.19, 60=290.16, 5.00, 677.11, 33/ 48724H, BRADSON TIBERIO LUNA CAMELO, 1636006, 37=258.76, 75.00, 15=59.30, 57=276.20, 7.50, 676.76, 35/ 48729G, BRUNA COELHO BARRETO CAMPELLO DE LIMA, 5564703, 40=276.92, 60.00, 17=67.08, 51=248.24, 2.50, 654.74, 67/ 658A, BRUNO TEIXEIRA DE CASTRO, 748000356, 42=289.00, 60.00, 12=47.63, 57=276.20, 2.50, 675.33, 38/ 80321C, CAROLINA MARZOLA HIRATA, 309247330, 40=276.92, 60.00, 15=59.30, 58=280.84, N/A, 677.06, 34/ 48771F, CHIARELLY MOURA DE OLIVEIRA, 5669205, 42=289.00, 60.00, 16=63.19, 61=294.80, 5.00, 711.99, 6/ 690H, CLARA DA MOTA SANTOS, 851730612, 41=282.96, 65.00, 15=59.30, 58=280.84, 0.00, 688.10, 21/ 12986A, DANIEL OSTI COSCRATO, 1539198, 42=289.00, 75.00, 15=59.30, 58=280.84, 5.00, 709.14, 8/ 80419I, DANILO TAKASAKI CARVALHO, 2018718, 45=307.16, 80.00, 16=63.19, 60=290.16, 5.00, 745.51, 2/ 53566H, DAVI CHICOSKI, 54145209, 41=282.96, 60.00, 15=59.30, 55=266.88, 12.50, 681.64, 26/ 722F, DIANA SAMPAIO BELLO, 805280669, 36=252.72, 85.00, 15=59.30, 60=290.16, 5.00, 692.18, 18/ 61308D, DOUGLAS SANTOS ARAUJO, 123219826, 36=252.72, 60.00, 13=51.52, 60=290.16, N/A, 654.40, 68/ 13085A, EDUARDO HENRIQUE NEVES LIMA, 1970822, 39=270.88, 80.00, 16=63.19, 53=257.56, 5.00, 676.63, 36/ 737H, ENEIDA ASSIS DE CARVALHO, 570218306, 35=246.64, 70.00, 18=70.97, 57=276.20, 10.00, 673.81, 40/ 13185E, FABIANO JANTALIA BARBOSA, 96253356, 42=289.00, 60.00, 16=63.19, 51=248.24, 17.50, 677.93, 32/ 80521K, FABIO GAMEIRO VIVANCOS, 282502609, 42=289.00, 60.00, 12=47.63, 59=285.48, 2.50, 684.61, 25/ 80532E, FELIPE AUGUSTO VILELA DE SOUZA, 24561171X, 40=276.92, 70.00, 17=67.08, 57=276.20, 10.00, 700.20, 11/ 48845I, FELIPE DE VASCONCELOS PEDROSA, 5519849, 43=295.08, 60.00, 17=67.08, 55=266.88, 2.50, 691.54, 19/ 80548I, FERNANDA ROSA DE OLIVEIRA, 345655655, 38=264.80, 60.00, 13=51.52, 59=285.48, N/A, 661.80, 61/ 48857E, FERNANDO ANTONIO ALVES OLIVEIRA JUNIOR, 6411918, 39=270.88, 60.00, 18=70.97, 55=266.88, 5.00, 673.73, 42/ 13248C, FILOGONIO MOREIRA JUNIOR, 2660052, 36=252.72, 60.00, 15=59.30, 64=308.76, 5.00, 685.78, 23/ 61463E, FREDERICO MONTEDONIO REGO, 129779, 39=270.88, 60.00, 14=55.41, 56=271.52, 0.00, 657.81, 64/ 80595G, GABRIELA AZEVEDO CAMPOS SALES, 26524660X, 40=276.92, 70.00, 18=70.97, 54=262.20, N/A, 680.09, 28/ 80615I, GLADYS ANDREA FRANCISCO CALTRAM, 192070162, 35=246.64, 60.00, 15=59.30, 60=290.16, 0.00, 656.10, 66/ 80647K, HELOISA GARCIA GAZOTTO, 275512022, 41=282.96, 60.00, 17=67.08, 53=257.56, 2.50, 670.10, 46/ 5187B, IGOR ARRUDA ARAGAO, 93002450828, 39=270.88, 65.00, 17=67.08, 53=257.56, 7.50, 668.02, 49/ 13428E, ISA NOJIMOTO, 3847982, 39=270.88, 60.00, 14=55.41, 59=285.48, 7.50, 679.27, 29/ 5193H, ISRAEL CESAR LIMA DE SENA, 92002181756, 40=276.92, 60.00, 11=43.74, 56=271.52, 5.00, 657.18, 65/ 80692E, JEFFERSON SIQUEIRA DE BRITO ALVARES, 284386819, 43=295.08, 70.00, 17=67.08, 62=299.48, 2.50, 734.14, 3/ 5211F, JOAO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA, 98002237890, 42=289.00, 60.00, 17=67.08, 64=308.76, N/A, 724.84, 5/ 48940C, JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS, 5802581SSPPE, 42=289.00, 60.00, 17=67.08, 63=304.12, 5.00, 725.20, 4/ 13554J, JOSUE ARAO DE OLIVEIRA, 1875024, 36=252.72, 60.00, 13=51.52, 68=327.40, 5.00, 696.64, 14/ 842E, JULIO DE MELO RIBEIRO, 1374625, 41=282.96, 75.00, 16=63.19, 59=285.48, 5.00, 711.63, 7/ 80798J, LEANDRO SARAI, 286420879, 38=264.80, 60.00, 14=55.41, 57=276.20, 7.50, 663.91, 55/ 48992K, LEONARDO DE OLIVEIRA GONCALVES, 6363682, 48=325.32, 95.00, 18=70.97, 67=322.76, 5.00, 819.05, 1/ 61678D, LEONARDO SILVESTRE BORGES TEODORO, 96142930, 42=289.00, 60.00, 14=55.41, 55=266.88, 7.50, 678.79, 30/ 42096H, LUCAS ALVES FREIRE, 10680084, 43=295.08, 65.00, 13=51.52, 61=294.80, 2.50, 708.90, 9/ 13719E, LUCAS FARIAS MOURA MAIA, 4255837, 39=270.88, 60.00, 15=59.30, 55=266.88, 5.00, 662.06, 59/ 53782C, LUCIANE MOESSA DE SOUZA, 826903, 40=276.92, 60.00, 17=67.08, 56=271.52, N/A, 675.52, 37/ 61769G, MAIRA SILVA DA FONSECA RAMOS, 128646, 41=282.96, 60.00, 15=59.30, 52=252.88, 7.50, 662.64, 57/ 914D, MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS, 708062415, 36=252.72, 80.00, 18=70.97, 57=276.20, 5.00, 684.89, 24/ 49043K, MARCELA FREIRE TORRES, 5490490, 41=282.96, 65.00, 16=63.19, 53=257.56, 5.00, 673.71, 43/ 13922B, MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA, 2748062, 40=276.92, 60.00, 17=67.08, 52=252.88, 5.00, 661.88, 60/ 955G, MARILIA KIRCHHOFF

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefia do Gabinete do Procurador-Geral
764.115-1 - Marcel Mascarenhas
Procurador-Geral - OAB/DF 3
Matrícula

SOARES FERNANDES, 841241724, 42=289.00, 60.00, 13=51.52, 61=294.80, 2.50, 697.82, 12/ 13946E, MARINA SELOS FERREIRA, 1653543, 39=270.88, 60.00, 17=67.08, 60=290.16, 2.50, 690.62, 20/ 61919K, MARLOS LOPES GODINHO ERLING, 124748732, 39=270.88, 60.00, 12=47.63, 62=299.48, N/A, 677.99, 31/ 81020E, MATEUS BERALDO ROMAO, 286386550, 36=252.72, 60.00, 12=47.63, 61=294.80, 7.50, 662.65, 56/ 81025D, MAURICIO HENRIQUE SOUZA E SILVA, 234851491, 41=282.96, 60.00, 15=59.30, 55=266.88, 5.00, 674.14, 39/ 61944J, MICHELE MENEZES DA CUNHA, 123970824, 38=264.80, 60.00, 15=59.30, 58=280.84, N/A, 664.94, 54/ 81036I, MICHELLE PORTO DE MEDEIROS CUNHA, 344905457, 36=252.72, 60.00, 18=70.97, 57=276.20, 2.50, 662.39, 58/ 81055B, NADJA ADRIANO DE SANTANA, 91003001133, 39=270.88, 60.00, 16=63.19, 54=262.20, 5.00, 661.27, 62/ 53914E, PRISCILA BOAROTO, 72836197, 35=246.64, 65.00, 12=47.63, 63=304.12, 5.00, 668.39, 48/ 70926I, RAFAEL LOVATO, 9056214811, 33=234.56, 60.00, 16=63.19, 52=252.88, 7.50, 618.13, 70/ 62106H, RENATA ANTAO XAVIER, 119815116, 36=252.72, 60.00, 16=63.19, 60=290.16, N/A, 666.07, 53/ 70945B, RICARDO RODRIGUES AL ALAM, 4021422871, 42=289.00, 60.00, 16=63.19, 52=252.88, 2.50, 667.57, 50/ 14241E, RODRIGO DE MACEDO E BURGOS, 2045162, 41=282.96, 80.00, 15=59.30, 55=266.88, 5.00, 694.14, 17/ 5378I, SARA DE FRANCA LACERDA, 96029034277, 39=270.88, 70.00, 15=59.30, 55=266.88, 5.00, 672.06, 44/ 42274F, SERGIO GERALDO MANTINI NETO, M8913258, 40=276.92, 70.00, 16=63.19, 59=285.48, 5.00, 700.59, 10/ 14320A, SERVIANNE EULALIA SILVA BEZERRA, 1373456, 38=264.80, 60.00, 16=63.19, 57=276.20, 5.00, 669.19, 47/ 54013E, THAIS SAMPAIO DA SILVA, 38377, 38=264.80, 70.00, 17=67.08, 59=285.48, 7.50, 694.86, 15/ 14395J, THIAGO DE CASTRO MELO, 6061447, 36=252.72, 70.00, 14=55.41, 59=285.48, 2.50, 666.11, 52/ 5405H, TIAGO MACEDO CLARK, 98010216015, 42=289.00, 60.00, 15=59.30, 53=257.56, 5.00, 670.86, 45/ 5406J, TICIANA PINHEIRO CAVALCANTE, 97002012181, 38=264.80, 60.00, 14=55.41, 56=271.52, 2.50, 654.23, 69/ 5417D, VICTOR SANTOS RUFINO, 1946223, 41=282.96, 65.00, 11=43.74, 55=266.88, 2.50, 661.08, 63/ 49242F, VICTOR VALENCA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, 5334354, 42=289.00, 60.00, 16=63.19, 52=252.88, 2.50, 667.57, 50/ 5429K, WILLIAM ANDERSON ALVES OLIVINDO, 96002564674, 41=282.96, 60.00, 15=59.30, 60=290.16, 5.00, 697.42, 13/

70 CANDIDATOS HABILITADOS NESTE CARGO

PORTADOR(ES) DE DEFICIÊNCIA

CARGO: PROCURADOR

NÚMERO, NOME, DOCUMENTO, C. ESPECÍFICOS I, DISCURSIVA, LÍNGUA PORTUGUESA, C. ESPECÍFICOS II, TÍTULOS, PONTOS, CLASS.
70926I, RAFAEL LOVATO, 9056214811, 33=234.56, 60.00, 16=63.19, 52=252.88, 7.50, 618.13, 70/

1 CANDIDATOS HABILITADOS NESTE CARGO

PROCURADORIA-GERAL BB BANCO CENTRAL
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral - PGBAB
6.754.115-1 - Marcel Mascarenhas dos Santos
Subprocurador-Geral - OAB/DF 31550
Chefe de Gabinete

ANEXO III

RELAÇÃO DEFINITIVA DE VAGAS

BELÉM - 1
BRASÍLIA - 19
CURITIBA - 4
PORTO ALEGRE - 2
RIO DE JANEIRO - 4
SÃO PAULO - 2

ANEXO IV

LISTA DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

CARGO: PROCURADOR
PRAÇA DE LOTAÇÃO: A01 - ÚNICA

NÚMERO, NOME, DOCUMENTO, CLASS.
60929I, ALBINO MATIAS DA NATIVIDADE, 126613371, 16/ 12596J, ALEXANDRE FORTE MAIA, 20935, 41/ 80184H, ANA CAROLINA RUIZ, 276828574, 22/ 41816K, ANDRE CERQUEIRA CORREA, 90209, 27/ 48697I, ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR, 5838716, 33/ 48724H, BRADSON TIBERIO LUNA CAMELO, 1636006, 35/ 658A, BRUNO TEIXEIRA DE CASTRO, 748000356, 38/ 80321C, CAROLINA MARZOLA HIRATA, 309247330, 34/ 48771F, CHIARELLY MOURA DE OLIVEIRA, 5669205, 6/ 690H, CLARA DA MOTA SANTOS, 851730612, 21/ 12986A, DANIEL OSTI COSCRATO, 1539198, 8/ 80419I, DANILO TAKASAKI CARVALHO, 2018718, 2/ 53566H, DAVI CHICOSKI, 54145209, 26/ 722F, DIANA SAMPAIO BELLO, 805280669, 18/ 13085A, EDUARDO HENRIQUE NEVES LIMA, 1970822, 36/ 737H, ENEIDA ASSIS DE CARVALHO, 570218306, 40/ 13185E, FABIANO JANTALIA BARBOSA, 96253356, 32/ 80521K, FABIO GAMEIRO VIVANCOS, 282502609, 25/ 80532E, FELIPE AUGUSTO VILELA DE SOUZA, 24561171X, 11/ 48845I, FELIPE DE VASCONCELOS PEDROSA, 5519849, 19/ 80548I, FERNANDA ROSA DE OLIVEIRA, 345655655, 61/ 48857E, FERNANDO ANTONIO ALVES OLIVEIRA JUNIOR, 6411918, 42/ 13248C, FILOGONIO MOREIRA JUNIOR, 2660052, 23/ 80595G, GABRIELA AZEVEDO CAMPOS SALES, 26524660X, 28/ 80647K, HELOISA GARCIA GAZOTTO, 275512022, 46/ 5187B, IGOR ARRUDA ARAGAO, 93002450828, 49/ 13428E, ISA NOJIMOTO, 3847982, 29/ 80692E, JEFFERSON SIQUEIRA DE BRITO ALVARES, 284386819, 3/ 5211F, JOAO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA, 98002237890, 5/ 48940C, JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS, 5802581SSPPE, 4/ 13554J, JOSUE ARAO DE OLIVEIRA, 1875024, 14/ 842E, JULIO DE MELO RIBEIRO, 1374625, 7/ 80798J, LEANDRO SARAI, 286420879, 55/ 48992K, LEONARDO DE OLIVEIRA GONCALVES, 6363682, 1/ 61678D, LEONARDO SILVESTRE BORGES TEODORO, 96142930, 30/ 42096H, LUCAS ALVES FREIRE, 10680084, 9/ 13719E, LUCAS FARIAS MOURA MAIA, 4255837, 59/ 53782C, LUCIANE MOESSA DE SOUZA, 826903, 37/ 61769G, MAIRA SILVA DA FONSECA RAMOS, 128646, 57/ 914D, MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS, 708062415, 24/ 49043K, MARCELA FREIRE TORRES, 5490490, 43/ 13922B, MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA, 2748062, 60/ 955G, MARILIA KIRCHHOFF SOARES FERNANDES, 841241724, 12/ 13946E, MARINA SELOS FERREIRA, 1653543, 20/ 61919K, MARLOS LOPES GODINHO ERLING, 124748732, 31/ 81020E, MATEUS BERALDO ROMAO, 286386550, 56/ 81025D, MAURICIO HENRIQUE SOUZA E SILVA, 234851491, 39/ 61944J, MICHELE MENEZES DA CUNHA, 123970824, 54/ 81036I, MICHELLE PORTO DE MEDEIROS CUNHA, 344905457, 58/ 81055B, NADJA ADRIANO DE SANTANA, 91003001133, 62/ 53914E, PRISCILA BOAROTO, 72836197, 48/ 70926I, RAFAEL LOVATO, 9056214811, 70/ 62106H, RENATA ANTAO XAVIER, 119815116, 53/ 70945B, RICARDO RODRIGUES AL ALAM, 4021422871, 50/ 14241E, RODRIGO DE MACEDO E BURGOS, 2045162, 17/ 5378I, SARA DE FRANCA LACERDA, 96029034277, 44/ 42274F, SERGIO GERALDO MANTINI NETO, M8913258, 10/ 14320A, SERVIANNE EULALIA SILVA BEZERRA, 1373456, 47/ 54013E, THAIS SAMPAIO DA SILVA, 38377, 15/ 14395J, THIAGO DE CASTRO MELO, 6061447, 52/ 5405H, TIAGO MACEDO CLARK, 98010216015, 45/ 5417D, VICTOR SANTOS RUFINO, 1946223, 63/ 49242F, VICTOR VALENCA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, 5334354, 50/ 5429K, WILLIAM ANDERSON ALVES OLIVINDO, 96002564674, 13/

64 CANDIDATO(S) CONVOCADO(S) PARA O PROGAMA DE CAPACITAÇÃO NESTE CARGO, NESTA PRAÇA

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefia do Gabinete do Procurador-Geral - PGGAB
6.754.115-1 - Marcel Mascarenhas dos Santos
Subprocurador-Geral - OAB/DF 31560
Chefe de Gabinete

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Procuradoria-Geral

11º CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROCURADOR

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O PROCURADOR-GERAL e a CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso de suas atribuições, de acordo com o capítulo XIV do Edital BACEN Nº 2, publicado no Diário Oficial da União em 1º de novembro de 2005, tendo em vista o encerramento da Segunda Etapa do concurso, **RESOLVEM** divulgar o resultado final, na forma da relação constante do Anexo I.

Brasília (DF), 1º de junho de 2006

Francisco José de Siqueira
Procurador-Geral

Miriam de Oliveira
Chefe do Depes

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefia de Gabinete de Procuradoria-Geral - PGGAB
754.115-1 - Marcel Malcanmhse dos Santos
Subprocurador-Geral - OAB/DF 31580
Chefe de Gabinete

ANEXO I

RESULTADO FINAL DOS HABILITADOS APÓS PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO – SEGUNDA ETAPA

CARGO: PROCURADOR

INSCRIÇÃO, NOME, DOCUMENTO, NOTA 2ª ETAPA, NOTA FINAL, CLASSIFICAÇÃO
48992K, LEONARDO DE OLIVEIRA GONCALVES, 6363682, 28=93.33, 819.05, 1/ 80419I, DANILO TAKASAKI CARVALHO, 2018718, 29=96.67, 745.51, 2/ 80692E, JEFFERSON SIQUEIRA DE BRITO ALVARES, 284386819, 29=96.67, 734.14, 3/ 48940C, JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS, 5802581SSPPE, 28=93.33, 725.20, 4/ 5211F, JOAO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA, 98002237890, 30=100.00, 724.84, 5/ 48771F, CHIARELLY MOURA DE OLIVEIRA, 5669205, 27=90.00, 711.99, 6/ 842E, JULIO DE MELO RIBEIRO, 1374625, 29=96.67, 711.63, 7/ 12986A, DANIEL OSTI COSCRATO, 1539198, 28=93.33, 709.14, 8/ 42096H, LUCAS ALVES FREIRE, 10680084, 30=100.00, 708.90, 9/ 42274F, SERGIO GERALDO MANTINI NETO, M8913258, 28=93.33, 700.59, 10/ 80532E, FELIPE AUGUSTO VILELA DE SOUZA, 24561171X, 28=93.33, 700.20, 11/ 955G, MARILIA KIRCHHOFF SOARES FERNANDES, 841241724, 28=93.33, 697.82, 12/ 5429K, WILLIAM ANDERSON ALVES OLIVINDO, 96002564674, 29=96.67, 697.42, 13/ 13554J, JOSUE ARAO DE OLIVEIRA, 1875024, 30=100.00, 696.64, 14/ 54013E, THAIS SAMPAIO DA SILVA, 38377, 26=86.67, 694.86, 15/ 60929I, ALBINO MATIAS DA NATIVIDADE, 126613371, 28=93.33, 694.29, 16/ 14241E, RODRIGO DE MACEDO E BURGOS, 2045162, 24=80.00, 694.14, 17/ 722F, DIANA SAMPAIO BELLO, 805280669, 29=96.67, 692.18, 18/ 48845I, FELIPE DE VASCONCELOS PEDROSA, 5519849, 30=100.00, 691.54, 19/ 13946E, MARINA SELOS FERREIRA, 1653543, 30=100.00, 690.62, 20/ 690H, CLARA DA MOTA SANTOS, 851730612, 27=90.00, 688.10, 21/ 80184H, ANA CAROLINA RUIZ, 276828574, 30=100.00, 687.15, 22/ 13248C, FILOGONIO MOREIRA JUNIOR, 2660052, 29=96.67, 685.78, 23/ 914D, MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS, 708062415, 28=93.33, 684.89, 24/ 80521K, FABIO GAMEIRO VIVANCOS, 282502609, 30=100.00, 684.61, 25/ 53566H, DAVI CHICOSKI, 54145209, 27=90.00, 681.64, 26/ 41816K, ANDRE CERQUEIRA CORREA, 90209, 28=93.33, 680.45, 27/ 13428E, ISA NOJIMOTO, 3847982, 24=80.00, 679.27, 28/ 61678D, LEONARDO SILVESTRE BORGES TEODORO, 96142930, 29=96.67, 678.79, 29/ 61919K, MARLOS LOPES GODINHO ERLING, 124748732, 26=86.67, 677.99, 30/ 13185E, FABIANO JANTALIA BARBOSA, 96253356, 29=96.67, 677.93, 31/ 48697I, ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR, 5838716, 26=86.67, 677.11, 32/ 48724H, BRADSON TIBERIO LUNA CAMELO, 1636006, 25=83.33, 676.76, 33/ 13085A, EDUARDO HENRIQUE NEVES LIMA, 1970822, 28=93.33, 676.63, 34/ 53782C, LUCIANE MOESSA DE SOUZA, 826903, 28=93.33, 675.52, 35/ 658A, BRUNO TEIXEIRA DE CASTRO, 748000356, 29=96.67, 675.33, 36/ 81025D, MAURICIO HENRIQUE SOUZA E SILVA, 234851491, 26=86.67, 674.14, 37/ 737H, ENEIDA ASSIS DE CARVALHO, 570218306, 28=93.33, 673.81, 38/ 12596J, ALEXANDRE FORTE MAIA, 20935, 27=90.00, 673.80, 39/ 48857E, FERNANDO ANTONIO ALVES OLIVEIRA JUNIOR, 6411918, 28=93.33, 673.73, 40/ 49043K, MARCELA FREIRE TORRES, 5490490, 27=90.00, 673.71, 41/ 5378I, SARA DE FRANCA LACERDA, 96029034277, 25=83.33, 672.06, 42/ 5405H, TIAGO MACEDO CLARK, 98010216015, 28=93.33, 670.86, 43/ 80647K, HELOISA GARCIA GAZOTTO, 275512022, 30=100.00, 670.10, 44/ 14320A, SERVIANNE EULALIA SILVA BEZERRA, 1373456, 24=80.00, 669.19, 45/ 53914E, PRISCILA BOAROTO, 72836197, 30=100.00, 668.39, 46/ 5187B, IGOR ARRUDA ARAGAO, 93002450828, 28=93.33, 668.02, 47/ 70945B, RICARDO RODRIGUES AL ALAM, 4021422871, 23=76.67, 667.57, 48/ 49242F, VICTOR VALENCA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, 5334354, 28=93.33, 667.57, 48/ 14395J, THIAGO DE CASTRO MELO, 6061447, 29=96.67, 666.11, 50/ 62106H, RENATA ANTAO XAVIER, 119815116, 30=100.00,

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefia do Gabinete do Procurador-Geral - PGGAB
6.754.115-1 - Marcel Mascarenhas dos Santos
Subprocurador-Geral - OAB/DF 31560
Chefe de Gabinete

666.07, 51/ 61944J, MICHELE MENEZES DA CUNHA, 123970824, 30=100.00, 664.94, 52/ 80798J, LEANDRO SARAI, 286420879, 30=100.00, 663.91, 53/ 81020E, MATEUS BERALDO ROMAO, 286386550, 28=93.33, 662.65, 54/ 61769G, MAIRA SILVA DA FONSECA RAMOS, 128646, 27=90.00, 662.64, 55/ 81036I, MICHELLE PORTO DE MEDEIROS CUNHA, 344905457, 27=90.00, 662.39, 56/ 13719E, LUCAS FARIAS MOURA MAIA, 4255837, 29=96.67, 662.06, 57/ 13922B, MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA, 2748062, 27=90.00, 661.88, 58/ 80548I, FERNANDA ROSA DE OLIVEIRA, 345655655, 27=90.00, 661.80, 59/ 81055B, NADJA ADRIANO DE SANTANA, 91003001133, 22=73.33, 661.27, 60/ 5417D, VICTOR SANTOS RUFINO, 1946223, 29=96.67, 661.08, 61/ 61463E, FREDERICO MONTEDONIO REGO, 129779, 30=100.00, 657.81, 62/ 5193H, ISRAEL CESAR LIMA DE SENA, 92002181756, 28=93.33, 657.18, 63/ 70926I, RAFAEL LOVATO, 9056214811, 26=86.67, 618.13, 64/

64 CANDIDATO(S) APROVADO(S) NO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO NESTE CARGO, NESTA PRAÇA

CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

CARGO: PROCURADOR

INSCRIÇÃO, NOME, DOCUMENTO, NOTA 2ª ETAPA, NOTA FINAL, CLASSIFICAÇÃO
70926I, RAFAEL LOVATO, 9056214811, 26=86.67, 618.13, 64/

1 CANDIDATO(S) APROVADO(S) NO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO NESTE CARGO, NESTA PRAÇA

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefia do Gabinete do Procurador-Geral - PGBAB

E.754.115-1 - Marcel Mascarenhas dos Santos
Subprocurador-Geral - OAB/DF 31560
Chefe de Gabinete

Aviso nº 508 - C. Civil.

Em 28 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PROJETOS DE LEI DO SENADO

SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 709, DE 2015

Altera as Leis nos 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 2º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** .....

.....

§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas das modalidades olímpicas e paralímpicas de alto rendimento que sejam filiadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou ao Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, que as pratiquem de modo não profissional e cuja soma de rendimentos com bolsas esportivas, patrocínio e premiações esportivas sejam inferiores a 360 salários-mínimos anuais, conforme Declaração do Imposto sobre a Renda Pessoa Física apresentada no momento da inscrição.

..... (NR)"

2

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º** .....

§ 1º .....

.....

III - cuja soma de rendimentos com bolsas referentes à atividade esportiva ou patrocínio ultrapasse 360 salários-mínimos anuais, conforme Declaração do Imposto sobre a Renda Pessoa Física apresentada no momento da inscrição.

.....

§ 2º .....

.....

III - quando for configurada a situação prevista no inciso III do § 1º, suspensão imediata da Bolsa-Atleta e vedação de concorrência à novo benefício nos 2 (dois) primeiros exercícios subsequentes à suspensão.(NR)"

Art. 3º O inciso IV do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 7º** .....

§ 1º .....

.....

IV - estar ranqueado na respectiva entidade internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica;

..... (NR)"

Art. 4º Corrigir-se-á a redação dos termos "paraolímpico", "paraolímpica", "paraolímpicos" e "paraolímpicas" para "paralímpico", "paralímpica", "paralímpicos" e "paralímpicas", onde couber, nas Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e nº 12.395, de 16 de março de 2011.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

3

JUSTIFICAÇÃO

Nas conclusões do relatório sobre o Programa Bolsa-Atleta, na avaliação de políticas públicas do Senado Federal, sob a responsabilidade da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, verificamos alguns pontos que necessitam readequação após a sugestão conjunta de atletas e profissionais diversos da área esportiva, assim como de nossa análise técnica.

Primeiramente, julgamos que é urgente o estabelecimento de regras acerca das possibilidades de acúmulo da percepção da Bolsa-Atleta com outros benefícios e formas de patrocínio e benefícios de outras esferas governamentais. Dessarte, estabelecemos, com mudança na redação de texto já existente, que a Bolsa-Atleta deve ser prioritária aos atletas das modalidades olímpicas e paralímpicas de alto rendimento praticadas de modo não profissional. Além disso, deve-se priorizar esportistas cuja soma de rendimentos com bolsas esportivas, patrocínio e premiações esportivas sejam inferiores a 360 salários-mínimos anuais, conforme Declaração do Imposto sobre a Renda Pessoa Física apresentada no momento da inscrição.

Cria-se a proibição de concessão da Bolsa-Atleta de qualquer categoria àquela cuja soma de rendimentos com bolsas referentes à atividade esportiva ou patrocínio ultrapasse 360 salários-mínimos anuais, tendo-se como penalidade a suspensão imediata benefício e vedação para se obter novo benefício nos dois primeiros exercícios subsequentes a essa suspensão.

Para se pleitear a Bolsa Pódio, vimos ser necessária a alteração do de um dispositivo na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, estabelecendo que o atleta de apenas estar ranqueado na respectiva entidade internacional entre os 20 primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica. Assim, dispensa-se a indicação pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e o Ministério do Esporte, que se verificou, em alguns casos, ser subjetiva, deixando atletas que cumprem todos os requisitos fora do programa.

Por fim, corrigimos a redação do termo “paraolímpico” e derivados nas Leis Pelé e do Bolsa-Atleta, para o correto “paralímpico” e seus derivados.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de todos os Pares para a aprovação deste Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões,

Senador **ROMÁRIO**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998 - LEI PELE - 9615/98
Lei nº 10.891, de 9 de Julho de 2004 - BOLSA-ATLETA - 10891/04
parágrafo 3º do artigo 2º
artigo 3º
.
Lei nº 12.395, de 16 de Março de 2011 - BOLSA-ATLETA. - 12395/11
inciso IV do artigo 7º

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 710, DE 2015 (Complementar)

Institui a Contribuição Social sobre Créditos não Tributados – CCNT

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a Contribuição Social sobre Créditos não Tributados – CCNT.

Art. 2º O fato gerador da contribuição é qualquer operação liquidada ou lançamento realizado pelas entidades do sistema financeiro nacional que representem circulação escritural de recebimento de créditos em contas de qualquer natureza mantidas em instituições que componham o sistema financeiro nacional, desde que resultante de transferência da titularidade dos mesmos valores, créditos e direitos.

§ 1º Considera-se, também, como fato gerador:

I - a liquidação ou pagamento, por instituição financeira, de quaisquer créditos, direitos ou valores, por conta e ordem de terceiros, que não tenham sido creditados, em nome do beneficiário, em suas contas; e

II - qualquer outra movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira a crédito do contribuinte que, por sua finalidade, reunindo características que permitam presumir a existência de sistema organizado para efetivá-la, produza os mesmos efeitos previstos no caput, independentemente da pessoa que a efetue, da denominação que possa ter e da forma jurídica ou dos instrumentos utilizados para realizá-la.

§ 2º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, poderá expedir normas para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos que se caracterizem como fatos geradores.

Art. 3º São contribuintes da CCNT as pessoas jurídicas e demais entidades não personalizadas obrigadas por lei a se registrarem no cadastro nacional de pessoas jurídicas – CNPJ, titulares de contas de qualquer natureza mantidas em instituições do sistema financeiro nacional, excetuadas:

I. a União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias e fundações;
II. as pessoas naturais que, por lei registradas no CNPJ mas que sejam tributadas para efeito de imposto de renda como pessoas físicas, inclusive os candidatos a cargos públicos eletivos;
III. as instituições que compõem o sistema financeiro nacional;
IV. as missões diplomáticas;
V. as repartições consulares de carreira;
VI. as representações de organismos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro;
VII. as entidades beneficentes de assistência social, nos termos do § 7° do art. 195 da Constituição Federal;
VIII. os fundos e provisões de plano de benefício de caráter previdenciário e as entre entidades de previdência complementar.

Art. 4° A contribuição não incide:

I. no lançamento errado e seu respectivo estorno, desde que não caracterizem a anulação de operação efetivamente contratada;
II. no lançamento de depósitos em cheque ou outro documento compensável, quando ocorrer seu respectivo estorno, devolvidos em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil;
III. nos lançamentos a crédito em conta especial destinada ao registro e controle do fluxo de recursos, aberta exclusivamente para pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, decorrente de transferência para conta corrente de depósito de titularidade do mesmo beneficiário, conjunta ou não, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional;
IV. nos lançamentos a crédito provenientes de contas de mesma titularidade;
V. nas operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do caput do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
VI. nas contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e do art. 539 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015; e
VII. o lançamento a crédito, por instituição financeira, em contas correntes que apresentem saldo negativo, até o limite de valor da redução do saldo devedor.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, poderá expedir normas para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos objeto da não-incidência.

Art. 5° É atribuída a responsabilidade pela retenção e recolhimento da contribuição às instituições dos Sistema Financeiro Nacional em que forem mantidas contas de qualquer natureza das pessoas jurídicas contribuintes.

§ 1° A instituição financeira reservará, no saldo das contas referidas no caput o valor a ser mensalmente informado pelo Ministério da Fazenda.

§ 2° Alternativamente ao disposto no parágrafo anterior, a instituição financeira poderá assumir a responsabilidade pelo pagamento da contribuição na hipótese de eventual insuficiência de recursos nas contas.

§ 3° Na falta de retenção da contribuição, fica mantida, em caráter supletivo, a responsabilidade do contribuinte pelo seu pagamento.

Art. 6° A base de cálculo da CCNT será a resultante mensal do somatório de todos dos lançamentos a crédito nas contas mantidas em instituições financeiras, em conformidade com o caput e os parágrafos do art. 2º com o valor declarado de receitas recebidas à vista em espécie, deduzida dos seguintes lançamentos contábeis de:

I. receitas recebidas à vista com trânsito por contas bancárias de qualquer natureza;
II. depósito de receitas recebidas em espécie;
III. recebimentos de créditos registrados no ativo da pessoa jurídica oriundos de vendas sem recebimento à vista;
IV. recebimentos de créditos oriundos de resgate de aplicações financeiras de qualquer natureza, quando submetida à tributação pelo imposto de renda;
V. recebimentos oriundos da venda de ativos não financeiros, desde que a operação seja submetida à tributação do imposto de renda;
VI. obtenção de empréstimos ou de contratação de operações de crédito de qualquer natureza;
VII. integralização do capital social;
VIII. estorno de despesa;
IX. recebimentos, em dinheiro, de qualquer das situações acima previstas, quando depositadas em contas bancárias; e
X. valores decorrentes de rendimento ou de resgate de aplicações financeiras quando submetidas aos efeitos da legislação de imposto de renda.

§ 1º Para efeitos de cálculo do valor mensal as instituições do Sistema Financeiro Nacional informarão, nas condições e nos prazos que vierem a ser estabelecidos pelo Ministro de Estado da Fazenda, os valores totais mensais de créditos de cada contribuinte e demais informações necessárias.

§ 2º Para efeitos de cálculo dos valores das receitas recebidas em espécie e daqueles a que se referem que se referem os incisos I a VIII, os contribuintes informarão mensalmente, na Declaração de Contribuições e Tributos Federais – DCTF, os valores totais mensais de cada inciso, e a identificação da conta bancária em que deverá ser efetuado o débito da CCNT.

§ 3º O Poder Executivo poderá, ao regulamentar a presente lei, instituir outras deduções além das previstas neste artigo.

§ 4º A partir do mês de início da cobrança da CCNT, todas as pessoas jurídicas, independentemente de sua finalidade, que tiverem créditos bancários, na forma desta lei, superiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais) em determinado mês, ficam obrigadas a, naquele mês, apresentar a Declaração de Contribuições e Tributos Federais – DCTF.

Art. 7° A alíquota da contribuição é dez por cento.

Art. 8º Mensalmente, até do dia vinte e dois (22), o Ministério da Fazenda informará às instituições do sistema financeiro nacional apontadas em conformidade com o § 2º do art. 6º o valor devido de CCNT, para ser debitado no último dia útil daquele mês.

Art. 9° É facultado ao Poder Executivo alterar a alíquota da contribuição, observado o limite máximo de vinte por cento (20%).

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda disciplinará as formas e os prazos de apuração e de pagamento ou retenção e recolhimento da contribuição instituída por esta Lei, respeitado o disposto no art. 8º;

Art. 11. Compete à Secretaria da Receita Federal a administração da contribuição, incluídas as atividades de tributação, fiscalização e arrecadação.

§ 1° No exercício das atribuições de que trata este artigo, a Secretaria da Receita Federal poderá requisitar ou proceder ao exame de documentos, livros e registros, bem como estabelecer obrigações acessórias.

§ 2° As instituições responsáveis pela retenção e pelo recolhimento da contribuição prestarão à Secretaria da Receita Federal as informações necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações, nos termos, da regulamentação desta lei.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal resguardará, na forma da legislação aplicável à matéria, o sigilo das informações prestadas, facultada sua utilização para instaurar procedimento administrativo tendente a verificar a existência de crédito tributário relativo a impostos e contribuições e para lançamento, no âmbito do procedimento fiscal, do crédito tributário porventura existente, observado o disposto no art. 42 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

§ 4° Na falta de informações ou insuficiência de dados necessários à apuração da contribuição, esta será determinada com base em elementos de que dispuser a fiscalização.

Art. 12. Serão regidos pelas normas relativas aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal:

I - o processo administrativo de determinação e exigência da contribuição;

II - o processo de consulta sobre a aplicação da respectiva legislação;

III - a inscrição do débito não pago em dívida ativa e a sua subsequente cobrança administrativa e judicial.

Art. 13. A contribuição não paga nos prazos previstos nesta Lei será acrescida de:

I - juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento da obrigação até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento;

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Não é verdade que, para fazermos um ajuste fiscal, temos que aumentar a carga tributária que pesa sobre a população. Precisamos, sim, reduzir despesas e aumentar a arrecadação, mas não dos cidadãos que já sofrem os efeitos da elevada carga tributária.

Assim é que concebi a ideia de uma contribuição social destinada às ações de saúde, que se onera única e exclusivamente os sonegadores de tributos que incidem sobre as receitas e sobre os lucros, ou seja, o seja, os sonegadores do imposto de renda, do IPI, do ICMS, do IPI, do PIS e da Cofins.

A essa contribuição, entendi chamar de Contribuição Social sobre Créditos não Tributados – CCNT.

Sua incidência, apesar de tecnicamente parecer complexa, é, na verdade, simples: ela incide, com alíquota de 10% sobre o total de créditos depositados nas contas bancárias de cada pessoa jurídica, deduzidos desses créditos os valores que estejam devidamente contabilizados e tributados.

Esses valores que serão deduzidos deverão ser informados mês a mês ao fisco, no corpo da própria declaração que hoje é enviada, a DCTF.

E outras palavras, se, em determinado mês, uma empresa tem um conjunto de créditos em suas contas bancárias de 100 mil reais, e se ela somente declarou como tendo receitas de 90 mil reais, pagará sobre a diferença, no caso, 10 mil reais, o percentual de 10%, ou seja, mil reais.

Uma empresa que contabilize completamente todas as suas receitas, no exemplo acima, se ela demonstrar que os 100 mil foram tributados, não terá nada a pagar.

Por outro lado, supondo que a empresa acima não apresentou a DCTF ou a apresentou sem dados de receitas, pagará 10 mil reais na forma da nova contribuição, correspondentes a 10% de todas as receitas.

Para evitar qualquer injustiça quanto à natureza dos créditos, ficam excluídos da incidência do tributo os créditos decorrentes:

- de lançamentos errados e seu respectivo estorno;
- de devolução de cheques;
- dos lançamentos a crédito em conta especial destinada ao registro e controle do fluxo de recursos, aberta exclusivamente para pagamento de pessoal na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional;
- dos lançamentos a crédito provenientes de contas de mesma titularidade;
- das operações e os contratos de que de compra e venda de ações, em contas abertas exclusivamente para essa finalidade;

- de lançamentos nas contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento; e
- de lançamento a crédito, por instituição financeira, em contas correntes que apresentem saldo negativo, até o limite de valor da redução do saldo devedor.

Igualmente, para não ser injusto com determinadas pessoas jurídicas que não devem ser tributadas, proponho que a contribuição não incida sobre:

- a União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias e fundações;
- as pessoas naturais que, por lei registradas no CNPJ mas que sejam tributadas para efeito de imposto de renda como pessoas físicas, inclusive os candidatos a cargos públicos eletivos;
- as instituições que compõem o sistema financeiro nacional;
- as missões diplomáticas;
- as repartições consulares de carreira;
- as representações de organismos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro;
- as entidades beneficentes de assistência social, nos termos do § 7° do art. 195 da Constituição Federal;
- os fundos e provisões de plano de benefício de caráter previdenciário e as entre entidades de previdência complementar;

Para a efetividade da cobrança da Contribuição que proponho, inclui no projeto o poder/dever do Banco Central, do Poder Executivo e especificamente do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Receita Federal, de estabelecerem normas complementares à presente lei.

Faculto, ainda, o Executivo: (i) alterar a alíquota para 20%, com vistas a ampliar a arrecadação; (ii) proceder a lançamento com base em receitas presumidas, na falta ou insuficiência de informações e dados; e (iii) abrir processo fiscal para verificar possível ocorrência do fato gerador, por meio de conta bancária de pessoa física, devendo, para tanto, as instituições financeiras fazer as comunicações necessárias para que a Receita Federal tenha conhecimento dos fatos.

Para evitar a sonegação, proponho duas medidas: (i) limitar-se o instituto do endosso de cheque a uma única vez e desde que não haja redução do imposto devido; e (ii) considerar a omissão ou a falsificação de informações exigidas na lei como crime de sonegação fiscal previsto no art. 1º, I, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Quanto ao produto da arrecadação, uma vez que a sonegação ora combatida envolve tributos federais, estaduais e municipais, proponho que o produto da arrecadação da presente contribuição seja distribuído nas seguintes proporções:

- I – 40% (quarenta por cento) à seguridade social, sendo metade para a saúde;
- II – 30% (trinta por cento) aos Estados; e

- III – 30% (trinta por cento) aos Municípios, ambos para gastos com a saúde.

Exijo, por fim, que todas as receitas passem a ser depositadas em contas bancárias, excetuadas da obrigação as pessoas jurídicas sediadas em municípios em que não haja agência bancária, posto dos correios ou agência lotérica.

Com esse projeto, creio estar dando grande contribuição ao país, fazendo agora incidir tributo sobre as receitas sonegadas.

Sala das Sessões, em

Senador **ROBERTO REQUIÃO**

LEGISLAÇÃO CITADA

urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988
- inciso II do artigo 85
- inciso III do artigo 85

Constituição de 1988 - 1988/88
- artigo 159
- parágrafo 7º do artigo 195

Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - CODIGO DE PROCESSO CIVIL - 5869/73
- artigo 890

Lei nº 8.137, de 27 de Dezembro de 1990 - 8137/90

Lei nº 8.981, de 20 de Janeiro de 1995 - 8981/95
- inciso II do artigo 84

Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - 9430/96
- artigo 42
- artigo 44
- artigo 47
- artigo 61

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - 13105/15
- artigo 539

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 711, DE 2015

Denomina a alteração do nome do Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina, no Sertão Pernambucano, para Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado "Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho" o Perímetro de Irrigação do Pontal, localizado em Petrolina, no Sertão Pernambucano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Perímetro de Irrigação do Pontal foi instituído com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região semiárida, através da agricultura irrigada, no conceito da

sustentabilidade ambiental, incorporando cerca de 7.700 hectares ao processo produtivo, elevando a produção e a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumentando a oferta de alimentos e propiciando a abertura de empregos diretos e indiretos.

O Deputado Osvaldo Coelho, juntamente com o Senador Nilo Coelho, estão entre os idealizadores e executores da agricultura irrigada no Vale do São Francisco. Nos anos como parlamentar procurou focar no desenvolvimento da região do "Submédio São Francisco", sendo reconhecido como o "Deputado da Irrigação". Na história do semiárido nordestino, por tudo que ele fez para tornar mais digna a vida do sertanejo, o Deputado Osvaldo Coelho deve ser incluído no rol dos grandes benfeitores da região.

Foi um dos mais longevos Deputados Federais da Região. Foi eleito 8 vezes Deputado Federal depois de outros três mandatos para Deputado Estadual na Assembleia Legislativa. Surgiu dele a ideia de implantar o Projeto Nilo Coelho que tem um total de 18 mil hectares. Também foi secretário da Fazenda do Governo de Pernambuco, quando seu irmão, Nilo Coelho, foi Governador.

Afigura-se oportuno, portanto que após sua morte ocorrida, no último dia 1º de novembro, que se prestem as devidas homenagens àquele que se empenhou para o desenvolvimento da irrigação no semiárido.

Em reconhecimento a essa valorosa carreira de homem público e em deferência aos pernambucanos, é que sugiro com este projeto de lei que o Perímetro de Irrigação do Pontal passe a ser designado "Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho".

Sala das Sessões,

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, DE 2015

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º e 4º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 2º** .....

.....

IX - .....;

X - .....; e

XI – oferta interna de energia: quantidade de energia colocada à disposição do País para ser submetida aos processos de transformação e consumo final." (NR)

.....

"**Art. 4º** .....

.....

VIII – .....;

IX – ao aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia para, no mínimo, 60% (setenta por cento) em 2040.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil possui imensa diversidade e disponibilidade de fontes para produção de energia. Tanto é que já despontou como um dos principais produtores de biocombustíveis e de energia elétrica com base em fontes renováveis.

Atualmente, quase 40% (quarenta por cento) da oferta interna de energia brasileira são provenientes de fontes renováveis, com destaque para a biomassa e a fonte hidráulica.

O projeto que ora apresento mantém a nossa Nação na vanguarda do setor energético, ao estabelecer uma meta ousada de substituição de energia oriunda do petróleo e seus derivados por aquela produzida por fontes renováveis, com baixa emissão de gás de efeito estufa.

Basicamente, proponho que o País seja guiado para a gradual substituição do uso dos combustíveis fósseis, como a gasolina, o diesel, gás liquefeito de petróleo e o gás natural, por biocombustíveis e pelas fontes solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

Mantenho o anseio de sermos o País do Futuro, com desenvolvimento sustentável arraigado à nossa economia. Por isso, peço o apoio dos nobres parlamentares para não deixarmos escapar mais essa oportunidade de estabelecermos bases sustentáveis para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 - 12187/09
- artigo 2º
- artigo 4º

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última decisão terminativa)

PARECERES

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 949, DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Ofício nº S/29, de 2015, da Secretaria de Portos da Presidência da República, que *encaminha, nos termos do art. 57, § 5º, da Lei nº 12.815, de 2013, o Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq - 2014.*

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

RELATOR *AD HOC*: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

I – RELATÓRIO

Vem para análise exclusiva desta Comissão o Ofício "S" nº 29, de 2015, de autoria da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), que encaminha, nos termos do art. 57, § 5º, da Lei nº 12.815, de 2013, o Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq - 2014.

Como informa a ementa, o objetivo do Ofício é apresentar as informações demandadas pelo § 5º do art. 57 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (Lei dos Portos):

> § 5º O Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês de março de cada ano, relatório detalhado sobre a implementação das iniciativas tomadas com base nesta Lei, incluindo, pelo menos, as seguintes informações:
>
> I - relação dos contratos de arrendamento e concessão em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, por porto organizado, indicando data dos contratos, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas contratuais;

> II - relação das instalações portuárias exploradas mediante autorizações em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, segundo a localização, se dentro ou fora do porto organizado, indicando data da autorização, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas dos termos de adesão e autorização;
>
> III - relação dos contratos licitados no ano anterior com base no disposto no art. 56 desta Lei, por porto organizado, indicando data do contrato, modalidade da licitação, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos contratos de concessão ou arrendamento;
>
> IV - relação dos termos de autorização e os contratos de adesão adaptados no ano anterior, com base no disposto nos arts. 58 e 59 desta Lei, indicando data do contrato de autorização, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos termos de adesão e autorização;
>
> V - relação das instalações portuárias operadas no ano anterior com base no previsto no art. 7º desta Lei, indicando empresa concessionária, empresa que utiliza efetivamente a instalação portuária, motivo e justificativa da utilização por interessado não detentor do arrendamento ou concessão e prazo de utilização.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise da presente matéria.

Deve-se salientar que não devemos, aqui, tratar da análise de relatório das atividades da SEP/PR ou da Antaq, mas apenas de conferir se a SEP/PR cumpriu os requisitos exigidos no citado § 5º do art. 57 da Lei dos Portos, e deles tomar conhecimento.

Nesse sentido, a partir da análise das informações contidas no OFS nº 29, de 2015, pode-se constatar que o Poder Executivo cumpriu os requisitos estipulados pela Lei dos Portos, tanto no que concerne ao prazo, isto é, até 31 de março de 2015, como pelo conteúdo da documentação enviada, isto é, o rol das instalações portuárias demandadas nos incisos de I a V do § 5º do art. 57 da citada Lei.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do teor do Ofício "S" nº 29, de 2015, e proceda ao seu posterior arquivamento.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2015.

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente

Senador **BLAIRO MAGGI**, Relator

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**, Relator *ad hoc*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 34ª Reunião, Extraordinária, da CI
Data: 28 de outubro de 2015 (quarta-feira), às 08h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. Gladson Cameli (PP)
Wilder Morais (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Maioria (PMDB)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Hélio José (PSD)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. VAGO
Davi Alcolumbre (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	2. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	3. Eduardo Amorim (PSC)

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 950, DE 2015

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014, do Senador Acir Gurgacz, que *altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano*.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

A proposição em análise altera o Estatuto da Terra e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.

No Estatuto da Terra, alteram-se o inciso II do art. 64 e o § 7º do art. 65 para determinar, respectivamente, a observância da legislação de parcelamento do solo urbano na formação de núcleos de colonização urbanos; e para caracterizar como parcelamento do solo urbano a divisão de imóvel rural que resulte em imóveis de área inferior à do módulo rural. Revoga-se, ainda, o § 2º do art. 61, que autoriza o loteamento de imóveis rurais para fins de urbanização ou formação de sítios de recreio, mediante aprovação do INCRA.

A Lei de Parcelamento do Solo Urbano, por sua vez, é alterada para vedar o parcelamento do solo urbano em zona rural e definir como zona rural a porção do território municipal não abrangida pelas zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica. Reitera-se, ainda, a

caracterização como urbano do parcelamento de imóvel rural que resulte em imóvel de área inferior à do módulo rural, em substituição à exigência, atualmente vigente, de audiência do INCRA em todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos.

O autor, Senador Acir Gurgacz, considera que não cabe à União aprovar qualquer tipo de parcelamento do solo destinado à formação de núcleos urbanos. Nesse sentido, seria inconstitucional a competência atualmente exercida pelo INCRA de aprovar o parcelamento para fins urbanos de imóvel rural. Em seu entender, tal competência seria exclusivamente municipal. Nesse sentido o projeto apresentado propõe-se a corrigir uma impropriedade da legislação ordinária, editada anteriormente à promulgação da Constituição de 1988.

O afastamento do INCRA dessa temática fortaleceria a controle do município sobre a ocupação de seu território e contribuiria para agilizar a análise de projetos de loteamento, coibindo, assim, a ocupação irregular do solo urbano.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta comissão opinar sobre a matéria. A análise de constitucionalidade e juridicidade será feita pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem compete decidir terminativamente sobre o projeto.

Assiste razão ao Senador Acir Gurgacz, autor da proposição. Com efeito, não se pode admitir uma dualidade institucional na ordenação do processo de urbanização. A formação de núcleos urbanos em zonas rurais, à margem da política municipal de ordenamento territorial, representa uma anomalia que pode colocar em risco o planejamento urbano.

Os chamados “núcleos de colonização” e “sítios de recreio” não deixam de ser formas de urbanização, ainda que situados em zona rural. Em realidade, a “zona de expansão urbana”, prevista na legislação de

parcelamento do solo urbano, nada mais é que uma área rural programada pelo plano diretor municipal para posterior urbanização.

A confusão legal vigente tem propiciado a urbanização de amplas parcelas do território à margem do controle urbanístico do poder público, produzindo uma urbanização dispersa e de baixa qualidade urbanística, com custos de provisão de serviços públicos proibitivos. O urbanismo contemporâneo busca promover exatamente o contrário, ou seja, cidades compactas e com densidade suficiente para viabilizar deslocamentos a pé ou por transporte coletivo.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2015.

Senador DAVI ALCOLUMBRE, Presidente

Senador ROMERO JUCÁ, Relator

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 14ª Reunião, Extraordinária, da CDR
Data: 27 de maio de 2015 (quarta-feira), às 09h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
José Pimentel (PT)	1. Donizeti Nogueira (PT)
Paulo Rocha (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Humberto Costa (PT)	3. Fátima Bezerra (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO
Gladson Cameli (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
VAGO	5. Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO	2. Lúcia Vânia (PSDB)
VAGO	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 951, DE 2015

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014, do Senador Acir Gurgacz, que *altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano*.

RELATOR: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
RELATOR *ad hoc*: Senador **WALDEMIR MOKA**

I – RELATÓRIO

O projeto em análise altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, (Lei de Parcelamento do Solo Urbano) para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.

No Estatuto da Terra, alteram-se o inciso II do art. 64 e acrescenta-se o § 7º do art. 65 para determinar, respectivamente, a observância da legislação de parcelamento do solo urbano na formação de núcleos de colonização urbanos; e para caracterizar como parcelamento do solo urbano a divisão de imóvel rural que resulte em imóveis de área inferior à do módulo rural. Revoga-se, ainda, o § 2º do art. 61, que autoriza o loteamento de imóveis rurais para fins de urbanização ou formação de sítios de recreio, mediante aprovação do INCRA.

A Lei de Parcelamento do Solo Urbano, por sua vez, é alterada para vedar o parcelamento do solo urbano em zona rural e definir como zona rural a porção do território municipal não abrangida

pelas zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica. Reitera-se, ainda, a caracterização como urbano do parcelamento de imóvel rural que resulte em imóvel de área inferior à do módulo rural, em substituição à exigência, atualmente vigente, de audiência do INCRA em todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos.

O autor, Senador Acir Gurgacz, considera que não cabe à União aprovar qualquer tipo de parcelamento do solo destinado à formação de núcleos urbanos. Nesse sentido, seria inconstitucional a competência atualmente exercida pelo INCRA de aprovar o parcelamento para fins urbanos de imóvel rural. Em seu entender, tal competência seria exclusivamente municipal. Nesse sentido, o projeto apresentado propõe-se a corrigir uma impropriedade da legislação ordinária, editada anteriormente à promulgação da Constituição de 1988.

O afastamento do INCRA dessa temática fortaleceria o controle do município sobre a ocupação de seu território e contribuiria para agilizar a análise de projetos de loteamento, coibindo, assim, a ocupação irregular do solo urbano.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas. O parecer da CDR foi favorável à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições relativas a direito agrário. Em se tratando de decisão terminativa, também deverá ser analisada a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

O projeto insere-se na competência da União para legislar sobre direito agrário e urbanístico (arts. 22, I, e 24, I, da Constituição Federal), não incidindo sobre matéria de iniciativa reservada a outro Poder. A técnica legislativa é adequada.

A extensão das propriedades fundiárias é um elemento fundamental para o ordenamento territorial, tanto rural quanto urbano. No meio rural, o Estatuto da Terra atribui ao INCRA a responsabilidade de determinar as áreas mínimas e máximas dos imóveis rurais (art. 46, § 1º, "a" e "b"). No meio urbano, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano reserva à legislação municipal a definição das áreas mínimas e máximas dos lotes (art. 4º, § 1º). Não deveria haver, portanto, imóveis de área inferior ao módulo rural fixado pelo INCRA e superior à área máxima de lote urbano instituído pelo município.

A aplicabilidade do módulo rural ou urbano a um determinado imóvel depende de sua localização. Somente se admite o parcelamento para fins urbanos em zona urbana ou de expansão urbana, delimitadas pelo plano diretor municipal (art. 3º da Lei nº 6.766, de 1979). Nesse caso, aplica-se o módulo urbano. Os demais imóveis situam-se em zona rural e seu parcelamento deve observar ao módulo rural.

Cabe ao município delimitar essas zonas, pois a Constituição lhe reservou a competência de "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do *parcelamento* e da ocupação do solo urbano" (art. 30, VIII). A atribuição dessa prerrogativa ao município deve-se à necessidade de impedir o crescimento descontrolado da mancha urbana. Esse padrão de ocupação aumenta os custos de urbanização, pois gera imensas áreas ociosas, que se valorizarão por ocasião da extensão das redes de infraestrutura destinadas a atender os núcleos urbanizados em zona rural.

O crescimento horizontal excessivo da cidade também é nocivo para o meio ambiente, pois substitui áreas com vegetação nativa ou plantada por áreas pavimentadas, com significativo impacto sobre os ecossistemas. A urbanização mal planejada também compromete os recursos hídricos, pois coloca em risco as nascentes e os mananciais de água, devido à poluição, à erosão e ao assoreamento dos cursos d'água, e prejudica a absorção de água da chuva pelo lençol freático, devido à impermeabilização do solo.

Uma anomalia na legislação tem sido explorada, no entanto, para viabilizar parcelamentos urbanos em zona rural, colocando em risco o ordenamento territorial dos municípios. Trata-se dos "projetos de

colonização particular” e dos “sítios de recreio”, previstos no art. 61, § 2º, do Estatuto da Terra, dispositivo regulamentado pelo art. 96 do Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, e pela Instrução nº 17-B, de 22 de dezembro de 1980, do INCRA. Esses empreendimentos submetem-se à exclusiva aprovação do INCRA e não estão sujeitos ao módulo rural.

Na prática, os sítios de recreio constituem-se em verdadeiros loteamentos urbanos e trazem grande dificuldade para os municípios, que se veem na contingência de atender uma população dispersa com infraestrutura e serviços públicos.

O projeto em análise corrige essa impropriedade, eliminando definitivamente qualquer possibilidade de parcelamento do solo para fins urbanos em zona rural.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do PLS nº 388, de 2014.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2015.

Senadora ANA AMÉLIA, **Presidente**

Senador WALDEMIR MOKA, **Relator *ad hoc***

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – **PLS 388/2014.**

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ (PDT)	X			1. PAULO ROCHA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)	X			2. LASIER MARTINS (PDT)	X		
ZEZE PERRELLA (PDT)				3. VAGO			
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)				4. VAGO			
ANA AMÉLIA (PP)				5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Maioria (PMDB)**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
WALDEMIR MOKA (PMDB)**(RELATOR ADHOC)**	X			1. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)				2. VALDIR RAUPP (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				4. RICARDO FERRAÇO (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				5. HÉLIO JOSÉ (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
RONALDO CAIADO (DEM)	X			1. WILDER MORAIS (PP)			
VAGO				2. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X		
VAGO				3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
JOSÉ MEDEIROS (PPS)				1. VAGO			
LÚCIA VÂNIA (PSB)				2. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON FAGUNDES (PR)**(REL. SUBST. POR**				1. DOUGLAS CINTRA (PTB)			
BLAIRO MAGGI (PR)	X			2. ELMANO FÉRRER (PTB)			

Quórum: 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
*** Presidente não votou**

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 29/10/2015

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:42ª Reunião, Extraordinária, da CRA
Data: 29 de outubro de 2015 (quinta-feira), às 08h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (PP)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Of. nº 418 /2015-SACRA

Brasília, 29 de outubro de 2015.

Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: comunica a aprovação de proposição em decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.*

Atenciosamente,

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVAMENTO

Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 949, de 2015**, da CI, sobre o **Ofício nº S/29, de 2015**.
O Aviso, em cumprimento à conclusão do referido parecer, vai ao Arquivo.

ABERTURA DE PRAZO

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofício nº 418, de 2015**, da CRA).

É o seguinte o Ofício:

SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Of. nº 418 /2015-SACRA

Brasília, 29 de outubro de 2015.

Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: comunica a aprovação de proposição em decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.*

Atenciosamente,

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª é a primeira Senadora inscrita.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – No mesmo sentido, Sr. Presidente, peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço só um segundo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também, Sr. Presidente, peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só preciso colocar os nomes pela ordem de chegada.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – A ordem é essa, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu sou o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu era o primeiro orador inscrito, mas está o Senador Paim em primeiro lugar, e o segundo orador inscrito é a Senadora Ana Amélia, ambos como oradores inscritos. Vamos organizar só as comunicações inadiáveis. Pela Liderança, a primeira é a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, para fazerem uma comunicação inadiável, estão inscritos a Senadora Ângela Portela, a Senadora Simone Tebet e, depois, o Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – O Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pronto! Então, estamos acordados.

O Senador Paulo Paim permuta comigo. E, para não se perder a inscrição do Senador Caiado, ele foi para o lugar de V. Exª.

O Senador Paulo Paim tem a palavra.

Mais uma vez, de público, quero lhe agradecer, cumprimentando o povo do Acre, a sua ida lá. V. Exª fez um sucesso danado no meu Estado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Fui bem recebido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foi bem recebido, é verdade. A turma lá adorou também. Senador Paim, fico muito contente por, de algum jeito, tê-lo ajudado a aproveitar bem sua ida ao Acre, na audiência que fez na Assembleia, na reunião que teve com as cooperativas.

Temos a expectativa de que esse tema do serviço terceirizado, o quanto antes, possa voltar, criando segurança para quem é cooperado, para quem quer fazer seu serviço como terceirizado. É preciso criar uma lei que dê segurança, para que não haja abusos nem absurdos nela.

Então, com a palavra, V. Exª.

Obrigado por ter ido ao Acre e por ter feito referência ao meu mandato, à minha colaboração na construção da agenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana, e à sua equipe, que me receberam e me acompanharam durante todo o período em que estive no Acre. Sem rasgação de seda, percebi lá o carinho que aquele povo tem por V. Exª. É um carinho acima do normal, muito, muito bonito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em alguns lugares por onde passei, há uma foto antiga sua na parede. E isso é um bom sinal. Aquela foto não foi colocada lá hoje, já deve estar lá há mais de uma década.

Meus cumprimentos a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É uma construção de relação de vida, desde quando fui Prefeito, em 1993.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O que eu mais ouvi lá...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sou apaixonado pelo Acre. A minha convivência com as pessoas, graças a Deus, é sempre muito boa lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esta frase foi a que eu mais ouvi: o Acre era um antes de V. Exª e é outro depois que V. Exª passou por lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria, da tribuna, no dia de hoje, dirigir-me, coisa que nunca fiz, aos companheiros do PMDB. Eu fiquei muito preocupado, Sr. Presidente, com a chamada "Uma Ponte Para o Futuro", um documento publicado pelo PMDB nesse fim de semana. Eu falarei o motivo da minha preocupação logo em seguida.

Mas venho, há muito tempo, alertando a sociedade sobre um processo de retirada dos direitos dos trabalhadores que avança sobre o Congresso Nacional.

No ano passado, lancei o livro *Nau Solitária,* contando e dividindo com o povo gaúcho e brasileiro um pouco das minhas angústias e preocupações com a realidade do nosso País em matéria de ofensiva sobre o direito dos trabalhadores e dos aposentados.

Sr. Presidente, no próximo dia 14 de novembro, lançarei, em Porto Alegre, o livro, que é a continuação daquele, *Palavras Em Mar Revolto*, que conta mais detalhadamente toda essa minha percepção sobre tudo aquilo que vem acontecendo, envolvendo o Congresso Nacional, sobre a retirada de direitos dos trabalhadores.

Iniciamos em abril, através da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, uma verdadeira cruzada, em nível nacional, onde eu falava a respeito da terceirização, da mudança de horário de almoço, do negociado sobre o legislado. Fui demonstrando a todos que era preciso uma grande mobilização para barrar esses retrocessos.

Sr. Presidente, sobre a terceirização, depois de muita peleia, conseguimos assegurar a relatoria do PL 30 na Comissão Especial, e estou trabalhando em cima dele.

A Medida Provisória nº 680, depois de muita disputa também... Tive de me indispor, inclusive, com um Deputado do Rio Grande do Sul e espero que isso passe, porque não guardo rancor de ninguém. Tive de dizer que, só por cima do meu cadáver, aquela emenda dele, do negociado sobre o legislado, passaria.

Todos sabem que vim do movimento sindical. Minha alma, meu coração, meu sangue, minha vida estão muito vinculados ao direito dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas e de todos aqueles que são discriminados.

Surpreendeu-me a carta pulicada no fim de semana, Sr. Presidente, porque ela vai na linha de novo do negociado sobre o legislado. Na prática, ela vai tocar no piso salarial, na carteira assinada – não há mais por que haver CLT –, no décimo terceiro, na jornada de trabalho, no Fundo de Garantia, nas férias, no aviso prévio, no seguro-desemprego e no mais recente projeto das empregadas domésticas. Todos vão ficar fragilizados, porque está o texto na Constituição, mas as leis ordinárias, as leis complementares é que poderão ser jogadas, infelizmente, na lata do lixo. Isso me preocupa muito.

Essa proposta, Sr. Presidente, que volta novamente, deixa todos muito preocupados. Eu já estava com essa preocupação há muito tempo e dizia: não vou pactuar com isso de jeito nenhum, doa a quem doer!

Nos últimos 20 dias, com essa preocupação, escrevi alguns artigos nos jornais *Folha de S.Paulo*, *Zero Hora* e *Correio Braziliense*. Além disso, vários blogues e Twitters os republicaram. Um dos títulos é "'Os trabalhadores sob o fogo do dragão", referindo–me ao que estava para acontecer aqui, no Congresso. Outro título é "Congresso em pele de cordeiro", e há ainda o artigo "Na cova dos leões". Em todos eles, eu me referi a projetos que visam a destruir os direitos dos trabalhadores do campo, da cidade, da área pública, os direitos de aposentados e de pensionistas. Em todos eles, eu alertava: vinha por aí um massacre aos trabalhadores, e o Congresso não poderia participar dessa violência.

Mas, Sr. Presidente, não é preciso ter bola de cristal para entender e prever o que está acontecendo.

É só anunciarem que está havendo uma crise, que os setores mais conservadores começam o ataque, um ataque em cima dos direitos daqueles que mais precisam. Permitir que o negociado fique acima do legislado? Eu pergunto: para quê o Congresso, então? Esta aqui é uma Casa de leis. Nós estamos aqui para fazer leis para o empregado e para o empregador, seja para regular as políticas de governo, seja para discutir MP.

A partir do momento em que esse documento diz que não importa mais a lei e que só importa o negociado, Sr. Presidente, fiquei preocupado. Digo aqui, de forma muito carinhosa e respeitosa, que quero dialogar com os companheiros do PMDB, para não permitir que essa carta chamada "Uma Ponte Para o Futuro" contemple isso, como está contemplando.

Isso vai além, Sr. Presidente. Fizemos um amplo debate aqui para modificar o fator previdenciário. Fizemos um acordo, e entrou a fórmula 85/95. Nessa carta para o futuro, já se fixam as idades mínimas de 60 anos e de 65 anos. Se vamos discutir a partir da lei que aprovamos há um mês uma nova expectativa, essa é outra discussão.

Desvincular, Sr. Presidente, do orçamento os gastos da educação e da saúde? Eu não consigo ver isso com bons olhos. Estou falando de forma muito respeitosa e me dirigindo ao PMDB. Desvincular a educação e a saúde? Acabar com a indexação do salário mínimo? Olha, foi uma briga enorme aqui para nós assegurarmos a inflação mais o PIB! E colocamos essas propostas, inclusive, vinculando-as aos programas sociais.

Por isso, repito: sempre tive uma relação muito boa com o PMDB, mas fiquei assustado. Espero que sejam propostas colocadas para o debate, que não sejam propostas para serem aprovadas de verdade. Não é para aprovar de verdade, é para criar um clima – quero acreditar nisto – do tipo "o bode na sala": tira-se o bode, e se deixa depois o sofá. Espero que isso não seja para valer.

Se for pra valer, terceirização é fichinha! Pode-se até aprovar a terceirização, se esta carta for aprovada como está aqui.

Estou falando numa boa, de forma muito carinhosa, Senador Dário, V. Exª que é do PMDB; Senador Valdir Raupp, que está aqui. Não há como eu não falar. Se eu não falasse aqui para vocês, eu estaria falando numa rádio, estaria falando num jornal, falaria numa televisão. Aí é sacanagem! Tem que vir aqui e, de forma respeitosa, dialogar sobre o tema.

Mas confesso que fiquei assustado, assustado com esse documento que fala que vai prevalecer a negociação e que a lei não importa mais.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia, até olhando para vocês dois, aí em cima, lembrando do nosso velho PT de guerra, do PT de raiz, do PT dos nossos sonhos.

Se o PT, um dia, encaminhasse uma carta como esta, eu me atirava num perau, no mínimo! Mas, como entendo que é uma carta para um diálogo, eu quero aqui estabelecer uma conversa com a companheirada do PMDB. Somos parceiros. Sei muito bem que, sem o PMDB, não há sustentação no Governo, mas essa carta me preocupou, preocupou-me muito.

Eu a li no final de semana, no sábado, no domingo. Não queria aceitar o que eu estava lendo e pensei: "Vou para a tribuna de forma muito carinhosa."

Acho que há coisas boas aqui, como o ataque à taxa de juros, por exemplo; contestar a taxa de juros, que é altíssima mesmo, mas esses artigos que eu pontuei – são três, quatro –, não dá!

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É preferível nós nos sentarmos, todos, ou, então, escrever um outro documento que signifique a média do pensamento, mas, com esse, da forma como veio, fiquei assustado. Não é nem preocupado, mas assustado. Porém, tenho certeza de que vamos dialogar. Acho que na Câmara foi assim. Tentaram colocar o negociado sobre o legislado, houve um grande entendimento no final, saiu essa emenda, e agora voltou na carta ao futuro, "Uma Ponte para o Futuro".

Sr. Presidente, encerro aqui. Até teria outras questões para comentar, mas quero ficar só na carta, que é a minha maior preocupação, na certeza de que vamos dialogar muito e que esta carta não vai se tornar realidade nos moldes em que está aqui.

Agora, apresentar proposta para o debate sempre é válido. Mas, como veio do PMDB...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O PMDB tem o Vice-Presidente da República. Isso não é pouca coisa; eu considero uma grande coisa. O Vice-Presidente da República de um país chamado Brasil, que é a nossa Pátria. Aí me preocupou.

O PMDB tem hoje um espaço no Governo que conquistou legitimamente. Então, tem peso uma carta do PMDB. Se a carta fosse do partido de um Senador, de dois, três Deputados, eu diria: "vou conversar com eles, para ver o que aconteceu." Mas, quando veio do PMDB, veio com a força do PMDB, que é um Partido forte, sim. Existe o Presidente da Câmara, existe o Presidente do Senado e existe o Vice-Presidente da República! Claro que eu fiquei preocupado!

Eu dizia pra os sindicalistas, hoje pela manhã: "vão chamar o Congresso, de emergência, quase desesperados, aqui em Brasília...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... em São Paulo, para analisarmos o que vamos fazer agora."

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós estamos com uma lista muito grande de oradores inscritos, e todos pressionando, à sua maneira, educadamente – como a minha querida Ângela Portela, que está aqui e é a próxima –, para que prossigamos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eu não insisto, porque V. Exª já me cedeu o seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quando nós temos, não vejo problema de dar mais espaço. Mas vamos seguir.

Cumprimento V. Exª, Senador Paulo Paim, que trouxe um tema da maior importância.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, eu consulto V. Exª se eu poderia me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não. Já temos as três preenchidas.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Já estão todos inscritos? E nem pela Liderança do PMDB, que também já deve estar preenchida?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela Liderança do PMDB, não. V. Exª poderia consultar a Liderança. Se não houver ninguém... Temos quatro Líderes inscritos: Senadora Vanessa, Senador Humberto Costa, Senador Fernando Coelho.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O.k.. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só queria, Presidente, em 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, então.

Mesmo sendo um projeto já ingressado no Congresso Nacional, seja de autoria do Congresso Nacional ou do Executivo, ele pode sofrer alterações, pode sofrer mudanças, ainda mais uma proposta, uma carta. O PMDB sempre trabalhou nessa linha propositiva, de forma que essa proposta pode sofrer ajustes no meio do caminho.

Agora, tem que se fazer alguma coisa, Senador Paulo Paim. O País está complicado, a quebradeira está generalizada, o desemprego está aumentando. Tudo indica que nós vamos ter um 2016 pior do que 2015. Então, alguma coisa muito urgente precisa ser feita, e o Congresso está aqui para isto: para receber as propostas do Executivo, para formular propostas aqui, seja de Senador, de Deputado Federal, do próprio Partido, ou dos Partidos que congregam hoje a Base do Governo, e até da oposição. Por exemplo, os Senadores da oposição, José Serra, Aloysio Nunes Ferreira e tantos outros, têm ingressado com algumas propostas importantes aqui, muitas delas aprovadas inclusive com ajustes. Claro que as propostas podem sofrer ajustes no decorrer da discussão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, muito rapidamente. Tudo bem, pela expressão, entendi o apelo do Presidente Jorge Viana, porque há uma lista grande de oradores. Então, abro mão do meu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É porque a Senadora Ângela, inclusive, vai tratar do mesmo tema. Ela estava me informando aqui. O Senador Paim apenas inaugurou o tema.

Senadora Ângela Portela tem a palavra, para que possamos seguir com a lista enorme de oradores inscritos nesta terça-feira.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, "a permanência e o agravamento da crise política e econômica, que toma conta do Brasil, parecem indicar a incapacidade das instituições republicanas, que não encontram um modo de superar o conflito de interesses que sufoca a vida nacional e que faz parecer que todas as atividades do País estão paralisadas e sem rumo".

Sr. Presidente, isso é dito na nota emitida, na última sexta-feira, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que se reuniu na semana passada aqui em Brasília. Eles fazem um diagnóstico preciso. Acabo de proferir aqui a parte central da nota publicada pela CNBB.

De grande lucidez, o documento intitulado "Realidade sociopolítica brasileira, dificuldades e oportunidades" é preciso no diagnóstico e oportuno, ao apontar o caminho para que o País abandone o atual estado de paralisia institucional e possa dar um passo à frente, retomando o caminho do crescimento e do bem-estar social.

O alerta da entidade, da CNBB, que representa a cúpula da Igreja Católica no Brasil, vai na mesma linha do que eu tenho repetidas vezes afirmado aqui, na tribuna do Senado. A superação da crise política é condição imprescindível para que o Brasil possa cumprir o seu programa de ajuste. E mais: nenhum ajuste pode ser feito às custas dos programas sociais. Mas, para isso, conforme a CNBB também alerta, é fundamental que os agentes políticos abram mão de vaidades e de seus interesses eleitorais mais imediatos e mesquinhos em prol de um consenso político. Mas, ao contrário, lamentavelmente, o que temos visto é uma guerra insana pelo poder imediato, com posturas políticas que mais se assemelham à chantagem. Oposição e mesmo integrantes da chamada Base do Governo colaboram com pautas-bombas que podem aumentar as dificuldades financeiras do País, tudo com objetivos meramente eleitorais.

Com isso, acham que enfraquecem o Governo da Presidenta Dilma, quando, na verdade, estão enfraquecendo o País, enfraquecendo a sociedade e, principalmente, os mais pobres.

Volto a me valer, Sr. Presidente, do trecho da nota da CNBB:

> O Congresso Nacional e os partidos políticos têm o dever ético e moral de favorecer a busca de caminhos que recoloquem o País na normalidade. É inadmissível alimentar a crise econômica com uma crise política irresponsável e inconsequente.

Essa espécie de queda de braço tem sido responsável pelo ambiente de tensão política, completamente inadequado para a busca de solução de governabilidade e de superação de uma crise econômica, que tem raízes internacionais, mas que pode ser minimizada pelo esforço de todas as forças políticas.

Repito, Sr. Presidente: as dificuldades fiscais do momento não podem levar a cortes em programas sociais que foram fundamentais para que o Brasil superasse séculos de miséria extrema. Não podem ser aceitas propostas como a feita pelo Relator-Geral do Orçamento, Deputado Ricardo Barros, de financiar o ajuste fiscal com cortes no Programa Bolsa Família.

Nunca é demais repetir: é inadmissível penalizar 14 milhões de famílias pobres para garantir o equilíbrio fiscal, quando há áreas inatacadas, como as grandes fortunas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ... e o sistema financeiro, que, ano após ano, aumenta os seus lucros.

Cito também, Sr. Presidente, documento publicado, na última semana, pelo PMDB, que – é sempre bom frisar – tem sido, há mais de duas décadas, fiador da governabilidade neste País.

O Partido, que tem o Vice-Presidente da República e os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, emitiu uma série de propostas que representam riscos reais às conquistas sociais. Entre elas, propõem ataques à legislação trabalhista com a prevalência do acordado sobre o que está na lei de trabalho; pedem o fim das vinculações constitucionais, que têm assegurado recursos mínimos para saúde e educação; e defendem a mudança no modelo de concessão do petróleo, o que pode significar um ataque à soberania brasileira nessa área.

Sr. Presidente, esses são riscos que se apresentam em momentos de crise, como a que estamos vivendo agora.

(Interrupção do som.)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Para concluir. (*Fora do microfone.*)

Como em boa hora afirmam os bispos brasileiros, nós, agentes políticos, somos convocados a assegurar a governabilidade, recuperar o crescimento, seguir na diminuição das desigualdades e não aprofundá-las. É o que devemos fazer: unir a sociedade e colocar o País nos rumos.

Encerro, Sr. Presidente, com o ensinamento do Papa Francisco, muito adequado ao momento em que vivemos:

> Uma sociedade política dura no tempo quando, como uma vocação, se esforça por satisfazer as carências comuns, estimulando o crescimento de todos os seus membros, especialmente aqueles que estão em situação de maior [...] risco.

A atividade legislativa baseia-se sempre no cuidado das pessoas.

Era isso, Sr. Presidente. Gostaria aqui de registrar a minha opinião, o meu entendimento a respeito dessa nota publicada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e meu entendimento e a minha compreensão sobre esse debate que o PMDB coloca agora na pauta nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senadora Ângela Portela, pelo tema que traz, igual ao Senador Paim, uma preocupação que fico orgulhoso de ver os colegas trazendo.

Convido para fazer uso da tribuna, em permuta com o Senador Tasso Jereissati, a nossa colega, Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente Jorge Viana, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu também venho aqui para falar sobre direitos trabalhistas, agora

sobre os empregados domésticos, que nós aqui tivemos um grande trabalho, houve um esforço enorme de vários Parlamentares para se chegar ao debate. O próprio Senador Paim lembrou que foram décadas para tentar regulamentar essa atividade tão importante hoje para todas as famílias brasileiras. E quantas homenagens fizemos, inclusive à nossa ex-Governadora Deputada Benedita da Silva, que trabalhou muito nessa matéria, mas, aqui, o Senado concluiu a bom termo.

Agora, nós esbarramos no sistema – o famoso sistema! –, que é o processamento eletrônico da guia para fazer o recolhimento do Fundo de Garantia e do INSS. Senador Paim, é a primeira vez que formalizar-se-á a contribuição do Fundo de Garantia por empregado doméstico. Essa já seria uma grande vitória. Eu vinha pagando isso numa conta da poupança, porque o rendimento do Fundo de Garantia é – vou dizer – irrisório. Então, eu aplico numa caderneta de poupança para minha secretária, Regina, porque ela própria diz: "Eu prefiro na poupança, porque a renda é maior". Veja, um ato de sabedoria para avaliar.

Portanto, nós estamos agora na dependência, porque, sexta-feira, é o último prazo, Senador Jorge Viana, para fazer esse recolhimento do Fundo de Garantia e do INSS para o empregado doméstico.

E está havendo um problema no sistema. A Receita Federal está empenhada em resolver esse problema, mas são milhares, milhares de empregadores, escritórios de contabilidade, donas de casa que não conseguem... Ficam o dia inteiro ali para imprimir esse documento. Mas eu espero que a Receita Federal... Está claro, é um novo programa, é uma inovação, e talvez isso justifique essa dificuldade.

Não há data limite para o cadastramento no sistema. O prazo para pagar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está havendo uma unificação também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente, é a unificação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não é uma coisa simples.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... daquilo que se fazia na carteira de trabalho, que já estava resolvida, e também naquele boleto, o famoso carnê da Previdência Social – agora não há mais o carnê da Previdência, mas uma guia única.

Então, não há limite para o cadastramento no sistema. O prazo para pagar a guia, porém, é até a próxima sexta, dia 6.

Além da alíquota de 8% para o Fundo de Garantia, os patrões terão que pagar 3,2% do salário para cobrir a multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia, a ser paga no caso de uma decisão sem justa causa.

A alíquota do INSS caiu de 12 para 8%, e há mais 0,8% de um seguro por acidente de trabalho, o que é uma inovação.

A Receita, como eu disse, reconhece as falhas e diz que tentará corrigir o problema, informando que mais de 55 mil documentos de pagamentos – os 5% do total dos empregados cadastrados – já foram emitidos. Mas falta ainda muito mais, porque isso representa só 5% dos trabalhadores cadastrados.

Eu queria, portanto, renovar à Receita Federal um pedido para que seja resolvido esse problema até a próxima sexta-feira, ou bem antes disso, porque precisamos pagar.

Eu queria dizer também que hoje, 3 de novembro, já o prédio da nossa Casa, o Senado e a Câmara Federal, e também os prédios públicos estão iluminados de azul, em razão da campanha de prevenção do câncer de próstata. O Instituto Lado a Lado é o idealizador do Novembro Azul no Brasil, e a ideia é chamar a atenção de toda a sociedade para essa doença.

Nós estaremos aqui, na próxima terça-feira, no dia 10 de novembro, homenageando o Instituto Lado a Lado, para tratar de uma audiência pública conjunta, entre Câmara e Senado, e também com a Sociedade Brasileira de Urologia, para falar sobre o Novembro Azul e a necessidade da prevenção.

Mas eu venho tratar também de doença aqui – novamente, de saúde, Senador.

Eu estive visitando em Porto Alegre uma unidade, uma das mais importantes, a Associação de Assistência à Criança Deficiente, mais conhecida como AACD. Ela tem, em todo o Brasil, uma promoção nacional para ajudá-la financeiramente, mas está tendo sérias dificuldades financeiras. Por que isso está acontecendo numa instituição que atende por mês mais de 3,5 mil crianças ou pessoas que precisam de um tratamento para reabilitação motora? Acontece que o SUS está pagando menos de um terço do valor: dos R$65 que deveriam ser pagos a essas instituições, apenas R$21,69, por um único atendimento.

Por causa desse desajuste na tabela do SUS, reduzindo de um valor de 65 para 21,69, o tratamento, que deveria durar no máximo um ano, das crianças ou dos adultos que precisam dessa reabilitação motora, em vez de a recuperação ser em um ano, prolonga-se por até três anos, reduzindo o número das intervenções necessárias à recuperação dos pacientes e penalizando, devido ao alongamento dos prazos de atendimento, os familiares dessas pessoas em tratamento que precisam se deslocar rotineiramente dos bairros e cidades distantes da região metropolitana para conseguir ajuda. São muitas as famílias que às vezes são obrigadas a se mudar,

porque trazem os filhos para essa instituição, que é a única que existe. Devido às insistentes falhas, crianças, jovens e adultos que dependem desse serviço são penalizados.

Isso representa também um custo adicional ao SUS. A sociedade paga um preço elevado por essa situação perversa, pois o SUS, com essas práticas, além de não promover a melhora eficiente do paciente, está deteriorando o sistema de saúde pública tão festejado por todos nós, causando déficit nas contas e nos caixas dessas instituições que fazem o papel do próprio SUS.

Vale lembrar que essas entidades atuam há anos de forma comprometida e dedicada, muitas vezes com enormes dificuldades financeiras e limitações. A AACD, por exemplo, nasceu em 1950, graças ao trabalho de um visionário, o ortopedista Renato da Costa Bonfim. Hoje, a entidade, que faz cerca de 7 mil atendimentos diários, oferece terapias, consultas e cirurgias para promover a reabilitação e a inclusão social de pessoas com deficiência física.

Em 2014, foi realizado quase 1,4 milhão de atendimentos aos pacientes em 13 unidades distribuídas pelo nosso País. O déficit no caixa, porém, só em relação à unidade de Porto Alegre, já passa de R$1,280 milhão.

Em Porto Alegre, esse trabalho, que ocorre desde o ano 2000, só tem continuado graças às doações de recursos e ao trabalho comprometido de 114 colaboradores e mais de 100 voluntários. Na última sexta-feira, inclusive, estive com o diretor da unidade, Cleo Jaques, com a conselheira voluntária Rose Linck, a conselheira Rejane Reolom e outros profissionais dedicados ao atendimento a deficientes.

Atualmente, o presidente do Conselho Voluntário Regional é o empresário Luiz Carlos Mandelli, e os dirigentes desse conselho, Hilário Werner e Valéria Leopoldino. Essa unidade de Porto Alegre tem atualmente 700 pacientes em atendimento, metade proveniente da capital e outro tanto das cidades da região metropolitana. São 530 atendimentos em média por dia, 10,6 mil por mês e mais de 140 mil ao ano. A principal patologia é a paralisia cerebral. Os atendimentos são em fisioterapia, hidroterapia, terapia ocupacional...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou terminando, Presidente.

Prossigo: psicologia, serviço social, fonoaudiologia, entre outros. Cerca de 500 aparelhos ortopédicos são entregues todos os meses.

Não bastasse a desatualização da tabela do SUS, a demora no repasse de recursos federais, previstos no orçamento, inclusive, também atrasa e compromete a atuação dessas entidades. Uma emenda ao orçamento do então Senador Sérgio Zambiasi, Senador Paulo Paim, destinando, em dezembro de 2011, R$300 mil à AACD de Porto Alegre, para trocar um telhado da unidade da capital gaúcha, só foi liberado em junho deste ano – junho de 2015, uma emenda de 2011, Senador Fernando Bezerra. E essa entidade faz tudo isso. Ou seja, quatro anos depois.

Mesmo assim, o recurso ainda não pode ser utilizado. Não pode! Vou dizer-lhe por quê: as exigências...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... impostas pelo Governo Federal. (*Fora do microfone.*)

Estou terminando, Presidente.

Até a falta de coincidência em relação ao número de furos no telhado e o número de parafusos, que o técnico que examina o projeto para o número de parafusos... O dinheiro ainda não chegou. E, quando esse dinheiro chegar, quatro anos depois, o custo inicial já triplicou ou quadruplicou, porque a inflação nesse período aconteceu.

Também o Deputado, agora Secretário, Vieira da Cunha fez da mesma forma. E eu queria então dizer que, agora, na regulamentação da Lei das Organizações Não Governamentais, tenhamos muito cuidado para separar o joio do trigo: aquelas que, como a AACD, fazem esse trabalho; e outras que nem tanto.

E antes de terminar, Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores, eu queria saudar aqui no plenário a visita do Deputado João Derly, da Rede Sustentabilidade.

Obrigada pela presença aqui. Bicampeão mundial, juntamente com seu cunhado Lucas Reis. Sejam bem-vindos ao Senado Federal, Deputado João Derly.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ajudar e pedir à Caixa Econômica Federal que faça o empenho desse recurso tão necessário para dar um atendimento tão fundamental à saúde de tantas crianças do meu Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senadora Ana Amélia, e convido a Senadora Vanessa, como Líder do PCdoB, para fazer uso da tribuna. Pela Liderança do PCdoB.

O próximo inscrito sou eu – vou ter que fazer –, e em seguida a Senadora Simone Tebet ou o Senador Lindbergh, o que estiver presente.

Com a palavra, V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna neste momento para falar de um tema não só importante, mas que felizmente tem tomado muita atenção da sociedade brasileira nessas últimas semanas. Eu me refiro à questão da violência contra a mulher, que tem merecido destaque de todas as formas. Semana passada foi um dos temas mais debatidos pelas mídias sociais, na imprensa, por conta de ter sido esse tema o escolhido para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que foi realizado no domingo, dia 25 do mês passado.

A persistência da violência... O tema era, Sr. Presidente – entre aspas: "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". Foi, sem dúvida nenhuma, um tema importante. Importante porque foi respondido e escrito, Srs. Senadores, por mais de sete milhões de participantes do Enem, edição 2015. Isso demonstra que o País vem despertando a atenção para um problema que para nós, mulheres, é extremamente penoso. Porque penoso é, Sr. Presidente, inadmissível é também que, em pleno século XXI, o Brasil ainda conviva com dados alarmantes sobre esse tipo de violência.

Aquilo que foi debatido por conta da prova do Enem, na semana passada, esta semana está ocupando novamente matérias e capas de todos os jornais. O jornal *Folha de S.Paulo* traz, na edição de hoje, na capa, uma chamada importante sobre três matérias relativas à questão da violência. Primeiro, porque jornalistas do Brasil inteiro, colunistas, principalmente, estão lançando uma campanha – se alguém pudesse trazer o meu *tablet*... Estão lançando uma campanha, em nível nacional, através também do lançamento de um h*ashtag* nas mídias sociais, chamando – muito obrigada, Senador – a atenção para o problema da violência sofrida pelas mulheres.

Nessa campanha, eu considero muito importante – aliás, digna de registro – a disposição dos colunistas, Srs. Senadores, de cederem os seus espaços, as suas colunas, Senador Jorge Viana, para que mulheres do Brasil inteiro relatem casos de violência ou tratem de assuntos relativos à mulher. Isso é muito importante!

O *hashtag* é: "agora é que são elas". Essa é a campanha, e os colunistas se envolvem nessa campanha cedendo espaços. Somente na edição de hoje, repito, temos duas matérias muito importantes. A coluna do Deputado Ricardo Freixo, Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, ele a cede à Julita Lemgruber, que fala sobre a situação penosa das prisioneiras no Brasil. Dos 600 mil prisioneiros que temos no Brasil – que, aliás, é o país que detém a quarta posição no mundo em número de prisioneiros –, em torno de 40 mil são mulheres. Enquanto que 25% dos homens estão presos por tráfico de drogas...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... as mulheres, mais de 60% delas estão presas por esse motivo.

Muitas mulheres, Srªs e Srs. Senadores, de acordo com o artigo publicado hoje, usam miolo de pão como absorvente! Muitas delas dão à luz em celas, a última numa cela de castigo. Saiu da cela com o seu filho nos braços, ligado ainda ao cordão umbilical. Isso não é tratamento que se dê!

Outra matéria, mais na frente, mostra mulheres que tiveram dedos decepados, seus rostos completamente desfigurados, por uma única razão: o fato de serem mulheres. Elas não cometeram nenhum erro. Aliás, queriam elas resolver um problema, separando-se dos seus maridos. E, quando tomam essa iniciativa, sofrem essas penalidades.

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Segundo estudos do Instituto Patrícia Galvão, essa violência contra as mulheres ocorre, porque os homens se sentem contrariados.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh, sabe por que eles se sentem contrariados? Porque os homens se acham os verdadeiros proprietários das mulheres, porque existem diferenças ainda entre homens e mulheres na sociedade, em que as mulheres são tratadas como seres inferiores por grande parte ou por uma parte significativa dos homens.

Por isso, Senadora Simone, V. Exª que coordena muito bem a Comissão Permanente Mista de Violência contra as Mulheres, vamos pedir espaço aos colunistas – vamos fazer isso pela Procuradoria – para lá colocar as nossas impressões.

Agora, eu entendo que nós vamos acabar ou, pelo menos, diminuir muito a violência contra a mulher quando lhe garantirmos o empoderamento, porque a falta do empoderamento é sinônimo de inferioridade

e impossibilita que a mulher, ao lado dos homens, siga construindo as leis e, sobretudo, os programas sociais do Brasil.

Se o Senador Jorge Viana me permite, eu gostaria de conceder um aparte a V. Exª e, em seguida, à Senadora Simone.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Na verdade, são só 30 segundos, Senadora Vanessa. Não quero tomar o tempo de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Com o maior prazer.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É para dizer que, além da redação do Enem, houve, essa semana, um grande levante do movimento feminista brasileiro. No Rio de Janeiro, houve uma passeata, que há muito tempo não se via, de 10 mil mulheres questionando o Presidente da Câmara contra o Projeto... Eu não me lembro...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – 5.069.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Contra o Projeto nº 5.069. Em São Paulo, na sexta-feira, houve outro levante. As passeatas das mulheres estão se marcando pelo País afora. Então, já está sendo considerada. Há um *hashtag* que está fazendo muito sucesso: #primaveradasmulheres. Então, eu queria reforçar falando dessas mobilizações gigantescas no Rio de Janeiro e São Paulo.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Lembro também, Senador Lindbergh, que, no próximo dia 20 de novembro, iniciamos a campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres". E, puxado pela Senadora Simone Tebet, haverá um grandioso seminário aqui no Senado Federal tratando disto: mulheres, violência e mídias sociais. E a Procuradoria, nesse caso, atua em parceria com a iniciativa brilhante da Comissão Mista da Violência contra as Mulheres, que é presidida pela Senadora Simone Tebet.

Concedo à Senadora... Se me permite – é muito rápido, para poder concluir,

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É uma comunicação inadiável. Há uma lista enorme de oradores. Inclusive, a próxima é a Senadora Simone. Não há problema, mas eu só queria uma colaboração, porque, senão, os colegas me cobram que a fila não está andando.

Senadora Simone.

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Eu sou escrava do Regimento e cumpro o que V. Exª determinar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, não, não. Faça o comentário, porque a colega Vanessa ainda não concluiu. Eu só faço um apelo.

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ... mas eu acho que o assunto, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida.

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Presidente, foram tantos anos de luta...

(Interrupção do som.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ... para que a... (*Fora do microfone.*)

... mulher pudesse ter vez e voz, não só no Brasil, como no mundo, que eu não poderia deixar de parabenizar a Senadora Vanessa pelo pronunciamento e dizer que ela lidera todas nós Senadoras e Deputados Federais aqui, nesta Casa, como Procuradora. Estaremos, realmente, em novembro, nesses dias de ativismo, chamando a atenção da população em relação à violência contra a mulher, mas eu gostaria só de complementar, Senadora Vanessa, dizendo que o Enem fez dois grandes favores ao futuro deste País. Primeiro, ele colocou 7 milhões de jovens discutindo nas redes sociais, uma quantidade imensa de soldados e "soldadas", portanto, a questão da persistência da violência contra a mulher. Imagine que foram 7 milhões de jovens comentando com seus pares, com seus familiares a respeito dessa questão. E, segundo, é importante ver o quanto nós precisamos avançar ainda – e a isso eu chamo a atenção dos nossos Senadores –, pois, no Enem, caiu uma questão...

(Soa a campainha.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ... de Simone de Beauvoir, que dizia o seguinte: a mulher não nasce mulher, torna-se mulher. E isso criou uma celeuma, uma polêmica, como se ela estivesse falando coisa de outro mundo, com todo mundo dando interpretações as mais diversas, quando, na realidade, nós tínhamos que entender o contexto daquele momento. Na década de 1960, no seu livro *O Segundo Sexo*, ela quis dizer simplesmente o seguinte: naquele momento, a mulher tinha que lutar pelos seus direitos para ser considerada mulher. Ela não estava falando de política de gênero naquele momento e causou toda uma situação, uma dis-

cussão adversa, mas isso é importante, porque chama a atenção para o quanto esse tema precisa, realmente, ainda ser discutido e avançar neste País. Parabéns pelo pronunciamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria só assinar embaixo das palavras da querida Senadora Simone Tebet. A Senadora Vanessa tem autoridade, tem um empenho, tem uma história de vida vinculada a esse tema e fala com autoridade aqui, da tribuna, nos trazendo essas preocupações que são fundamentais para que possamos, nesses tempos, tão desafiadores para a humanidade, ser mais iguais. É quase uma conversa medieval algumas situações com que nos deparamos hoje em relação às questões de gênero, na relação homem-mulher, dos direitos. Algumas situações chegam a ser medievais. Então, tem que haver um ativismo mesmo aqui, do Parlamento, como a Senadora Vanessa lidera. E eu cumprimento V. Exª, que vai concluir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Medieval.

Amanhã, nós vamos distribuir para todos os Senadores, Senadora Simone, a matéria publicada hoje no jornal *Folha de S.Paulo*. Para nós, não há nenhuma novidade, mas, cada vez que lemos, a matéria cita o nome de uma catarinense, de uma pernambucana, de uma alagoana, uma que teve os dedos decepados, a outra que teve o rosto desfigurado, a outra que sofreu violência e ficou paraplégica.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vemos, Srs. Senadores, como é importante lutarmos contra esse tipo de violência, que é a violência doméstica, a violência que a mulher sente diretamente, mas que destrói, muitas vezes, toda uma cadeia, toda uma família.

Para concluir, Senador Jorge Viana, agradeço muitíssimo a compreensão de V. Exª, que também tem autoridade para falar, porque não só fala, mas pratica, pois busca nos ajudar muito proximamente nessa luta contra a discriminação, assim como o Senador Lindbergh, que acabou de falar, e todos os Senadores que estão presentes, que têm sido fantásticos no apoio às mulheres. O que nós queremos – repito – é termos acesso aos espaços de poder. A partir daí, nós vamos começar a mudar de forma mais radical a nossa sociedade, e mudar para o lado do bem, porque a campanha pelo empoderamento feminino não é uma campanha de partido A ou B; é uma campanha de toda a sociedade, para que a sociedade seja mais igual e mais justa.

Concluindo mesmo, lembro o que o Senador Lindbergh falou também: essas grandes manifestações são contra um projeto que chega a ser crime contra as mulheres, porque ele dificulta o acesso ao aborto nos casos legais. Ele dificulta nos casos legais, Srs. Senadores! Ele passa a impor exigências que, para a mulher, representam um segundo ato de violência! É por isso que muitas mulheres, no Brasil inteiro, estão mobilizadas, porque estão indignadas com esse projeto, que retrocede em direitos que nós já conquistamos.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não estamos discutindo o aborto para além daquilo que a lei prevê, somente naquilo que a lei prevê, e esse projeto dificulta isso significativamente. Então, é um projeto que – não tenho dúvida nenhuma – não passará lá e não passará aqui.

Sr. Presidente, falando de mulheres, hoje é o dia em que o *Jornal do Senado* traz o encarte da Procuradoria da Mulher, aqui do Senado Federal. Eu quero, mais uma vez, cumprimentar todas as colaboradoras da Procuradoria da Mulher do Senado Federal e todas as servidoras que têm dado uma contribuição que não tem nem como ser medida, em favor da luta que nós mulheres, toda a Bancada feminina, travamos, que é contra violência, por direitos iguais e, sobretudo, pelo empoderamento.

Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª.

Agora, eu estou inscrito como orador. Em seguida, será a Senadora Simone Tebet, que já chegou; depois, será o Senador Tasso Jereissati, que tinha feito permuta, se estiver. Se não, seguimos a lista com os colegas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, me inscreva como Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vou só dar uma satisfação, que o meu Líder Humberto está pedindo.

A primeira Líder inscrita foi a Senadora Vanessa, e a primeira comunicação inadiável foi feita pela Senadora Ângela Portela. Agora, é um orador inscrito, que sou eu, e depois tem que se voltar para uma comunicação inadiável, que é a Senadora Simone Tebet. Depois, será um orador inscrito; em seguida, será um Líder, o Senador Humberto Costa. O Regimento nos impõe essa regra. Hoje, estão todos ávidos para cumprir os compromissos. Eu queria então também inscrever o Senador Medeiros, que está pedindo a palavra como Líder.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para que eu possa rapidamente usar da tribuna como orador inscrito.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Jorge Viana, com a palavra, como orador inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, estamos, nesta terça-feira, depois do feriado de ontem, voltando ao trabalho. Daqui a pouco, haverá uma reunião dos Presidentes de comissões com o Presidente Renan, tentando organizar a nossa agenda de trabalho. A pauta está trancada com medidas provisórias, e, ao mesmo tempo, há um curto espaço de tempo para trabalharmos temas que atendam aos interesses do País.

Eu queria cumprimentar a Senadora Vanessa pelo tema que trouxe aqui hoje e dizer que isto me impressiona: eu estou usando o termo medieval, porque não é possível, com tantos avanços que houve na humanidade, com a tecnociência nos permitindo transformar conhecimento e pondo esse conhecimento transformado à disposição da sociedade, viver agendas que nos assustam. Eu fico assustado com algumas matérias que estão vindo da Câmara para cá em todos os aspectos: no econômico, nas questões de Estado.

Fiz aqui um pronunciamento na semana passada. O projeto que estão votando sobre o armamento da sociedade brasileira – não é mais Estatuto do Desarmamento, é o armamento da sociedade brasileira – é chocante! Contabilizamos recordes de crimes violentos no Brasil, que passam de 50 mil, quebramos recordes, e, na Câmara, alguns Parlamentares estão trabalhando numa mudança no Estatuto do Desarmamento, que tem como referência o Presidente Renan, piorando-o, fazendo o estatuto do armamento. Eu falei da tribuna, e as pessoas me perguntaram: "Mas, Senador, é isso mesmo?" É isso mesmo.

Porte de arma com 25 anos? "Não, com 21 anos, já se dá o porte de arma". Porte de arma para pessoa que não tem passagem na polícia? "Não, quem tem passagem na polícia também tem o direito de porte de arma". A pessoa tem direito de ter seis armas – seis armas, Senadora Simone? "Não, passa para nove". Nove armas?! O que é isso? Senador Fernando Bezerra, em vez de 50 cartuchos por ano, a que a pessoa tem direito no Estatuto do Desarmamento, agora são 600 cartuchos. Eu acho que estão querendo preparar o Brasil para entrar numa guerra – entre nós mesmos.

Aí, agora, há também esses temas que a Senadora Vanessa traz. Nós não vamos usar o conhecimento acumulado para proteger as mulheres, para fazer a sociedade ficar melhor? Nós vamos nos prender a questões de preconceito, no sentido conceitual da palavra – "pré-conceito"? Nós estamos vivendo um período de um conservadorismo perigoso, muito ruim, muito difícil. E tomara que aqui, no Senado, onde podemos ouvir mais uns aos outros, consigamos pôr freio a essa agenda que é ruim para sociedade brasileira, que apequena o País, em vez de colocar o País adiante de muitas nações em determinados temas.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, dizer que participei de um fim de semana no meu Estado e que estou organizando, com meu gabinete, uma agenda que dá uma satisfação – então, estou aqui prestando contas – à opinião pública acriana sobre meu papel, também, no Senado, não só de ser Vice-Presidente, de ser relator de matérias importantes, mas também de trabalhar pelo interesse do cidadão.

No dia 5 – é uma iniciativa minha, e eu quero aqui agradecer ao Ministro Eduardo Braga e a todos os dirigentes do sistema elétrico brasileiro –, faremos uma audiência no Acre, Senador Raupp, na Assembleia, conforme aquela reunião com o Ministro, para debater os apagões que ocorreram no Acre e em Rondônia. Então, estão indo sete autoridades do Governo Federal. Nós vamos fazê-la, juntamente com o Presidente Ney Amorim. Na Assembleia, vai ser suspenso o trabalho convencional e vamos fazer uma sessão especial para debater um tema que é da maior importância para o cidadão. Foram mais de cinco apagões, alguns deles com seis horas. Os prejuízos são incalculáveis. Já houve justificativa das autoridades aqui, em Brasília, mas eu quero que essa justificativa seja dada à sociedade acriana. E não há espaço melhor do que a própria Assembleia Legislativa.

Então, estamos levando representantes do Ministério de Minas e Energia, da Aneel, dos operadores do sistema, da Eletrobras e da Eletronorte.

Com isso, vamos botar diante da sociedade os esclarecimentos. Inclusive estou chamando o Procon, várias entidades, para que o cidadão que tomou prejuízo possa saber a quem recorrer para reparar, senão tudo que teve de prejuízo, parte disso.

Porque podemos calcular qual o prejuízo que tem do pequeno, médio e grande, se você estabelecer um apagão no Estado por cinco, seis horas? É muito grave. Eu sei que medidas estão sendo adotadas pelo Governo Federal no sentido de trabalhar para que não se repita, mas sei também que foram identificados problemas no sistema de distribuição de energia.

E uma questão que eu vou levantar, que nós podemos fazer juntos, Senador Raupp, V. Exª que é de Rondônia, é que não dá para a operação de Acre e Rondônia ser feita a partir de Brasília. Talvez as pessoas não saibam, mas o centro de operações é em Brasília. Nós temos que acabar com isso.

A sede da 1ª Região da Justiça Federal é em Brasília. Quer dizer, para atender o Norte, um pedaço do Nordeste e mais o Centro-Oeste. Como? É impraticável. Na área de energia, a mesma coisa.

Nós temos duas usinas em Rondônia gerando e abastecendo o País, cujo centro de operações é em Brasília. Uma das questões que vamos debater é que o centro de operações tem que no mínimo estar em Rondônia, para que possamos ter segurança para o sistema, para que possamos tratar a população com respeito.

Os apagões que estamos tendo na área rural, que atingiram o Acre inteiro, de Cruzeiro do Sul a Assis Brasil, trouxeram incalculáveis prejuízos.

Vamos fazer uma sessão especial na Assembleia na quinta-feira, dia 5. Estou voltando amanhã para o Acre, à noite, para participar dessa audiência. Cheguei hoje, mais uma noite não dormida, mas penso que isso seja importante.

Na segunda-feira, vamos fazer no Acre uma audiência pública na Universidade Federal sobre o PLC 77, que trata da regulamentação da ciência e tecnologia, da inovação no Brasil.

E, dentro desse propósito, vou ter um encontro com a comunidade científica do meu Estado, com dirigentes de instituições de pesquisa. Estou convidando a minha fundação de origem, a Fundação de Tecnologia do Acre, a Funtac; que tem à frente o Dr. Adib, a Fundação de Amparo à Pesquisa, que tem à frente o Professor Mauro Ribeiro, e vamos nos reunir e fazer juntos. O Senado Federal está apoiando, e as duas fundações citadas também, a Fundação de Amparo à Pesquisa e a Fundação de Tecnologia do Acre, juntamente com a Embrapa e com os centros universitários de formação, para que possamos debater essa lei.

Eu não tenho dúvida de que, se for bem trabalhada, como eu e o Senador Cristovam estamos trabalhando aqui; como a Câmara já trabalhou – e aqui parabenizo todos que se empenharam nessa proposição –, o Brasil vai dar um salto enorme, porque vai criar caminhos para que se transforme conhecimento em bons negócios; conhecimentos em negócios sustentáveis.

Nós só temos a ganhar com a lei de acesso à biodiversidade, fazendo esse ajuste para que professores universitários e pesquisadores possam, de fato, ser estimulados a ajudar o Brasil a se desenvolver; a ajudar o Brasil a ter mais patentes; a ajudar o Brasil a transformar conhecimento em negócios sustentáveis.

Digo sempre que fiz uma viagem, como Senador, há três anos para a Califórnia e lá eu fazia a seguinte pergunta: qual foi o modelo que os senhores usaram para transformar um deserto no 8º PIB do mundo?

A resposta foi uma só por onde andei, nas universidades de San Diego, de San Francisco e de Los Angeles: "Nós montamos um centro de pesquisa, de conhecimento, de ensino e, no entorno dele, surgiu um parque industrial".

No Brasil não é assim. Quais sãos os parques industriais que estão em torno das nossas universidades? É isso o que temos de fazer, as universidades não podem estar fechadas. Elas não têm muros, mas talvez tenham o muro mais alto deste País. Aqui na UnB, onde me formei, entramos e saímos facilmente; na Ufac, também. Mas eu acho que há um muro invisível que não permite que haja uma conexão direta de quem trabalha, de quem dá aula, de quem pesquisa, da comunidade universitária com o que ocorre lá fora.

E há muito também de preconceito, a visão de muitos que lideram importantes setores da universidade hoje é de medo. É um discurso antigo, velho, do século passado, como se tudo fosse proibido, como se nada pudesse acontecer e as universidades terminam por se fechar.

Então, nesse propósito, nós vamos fazer um seminário na próxima segunda-feira.

Concluo a minha fala, agradecendo aos colegas e ao Presidente Paim. E ressalto, em primeira mão, para o povo do Acre que, no dia 19, o Ministro Henrique Alves irá para lá comigo. É um convite também que eu fiz. O Prefeito Marcus Alexandre fez esse convite. Temos trabalhado juntos. Ele vai fazer uma visita à obra do Shopping Popular, que está tendo, inclusive, dificuldade na liberação de recursos, mas, nesse sentido, eu tenho ajudado junto ao Ministro Berzoini. Mas, muito importante, o Ministro irá lá, e nós vamos reunir todo o setor que trabalha com turismo: as agências, as pessoas envolvidas. O Acre tem um potencial extraordinário. O Brasil tem um potencial extraordinário, e não usamos. É uma vergonha o número de turistas que visitam este País! É uma vergonha a impossibilidade que o cidadão brasileiro tem de fazer turismo dentro seu próprio País, pelo custo da passagem, pela baixa qualidade dos serviços.

E o Acre ali, na divisa com o Peru ou com a Bolívia, próximo do Pacífico, é um espaço enorme. Mas o que aconteceu nos últimos anos? O nosso aeroporto perdeu *status* de aeroporto internacional. Perdeu porque as instalações aeroportuárias não permitem – no nosso caso do terminal de passageiros –, não estavam adequadas. Você não pode ter um aeroporto internacional em que o passageiro de voo nacional usa o mesmo espaço

do passageiro de voo internacional. Para a Anvisa, para a Receita Federal, para a Polícia Federal, tem que ser separado.

Há um esforço do Governador Tião Viana: está sendo feita a reforma da pista, que se conclui agora em dezembro; e as obras no terminal de passageiros também já estão bem avançadas.

Com isso, eu informo, aqui, em primeira mão, que, juntamente com o Ministro Henrique Alves, vamos anunciar a nossa luta para que o aeroporto de Rio Branco volte a ter o *status* de aeroporto internacional, o que é muito importante na área de fronteira, sob pena de colocarmos até em risco a aviação dos países vizinhos. Porque, havendo um aeroporto internacional, em uma emergência, pode-se fazer o uso dele. E nós temos a perspectiva de voos regulares tanto para o Peru como para a Bolívia.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E, certamente, o Ministro, que vai estar conosco lá, vai traduzir isso, porque esta é uma das minhas lutas aqui: a conclusão das obras do aeroporto. A Bancada Federal do Acre está envolvida neste trabalho. O Governador Tião Viana também. Agradeço à Presidenta Dilma os recursos liberados e ao Ministro Padilha o apoio que tem dado.

E a notícia boa é de que, até o final do ano, a pista estará liberada, e o Acre vai voltar a ter voos de dia. Todos os voos de Rio Branco são na madrugada. Eu, toda semana, é uma noite não dormida, como foi essa última. Os aviões cheios. O preço da passagem absurdo. E nós, com a volta dos voos diários a partir de janeiro, inclusive em um período de alta temporada, quem sabe não vamos ter avançado.

Quero cumprimentar as empresas, pois começaram a abrir as promoções para o Acre. É uma luta nossa também. O Acre não participava de promoções. Já é possível haver algumas melhoras, mas o Brasil precisa tomar uma decisão.

O Brasil precisa...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... deixar de ter a passagem aérea mais cara do mundo. Um País continental como o nosso, com o potencial turístico que tem, com o aumento que temos hoje do número de usuários de transporte aéreo no País, não pode ficar com essa marca. Se o Brasil tem a mais cara passagem aérea do mundo, a ida para o Acre é a mais cara dentro do País.

Então, são situações como essa que acho que temos de combater, que temos de lutar para modificar, porque é nosso papel aqui, também, como fiscais, como observadores, com o mandato parlamentar que temos, defender o interesse do contribuinte, do cidadão, defender serviços de qualidade prestados no nosso País com preço justo. É isso que temos buscado aqui.

Nessa agenda do dia 5, sobre os apagões e sobre energia elétrica no Acre, nós só temos este propósito: fazer um debate honesto, sincero, com os Parlamentares, com as autoridades e prestar contas à opinião pública.

Era isso que eu tinha para trazer hoje, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª a colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra à nobre Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, falo hoje, aqui, para uma comunicação inadiável.

Neste momento de crise em que vivemos, só de notícias ruins, venho trazer a esta Casa uma notícia boa: na sexta-feira última passada, Senadora Vanessa, estive eu na minha cidade natal, Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, na presença do Senador Moka e na presença da Ministra da Agricultura, a Ministra Kátia Abreu, nossa Senadora, colega desta Casa, para lançarmos a pedra fundamental, ou seja, o início da obra da maior fábrica do mundo de celulose de eucalipto, do grupo da Fibria, grupo Votorantim.

Para se ter noção da dimensão do impacto positivo na balança comercial, no desenvolvimento do País, na geração de empregos para o Brasil todo, vou revisitar rapidamente o passado. O ano era 2006, mais precisamente dezembro de 2006, quando a Fibria chegou ao meu Município, lançando a sua primeira linha de produção de celulose. Nós estávamos falando, naquele momento, da produção de 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano.

No período da construção, essa fábrica gerou mais de 20 mil empregos diretos e indiretos. Nesse período da construção, o PIB municipal aumentou 300%, o PIB estadual 13%, e, depois de pronta, essa fábrica, que já produz celulose, teve a capacidade de aumentar o PIB do Brasil em 0,15%.

Mais do que isso, do que crescimento, nós vimos desenvolvimento acontecendo, na minha cidade e no meu Estado.

Falamos de números, mas nós não podemos nos esquecer dos trabalhadores beneficiados. A renda *per capita* subiu, e a média salarial de lá é de 3,1 salários mínimos. Essa fábrica, que já está operando, na sexta-feira, iniciou a sua duplicação. Agora, nós estamos falando de mais 1,7 milhão de toneladas, ao ano, perfazendo um total de 3 milhões.

Agora, nós estamos falando de números maiores ainda, mais gigantescos, nós estamos falando que, no pico da construção, essa fábrica irá gerar algo em torno de 40 mil empregos diretos e indiretos, não para a minha cidade, Senador Fernando Bezerra, porque é muito pequena e tem apenas 115 mil habitantes; não só para Mato Grosso do Sul, porque o Estado não tem 40 mil trabalhadores ociosos da construção civil; nós estamos falando de geração de emprego para todo o Brasil.

Quem vai lá colocar as caldeiras serão os trabalhadores do Piauí; quem vai montar a ferragem, a estrutura metálica, serão os operadores do Rio de Janeiro. Neste momento de crise econômica gravíssima que o País atravessa, de estagnação, de déficit na balança comercial e déficit orçamentário, nesse momento de situações adversas, nós temos que dar boas-vindas aos grandes investimentos e dizer que o Brasil tem jeito, sim.

O Brasil tem jeito através da cooperação da iniciativa privada com o Poder Público. Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal, com a iniciativa privada, juntos, pensando em um novo modelo para o País, não de aumento de impostos, mas de oportunidades, para que a indústria, a iniciativa privada, em concurso com o Poder Público, possa colaborar com os destinos do nosso País.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu fiz uma pergunta para o Grupo Votorantim, na sexta-feira: V. Sªs aumentariam, dobrariam a produção dessa fábrica, neste momento de crise, se nós não déssemos os incentivos fiscais que estamos dando? A resposta foi categórica: "Não!" .

Mesmo com os incentivos fiscais, essa empresa deixará, para os cofres do Governo Federal, do Governo do Estado e do Governo Municipal – palavras do Diretor-Presidente – R$450 milhões.

Daí a importância de discutirmos com seriedade este projeto de resolução que se encontra na Comissão de Desenvolvimento Regional, que é o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, que visa a unificar as alíquotas de ICMS e, com isso, impedir que Norte, Nordeste e Centro-Oeste possam dar incentivos fiscais para atrair indústrias para seus Municípios e seus Estados. Esse projeto pode gerar o fim de um ciclo de desenvolvimento acima da média nacional, como tem acontecido nos últimos 20 anos, nos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Talvez, a alternativa não seja essa. Talvez, a alternativa seja: "Vamos, sim, acabar com a guerra fiscal. Mas, quem sabe, por que não baixarmos o limite e unificarmos o único limite de incentivo fiscal?" Todos os Estados poderão dar incentivo fiscal apenas e até, por exemplo, 75%, não mais 90% ou 95%, ou até 50%, 60%. Mas, ao colocar a isonomia, não estaremos mais confrontando Estados com Estados, não estaremos fazendo, nos nossos Estados, uma briga eterna pelos investimentos, mas continuaremos permitindo que o Brasil dispute com o mundo os investimentos. Essa fábrica de celulose, nós tivemos de disputá-la, em 2006, com a China e com a Rússia. Ela só veio e ficou no Brasil por conta dos incentivos fiscais, porque, na realidade, se não fossem eles, ela teria de pagar, além dos impostos que já paga, mais de US$200 milhões.

Eu gostaria de ser breve, não quero me prolongar, porque estou falando dentro do prazo da comunicação inadiável, Sr. Presidente, mas a situação em que se encontra esse projeto me preocupa. Estamos falando de um projeto de resolução que depende de quórum simples. Basta que a maioria dos Senadores esteja presente, ou seja, 41 Senadores, e que a maioria simples dos que aqui estiverem, ou seja, 21 Senadores, vote a favor, pois, assim, numa única votação, teremos o projeto de resolução aprovado. Não passa pela Câmara, não depende de sanção nem de veto da Presidente Dilma. Aí poderemos tirar o único instrumento que ainda resta aos Estados menos favorecidos, para que eles possam atrair indústrias e gerar emprego para os seus Municípios.

Daqui a cinco anos, teremos uma força gigantesca de jovens entrando no mercado de trabalho nesses Estados. Esses jovens, provavelmente, teriam ou terão de sair dos seus lares, dos seus Municípios e dos seus Estados e de ir para os Municípios e Estados do Sudeste e do Sul, causando um problema de imigração, um problema de mobilidade urbana, de poluição e de inchaço nas grandes cidades brasileiras.

Tudo isso faz com que nós, da Comissão de Desenvolvimento Regional, estejamos muito atentos, fazendo audiências públicas para tratar desse projeto.

Estamos aguardando uma audiência com o Ministro da Fazenda, para que possamos levar essas nossas preocupações. A saída, como eu disse, pode ser outra. Vamos, de repente, unificar esses incentivos para impedir a guerra fiscal, mas sem impedir que essas indústrias possam chegar aos rincões mais distantes deste País. Na ponta do lápis, quando essas empresas fazem a conta e olham o valor que vão pagar pelo frete de mil quilômetros ou de dois mil quilômetros para saírem desses Estados e desses Municípios e chegarem aos centros consumidores, como Rio e São Paulo, elas desistem de qualquer empreendimento, porque não têm de onde tirar para pagar o frete.

Encerro, portanto, dizendo que este é, sim, um momento de crise, mas que temos de olhar para frente, para o horizonte. Esse investimento em Três Lagoas tem um nome, chama-se Projeto Horizonte 2, que estende o horizonte do desenvolvimento para outros Municípios e outros Estados, através, principalmente...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...das mãos calejadas, das mãos trabalhadoras e das mãos honestas de 40 mil operários que estarão lá, dia a dia, construindo, edificando não só a fábrica, mas também este País.

Neste momento, não posso deixar de dirigir uma palavra a esses operários e trabalhadores. Que Deus possa abençoá-los e também suas famílias, mas, principalmente, que Deus possa, neste momento de crise, abençoar os trabalhadores brasileiros!

Durante o discurso da Srª Simone Tebet, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Srª Senadora Simone Tebet!

Na lista, há uma permuta. Falará o Senador Valdir Raupp e, em seguida, o Senador Humberto Costa, como Líder.

V. Exª falará agora, Senador Valdir Raupp, e, em seguida, voltará a falar um Líder, Senador Humberto Costa, meu Líder.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, Oscar Niemeyer não gostava de linhas retas e duras. Ele era atraído, segundo suas próprias palavras, pelas linhas curvas e livres, pelas curvas das montanhas, do curso dos rios e do corpo das mulheres.

As curvas livres de Niemeyer, no mês de outubro, estavam ainda mais femininas. Já faz alguns anos que o Congresso Nacional vem se iluminando para fazer coro com as vozes do Outubro Rosa. O traço curvo de Niemeyer se maquia para lembrar a cada mulher deste País a importância de se prevenir, de diagnosticar e tratar precocemente o câncer de mama.

Neste ano de 2015, teremos diversos novos casos de câncer de mama e quase 40 mortes todos os dias. É o câncer que mais mata as mulheres brasileiras.

O que as mulheres podem fazer para evitar o câncer de mama? Segundo o Instituto Nacional de Câncer, elas devem manter o peso dentro de limites saudáveis, praticar atividade física, evitar o consumo abusivo de álcool e, sempre que possível, amamentar seus bebês. Infelizmente, nem com todos esses cuidados é possível eliminar o risco de câncer. O próximo passo – e, provavelmente, o mais importante – é a detecção precoce, quando a maioria dos casos pode ser curada.

Nos dias de hoje, diagnóstico precoce se equivale à mamografia. A mamografia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um exame simples, uma espécie de radiografia das mamas, e é indicado para todas as mulheres com idade entre 50 e 69 anos. Em nosso País, 40% das mulheres que deveriam fazer o exame não o fazem. Na minha região, a Região Norte, a situação é ainda mais grave: mais de 60% das mulheres não fazem mamografias.

Quantas vidas não salvaríamos se fôssemos capazes de conscientizar todas as mulheres do País quanto à importância da mamografia e, obviamente, se conseguíssemos que todas tivessem acesso aos mamógrafos?

Felizmente, existem iniciativas corajosas para transformar essa realidade. No meu Estado, o Estado de Rondônia, uma parceria do Instituto Avon com o Hospital de Câncer de Barretos disponibilizou uma unidade móvel de mamografia para atender mulheres de 36 Municípios do interior. Trata-se de uma carreta equipada com um mamógrafo digital de última geração, preparada para realizar cerca de 2,5 mil exames até o final do ano e mais de 5 mil ao longo do próximo ano. Os exames são feitos pelo Sistema Único de Saúde, sem nenhum desembolso direto por parte das usuárias. O Hospital de Câncer de Barretos é pioneiro no uso dessas unidades móveis de diagnóstico de câncer – eles começaram esse projeto em 2003 –, e, apenas no ano passado, foram quase cem mil mamografias realizadas nos Estados de São Paulo, de Minas Gerais, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Goiás e da Bahia.

A população de Rondônia e da Região Norte, de modo geral, também está muito animada com outra boa nova, que é a instalação de uma unidade do Hospital de Câncer de Barretos em Porto Velho, chamado Hospital da Amazônia.

Essa instituição vai se chamar Hospital de Câncer da Amazônia e já está com cerca de 70% das obras concluídas. Milhares de pacientes serão beneficiados. Hoje em dia, essas pessoas, muitas vezes doentes e debilitadas, precisam viajar milhares de quilômetros para buscar tratamento em outras regiões do País. O Brasil precisa

muito de iniciativas como essas, iniciativas criativas, competentes e bem-intencionadas, que valorizem a vida e que tragam segurança e conforto para as pessoas. Essas iniciativas fizeram do mês de outubro um mês de esperança, um mês para reagrupar forças e seguir pelas linhas curvas e livres da vida rumo a um futuro melhor.

Sr. Presidente, ao encerrar este pronunciamento, eu queria parabenizar o Dr. Henrique Prata, Diretor-Presidente do Hospital de Câncer de Barretos, homem corajoso, determinado, que tem feito dessa luta um sacerdócio. Já tínhamos o Hospital do Câncer de Barretos e outras unidades e, agora, também temos a unidade de Rondônia, que vai atender a todos os Estados da Amazônia.

Parabéns ao Dr. Henrique Prata e a toda a sua equipe guerreira, destemida, determinada, que luta na prevenção e no combate ao câncer no Brasil!

Nesse sentido, eu não podia deixar de vir a esta tribuna falar sobre essa importante iniciativa no meu Estado, o Estado de Rondônia.

Quero dizer também que termina o Outubro Rosa e que começa o Novembro Azul. Espero, no final deste mês, voltar à tribuna para falar da campanha do Novembro Azul.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem! Eu cumprimento V. Exª, Senador Valdir Raupp.

No Acre, na época do meu governo, implantamos, com a ajuda do Senador Tião Viana, o Hospital de Câncer, que precisa ser ampliado. Isso é muito sério devido às condições das pessoas e das famílias quando se trata dessa doença, que tem sido um problema para todos. Esse empenho de V. Exª é elogiável.

Com a palavra, meu Líder na Casa, nosso colega Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, nós realizamos, na semana passada, um encontro da Executiva e dos Diretórios Nacionais do PT, ocasião em que anunciamos a nossa total oposição à escalada conservadora e golpista em curso no País e em que reafirmamos alguns dos nossos compromissos fundamentais com o Brasil.

Nesse contexto de crise internacional duradoura, é absolutamente imprescindível ficarmos vigilantes em relação às velhas e malfadadas fórmulas que correm por aí, apresentadas como salvação para o momento. O receituário falido é aquele de sempre, aplicado pela direita, em momentos de dificuldades econômicas: reduzir custos de produção, manter e/ou aumentar margens de lucros. Como se consegue isso pela cartilha deles? É fácil, impõem-se salários menores aos trabalhadores; cortam-se investimentos sociais, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida; alivia-se a carga tributária das grandes corporações e dos seus acionistas; ampliam-se espaços do capital por meio de novas privatizações; os direitos públicos são eliminados ou mitigados. E pronto, está feito o dever de casa que anima o setor financeiro e enche os olhos da banca internacional!

Foram exatamente essas fórmulas ultrapassadas, que tanta pobreza geraram no Brasil e no mundo, que fizemos questão de rechaçar no nosso encontro. Deixamos essa posição expressa no documento final, divulgado a todo o País. O Partido dos Trabalhadores deixou bem clara a sua disposição de impedir qualquer retrocesso aos tempos neoliberais e à agenda maldita que antecedeu o Governo do Presidente Lula, que todos lembram qual é: a agenda do arrocho, a agenda da fome, a agenda da miséria, a agenda da venda do patrimônio público brasileiro, a agenda dos bilhões destinados aos bancos e sonegados aos mais pobres.

Reiteramos nosso apoio total ao Governo da Presidenta Dilma, ao tempo em que estamos a aprofundar a reforma progressiva do sistema de tributação e a preservar os programas sociais estabelecidos desde 2003, bem como a construir importantes espaços de diálogo com todos os setores da nossa sociedade, para que encontremos, em conjunto, soluções para os nossos desafios.

Tivemos a grande alegria de travar essa discussão ao lado do ex-Presidente Lula, a maior liderança política deste País. Lula, como sempre muito lúcido, avaliou com propriedade essa quadra pela qual passamos e as dificuldades com que temos lidado, especialmente no plano político-eleitoral, tendo em conta que muitos ainda não compreenderam que perderam as eleições.

Foi absolutamente correta a análise feita pelo ex-Presidente de que o Brasil vive um momento de acirrado bombardeio contra o PT e contra os petistas, por 24 horas por dia, numa campanha, talvez, sem paralelos na história nacional.

Quando observamos especialmente as revistas semanais, algumas que se passam por pasquins, vemos que o jornalismo corre ao largo. São panfletos difamatórios, que se especializaram em atacar diuturnamente o Governo, o PT e, particularmente, o Presidente Lula.

Por que esse ódio? Por que essa caçada implacável e infame ao nosso Partido, aos petistas e a um homem com o capital político que Lula tem, ao mesmo tempo em que, criminosamente, ocultam das suas páginas uma lista de irregularidades que lhes convém? Por que, em vez de textos eivados de ilações e escritos no futuro do

pretérito, sem qualquer base fática, esses veículos não abrem espaço para as conveniências políticas escandalosas, como o caso do mensalão do PSDB, que, há sete meses, está parado no Judiciário de Minas Gerais, sem qualquer decisão favorável ou contrária em relação, por exemplo, ao ex-Governador Eduardo Azeredo, num esquema de desvios públicos consideráveis? Não, isso não é notícia que valha para aqueles setores da mídia que querem de volta os seus títeres ao poder, para que se reapropriem do Estado brasileiro.

Pelo medo de não poderem mais restabelecer suas relações generosas com os antigos donos do poder, aqueles com quem tudo era acertado em convescotes luxuosos aos quais os nossos Governos puseram fim, praticam uma verdadeira cruzada para, usando a lama com a qual têm larga intimidade, tentar apagar da memória do povo brasileiro um legado de 12 anos, que é o mais profícuo já produzido no Brasil.

É por isso que devotam esse profundo ódio a Lula e ao PT, porque os nossos governos fizeram uma opção pelas pessoas mais humildes deste País, uma opção por retirar mais de 36 milhões de pessoas da pobreza extrema, de oferecer educação aos brasileiros, e isso obviamente abriu as portas para um novo mundo, destruiu os currais e as senzalas onde esses setores confinavam convenientemente o nosso povo.

Os ataques, especialmente a Lula, muitos dos quais requentados como café de segunda, são ataques diretos às conquistas sociais dos brasileiros, que devem ser rechaçados com máximo vigor. Vamos combater essas incursões de ódio, intolerância e mentira, seja nas ruas, seja nas instituições, seja nas redes sociais. Essa luta é um componente essencial da resistência ao golpismo e ao retrocesso. Não vamos permitir que setores de instituições importantes e democráticas, que merecem todo nosso apoio e nosso respeito, como a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário, mas que alguns poucos segmentos dessas instituições sejam transformados em linha auxiliar da oposição a favor de um jogo político sujo.

Então, é imprescindível que repudiemos todos os procedimentos que ferem o devido processo legal, que possam ofender garantias democráticas e que representem práticas de exceção que afrontem o Estado democrático de direito e que diminuem o Brasil.

Se a oposição não tem competência para combater na política, procure uma outra liderança que possa rivalizar com Lula e com o PT em propostas e serviços prestados ao povo brasileiro, mas não queiram, diante de tamanha competência que têm para criar uma afinidade com a população, usar as instituições públicas para saciar caprichos eleitorais frustrados. Então, a gente ganha no voto. Tenham consciência disso e busquem conquistar o governo pelas urnas. O Palácio do Planalto não pode ser um local aonde se chega pelos esgotos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento o Senador Humberto e faço minhas as palavras de V. Exª.

Acho que estamos vivendo um momento inaceitável, principalmente nessa coisa que está ficando explícita, o uso, por alguns poucos, de instituições que são fundamentais para o combate à corrupção, para atender a interesses que não são nada republicanos, que atendem mais à agenda da oposição do que aos interesses do País.

Convido o Senador Lindbergh para fazer uso da tribuna como orador inscrito. Em seguida, o Senador Fernando Bezerra.

Eu queria saber se a Senadora Regina Sousa ou o Senador Fernando Bezerra Coelho poderia ficar um pouco na Presidência.

Com a palavra V. Exª, Senador Lindbergh, como orador inscrito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acho que há, por parte do País, certa alienação com o tamanho da crise que estamos vivendo. Eu falo do País porque acho que há uma alienação por parte do Governo e de setores da Oposição também, com relação a várias crises que vivemos: uma crise política, uma crise econômica, uma crise social.

Com relação à crise política, nós aliviamos um pouco aquela pressão sobre o *impeachment* da Presidenta Dilma, e a situação melhorou com a nova articulação política montada pelo Governo. No entanto, a crise econômica se agrava, e a crise social começa a mostrar os seus reflexos, na minha avaliação.

Andando pelo Rio de Janeiro, Senador Fernando Bezerra, nota-se que há uma piora sensível dos serviços públicos, eu diria, em especial, da saúde. Nós sabemos que as prefeituras estão com grande dificuldade orçamentária, os Governos Estaduais também, assim como o Governo Federal. Há três ajustes que acontecem ao mesmo tempo. O que ocorre na ponta é o que tenho visto no Rio de Janeiro: postos de saúde fechando, farmácias populares fechando, falta de profissionais, de médicos. Por outro lado, temos o aumento do desemprego.

Em particular, impressionaram-me muito algumas conversas que tive na semana passada, em Brasília, sobre projeções da nossa crise econômica. Infelizmente, os números pioram a cada semana que passa. Há

aqueles que estão fazendo avaliação de recessão de 3,4% este ano e de uma recessão superior a 3%. Há aqueles que falam em 16% de desemprego.

Na semana passada, citei, aqui, a pesquisa do Ibope, porque muita gente fala da avaliação do Lula, da Dilma, do PT. "O Governo está nas profundezas, em relação à avaliação do seu Governo", mas também veio uma pesquisa do Ibope mostrando as principais lideranças da oposição: Senador José Serra, com 54% de rejeição; Alckmin, com 52% de rejeição; Ciro Gomes, 52% de rejeição; Marina Silva, 50% de rejeição; Senador Aécio, 47% de rejeição.

Falei com o Senador Aécio, e ele até se irritou comigo, mas não foi para provocá-lo. Estou fazendo uma análise do quadro geral. É uma rejeição a toda política. Com o Senador Aécio, o caso é mais emblemático, Ribamar, porque, quando se disputa eleição com outro candidato, e o que ganha é mal avaliado, a pessoa surfa em popularidade. Não está acontecendo isso no País.

Agora, acho que a situação vai piorar, e piorar muito, com o agravamento dessa crise econômica e social, Senador Jorge Viana. A minha preocupação, a grande preocupação do País, hoje, é a recuperação econômica e a preservação dos empregos, porque, se o clima está assim este ano, como é que estará com o desemprego de 12%? Acho que a situação mais parecida com essa para a qual estamos caminhando é a da Argentina, naquela crise em que houve vários presidentes da república em poucos dias, que o povo argentino entoou a palavra "que se vão todos". Podemos estar gerando essa situação aqui, no próximo ano, porque, se há 50% de rejeição a todas as lideranças agora, quando o desemprego é 7,6%, como é que vai ser quando estiver em 12%?

Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentá-lo mais uma vez, Senador Lindbergh. V. Exª tem se preparado e trazido para a tribuna do Senado temas que, para alguns, podem até ser espinhosos, mas com a história de vida, apesar da pouca idade que V. Exª tem, são temas necessários para debatermos aqui. E vi a preocupação, quando V. Exª estava se levantando, e acho que eu estava presidindo, quanto à pesquisa, que mostra uma rejeição generalizada por parte da opinião pública às lideranças políticas do País. Para um país como o Brasil, continental, com 205 milhões de pessoas, que já está vivendo uma crise econômica que se agrava, as consequências deste enfrentamento é a pior notícia, porque boa parte da nossa crise é de confiança. Por mais que tenhamos questões importantes a serem enfrentadas, e até deveriam ter sido enfrentadas antes, não há como fugirmos de uma questão básica. Qualquer crise no mundo, em qualquer país do mundo, do ponto de vista econômico, a primeira medida é chamar os líderes políticos para sentar e encontrar caminhos para enfrentar essa crise econômica. Aqui, no Brasil, acho que estamos vendo, primeiro, o resultado de uma ação perversa, de uma ação dirigida, que começou contra o PT, depois passou a ser contra a Presidenta Dilma. Lembre-se bem que, no primeiro mandato da Presidenta Dilma, nos dois primeiros anos, ela foi blindada por setores da imprensa e até da oposição. Era a faxineira! Era elogiada todo dia como a faxineira da República, que estava limpando a sujeira que o Lula tinha deixado. Tentavam atingir o Lula. Depois, a Presidenta resolveu ser candidata à reeleição. Eu não quero nem entrar nesse mérito, que é para não passar a minha opinião, que sempre foi bem diferente da de muitos – não é esse o ponto –, e resolveram, então, partir para cima da Presidenta Dilma, de novo tendo o PT como alvo principal. Essa situação foi tão forte de setores da grande imprensa, de setores da elite brasileira, inclusive que muito se beneficiou, que atingiu o País, atingiu o cidadão. Eu vivo toda semana no Acre, conversando com as pessoas. Está lá embaixo! Eu conversava com um pequeno industrial no Acre, o Antônio Carlos. Ele produz refrigerantes de linha muito popular, essa linha alternativa, as tubaínas. Ele tem uma indústria no Acre. Caiu mais de 20% a venda dele. Quem compra aquele refrigerante são as pessoas mais pobres da nossa sociedade. Se queriam atingir o PT, o Governo, estão atingindo a população brasileira. Estamos vendo aí o ovo da serpente, que está vindo, está sendo gestado, e isso é gravíssimo, porque a desmoralização é geral. Se a ficha da oposição não caiu, tem que cair. Não é só o Lula e o PT que estão sofrendo. Isso é fato. Quem está sofrendo fortemente hoje é toda a classe política. E o que vai ser feito com Eduardo Cunha? Do seu Estado. Era o líder que a oposição usava – dirigente de uma instituição importante, que é a Câmara dos Deputados – como instrumento para botar a pá de cal em cima do Governo da Presidenta Dilma. Ele passou a ser um problema grave. Faz um discurso dúbio, tentando dar sinal para Governo e para a Oposição, mas quem prometer salvar Eduardo Cunha não vai entregar essa mercadoria. A sociedade brasileira está clamando. Então, nós temos que ir por partes, mas um problema grave hoje se instala na Comissão de Ética na Câmara. Um problema grave é: o que o País vai fazer com o Presidente da Câmara dos Deputados? Como é que o Brasil vai enfrentar uma crise grave dessa, inclusive política, com o terceiro homem na sucessão passando pelo que está passando, o Sr. Eduardo Cunha? Qual é a resposta? Então, era a hora de os Líderes... Eu ouvi uma entrevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Roberto d'Ávila. Ouvi com atenção. Por que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está sendo tão procurado pela grande imprensa? Repito: por que o Presidente Fernando Henrique está sendo tão procurado pela grande imprensa? Porque a

oposição, os Líderes convencionais e formais não estão tendo voz, nem diante da grande imprensa. E, aí, é o Presidente Fernando Henrique, que já não é mais candidato a nada, que é usado. Mas ele é um homem experiente, deveria fazer parte desse arranjo e de nós tentarmos consertar o País. Ele, o Presidente Lula e outras figuras importantes. É essa a esperança, sinceramente, que eu tenho, porque a situação está chegando a um ponto que não tem saída, a não ser os que não concordam com nada, uns com os outros, sentarem...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... para tratar dos interesses do País. Agora, temos, primeiro, que começar a resolver as questões como... Não é a Dilma! Dilma foi eleita legitimamente. Não há nada que pese contra a Presidenta Dilma do ponto de vista pessoal. Há do ponto de vista político, e isso faz parte. O Sr. Eduardo Cunha é outra coisa. E ele é peça-chave nesse processo, nesse jogo de intriga, de briga e de confronto que o País vive. Desculpa por ter-me alongado, mas eu queria parabenizar V. Exª e dizer: a oposição não está entendendo que o problema que nós estamos vivendo, político, não é só do PT, nem do Lula, nem da Presidenta Dilma. É dela, especialmente, porque ela não tem nada para pôr no lugar e tem um problema a resolver, chamado Eduardo Cunha.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, eu só agradeço o aparte. Foi muito bom, Senador Jorge Viana.

Eu sempre falei aqui. Tenho criticado, desde o começo do ano, o rumo da política econômica.

Eu não estou querendo jogar só no colo da oposição. Agora, sem sombra de dúvida, esse comportamento da oposição com a ideia fixa de *impeachment*, esse processo começou desde o começo do Governo da Dilma Rousseff...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Esse processo da oposição está tendo influência, sim, no clima econômico, na recuperação de confiança. E o que está passando para o povo, sabe o que é? Volto a dizer: o povo está tendo a piora nos serviços públicos, porque isso é real, nós sabemos, em cada Município do Brasil, em especial na saúde; aumento do desemprego; corrupção, que ele vê todo dia nos jornais; inflação alta. E ele olha para Brasília: só briga. É como se fosse uma briga pelo poder desmedida, sem noção. Então, eu acho que todos nós aqui temos que refletir.

E eu queria só entrar no último ponto, para encerrar. Eu sempre fui um crítico dessa política econômica, mas eu acho o seguinte: o nosso prazo está encurtando. Se alguém acha que a gente vai conseguir segurar as rédeas deste País com 12% de desemprego no meio do ano... Nós sabemos como vai ser difícil, porque é uma regressão social violentíssima em um ano e meio. Em um ano e meio, a gente tinha a época pré-Lula.

E aqui vou entrar nos pontos – para encerrar, Senador Fernando Bezerra – do fracasso dessa política econômica. Saiu na semana passada o relatório do Banco Central sobre a política fiscal. Há alguns pontos... Veja bem: o ajuste foi feito para melhorar a situação das contas públicas. O déficit nosso, no final do ano, foi de 6,7%. Foi alto. Sabe quanto está agora, Senador Fernando Bezerra? Em 9,5%. Desses aí, 8,89% – estou lendo o Banco Central – do PIB em pagamento de juros. Nós pagamos, no acumulado de setembro a setembro, 510 bilhões de juros. O orçamento da saúde é 100; o orçamento da educação, um pouco menos de 100 bilhões.

Mais grave, olhem o termo que se usa aqui para comparar este ano com o ano passado: no acumulado do ano, os juros nominais totalizaram 408 bi, comparativamente a 209 bi no mesmo período do ano anterior – quase 200 bilhões a mais.

Aí, ele fala sobre o déficit nominal este ano: 416 bi. Só que 408 de pagamento de juros.

Eu, inclusive, estou trabalhando em um artigo e fiz um gráfico mostrando o seguinte: que todos os indicadores pioraram. Piorou o déficit nominal, piorou o que pagamos de juros, piorou o desemprego, que está piorando muito, piorou a inflação. Você podia até questionar a política da Presidenta Dilma de ter segurado o preço da gasolina e o preço da energia elétrica, mas não precisava fazer um choque de tarifas de uma vez só. Aquilo derrubou a popularidade da Presidenta Dilma e colocou a inflação nesses níveis. Nós poderíamos ter feito uma operação mais gradual.

Eu falo tudo isso para dizer o seguinte: nosso prazo está se esgotando. Nós temos que, de alguma forma, em vez do samba de uma nota só do ajuste fiscal, voltar a pensar em crescimento econômico, em preservação do emprego, porque a crise é muito maior do que o que a gente está pensando. E o alerta aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras é que essa crise vai pegar em cheio a política, de uma forma geral, e nós podemos estar vivendo algo semelhante ao que viveu a Itália depois da operação Mãos Limpas, porque quem afundou na Itália foram todas as estruturas partidárias, e surgiu o novo. E o novo foi um novo terrível, que foi um novo como o Berlusconi. Se a gente não tiver cuidado com o que vai acontecer aqui no Brasil, vamos ter o agravamento da

crise econômica e social, com consequências terríveis, a meu ver, para a democracia brasileira. O que está em xeque não é o partido A ou o partido B, é a democracia brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Por isso, neste grau de alienação em que eu acho que vive uma parte do País, chamo atenção do Governo e do meu Partido, o PT, para que a gente consiga fazer a virada na economia, de forma a preservar os empregos e o crescimento econômico.

Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Gostaria de cumprimentar o Senador Lindbergh pelo tema que trouxe à tribuna na tarde de hoje. Tema importante, embora possamos divergir da abordagem dos encaminhamentos propostos. Na realidade, a situação econômica, política e social do Brasil requer urgência e tomada de atitude que possa envolver todos os partidos políticos representados aqui no Senado Federal. Portanto, cumprimento-o, Senador Lindbergh, pela oportunidade de seu pronunciamento.

E convido o Senador Romero Jucá para assumir a presidência dos trabalhos, enquanto irei à tribuna falar como Líder do PSB.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Com a palavra, pela Liderança do PSB, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para prestar uma homenagem ao Deputado Osvaldo Coelho, que faleceu no Recife, no último domingo, aos 84 anos de vida.

Osvaldo foi, seguramente, um dos mais importantes homens públicos da história política do nosso Estado de Pernambuco. Por sua voz, falaram muitos pernambucanos, especialmente os homens e mulheres do Sertão, que encontraram em Osvaldo – o Dr. Osvaldo, como era carinhosamente chamado – alguém sempre disposto a defendê-los e a representá-los.

Ontem, Petrolina se despediu de Dr. Osvaldo. Milhares de pessoas de Petrolina, do Sertão, do Estado inteiro, presença do Governador Paulo Câmara, dos ex-Governadores Joaquim Francisco e Mendonça Filho, prefeitos, ex-prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Vereadores, agricultores, jovens, servidores públicos, empresários e trabalhadores fizeram questão de levar o seu adeus a Osvaldo de Sousa Coelho.

Ele se iniciou na vida pública ainda bem jovem, aos 24 anos de idade. A partir daí, construiu uma trajetória de mais de 44 anos de atividade política.

Foi Deputado Estadual por três mandatos, Secretário Estadual da Fazenda de Pernambuco e Deputado Federal por oito mandatos. Seguramente, uma das mais impressionantes caminhadas da história do Parlamento brasileiro.

Em sua longa trajetória, deixou como legado algumas lutas que vão marcar para sempre a vida dos pernambucanos, tocando, de maneira especial, as pessoas que vivem no Vale do São Francisco. Foi um guerreiro em favor da irrigação, que transformou uma terra árida no maior polo da fruticultura brasileira e no segundo maior produtor de vinho do País.

No campo da educação, Osvaldo Coelho também teve um papel fundamental para o desenvolvimento regional. Sua luta foi determinante para que fosse instalado em Petrolina o hoje conhecido Instituto Federal do Sertão – antes chamado de Escola Técnica e Agrotécnica Federal –, além da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), que atualmente forma milhares de jovens, levando mais qualificação para a mão de obra e produzindo ciência e conhecimento nas terras sertanejas.

O Dr. Osvaldo era um homem intenso, sem medo de expor suas ideias e absolutamente convicto das bandeiras que defendia. Era alguém, sobretudo, de muita coragem e disposição para encarar os desafios. Jamais se abateu frente às adversidades e nunca deixou de falar o que pensava.

A luta política, Sr. Presidente, nos colocou em campos opostos. No entanto, como pernambucano e representantes do Semiárido brasileiro, não posso deixar de reconhecer que a vida de Osvaldo Coelho foi uma

grande lição de perseverança e amor incondicional às suas raízes. O Deputado Osvaldo Coelho era conhecido como A Força do Sertão, pela enfática defesa que fazia desse pedaço tão sofrido do Brasil.

Peço sua licença, Sr. Presidente, para citar aqui um trecho do artigo "Obrigado pelo Seu Voto", publicado por Osvaldo, em 2006. Mesmo não sendo reconduzido à Câmara, ele agradece, neste texto, a confiança dos que nele votaram. Abro aspas:

> Aos que pretendem se enfileirar no mesmo caminho da minha luta, sugiro que insistam em reduzir a maior taxa nacional de analfabetismo, triste realidade do Semiárido nordestino. Persistam na luta para obtenção de um crédito subsidiado, compatível com as condições climáticas do Semiárido. Exijam-se do Governo mais incentivos às atividades produtivas, como a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a piscicultura e a apicultura, atividades econômicas que possibilitam a inclusão social. Ênfase especial deve ser dada à irrigação e à implantação de projetos públicos de irrigação.

Em meu nome e em nome do meu Partido, o PSB, reforço aqui nossas condolências à dona Ana Maria Cruz Coelho, com quem foi casado por mais de 55 anos; aos filhos Guilherme – prefeito duas vezes de Petrolina e hoje vice-prefeito –, Patrícia, Ana Amélia, Ana Carolina, Ana Maria e Ana Josepha; e a aos 12 netos.

Sr. Presidente, apresento hoje duas iniciativas legislativas para homenagear o Deputado Osvaldo Coelho: a primeira, o requerimento de voto de pesar, em nome do Senado Federal; e a segunda, projeto de lei que designa o nome do Deputado Osvaldo Coelho para o projeto de irrigação do Pontal, como homenagem para que possamos prosseguir na luta para concluir esse empreendimento, que abre mais 7,5 mil hectares irrigados no Município de Petrolina, que foi onde Osvaldo sempre encarou as suas principais lutas e embates políticos.

Portanto, estarei dando entrada, ainda hoje, nessa homenagem, que, tenho certeza, merecerá o acolhimento dos meus pares, para que possamos perenizar, na memória do homem e da família do Sertão, o trabalho e a luta do Deputado Osvaldo Coelho.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Senador Agripino Maia.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Fernando Bezerra, eu estava no exterior em missão partidária e recebi a notícia do falecimento, cedinho, do meu amigo Osvaldo Coelho, meu correligionário – além do mais, meu correligionário – e seu tio. Meus sentimentos pessoais a V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – A minha relação com Osvaldo é uma relação que transcende a minha própria geração. Osvaldo era irmão de Nilo, que foi Governador – grande Governador – e grande Presidente do Congresso. Ele foi Governador junto com meu tio João Agripino. Ambos já se foram. Eles foram muito amigos, eram vizinhos, um governava a Paraíba; outro, Pernambuco. E, até pela vizinhança, eles tinham uma afinidade pessoal e política muito forte. E eu herdei essa amizade com os Coelho. Eu procurei falar com a sua prima Lívia, não consegui e falei com o marido, Renan, para que fossem portadores dos meus sentimentos à família toda. Eu tive a precaução de, nas minhas redes sociais todas, colocar uma mensagem, uma mensagem de amigo e de correligionário e uma mensagem, acima de tudo, de político que tinha muito orgulho do companheiro Osvaldo Coelho. Na última campanha, à época da campanha de Aécio, candidato à Presidência, Senador Fernando, ele, gordo como sempre foi, já caminhando com dificuldades, telefonou-me seguidas vezes pedindo a minha interferência para ter um contato pessoal com o candidato Aécio Neves. É claro que ele tinha mérito e merecimento para que eu – e eu era coordenador-geral da campanha, eu coordenava a campanha de Aécio – promovesse o encontro.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – E, na hora e no dia em que Aécio marcou a conversa, ele chegou com o filho – creio que Guilherme – e...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Guilherme.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... mais uma ou duas pessoas com uma maçaroca embaixo do braço. Era o plano que ele tinha para a viabilização do Nordeste. Era a vida dele. A vida de vocês Coelho é uma vida de extrema dedicação à nossa Região, o Nordeste. E vocês são o símbolo de êxito. O núcleo Nilo Coelho em Petrolina, que eu conheço, é um exemplo de sucesso no Brasil e em qualquer lugar do mundo. Eu vinha ouvindo o discurso de V. Exª e o confirmo inteiramente. É o maior polo de fruticultura irrigada do Brasil; é um polo produtor de vinho. E tudo isso graças à pertinácia dos Coelho – à frente, Nilo e Osvaldo Coelho.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Osvaldo era um homem de extremo espírito público. Um homem que tinha tudo para ser rico e nunca o foi. Ele foi Deputado em várias legislaturas. Eu conheci a casa dele; eu tomei café da manhã, aquele lauto café da manhã cheio de tapiocas, de variedades sertanejas, na casa dele em Petrolina, com a esposa e com os filhos. Era um sertanejo da melhor qualidade, do melhor nível de probidade, de espírito público e de brasilidade. O Nordeste deve muitos aos Coelhos – e aí V. Exª está incluído –, mas eu quero fazer o destaque especial a Osvaldo: o meu companheiro, o meu correligionário, o meu sempre Deputado Federal, o homem que apelava, quando precisava de qualquer assunto partidário, diretamente a mim. Eu tinha muita alegria em servir a ele, porque, quando eu servia a ele, eu servia à causa pública, servia a interesses coletivos, servia, fundamentalmente, à nossa Região. Eu quero, portanto, com essa minha manifestação – que fiz questão de vir fazer publicamente –, declarar a honra que o nosso Partido sempre teve em ter Osvaldo Coelho como um dos seus membros e manifestar, através de V. Exª, os mais sentidos votos de pesar à toda a honrada família Coelho e ao Estado de Pernambuco.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Agripino Maia. Eu incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Eu gostaria – provocado por sua palavra – de trazer aqui um testemunho que foi dado pelo Governador Paulo Câmara. Osvaldo já estava há mais de oito anos sem o exercício do mandato parlamentar, mas isso não o impedia de continuar lutando, brigando, encaminhando cartas, levando documentos e papeis àqueles que tinham a representação popular ou àqueles que estavam instituídos de cargos eletivos e que tinham na mão a decisão das políticas públicas. Ele brigava pelas questões ligadas ao Nordeste brasileiro – de forma particular, o Semiárido. Na véspera da sua morte, Osvaldo Coelho foi atendido para uma conversa com o Governador de Pernambuco. Conversaram por duas horas, e o que ele reclamava é que, neste exato momento, não estava havendo a oportunidade para se debater e discutir uma política nacional de regulação que pudesse levar adiante o instrumento de transformação do Semiárido nordestino. Até na véspera de sua morte, Osvaldo teimava, lutava e insistia em perseguir os seus ideais.

Agradeço suas palavras dirigidas ao Deputado Osvaldo Coelho e aos seus familiares.

Sr. Presidente, eu quero aqui, mais uma vez, dizer da alegria de poder dar entrada no projeto que deverá designar o nome do Deputado Osvaldo Coelho para o Projeto de Irrigação do Pontal, que está ainda em fase de implantação na cidade de Petrolina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Senador Fernando Bezerra, eu quero, aqui, em meu nome e em nome do Senado, me associar à homenagem que V. Exª faz ao Deputado Osvaldo Coelho. Aliás, quero também pedir licença a V. Exª para assinar o requerimento de pesar a que V. Exª deu entrada na Mesa.

Posso dar o testemunho que V. Exª deu também, até como uma pessoa mais próxima. Por ser pernambucano, convivi, em diversos cargos públicos que ocupei, com Osvaldo Coelho. E Osvaldo Coelho é tudo isso que V. Exª citou aqui. A perseverança, o compromisso, a luta dele por Pernambuco, em especial, pelo Sertão, era algo que enchia todos nós de orgulho.

É preciso que a família Coelho – a família do Nilo Coelho, do Geraldo Coelho, de V. Exª, enfim, de tantas pessoas que têm esse compromisso com o Estado de Pernambuco – seja ressaltada e reconhecida.

Eu quero também, em nome da Presidência do Senado, neste momento, homenagear o Deputado Osvaldo Coelho e dizer a V. Exª que leve à família de V. Exª e ao povo pernambucano o nosso abraço, o nosso reconhecimento, a nossa homenagem e o nosso sentimento à família – à sua esposa, aos filhos – e a todos os amigos, porque, sem dúvida alguma, o Osvaldo cumpriu seu papel de grande brasileiro e de grande pernambucano.

Parabéns a V. Exª.

Convido o Senador Fernando Bezerra para assumir a Presidência, para que eu possa usar a palavra como orador inscrito.

O Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Fernando Bezerra, Srªs e Srs. Senadores, amigos e amigas que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Senado, pela Rádio Senado, senhoras e senhores da imprensa, eu venho hoje à tribuna para tratar de uma questão que foi pauta de toda a imprensa no final desta semana: o documento apresentado pelo Presidente do PMDB, o Vice-Presidente Michel Temer, que diz respeito a fundamentos econômicos e sociais que serão discutidos, no próximo dia 17 de novembro, no Hotel Nacional, em reunião inicial da Fundação Ulysses Guimarães.

O documento apresentado pelo nosso Presidente tem posicionamento, linhas ou, como nós chamamos, fundamentos: fundamentos econômicos e fundamentos sociais que vão nortear essa discussão inicial na Fundação e, depois, no Congresso do PMDB, no próximo ano, quando o Partido completa 50 anos de existência.

Esse documento gerou uma certa celeuma, porque alguns setores o entenderam como um posicionamento novo do PMDB; alguns insinuaram que poderia ser um rompimento com o Governo; e outros, um distanciamento do Governo. Eu queria esclarecer que não se trata nem de rompimento, nem de distanciamento, mas, sim, de posicionamento. O PMDB, mais do que nunca, precisa se posicionar, neste momento em que o País vive um momento de extrema delicadeza e – por que não dizer? – de fragilidade. O PMDB tem um compromisso com o País. O PMDB tem um compromisso com a sua história e com a construção de um novo futuro.

Esses fundamentos lançados elencam diversas questões. Algumas, necessariamente, serão discutidas e constarão do programa permanente do PMDB. Outros pontos colocados aqui tratam de ações que entendemos que precisam ser discutidas emergencialmente – inclusive ações transitórias –, mas que precisam fazer parte de um arsenal, de um arcabouço de medidas para enfrentar a grave crise política e econômica que o País está vivendo.

Eu registrarei aqui, em breves passagens, alguns pontos do documento "Uma ponte para o futuro". Depois, eu farei comentários econômicos e políticos sobre essas questões.

O documento inicia registrando que "a presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino."

Aqui, eu quero começar a tratar do que fala de previsibilidade econômica. Desde o início do ano, temos alertado o Governo no que diz respeito às questões que estavam sendo postas. Coloca-se ajuste fiscal como se fosse a solução de todos os problemas, o que não era; ajuste fiscal não é programa de governo; ajuste fiscal é obrigação. Responsabilidade fiscal devia ser cláusula pétrea da Constituição, porque, ao se desequilibrar o fiscal, desequilibra-se não só o governo, e a consequência é desequilíbrio na vida das pessoas, a consequência é desemprego, a consequência é inflação, a consequência é elevação da taxa de juros, a consequência é elevação do câmbio, a consequência é, efetivamente, a diminuição da qualidade de vida, do poder de compra e da condição de uma população. E o Governo iniciou o ano falando de ajuste fiscal. E eu tive a condição de dizer diversas vezes à área econômica do Governo: é necessário haver a sinalização e a previsibilidade da economia para três ou quatro anos, para que cada agente econômico possa entender qual será o ciclo da dificuldade, para que cada agente econômico possa se planejar, para que cada agente econômico possa se preparar e para que o Governo possa, efetivamente, sinalizar um momento de dificuldades, mas um futuro de estabilidade e de reconstrução.

O Governo, até agora, não fez isso. E o que ocorre quando o Governo não sinaliza a previsibilidade para a economia? A economia vive de expectativas. A economia vive do que é e do que será. Na hora em que não há previsibilidade no cenário, de uma forma indicativa coerente e segura, cada agente econômico projeta o seu próprio cenário, com os dados que tem, que são dados piores que os dados do Governo. Ao planejar esse futuro, sem a previsibilidade do Governo, os agentes econômicos normalmente tendem a ser mais conservadores e, ao serem mais conservadores, deixam de fazer investimento, demitem servidores e travam a economia. É isso que está ocorrendo com o Brasil hoje. A economia está travada. O Produto Interno Bruto está caindo e, infelizmente, a continuar nessa linha, vai cair mais. Vai cair neste ano e, da forma como se está projetando, vai cair no próximo ano também, impactando, como eu disse, a vida das pessoas.

Esse quadro tem levado a uma leitura interna e externa de extrema dificuldade. O documento diz:

> [...] déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9%em 2015 [talvez até maior. É esse o caminho que nós estamos trilhando.], e uma despesa pública que cresce acima da renda nacional, resultando em uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública...
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) –

> ... que se aproxima de 70% do PIB, e deve continuar a se elevar, a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa.
> Estagnação econômica e esgotamento da capacidade fiscal do Estado não são fenômenos apenas circunscritos à esfera econômica. São fontes de mal-estar social e de conflitos políticos profundos.

> [Está aí a retroalimentação da crise política através da crise econômica.] As modernas democracias de massa não parecem capazes de conviver passivamente com o fim do crescimento econômico e suas oportunidades, nem com a limitação da expansão dos gastos do Governo.

Ou seja, não adianta o Governo discutir sem dar a previsibilidade, sem olhar o âmago das questões,...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... aumento de receita com aumento de impostos. (*Fora do microfone.*)

Aumento de impostos não vai resolver a questão do Brasil! E vai terminar de engessar e tirar a competitividade do nosso País nos pontos que ainda temos.

O que vai resolver o problema do Brasil é, efetivamente, enfrentar o desafio das despesas públicas. E aí eu falo das grandes despesas públicas, principalmente Previdência, taxa de juros e câmbio. Nós estamos falando de R$30 bilhões, Senador Raimundo Lira, ou R$40 bilhões, para se criar a CPMF. Nós não estamos discutindo os R$120 bilhões de gastos de *swap* cambial até agora! Nós não estamos discutindo R$400 bilhões de juros, de gastos até agora! O que representam R$30 bilhões ou R$40 bilhões na frente de R$500 bilhões dessas duas despesas?

Então, essa é a questão. Nós temos que discutir os gastos públicos, o tamanho do Estado e a política efetiva que o Governo tem que fazer para enfrentar os grandes blocos de despesas que estão definidos no nosso Orçamento.

O documento do PMDB propõe sacrifícios, mas o documento do PMDB propõe, e tem que buscar, segundo a nossa proposta, um crescimento de, no mínimo, 2,5% por ano.

> E é um imperativo que deve obrigar governos e cidadãos, numa trajetória realista que leve em conta a necessidade preliminar de reconstituirmos o Estado brasileiro [...]

Nós não estamos pregando a ausência do Estado. Nós não estamos pregando a liberdade total do mercado.

> As modernas economias de mercado precisam de um Estado ativo e também moderno. Quem nos diz isto não é apenas a teoria econômica, mas a experiência histórica dos países bem-sucedidos.
> Só o Estado pode criar e manter em funcionamento as instituições do Estado de Direito e da economia de mercado, e só ele também pode suprir os bens e serviços cujos benefícios sociais superam os benefícios privados.
> Portanto, as discussões sobre o tamanho e o escopo do Estado quase sempre se movem no vazio, porque a questão central é que o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Com o maior prazer, Senador Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – É mais uma necessidade de informação. V. Exª está falando de um documento do PMDB. O PMDB não aprovou documento algum.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não. Esse é o...

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Eu conheço um documento que algumas pessoas colocaram para debate. A pergunta preliminar que eu faria a V. Exª é: "Quem escreveu esse documento? De quem é a redação e quem engendrou essas ideias?". Porque a mim, mais do que um documento do velho MDB de guerra, do nosso PMDB, Senador Jucá, parece-me um documento do mercado financeiro nacional...

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... e internacional. É um documento simplesmente terrível do ponto de vista de um projeto nacional dos trabalhadores, das garantias trabalhistas. Eu pretendo, inclusive, amanhã, falar sobre ele de uma forma mais articulada. Mas esse documento não tem nada a ver com o PMDB e com a nossa história. Eu diria que o Fernando Henrique, na época em que foi Presidente da República, não redigiria um documento tão à direita e tão favorável às necessidades e exigências do capital nacional e internacional. Não é um documento que estruture a economia. É um documento notadamente a serviço do pagamento da dívida e dos juros. Não há proposta alguma estruturante. Ele faz algumas críticas, que são críticas conhecidas e em relação às quais eu não estabeleceria uma contestação. Mas é um documento a serviço do capital internacional,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... dos rentistas e dos banqueiros que querem cobrar os juros absurdos que nós estamos pagando. Perdoe-me, Senador, mas não é do PMDB, não conheço peemedebista algum que tenha trabalhado nele. Parece-me mais que foi uma encomenda feita a alguns economistas ligados ao mercado. Quem redigiu, Senador Jucá? Quem foram os autores desse documento que serve ao grande capital? É uma informação que eu gostaria de ter.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Requião!

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – É uma informação que eu gostaria de ter.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Requião, esse documento foi apresentado pelo Presidente do PMDB, o Vice-Presidente Michel Temer. São linhas para discussão, a partir do dia 17 de novembro. Eu tenho certeza de que V. Exª, com a capacidade que tem, com o tirocínio que tem, com a experiência que tem, vai ajudar a melhorar esse documento.

Esse documento não é um documento pronto, não é um documento do Partido que será implementado, não é um programa, são linhas que serão discutidas. Agora, são linhas consentâneas com a realidade brasileira, quer V. Exª entenda que representa A, B ou C.

Eu acho que nós temos é que nos debruçar sobre a realidade e construir uma solução emergencial para o Brasil e uma solução de profundidade e de fôlego para o País. Mas esse documento ou essa proposta ou esses fundamentos são linhas que serão debatidas. E, como eu disse, tenho certeza de que V. Exª vai poder contestar, contribuir, fazer adendos e debater bastante essa matéria.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Podemos concluir, que é um documento apresentado não se sabe bem por quem, mas pela mão do Presidente do Partido, Michel Temer. Inclusive eu vejo discrepância absoluta com comportamento do Michel ao longo da sua vida e o teor do documento, que é um documento claramente a serviço do capital financeiro e dos rentistas. Não há proposta alguma real para a retomada do crescimento no País. Agora, documento do PMDB, é o documento de *O Globo,* é o documento do editorial do *Estadão,* de São Paulo, é o documento da *Folha,* mas não vejo relação alguma com a necessidade de um projeto nacional e com interesse dos trabalhadores. Ele reúne alguns projetos que já tramitam aqui: a precarização do trabalho; o acordo coletivo superando a legislação da CLT; avança para o pagamento da dívida; propõe uma recessão permanente, tal e qual esse projeto que o Senador José Serra está discutindo na Comissão de Economia. É um documento realmente estranho para ser apresentado como do PMDB. Eu admito que se coloque, em discussão, mas o PMDB não tem relação alguma com esse documento, que me parece ser redigido pelo capital internacional e o capital nacional – e eu não falo no capital produtivo, eu falo do capital vadio que vive de juro, que se alimenta dos juros fantásticos que são garantidos pelo Banco Central. O meu PMDB não tem nada a ver com esse documento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Requião, eu acabei de falar sobre a questão dos juros e a questão do câmbio. Acho que V. Exª talvez não tenha prestado a atenção, mas eu estava exatamente criticando os R$400 bilhões que o atual Governo pagou para os bancos.

A situação real é de piora dos serviços públicos. Outro ponto: desvincular o salário mínimo dos benefícios da Previdência. V. Exª sabe que há um estudo do Ipea mostrando a ampliação do mercado de trabalho no governo do Presidente Lula, e esse recurso, essa vinculação do salário mínimo aos benefícios da Previdência teve um papel fundamental na criação desse grande mercado de consumo de massas no Brasil, porque aquele dinheiro que chega ao aposentado, que é um salário mínimo, é investido, vai para a compra de remédios. Então, veja, somente nesses dois pontos, estamos tirando recursos da educação e da saúde, atingindo quem recebe um salário mínimo na Previdência Social. E houve um outro que nos preocupou muito, que nós acabamos de vencer na Câmara dos Deputados, que é colocar o negociado na frente do legislado. Eu diria que isto é um retrocesso à era Vargas. E do ponto de vista econômico – é só uma opinião, eu estou entrando em assuntos que são do PMDB e o Senador Requião vai fazer o debate –, Senador Romero Jucá, sem querer me intrometer, essas medidas vão no sentido de ampliar a austeridade fiscal. O Senador Requião falou muito bem: desvincular recursos constitucionais de educação e de saúde, o Fernando Henrique não fez isso, não teve coragem de propor. Desvincular o salário mínimo da Previdência, também não. Então, V. Exª propõe um ajuste muitíssimo radical. Ao invés de resolver o problema de depressão da economia, nós vamos ter dois anos de recessão. Na minha avaliação, vai aprofundar. Isso para não falar de outros temas, como o fim da partilha e a questão do Mercosul. Mas quero sempre registrar a posição de V. Exª no debate. Apesar deste documento do PMDB, que V. Exª tem lido nos debates nesta Casa, é preciso mais do que o ajuste fiscal. Infelizmente, o documento caminha para o aprofundamento radical dessa política de austeridade. Agradeço o aparte de V. Exª.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senador Jucá, veja, é pior do que o programa do Joaquim Levy, tanto que merece crítica do PT aqui ao meu lado. É uma verdadeira barbaridade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu queria dizer ao Senador Lindbergh que, primeiro, o PMDB não está propondo diminuir recursos da educação e nem da saúde. Isso não está dito aqui. O que se discute é outra coisa.

A segunda questão, eu não conheço prefeitura ou Estado que gaste na saúde só aquilo que está determinado como vinculação para gasto de saúde. Pelo menos em Roraima, eu não conheço. Nos Estados menos desenvolvidos eu não conheço.

Então, não é a obrigatoriedade ou não de 15% para a saúde que faz com que os Municípios só gastem 15% para a saúde. Não é isso.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Os prefeitos gastam no limite, Senador. Só se em Roraima for diferente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, então, em Roraima é diferente.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – No Brasil não é assim.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A Prefeitura da Boa Vista gasta muito mais do que o limite. Investe muito mais. Investe, hoje, 19% do orçamento da saúde.

O que nós queremos dizer é o contrário: nós queremos que o crescimento econômico seja duradouro e sustentável. E que uma escolha do sistema político, de cidadãos como agentes políticos defina, efetivamente, quais são as prioridades. Ninguém está dizendo aqui que quer cortar educação e saúde. Nós estamos dizendo que é preciso que, provisoriamente, se faça um ajuste sinalizando qual é o prazo, como nós fizemos aqui quando acabamos de aumentar, alguns dias atrás, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em que o Governo mandou um aumento permanente e nós aumentamos para três anos, porque entendíamos que era a janela necessária para o esforço adicional. Aumentar imposto não vai resolver o problema do Brasil. O Brasil aumenta imposto aqui há algumas décadas – e mais na frente eu vou dizer. Em 1985, enquanto a carga tributária representava 24% do PIB, hoje representa 36%, 37% do PIB. Em 18 anos, mais que dobrou a carga tributária e não se resolveu o problema nem de melhoria do serviço público e nem de equilíbrio fiscal.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Romero Jucá, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pois não, Senadora.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Presidente certamente lhe dará o tempo necessário para que possa concluir o seu pronunciamento. Primeiro, quero dizer que também tenho algumas críticas em relação à proposta apresentada pelo vosso partido. Entretanto, acho que o debate é muito bem-vindo neste momento. Quero comemorar e saudar o PMDB pelo fato de novamente trazer o debate para o campo político. É disso que a Nação brasileira precisa. Ouvi com atenção sua afirmação após alguns apartes. V. Exª diz que em momento nenhum, na sugestão de programa apresentada, apresenta-se ou defende-se diminuição de verbas para a saúde e para a educação. Se não há intenção de diminuir verba, sobretudo para a educação, em que o vínculo é muito mais evidente do que em saúde...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Os dois são vinculados.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas em educação é muito mais, porque as verbas vinculadas à saúde são insuficientes. Por isso o nome Saúde+10, que diz respeito ao movimento nacional a favor de mais verbas para a saúde. Agora, em educação é muito mais evidente e muito mais forte a vinculação. Se não haverá diminuição de verba, por que desvincular, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senadora Vanessa, vou citar apenas um exemplo, para mostrar como as questões se modificam.

Nós podemos ter, e teremos, na verdade, por conta da pirâmide etária brasileira, daqui a pouco tempo, alguns Municípios com poucas crianças e muitos idosos.

Eu pergunto: naquele Município, é melhor para a população ter que gastar 25% em educação e 15% em saúde ou, se não houver criança, gastar 15% em educação e 25% em saúde? O prefeito vai ter que inventar despesa que não existe em educação e não vai poder atender, com o pouco dinheiro que tem, os idosos na saúde, porque também não há recursos para tudo isso. A questão não é diminuir em educação ou em saúde. A questão é política.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas isso pode ser uma exceção.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sim, mas é isso que estou dizendo.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O normal, que nós estamos acostumados a ouvir, Senador, é que o piso salarial de R$1,7 mil, dos míseros R$1,7 mil, os prefeitos acham isso demais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sim, Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, por eles, baixaria isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sim, mas veja bem: o que estou dizendo aqui é que o País vai ter que construir um novo figurino, porque o paletó, a roupa é pequena para o tamanho do corpo. Nós vamos ter que encontrar uma solução para o desequilíbrio fiscal, que significa, ao mesmo tempo, inflação, juros altos, muito altos, incerteza sobre a evolução da economia, impostos elevados, pressão cambial e retração do investimento privado. Tudo isso somado significa estagnação ou retração econômica.

Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize o equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais. Essa é uma questão prévia. E se não houver uma solução ou encaminhamento, qualquer esforço para relançar a economia será inútil. Nenhuma visão ideológica pode mudar isso. Isso está no documento do PMDB. A questão não é ideologia, a questão não é mais educação ou mais saúde. Todos nós queremos mais educação e mais saúde. Agora, como fazer isso sem quebrar o Brasil? Porque o que está ocorrendo hoje é uma caminhada para a ampliação do déficit nominal, a cada ano, e, a partir daí, falta de confiança, falta de investimento, falta de emprego, desemprego, desestruturação, queda de arrecadação. Isso levará, efetivamente, o País a uma regressão em relação ao que nós já avançamos.

Essa não tem que ser a construção que temos que fazer. Todos os partidos políticos têm que ter a coragem política de discutir a saída emergencial para os próximos três ou quatro anos.

Se houver embate político eleitoral em cima disso, não haverá saída. Aí sim, lá fora, o povo brasileiro vai cobrar da classe política uma solução. Porque com o que está sendo pago hoje de aposentadoria, daqui a alguns anos, talvez não haja mais recursos para pagar, no atual modelo.

Ouço o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço um aparte a V. Exª, se for possível, depois.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Com o maior prazer, Senador Paulo Paim.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senador Romero Jucá, a situação do País é tão complexa, com a crise política e administrativa estimulando e alimentando a crise econômica e social, que é difícil encontrar o consenso, estabelecer o consenso. Vi aqui o PT criticando as propostas do PMDB e vi o PMDB criticando as propostas do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – PMDB do B, não é? O Requião.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Certamente isso revela a enorme complexidade da crise vivida pelo País. Obviamente, também discordo de algumas propostas e concordo com outras. Concordo, por exemplo, com a afirmação de V. Exª de que não se admite aumentar impostos.

(Soa a campainha.)

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Aumentar impostos é trabalhar contra a realidade. Aliás, é uma trombada na realidade. Se nós já estamos em crise, aumentar impostos é aprofundar a crise, é aumentar dificuldades, promover recessão, inflação e, sobretudo, desemprego. Portanto, creio que essa afirmação tem integral apoio da oposição. O que esse documento não inclui é uma saída para a questão da dívida pública. Essa é a questão essencial, a meu ver. Este é um País que gasta 47% da sua receita com o pagamento de serviços e juros da dívida, que chega hoje a 8,5% do PIB, uma dívida que vai chegar a 70% do PIB no final do ano. Esse é o grande problema do País. Se gastamos a metade do que arrecadamos para pagar juros e serviços da dívida, evidentemente estamos comprometendo setores fundamentais, como saúde, educação, segurança pública, etc. Essa é a questão essencial. Parece-me que essa é a questão mais complexa. Certamente o Governo encontrará dificuldades maiores para a sua solução. Eu entendo que o Governo deveria inclusive reunir especialistas para discutir a questão da dívida pública, alternativas de administração mais competente da dívida pública, porque nós estamos gastando o dobro do que gastam, proporcionalmente, é evidente, os países mais endividados do mundo, com o pagamento de juros e serviços da dívida. Isso significa que não dá para continuar desta forma. V. Exª, evidentemente, tem o apoio da oposição em algumas de suas teses, algumas das teses do PMDB, e terá, sempre, é claro, em relação a outras teses.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Alvaro Dias, eu volto a registrar que este não é um documento pronto. Não são teses do PMDB. São fundamentos que serão discutidos no encontro do PMDB. Aqui não estão programas, não estão propostas efetivas. Aqui está feito um diagnóstico e estão colocados alguns pontos de discussão. Não existe programa efetivo porque não foi discutido. O Presidente Michel tornou público um diagnóstico para servir de roteiro a uma discussão inicial, no dia 17 de novembro, que será o encontro da Fundação Ulysses Guimarães, e, a partir daí, será discutido. Haverá encontros regionais nos Estados para que tenhamos, aí sim, uma estruturação de programas para março, quando o PMDB realizará seu congresso nacional, comemorando seus 50 anos, com a estruturação de um programa efetivo para ser oferecido à Nação.

Ouço com satisfação o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Romero Jucá, fiz questão de pedir o aparte a V. Exª porque fui o primeiro orador a ocupar a tribuna hoje à tarde e falei sobre o tema. Eu disse que estava muito, muito, preocupado. E falei exatamente da forma como vou lhe falar agora, que eu queria muito dialogar com os meus companheiros do PMDB. Falei da tribuna. E começo a levantar algumas questões que estão no documento e com que fiquei muito preocupado. O documento fala em desvincular o salário mínimo dos benefícios dos aposentados. A única coisa que está vinculada é o salário mínimo do mínimo do aposentado. Nós não vamos dar o mesmo salário mínimo para o aposentado? Eu vou fazer três ou quatro perguntas. Isso significa que o aposentado vai ter um salário menor do que o salário mínimo?

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não acredito que seja isso, mas quando fala em desvincular, só falta desvincular do mínimo. Isso significa que o aposentado vai receber menos que o mínimo, se a ideia for essa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, essa não é a ideia, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em primeiro lugar, já ajuda. A segunda questão, quando faz aquela velha proposta, para mim indecorosa, com todo respeito, do negociado sobre o legislado. Eu chego a perguntar: para que o Parlamento, então, se a legislação não vai valer? O belo trabalho que V. Exª fez com as empregadas domésticas não vai valer nada? Vai valer somente o negociado sobre o legislado num país como o nosso, em que há ainda trabalho escravo? – e nós sabemos que há, nós sabemos que há. Nós vamos aceitar que a CLT, as leis ordinárias e complementares... Porque na Constituição estão os princípios, as leis depois é que regulamentaram... Vai valer o negociado sobre o legislado se quem tem a força é o empreendedor, é o empregador, não é o trabalhador? Isso também nos deixou muito preocupados. Aprovamos recentemente aqui, e todos nós trabalhamos... E V. Exª foi fundamental na época em que aprovamos o fim do Fator. Foi para a Câmara, não votaram nunca mais lá, mas aqui construímos uma alternativa, que foi a fórmula 85/95. Há até uma progressão – eu posso discordar, mas há –, que lá na frente vai ser mais que 85/95. E ali diz que, se fosse aprovada a tese ora levantada, de imediato iria para 60 e 65. Significa que mesmo a progressão de dois em dois anos, que eu já acho que não era boa, nós também perderemos? Quando fala de não aceitar mais vinculação... Saúde, como exemplo aqui – já foi dito, V. Exª em parte já respondeu –, saúde e educação... Nós todos neste País caminhamos, fizemos passeatas, fizemos carreatas, fizemos audiências públicas nos Estados buscando, cada vez mais, garantir a educação e a saúde como algo fundamental, porque todos nós sabemos que qualquer país que quiser efetivamente fazer uma revolução para melhorar a qualidade de vida de seu povo terá de passar pela educação e pela saúde. Mas da forma como está colocado deixou todos muito preocupados. Eu lhe confesso – e termino em seguida, porque queria muito ouvir V. Exª – que, quando ouvi, eu disse: "Eu vou dialogar com os companheiros do PMDB. Eu acho que é um documento que é solto para o debate". Mas não é essa a intenção. Eu cheguei a dizer que, se for essa fórmula, se for aprovado tudo o que está ali daquela forma... Eu falei dos pontos negativos. Claro que há pontos positivos, como, por exemplo, combater a taxa de juros, a terceirização – eu já fui a 20 Estados, e os 20 Estados se posicionaram contra. Vira fichinha pela minha avaliação. Então, eu achei bom V. Exª ter ido à tribuna. V. Exª está dizendo que esse é um documento para o debate, o País todo vai discutir. O PMDB vai tomar sua posição no momento adequado, mas eu queria muito que essas preocupações que eu levantei fossem também objeto, no mínimo, da preocupação de V. Exª, que é um grande Líder do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me tranquilizar V. Exª em alguns aspectos.

Primeiro, não é intenção do documento dizer que vai tirar o salário mínimo dos aposentados. Essa não é a questão. Então, salário mínimo é salário mínimo. O que se está discutindo é a vinculação do salário mínimo a outros dispositivos, até porque nós lutamos aqui para elevar o salário mínimo ao máximo...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inflação mais PIB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...e temos que continuar recuperando o salário mínimo. O salário mínimo é um instrumento importante de igualdade, de ampliação do consumo. Então, o salário mínimo, efetivamente, tem que ter uma política de fortalecimento. Isso se chama justiça social. Nós somos favoráveis a isso.

A segunda questão diz respeito ao item que foi colocado sobre a questão do acordo entre sindicato, centrais sindicais e segmentos empresariais. Ele foi colocado em discussão porque ele está em discussão na Câmara dos Deputados. Centrais sindicais estão discutindo efetivamente o que é que pode ser objeto de acordo coletivo – não retirando direitos fundamentais – que possa efetivamente ser, de certa forma, negociado, dependendo da peculiaridade...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...do tipo de trabalho.

Nós já fizemos isso, inclusive, na legislação da empregada doméstica, do emprego doméstico. Nós colocamos opções, nós colocamos entendimento de carga horária, a condição de o intervalo ser de meia hora a duas horas. Então, é esse tipo de discussão que vamos possibilitar.

Nós não estamos querendo aqui quebrar os direitos trabalhistas, tornar o trabalho escravo. Não é isso, não é essa a posição.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Negociação sim, mas respeitando os parâmetros da lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Mas o documento diz isso...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Me tranquilizou mais esse "...respeitando os parâmetros da lei", conforme o exemplo de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Porque a lei tem questões fundamentais e tem questões acessórias. Como a legislação, em alguns pontos, não tem... Toda vez que você quiser fazer um acordo diferente de um sindicato, de uma central sindical para outra, para determinada categoria, em tese, se houver negociação, se houver legislação correta, isso pode ser flexibilizado no entendimento entre as partes.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desde que não fira a lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sem descumprir a lei e os direitos fundamentais.

Isso está sendo discutido na Câmara dos Deputados. As centrais sindicais estão fazendo parte desse debate na Câmara dos Deputados. Isso está nas linhas fundamentais de debate do PMDB, porque o PMDB quer ver discutido isso, para que tenhamos condições de reforçar o emprego. Nós temos que criar oportunidades de emprego.

Nós estamos com um nível de desemprego ampliado, e ele vai crescer mais, infelizmente. Os primeiros a serem prejudicados serão os jovens. Nós estamos com 18% hoje de desemprego entre os jovens, e vai piorar. Por que vai piorar? Porque os jovens serão os primeiros a serem demitidos, já que a indenização no caso deles é mais barata de fazer. Além disso, são menos experientes. Então, nós temos que criar um sentido inverso, com a possibilidade de efetivação da contratação e da liberdade da negociação.

Mas volto a dizer: isso são linhas que serão discutidas na Fundação Ulysses Guimarães, depois nos Estados, depois em encontros regionais e depois no congresso do PMDB, em março do próximo ano.

Ouço, com satisfação, a Senadora Marta Suplicy.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Senador Romero Jucá, eu quero dizer que veio em bom momento esse documento. Era um documento que a sociedade estava esperando que algum partido propusesse para destravar a situação em que nós estamos. Porque nós estamos parados, nós estamos... A sociedade... Você sai na rua... E eu acho que essa experiência de todos os Senadores, políticos e pessoas que não estão na política... Ficam perguntando quando é que vai acontecer alguma coisa, que solução vai ser dada. Ninguém aguenta mais desse jeito. Eu acredito que o PMDB, com a Ponte do Futuro... Esse é o título do documento não é? É um bom nome, porque nesse documento nós levamos uma discussão com começo, meio e fim. Como disse o nosso colega Paim e outros que se manifestaram anteriormente, há muita coisa ali que muitos partidos não vão aceitar, mas todos os partidos vão participar, vão dar opinião, a sociedade vai se debruçar sobre alguma coisa que vai fazer as coisas caminharem. Neste momento nós estamos encalacrados, essa é a verdade. Ninguém discute nada e são propostos ajustes que não vão acontecer. Aliás, cortes nós não vemos acontecer; aumento de imposto não passa na Casa; e nós ficamos parados. O documento é um documento que avança. Pode haver conflito, pode haver pontos que parte da sociedade não vai aceitar, mas ele avança. Então, eu quero dizer que é muito bem-vindo o documento do nosso partido e, no dia 17, que é quando será realizado o congresso do PMDB aqui em Brasília...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Na Fundação Ulysses Guimarães.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Nós vamos realmente...

(Soa a campainha.)

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – ...discutir e aprofundar o que tem que ser feito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy, e chamo atenção para um trecho aqui do documento que fala muito nisso. Diz o seguinte:

> Nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico. Sua solução será muito dura para o conjunto da população, terá que conter medidas de emergência, mas principalmente reformas estruturais. É, portanto, uma tarefa da política, dos partidos, do Congresso Nacional e da cidadania. Não será nunca obra de especialistas financeiros, mas de políticos capazes de dar preferência às questões permanentes e de longo prazo.

Então a solução para o País não será dada pelo Ministro Levy, não será dada por um economista, por uma corrente de Chicago... A solução para este País, da forma que está, terá que ser dada pela classe política, que fará as escolhas de curto e de médio prazo.

Como vão ser gastos os recursos públicos? O que vai ser prioridade? Eu defendo que o Estado saia de algumas atividades e bote mais recursos em educação, saúde e segurança, porque hoje isso afeta diretamente a vida da população brasileira. E o Estado hoje tem milhares de programas, é um faz de conta, tem uma estrutura administrativa enorme, repete ações... Nós temos o Município fazendo uma coisa, o Estado fazendo a mesma coisa, a União fazendo a mesma coisa. Tem que haver uma reforma no serviço público para melhorar a condição e a qualidade do gasto público.

Tudo isso não é uma discussão de técnicos. Os técnicos vão balizar, vão fazer propostas, mas a decisão tem que ser política, do Congresso e dos partidos políticos. É isso que a sociedade brasileira espera de nós. Nós não podemos ficar imobilizados.

Este documento aqui são linhas... Não serão, no Congresso do PMDB, aprovados todos estes pontos aqui. Não tenho dúvida: o documento será melhorado, questões serão cortadas, outras serão inseridas, mas nós sairemos, em março, com uma posição clara de partido. Chegou a hora de os partidos políticos darem clareza para a população. Acabou o tempo da enrolação, do "embromation", de ficar em cima do muro e de não ter posição determinada.

Nós estamos vivendo hoje uma crise de representatividade grande dos partidos e dos políticos exatamente por conta disto: a política hoje não fala e não resolve mais a situação da população. Tem que voltar a ter essa identidade, tem que voltar a ter o respeito da população, porque a solução será política, e é preciso discutir a fundo, com coragem, falando a verdade para a população, sem manipulação, sem armações e sem disputas eleitorais.

Nesses três anos não haverá eleição. Nós temos que, nesses três anos, construir outra matriz para este País, sob pena de, em 2018, quando chegarmos à eleição, termos novamente o que houve em 2014: candidatos falando aquilo que não era verdade e tentando passar informações e ideias que não seriam realizáveis na prática.

Nós temos três anos...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me um aparte, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Nós temos três anos para consertar o rumo deste País, e eu não tenho dúvida de que é possível fazer isso com a classe política toda, sentando os partidos políticos de oposição e do Governo. E aí não é o Executivo não, são os partidos políticos, é o Congresso Nacional que tem que capitanear esse processo, que tem que definir, com leis, com posturas, com emendas constitucionais, que Brasil nós queremos, que impostos os brasileiros vão pagar e que tipo de carga tributária nós daremos às nossas empresas para elas serem competitivas numa disputa globalizada, para terem condição de exportar, para não termos que estar criando reserva de mercado dentro do Brasil porque o Brasil não tem condição de competir com produtos importados.

Eu ouço o Senador Ataídes e, depois, o Senador Moka.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me um aparte, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu também ouvirei V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Jucá, o discurso de V. Exª é de uma riqueza extraordinária de conteúdo. Eu gosto muito de números. V. Exª fala dos R$400 bilhões já gastos com juros somente este ano, fala também dos R$120 bilhões gastos com *swap* cambial. V. Exª também fala sobre o problema da Previdência Social, com um rombo de R$124 bilhões. Não falou sobre a caderneta de poupança, que já perdeu mais de R$60 bilhões este ano. A nossa dívida bruta, interna e externa, já bateu a casa dos R$4 trilhões, o motivo maior desse juro exorbitante, que deve chegar a 8,5% do PIB. V. Exª também falou agora, por último, sobre o problema do desemprego. Nós tivemos agora a realização de uma audiência, Senador Jucá, com o IBGE e com o Ministério do Trabalho. Esse desemprego hoje divulgado pelo Governo, de 8,7%, não é verdadeiro, eu tenho dito isso aqui. Esse sistema de Pesquisa Mensal de Emprego, que agora tirou o PME de circulação, porque ele só fazia essa pesquisa em seis regiões conforme V. Exª sabe muito bem, não retrata a realidade do nosso País. Agora, Senador Jucá, com toda vênia, com todo carinho, com todo o respeito que V. Exª sabe que eu tenho por V. Exª: o que me deixa muito pensativo em relação a esse documento, que eu li na íntegra neste final de semana, é o seguinte. O PMDB, que é da Base do Governo, que tem um representante como Vice-Presidente da República, o Vice-Presidente Michel Temer... Todos esses números aqui colocados sabiamente por V. Exª já eram sabidos pelo PSDB... PMDB, perdão – PMDB! E esse galope dessa dívida pública, que é o grande problema de hoje do nosso País – eu diria que o maior problema do nosso País é essa dívida pública hoje –, chegando próximo aos R$4 trilhões... Eram de conhecimento do PMDB todos esses números. O PMDB sabia que o Brasil

estava indo para o buraco. Então, a única questão, Senador Jucá, é por que somente agora o PMDB resolveu tomar essa decisão. Então, essa é a única coisa que eu acho um pouco estranha...

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... mas que vem ainda em boa hora. Eu aplaudo ainda, tem os meus aplausos ainda, mesmo tardiamente, mas poderia ter sido feito antes que a vaca fosse para o brejo – porque hoje foi para o brejo, hoje não tem mais saída. A única saída hoje, para consertar o problema da economia do nosso País – que aqui eu tenho todos os números – é a saída do PT do Governo, nós não temos outra alternativa. Então, este é o meu único questionamento: por que tão somente agora que o PMDB veio fazer essa manifestação a público? Muito obrigado, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Meu caro Senador Ataídes, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Romero Jucá, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Diga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu gostaria de que V. Exª concluísse o mais rapidamente possível, porque fomos muitos generosos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Presidente, eu vou concluir, mas eu gostaria de, antes, prestar alguns dados aqui e ouvir o Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu sei, V. Exª vai atender os apartes que foram feitos, mas eu gostaria de que V. Exª concluísse, porque vai completar uma hora que V. Exª está na tribuna.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – ... para o bom andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Muito obrigado, Senador Moka.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu queria, em resposta ao Senador Ataídes, dizer que, em... (*Fora do microfone.*)

... 1985, quando o Brasil se redemocratizou, a carga tributária brasileira era 24% do PIB; a carga tributária americana era 26% do PIB; a carga da Alemanha era 36% do PIB, e da Inglaterra, 38% do PIB. Então, 24%; 26% Estados Unidos; 36% e 38%.

Em 2013, 18 anos depois, a carga brasileira saltou para 36% do PIB. Aumentou 50%. A dos Estados Unidos baixou de 26 para 25%. A da Alemanha ficou em 36%. E a da Inglaterra caiu para 33%. Hoje, a carga da Coreia é 24% do PIB. E do México, 20% do PIB. A nossa é 37% hoje. Nós vamos aumentar impostos? Aonde nós queremos chegar? Que tipo de Estado e de competitividade nós queremos?

Eu quero dizer ao Senador Ataídes, só para responder também a V. Exª, além dos números, que eu não posso falar pelos outros companheiros do PMDB. Eu posso dizer que uma parcela do PMDB já se posicionou diferentemente na eleição de 2014. Eu, individualmente, como Senador e como Presidente do PMDB de Roraima, defini um ano antes que não apoiaria a Presidenta Dilma. Não votei na Presidenta Dilma. Apoiei o candidato Aécio. No meu Estado, o candidato Aécio teve 58% dos votos, e eu disse que não a apoiaria por conta do encaminhamento da economia. Eu estou falando isso há dois anos. Não é de hoje que eu estou falando isso, não. Eu estou falando há dois anos. Falei antes da eleição. Falei claramente em quem votaria, porque entendia que nós tínhamos que nos posicionar. E eu entendo que a política, hoje, tem que ser clara, tem que ser decisiva. O eleitorado tem que olhar para a cara de um partido e saber o que ele representa; tem que olhar para a cara de um candidato e saber o que ele representa. Não dá mais para ser dúbio, não dá mais para ficar em cima do muro. Tem que haver posição clara, para que se resgate o respeito da representatividade. E aqueles que defendem aquilo entram naquela linha; os que não entendem vão migrar para outro partido. É assim que eu acho que deve ser essa questão política.

Como V. Exª me cobrou o encerramento, Sr. Presidente, eu vou antecipar...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E o aparte que eu pedi a V. Exª?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu já darei a V. Exª o aparte.

Só para concluir, aqui, eu quero dizer o seguinte: junto com o documento "Uma Ponte para o Futuro" na economia, que é onde teve mais divulgação, o Presidente Michel também soltou uma ponte para o futuro de fundamentos sociais, porque a discussão do PMDB não é só no que diz respeito à economia. É claro que a economia é mais candente, a crise é maior, mas aqui estão aspectos sociais relevantes, que casam com os direitos do cidadão brasileiro e que vão buscar, na estabilidade econômica, no crescimento econômico, a sua condição de implementação, porque falar em direitos sociais, falar em emprego, falar em igualdade e quebrar a economia do País...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... vira uma balela, não se sustenta, não há como dar emprego a ninguém, não há como nem dar Bolsa Família, porque não vai haver arrecadação, porque a arrecadação está caindo, e hoje se discute se vai cortar-se ou não o Bolsa Família no Orçamento do próximo ano.

Então, o que nós estamos tratando aqui é do futuro e da vida das pessoas. Não é um discurso político vazio, é efetividade de ação, para mudar uma realidade, que é extremamente grave.

Para encerrar, eu quero dizer que ontem o empresário Abilio Diniz, lá em Nova York, fez um discurso e disse que o Brasil está em liquidação. Falou isso. E o que é que nós estamos vendo? A implantação de recursos internacionais é importante para o País, o investimento estrangeiro é importante para o País, mas é importante vir agregar à capacidade de produção, de construção. O investimento internacional é relevante para nós ampliarmos o nosso escopo de geração de empregos. Na hora que nós estamos vivendo, efetivamente, as empresas brasileiras estão em liquidação, com o dólar majorado, e as empresas não tendo como se sustentar e tendo que recorrer ao mercado internacional, não para ampliar as suas atividades, mas para passar o controle acionário de brasileiros para estrangeiros. É isso que está ocorrendo no Brasil e é isso que nós não queremos ver.

Essa política econômica atual está levando a isso, está levando à leitura negativa de dados internacionais brasileiros, que são levados em conta. Está aqui no editorial da *Folha de S.Paulo* de hoje: "Mau negócio". Aqui se mostra a leitura brasileira de competitividade caindo. Nós estávamos...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... em 2014, na 111ª posição como país que cria obstáculo para atividade produtiva. Agora, nós estamos na 116ª posição de 189 países, Senador Flexa.

Nós estamos, na legislação da burocracia, nós estamos na 174ª posição na escala negativa, de 189 países analisados. No que diz respeito à estrutura de tributação, é preciso alocar 2.600 horas ou 108 dias inteiros a cada ano para declarar e recolher o emaranhado de impostos, taxas e contribuições. Então, num país civilizado...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Num país civilizado, esses dados têm que ser revistos.

É essa sociedade, é essa competitividade, é essa economia que nós temos que reconstruir. Então, fica aqui o meu alento de que esses fundamentos econômicos e sociais possam efetivamente gerar um debate. Não é uma solução pronta, não são programas estruturados, mas são linhas que o PMDB coloca em debate, que precisam ser analisadas e discutidas não só pelo PMDB, mas por todos os partidos, porque a decisão que nós temos que buscar é política de reconstrução da soberania do nosso País.

Eu ouço, para encerrar, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Moka.

Já encerrei a minha participação, Sr. Presidente.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Romero Jucá, eu escutei atentamente o pronunciamento de V. Exª.

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Estava no gabinete e, quando V. Exª subiu à tribuna, eu passei a ouvi-lo e vim ao plenário para que pudesse pedir um aparte a V. Exª. Eu acredito que não só eu, todos os brasileiros estão passando por uma fase em que é difícil de entender o Governo, se é que há Governo, que aí está. Só para fazer uma correção no pronunciamento de V. Exª, V. Exª se referiu às eleições de 2014 quando os candidatos não falaram a verdade. Não foram os candidatos, foi a candidata que não falou a verdade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não quero personificar, Senador Flexa, eu quero discutir a tese.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas tem que tipificar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tem que tipificar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só para registrar para V. Exª, não houve só dois candidatos. Houve dez. Então, em tese, mais de um pode não ter falado a verdade. Não estou falando do candidato Aécio Neves.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª, que já declarou apoio ao Senador Aécio Neves, ao trabalho, ao voto, V. Exª, que tem uma capacidade de percepção de longa distância, em longo prazo, já previa o destino para o qual o Brasil estava caminhando. Eu subi à tribuna há vários anos para dizer que o Brasil

era uma nau desgovernada, não sabia para que lugar poderia ir. O próprio Presidente Lula, no discurso que fez no encontro do PT, reconheceu. Aquilo ali é uma declaração pública para o TSE...

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... para que ele veja que houve um estelionato eleitoral. Ele reconheceu que aquilo que era dito que não ia ser feito foi feito. Agora V. Exª menciona um documento do seu Partido questionado por vários companheiros seus do próprio Partido, é questionado por Senadores do Partido da Presidente do PT. Então, o que está acontecendo na Base aliada, se é que ainda existe a Base de sustentação da Presidente, é que vaca está estranhando bezerro. Não se sabe mais quem é que está apoiando a Presidente, quem não está apoiando a Presidente. Dentro do seu Partido, existem facções...

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... em que a grande maioria apoia o Governo que aí está – e me parece que V. Exª é um dos que já não está apoiando. Mas é bom lembrar que por aqui passaram medidas provisórias que foram relatadas, e a Base do Governo, àquela altura, fez com que fossem aprovadas...

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que levaram o País à situação em que se encontra. O que estamos vendo agora já vem de muito tempo. Não se fala mais em Guido Mantega. Cadê ele? Sumiu, desapareceu, evaporou? Mas quando ele vinha às audiências da CAE...

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que dizia que o Brasil ia crescer 5% quando, na realidade, era 0,5% – e ele sabia disso –, quando ele vinha com as ações anticíclicas de endividar... V. Exª falou no endividamento do País, no endividamento das empresas. O empresário Abilio Diniz tem razão quando diz que o Brasil está em liquidação. E V. Exª completou o raciocínio, dizendo que hoje, com o dólar a R$4,00, é comprar as empresas brasileiras endividadas, porque o empresário vai ter de abrir mão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – E muitas empresas brasileiras estão endividadas em dólar, o que efetivamente piora a situação dessas empresas.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que é pior ainda. Então, é muito barato eles virem aqui comprar as empresas. É por isso que ele diz que o Brasil está em liquidação. Mas eu só queria entender se V. Exª é candidato a Presidente da República pelo PMDB, porque V. Exª vem defender...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª vem defender um programa que é totalmente contrário ao programa que o Partido de V. Exª defende na Base do Governo, da Presidente Dilma. E, quando nós votamos aqui, vota com a Presidente, contra o povo brasileiro – várias vezes, não foram poucas não.

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Foram muitas. Com relação à carga tributária, não há como aumentar. V. Exª já deu exemplos. E o que nós precisamos saber é o tamanho do Estado.

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A primeira reforma que temos que fazer é a reforma administrativa – que Estado nós queremos –, para depois nós termos a carga tributária necessária.

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não há como... Presidente Raimundo Lira, eu já termino o aparte.É porque o Senador Jucá abriu tantos pontos de debate, que gostaríamos também de colocar uma posição em cada um desses pontos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª será o próximo orador.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª vai me dar uma hora e meia também de tribuna?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu também estou inscrito.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas, para concluir, Senador Jucá, eu quero louvar...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...a perspicácia, a visão de futuro de V. Exª em verificar que, lamentavelmente, com o País do jeito que está, nós aqui no Congresso temos que construir aquilo que o Executivo devia fazer e não faz. Se formos procurar pela Presidenta Dilma, ela está inaugurando Minha Casa Minha Vida...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em algum lugar deste País.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com a segurança para que ela possa chegar até lá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas eu vou poder...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – ...continuar tratando do assunto com V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Flexa, só para registrar que a minha posição hoje aqui é de independência. Eu voto naquilo que entendo ser importante para o País. Nós estamos aqui fazendo uma análise aqui de um documento inicial de discussão. E aqui eu quero louvar o trabalho do Ministro Moreira Franco, Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, e do Presidente Michel Temer, que teve a coragem de definir linhas de um documento para a discussão. Isso não é um documento pronto...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... não é um documento acabado, mas efetivamente é um documento que levanta pontos e teses que precisam ser discutidos neste País.

Portanto, eu fico agradecido pela participação de todos. Tenho certeza de que o PMDB e a sociedade vão interagir, melhorar e construir um documento efetivo que seja condizente com a história do PMDB e as necessidades do futuro do País.

Agradeço, Presidente, a V. Exª e a todos que me fizeram um aparte, independente da crítica ou da concordância. Eu acho que é pela política e é pela discussão que nós vamos ter que resolver a situação deste País. A população lá fora espera isso de nós, e nós temos de ter a responsabilidade de enfrentar esse desafio e de tornar novamente o Brasil um País onde as pessoas possam sonhar e ter uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Gostaria de informar às Srªs e aos Srs. Senadores presentes que o tempo que foi dado ao Senador Romero Jucá, na maior parte, foi porque não havia no plenário nenhum Senador que quisesse ocupar a tribuna; eu mandei fazer consultas pessoais e não havia. Portanto, a partir de um determinado momento, os Senadores começaram a fazer aparte e seria uma deselegância a Presidência não permitir que os Senadores os fizessem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – **Requerimentos nºs 1.241 e 1.242, de 2015**, da Srª Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Fernando Bezerra Coelho, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participarem da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP21), em Paris, França, e comunicam, nos termos do art. 39, item I, do Regimento Interno, a ausência do País.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido o Senador Flexa Ribeiro para ocupar a tribuna neste momento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, só para registrar que eu fiz uma troca de posição com o Senador Ataídes, e o Senador Alvaro falará pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Está anotado, Senador Requião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, meus amigos... (*Fora do microfone.*) – agora que chegou o som, Senador Raimundo Lira –, meus amigos e minhas amigas do meu querido Estado do Pará, o Senador Jucá já está de saída. Eu gostaria de continuar debatendo com o Senador Jucá, nos dez minutos regimentais que o Presidente Raimundo Lira me concede, porque já temos Senadores inscritos para fazerem o seu pronunciamento. Mas eu não posso deixar de continuar, Senador Raimundo Lira, comentando sobre a fala extensa e bastante densa do Senador Jucá.

Eu vim a esta tribuna diversas vezes para falar sobre praticamente os assuntos que aqui foram levantados pelo Senador Jucá e que são apresentados por um Partido político como sendo a solução da crise no Brasil, só que o Partido é da Base do Governo. Mais do que da Base, tem o Vice-Presidente da República.

Então, é preciso que haja uma definição, Senador Requião. E ouvi também V. Exª, em um aparte ao Senador Jucá, se colocar contrário ao documento, perguntando qual PMDB teria redigido o documento, pois não teria sido o seu. Ora, vi Senadores do PT se colocarem contra, em oposição ao pronunciamento do Senador Jucá. Aí eu não entendo mais nada!

Na semana passada, quando se discutia um projeto aqui, no plenário do Senado, em que o Líder do Governo no Senado, o Senador Delcídio do Amaral, fazia a orientação da Bancada do Governo para votar de uma forma; e o Senador do PT, Lindbergh Farias, e outros Senadores se posicionavam de outra, para votarem contrários à proposta enviada pelo próprio Governo – então, não dá realmente para entender –, o Senador Jereissati fez uma pergunta para saber com que oposição ele estaria trabalhando: a oposição que é oposição ao Governo ou a oposição que é base do Governo

Porque nós temos aqui duas oposições então: uma que é realmente oposição ao Governo, PSDB, DEM, outros Partidos que já não estão na Base do Governo, e a oposição interna do próprio Governo, que esta é realmente que tem conduzido as votações trazidas pelo Governo, para serem derrotadas.

Ora, todos os números que aqui foram ditos são números preocupantes, mais do que preocupantes, porque o Brasil está chegando a uma situação em que vamos entrar num círculo vicioso, porque a receita está caindo, o desemprego está aumentando, a despesa vai aumentar porque vai ter seguro-desemprego. Quando acabar o seguro-desemprego, vamos ter um problema sério porque é aí que a crise chegará a esses trabalhadores que perderam a sua posição de trabalho e não vão ter como sustentar as suas famílias.

O que nós estamos vendo hoje, andando em nossos Estados – e tenho certeza absoluta de que isso acontece com qualquer Parlamentar... Basta caminhar nos Estados, chegar aos Municípios, que se verá o clamor da população chegando a você e perguntando: "Sim, para aonde que o nosso País vai? Quando que este Governo vai sair?"

Fica algo como se fosse responsabilidade, Senador Aécio Neves. O Senador Jucá, ainda agora, declarou o voto em V. Exª, o trabalho pela sua eleição, e eu disse a ele que ele tinha uma visão bastante longa de futuro, já imaginava para onde as coisas caminhariam e ele queria pular fora antes que acontecesse. Mas, lamentavelmente, o que nos cobram, como se nós da oposição fôssemos os responsáveis ou tivéssemos força política para fazer, é a saída deste Governo que aí está.

E eu quero aqui dizer...

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª me permitiria um aparte, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É uma honra, Senador Aécio Neves, meu Presidente.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Fiz questão, Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Duplamente Presidente, Presidente do Partido e meu Presidente da República; o Brasil não estaria nesta situação.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a generosidade de V. Exª. E eu estava em meu gabinete, com um conjunto de Parlamentares, eu ouvi o aparte de V. Exª ao discurso do Senador Jucá, e a verdade, Senador Flexa Ribeiro, é que o Brasil tem assistido a cenas inusitadas ao longo desses últimos meses ou dessa última quadra da política nacional. Assistimos, agora, recentemente. Essa foi a razão pela qual o Senador Jucá, a quem de público agradeço o apoio na última eleição, veio aqui prestar contas ou traduzir, se é que isso é possível, algumas das propostas do documento assinado pela direção do PMDB. E o inusitado, Senador Flexa, é que um Partido que está no Governo, na Vice-Presidência da República, apresenta uma proposta de governo. Isso é louvável, é louvável se nós não estivéssemos vivendo hoje 13 anos desta aliança, que, lamentavelmente, não obstante o esforço de alguns peemedebistas ilustres pelos quais tenho enorme apreço, trouxe ao Brasil a maior crise econômica, moral e social da nossa história contemporânea. E V. Exª se lembrava

de um aparte sempre adequado do Senador Tasso Jereissati, quando ele perguntava e indagava a qual governo o PT fazia oposição ou a qual proposta o PT fazia oposição, já que o Governo encaminhava votação de uma forma e o PT se opunha a essa votação. E a raiz disso, Senador Flexa, foi o desprezo que a atual Presidente da República, quando candidata, teve para com os brasileiros ao não apresentar um programa, ao se negar a fazer aquilo que a Justiça Eleitoral determina que seja feito, e, com a palavra de menosprezo, disse: "Meu programa é o meu governo". Então, não houve sequer a condição de travarmos um debate sério, profundo em relação à gravidade da situação, que já se anunciava no ano passado, e até antes dele.

(Soa a campainha.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Tudo o que vem acontecendo no Brasil hoje era apontado por nós com absoluta clareza: a necessidade de termos regras absolutamente claras; de profissionalizarmos as agências reguladoras; de termos uma política econômica com previsibilidade; a incapacidade de os programas de transferência de renda, exclusivamente eles, darem conta ainda da gravíssima crise social por que passava o País; a maquiagem dos números ao sabor dos ventos e das circunstâncias e, portanto, o menosprezo do atual Governo na campanha eleitoral, que se negou a apresentar ao País um documento para o debate. E ali eu faço a único senão à proposta do PMDB: não ouvi naquele momento alguma liderança do PMDB dizer: "Não, estamos participando de um projeto que tem que ter um programa para delineá-lo, um programa para de alguma forma apontar o caminho." E a não apresentação desse programa permite que hoje o Brasil não tenha um projeto de país, um projeto de governo. O que existe é apenas a necessidade de a Presidente se sustentar por mais algumas semanas no cargo, distribuindo espaços de poder como se fosse mercadorias, como se fossem de sua propriedade. E o mais grave, e termino, Senador Flexa, em relação a esta gravíssima crise é que nós olhamos para o futuro com o otimismo de sempre, mas não conseguimos enxergar uma luz no final desse túnel, porque o descompasso entre aquilo que se diz e se prega aqui, neste Plenário, por exemplo, pelas lideranças do Governo e aquilo que o Governo pratica é tão grande que, infelizmente, não há na sociedade brasileira nem nas hostes do atual Governo quem acredite que este Governo, com essa estrutura que aí está, tenha condições de levar o Brasil à saída dessa crise com a recuperação da confiança dos investimentos, para minimizarmos a mais aguda crise social da nossa história recente, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Aécio Neves, V. Exª coloca com perfeição todos os pontos que precisam ser sempre lembrados pelos brasileiros.

Ainda há pouco eu fiz, no meu aparte, uma observação ao pronunciamento do Senador Jucá, quando ele se referiu às eleições de 2014, dizendo que os candidatos não falaram a verdade. Eu disse: "V. Exª precisa corrigir: a candidata não falou a verdade."

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a correção adequada de V. Exª, Senador Flexa.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exato. E pior do que tudo, Senador Jucá, sem nenhum remorso, para usar uma palavra mais amena, o ex-Presidente Lula vem a público, em uma reunião do PT, e reconhece, reconhece publicamente...

A Senadora Marta Suplicy fica agoniada, porque ela era de um partido, passou para outro partido, está na mesma posição e não sabe como vai se colocar.

Art. 14, Senadora Marta Suplicy, quando eu terminar de falar. O Senador Raimundo Lira vai conceder-lhe a palavra.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Já fui citada. Não estou nada agoniada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu a achei nervosa, V. Exª estava...

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Nem nervosa nem agoniada. Estou achando que está tudo travado e que esse documento do PMDB é ótimo, porque vai propiciar uma discussão. E toda a sociedade quer que a coisa comece a caminhar. Se o PSDB tem uma posição e pode também colocar as suas opiniões, dar a sua contribuição, a sociedade quer isso. A sociedade quer que os partidos parem com essa imobilização e passem, em cima de alguma possibilidade real, a conversar, porque do jeito que está nós não caminhamos para canto algum. Com isso eu estou agoniada, porque não caminhamos. V. Exª também percebe que nós não estamos caminhando.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Flexa, permita-me apenas? Senadora Marta, não apenas temos, como apresentamos ao Brasil uma proposta detalhada em cada uma das áreas de responsabilidade do Estado. Infelizmente, não encontramos na campanha eleitoral, para contrapô-lo, o programa do PT e do PMDB. Mas eu saudei como bem-vindas essas propostas. Só fico a pensar: é para serem implementadas por este Governo? É uma proposta de oposição a este Governo? Essa é a questão que os brasileiros ainda não compreendem.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Senador Aécio, eu acho que nós estamos num novo momento agora, um momento em que as propostas do PSDB não foram aceitas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Como não aceitas? Não foram discutidas, Senadora.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Eu sei. As do PT foram...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não deram oportunidade à sociedade brasileira, aos eleitores, de ouvir a discussão e o debate.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Porque não foi de verdade, tem toda a razão. Não foi de verdade. Isso ocorreu, mas nós temos de ficar no presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero fazer um aceno a V. Exª.

Para que seja verdadeira a proposta do PMDB é preciso que o PMDB saia do Governo e venha se juntar a nós, na Oposição. Aí nós vamos implementar aquilo que é necessário fazer para que o Brasil saia da crise.

Agora não dá, Senadora Marta, para ter um discurso e uma prática, porque o seu Partido, junto com os partidos da base, aprovou, aqui no plenário, ao longo desses 12 anos, todos os projetos que levaram o Brasil a essa situação.

Hoje os jornais dizem que a energia – e está se vendo isso – aumentou, em alguns Estados, 70%. No meu Estado aumentou mais de 50%, e é exportador de energia.

Sabe por quê? Sabe por quê? Porque foi dito, quando veio a medida provisória que alterava os prazos das concessões, que aquilo iria desequilibrar o sistema nacional de energia, mas era verdadeiro.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E como esse tantos outros. Tantas outras medidas provisórias que foram defendidas com ardor, com ênfase. E o seu Partido acabou de participar da "reforma" – entre aspas – deste Governo, negociando ministérios.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Mas, Senador, muitas das suas palavras são verdadeiras e procedem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª cometeu um engano. Permita-me, pela estima que tenho por V. Exª...

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Que engano?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que eu possa lhe dizer isso.

V. Exª não devia ter ido para o PMDB; deveria ter vindo para o PSDB, para que a gente pudesse fazer essa discussão de uma outra maneira.

Não dá para V. Exª discutir uma forma e criticar outra.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Eu não vou discordar da maior parte do que V. Exª falou. Eu acredito que muito do V. Exª falou procede. Agora, as pessoas olham e veem no que erraram, assim como eu vi de onde eu estava e saí. Então, as pessoas, hoje, avaliam. V. Exª falou do Senador Jucá. Esse percebeu antes que algumas propostas do PSDB eram mais interessantes do que as que estavam na televisão pelo PT. Então, as pessoas hoje, dentro do próprio PMDB, que, aliás, tem as suas idiossincrasias, assim como o Partido de V. Exªs também tem, porque aí também...

(Soa a campainha.)

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – ... há várias pessoas que pensam diferente. Agora, o momento é de que a gente não fique na picuinha do passado: eu falei isso, aquele falou aquilo, porque eu falei antes... Não vai adiantar nada. A sociedade não quer mais isso. A sociedade quer solução, encaminhamento.

(Soa a campainha.)

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – E o que o Senador Jucá falou aqui hoje é exatamente isso. Uma proposta para que nós possamos discutir. O PMDB vai se posicionar em março. Aí, de forma coerente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Até março? Nós vamos esperar até março?

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Até março infelizmente. Eu adoraria que fosse antes também, mas antes março do que nunca. E aí nós vamos ver aonde o PSDB estará, porque a sociedade quer isso, quer uma solução e não quer mais esse tipo de discussão que não leva a nada, como nós estamos vivendo há algum tempo.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senadora, o PSDB estará na oposição a este Governo e a tudo que ele representa. O que quis dizer o Senador Flexa, com a elegância de sempre, até porque V. Exª merece de todos nós enorme respeito, é que não é compatível, como uma ponte para o futuro, a briga pela nomeação do segundo, do terceiro, do quarto escalão de ministérios a que nós estamos assistindo...

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Acho complicado também.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... hoje no País. O que o Senador Flexa diz, olhando para o futuro...

(Interrupção do som.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Seria muito mais adequada uma proposta com essa consistência, enfim, por mais que possamos divergir nesse ou naquele ponto, se viesse apresentada por quem pudesse lutar para implementá-la. É aí que nós começamos a ter dúvidas, porque, se é Governo, se patrocina a continuidade desse grupo que está no poder há 13 anos, é muito difícil ter, neste instante, as condições necessárias para propor essa travessia que o PSDB tem buscado. Lamentavelmente sabemos todos que nós não temos maioria. Nós representamos cerca de 15% do Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas continuaremos com as mesmas propostas, Senadora Marta, para que o Brasil possa fazer essa transição. E gostaríamos de ter quadros da qualidade de V. Exª e de tantos outros que aqui estão para nos ajudar a virar essa triste página da história do Brasil, construída pelo PT, lamentavelmente com o apoio do PMDB, pelo menos até aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para concluir, Presidente.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Senador Aécio, acho que a população quer exatamente uma mudança.

(Soa a campainha.)

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – E essa mudança virá. O PMDB é o Partido que pode, neste momento, criar essas condições. É só isso. É simples assim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É só sair do Governo. É só sair do Governo.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Eu concordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª concorda que saia do Governo.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Espere. Eu não mando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agora, não dá para esperar até março.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Agora o senhor é quem diz quando vai poder fazer ou não vai poder fazer?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, eu não estou dizendo...

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – É a sua opinião. Eu também acho interessante, mas existe um processo. Há algo na política, que V. Exª sabe melhor do que eu, que se chama de processo político. Até chegar esse documento do PMDB...

(Soa a campainha.)

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – ... houve bastante tempo de espera. Chegou-se a um documento. É só isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Esse processo político se arrasta há 13 anos.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Eu concordo. Não, houve um pedaço que funcionou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou encerrar, Senador Raimundo Lira.

O Senador Omar Aziz já me olhou três vezes.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu estava prestando atenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou encerrar, Senadora Marta, só dizendo que o que o Brasil e os brasileiros querem é transparência, honestidade, ética, probidade. É isso o que o brasileiro está querendo. E é isto que este Governo não tem: credibilidade para que possa ser seguido.

Senador Ataídes, eu não posso deixar de ouvi-lo.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – É só um segundo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Flexa, esse documento, com toda vênia, eu chamo de agenda política, conforme V. Exª colocou. O PMDB está na base do Governo há 13 anos, batendo carimbo e assinando tudo. Então, por que somente agora vem com essa proposta? Isso é uma agenda política, lamentavelmente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós sabemos por que, Senador Ataídes. V. Exª sabe, o Senador Aécio Neves sabe qual é o motivo dessa posição que está vindo à sociedade agora.

Para encerrar, Senador Raimundo Lira, quero dizer da preocupação. Eu sempre disse daqui: nós somos oposição ao Governo que aí está, porque não tem rumo, não tem credibilidade, não tem ética para governar este País...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas não somos oposição ao Brasil. O que for para votarmos, para que o Brasil possa sair dessa crise e os brasileiros retomarem a sua qualidade de vida com dignidade, podem contar com o Senador Flexa Ribeiro, com o PSDB e, tenho absoluta certeza, com grande parte ou a maior parte dos Senadores que compõem o Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – **Requerimento nº 1.246, de 2015**, do Senador Jorge Viana, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 29 de novembro a 9 de dezembro de 2015, para participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP21, em Paris, França, conforme indicação da Presidência.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra agora ao Senador Alvaro Dias, na condição de Líder, e, em seguida, ao orador Senador Omar Aziz.

Estou fazendo intercalando um orador e um Líder.

Peço a colaboração de todos para que possamos respeitar o tempo de 10 minutos.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, prometo, Senador Aziz, cumprir o Regimento e não extrapolar o tempo que me é destinado regimentalmente.

É evidente que a preocupação maior de todos neste País é como esta monumental crise.

E o debate deve priorizar exatamente a busca de alternativas, de soluções para a superação desta crise gigantesca que aflige o povo brasileiro. Mas há questões pontuais que são decorrência desta crise.

Eu estive, na última sexta-feira, no Município de Guaíra, no Paraná, no encontro de agricultores, de lideranças rurais, no chamado Caminhos da Soja, organizado pela Aprosoja-PR e Aprosoja Brasil, sob a liderança do José Eduardo, que me honrou com o convite para participar desse evento. E lá ouvimos a preocupação de todos com as invasões, que continuam a ocorrer naquela região.

Aliás, como decorrência, sobretudo, dessa desorganização do Governo brasileiro. A desorganização administrativa no âmbito do Governo da União estimula o desrespeito à lei no interior do País. E é o que se verifica no Município de Guaíra, em outros Municípios do Paraná e de outros Estados com invasões, neste caso, de indígenas guaranis, que destroem as sedes das propriedades, destroem muitas vezes as lavouras, provocando prejuízos enormes a produtores rurais, a proprietários rurais daquela região.

Com a ausência do Governo. Não há a presença do Governo no gerenciamento dessa crise, na busca do entendimento entre as partes, para evitar a violência e a afronta à legislação. Não é só Guaíra. Eu recebo, ainda agora, manifestação do Município de Quedas do Iguaçu, do Prefeito Edson Jucemar Prado e do Presidente da Câmara de Quedas do Iguaçu, Osny Soares da Silva, preocupados com o tumulto que há na cidade: o Movimento Sem Terra reivindicando assentamento, e, de outro lado, os funcionários da empresa Araupel, indústria madeireira, reivindicando a preservação dos seus empregos.

Um conflito entre trabalhadores: trabalhadores sem terra e trabalhadores da indústria madeireira. O Vereador Osni destaca que a população local encontra-se refém da inércia dos Governos Federal e Estadual, seja quanto ao cumprimento da legislação vigente, quanto à definição das terras destinadas aos assentamentos, inserida num processo de reforma agrária.

O que falta é competência do Governo, que não estabelece a organização necessária para que o ambiente seja de paz no Município.

O apelo é no sentido de que as autoridades competentes tomem providência. E, por isso, nós estamos encaminhando ao Ministro da Casa Civil, ao Ministro da Justiça, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, ao Ouvidor Agrário, ao Secretário de Segurança do Paraná um relatório sobre os fatos que ocorrem no Município de Quedas do Iguaçu pedindo imediatas, urgentes e rigorosas providências para restabelecer o clima de tranquilidade naquela cidade.

Nesses dias, manifestações ocorreram nas ruas de Quedas do Iguaçu, protestando exatamente contra essa leniência oficial do Governo em relação ao clima de insegurança que se estabeleceu na cidade.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o apelo que formulamos desta tribuna.

Nós gostaríamos também de destacar mais uma péssima notícia para o País: um estudo do Banco Mundial que diz respeito a uma queda de posição. O Brasil ocupava a 111ª posição, e hoje ocupa a 116ª colocação, numa lista de 189 países, no recém lançado relatório *Doing Business,* de 2016, elaborado pela instituição internacional.

Esse relatório mostra que o tempo gasto por uma empresa no Brasil para calcular, declarar e pagar impostos é de 2,6 mil horas por ano, enquanto, na América Latina, o gasto médio é de 361 horas por ano.

Portanto, Sr. Presidente, isso justifica também o fechamento de empresas. De janeiro até agora, foram 420 mil pequenas e médias empresas fechadas no País. Isso corresponde a uma empresa por minuto.

Uma empresa por minuto fecha as suas portas no Brasil, desempregando trabalhadores e aprofundando a crise econômica, que faz alargar também a crise social.

Portanto, quando alguém, como o Senador Flexa Ribeiro, há pouco dizia, "se é que há governo, o que há é um desgoverno", é a absoluta verdade. Quando nós chegamos a este cenário de desorganização dos setores produtivos de um lado e, de outro lado, à falência de setores empresariais emergentes, é porque nós não temos governo, mas temos, isso sim, um desgoverno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que não haverá Ordem do Dia. A pauta está trancada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para a tribuna o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o que me traz à tribuna hoje são duas questões que dizem respeito diretamente ao Estado do Amazonas: uma é a BR-319 e a outra é a questão de energia no meu Estado e na Região Norte como um todo.

Na semana que passou, alguns Parlamentares do Senado e do Estado do Amazonas percorreram os 800km da BR-319. Ali constaram *in loco* que, naquela área que ainda não está asfaltada, tanto de um lado quanto do outro da estrada, são terras não produtivas. Se asfaltada aquela estrada, nós não teremos problema algum, de qualquer tipo, de prejudicar o meio ambiente.

É lógico que aqueles que não conhecem de perto a realidade costumam falar e fazer diversos discursos sobre aquela região. Mas nós que moramos lá, nós que vivemos naquela região sabemos da importância que tem aquela estrada não só para interligar a Região Norte, principalmente o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima, com o resto do Brasil.

Sabemos também que é importante para a nossa economia, para o nosso turismo e para outras atividades a utilização daquela estrada. Por isso, nós estamos dispostos a lutar, e lutar muito, para que possamos conseguir o asfaltamento.

Estiveram presentes, percorrendo essa estrada, o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia; o Senador Valdir Raupp; a Senadora Vanessa; e outros Parlamentares. Eu conheço bem aquela estrada porque Deus e o povo do Amazonas me deram oportunidade de governar aquele Estado. Sei da sua necessidade, e há anos estamos lutando para que não se faça um favor para o Amazonas. Não é favor que pedimos; é um direito que os amazonenses têm de ir e vir; é um direito de tirar o Amazonas de uma ilha. O Amazonas, o maior Estado brasileiro, é o único Estado, juntamente com Roraima, que está ilhado do resto do Brasil.

E aí eu chamo a sensibilidade da Ministra do Meio Ambiente, do Presidente do Ibama, dos órgãos competentes para que possam, de uma vez por todas, autorizar o asfaltamento, porque ambientalmente o Amazonas já disse que sabe cuidar das suas florestas. Nós temos 98% das nossas florestas totalmente intactas, sem ser prejudicadas, e o Amazonas não nasceu ontem.

O Amazonas é um Estado que já foi 50% do PIB brasileiro, no auge da borracha. O Amazonas, juntamente com o Acre e outros Estados da nossa Região, abasteceram as forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. O Amazonas contribui para este País com a manutenção das suas florestas, e não é uma estrada de 400km que vai devastar as nossas florestas.

Por isso, para ligar, para tirar do isolamento o Estado de Roraima, para tirar do isolamento o Estado de Rondônia, é necessário que nós possamos, imediatamente, autorizar o asfaltamento da BR-319. Não é justo o que se faz com o Brasil, e não é justo o que se faz com o povo do Amazonas e o povo de Roraima.

Essa questão, Sr. Presidente, não é nova. Hoje, temos tecnologia suficiente para que possamos investigar, cuidar e tratar as nossas florestas com o devido cuidado que elas merecem.

Por isso, esse apelo que faço é em nome do povo amazonense e aqui também, com certeza, em nome do povo de Roraima, porque é uma necessidade da Região Norte. É uma necessidade. Nem todo mundo tem dinheiro para pegar um avião. Já concedo um aparte ao Senador Telmário, do Estado de Roraima; ao Senador Petecão, do Estado do Acre; e ao Senador José, do Estado de Mato Grosso.

Sabe quanto custa uma passagem de Manaus a São Paulo hoje? R$6 mil. Para você sair de Manaus e pegar um avião para ir a São Paulo são R$6 mil. É muito mais barato sair de Manaus e ir para Miami do que de Manaus para São Paulo. E isso é uma necessidade, muitas vezes, de a população se deslocar. Não é para divertimento somente; é para trabalho, muitas vezes.

Por isso, Sr. Presidente, queremos que se faça justiça. Não estamos aqui pedindo favor. Não estamos pedindo que olhem os Estados da Região Norte como Estados brasileiros, sendo o Amazonas um Estado brasileiro, sendo Roraima um Estado brasileiro.

Vou ouvir primeiro o Senador Sérgio Petecão, que me pediu um aparte, e depois ouço os outros Senadores. Por favor.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu quero agradecer ao nobre Senador Omar Aziz, Líder do nosso PSD aqui no Senado. Primeiramente eu queria parabenizá-lo. Eu sou testemunha da sua luta em prol da BR-319. Sei também da importância que é a BR-319 para o povo amazonense, assim como é a nossa BR-364 – que liga Rio Branco a Juruá –, que passa hoje por um momento difícil. Foram gastos bilhões de reais e até hoje a estrada não saiu. Mas, Senador Omar Aziz, às vezes eu fico me perguntando sobre alguns ecologistas. Porque você discutir meio ambiente aqui, tomando chope no Armazém do Ferreira, é uma maravilha. Discutir meio ambiente tomando chope, lá em Copacabana, é uma maravilha. Eu penso que as Lideranças e os Parlamentares da nossa Região teriam que ser mais ouvidos. Quantas vezes já vi V. Exª subir à tribuna do Senado e participar de debates nas comissões, lutando por essa BR-319, uma estrada que com certeza cumpre um papel social importante para o Estado do Amazonas? Não só para o Estado do Amazonas, mas também para o Estado de Roraima, como foi dito por V. Exª. Lembro-me que, ainda criança, saí do Acre e fui até a Manaus com meu pai, já falecido. Isso foi há 30 anos. Fui com meu pai de Rio Branco até Manaus, de balsa. Até hoje ouço a mesma coisa. Nós não estamos falando de uma estrada nova não, nós estamos falando de uma estrada que já está lá e que foi simplesmente abandonada. Os ecologistas colocam os interesses pessoais acima dos interesses da população daquele Estado importante, que é o Estado do Amazonas, para toda a nossa região, um Estado parceiro e amigo leal do nosso Estado. Eu queria apenas parabenizá-lo por sua garra e por sua persistência de estar sempre nesta Casa defendendo o povo do Amazonas. Essa luta pela BR-319 é uma luta que nos unifica. Eu sei da importância dessa estrada para o Estado do Amazonas, porque hoje nós sofremos também. Nós temos a BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, em que foram desviados bilhões de reais, e até hoje o povo de Juruá sofre ameaça...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É a BR-364 que liga Boca do Acre a Rio Branco.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A Rio Branco, que até hoje não saiu por conta da...

(Soa a campainha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... abençoada licença de meio ambiente, que isola, todos os anos, no inverno, o povo de Boca do Acre, que depende, e muito, da nossa capital. Portanto, parabenizo V. Exª, que é uma das pessoas mais preparadas para tratar do assunto. Acompanhei o seu trabalho como governador e sei da sua luta, dada a importância dessa BR para o povo do Amazonas. Parabéns, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu que agradeço, Senador.

V. Exª tem a sensibilidade amazônica, porque morar na Região Amazônica tem o seu diferencial. É bem diferente de morar em um Estado que é todo interligado por estradas. Dizem: "Minas Gerais tem 800 e poucos Municípios", mas a todos os Municípios de Minas você chega de carro, em São Paulo, é a mesma coisa, com mais de 500 Municípios, e assim por diante, em outros Estados.

O nosso Estado depende da navegação.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Nem em todos os Municípios os aviões fazem o traslado de pessoas, e nós dependemos muito disso.

Ouço o Senador Telmário, que é do nosso querido Estado irmão de Roraima, que também vive o mesmo problema. Para nós hoje é mais fácil chegar à Venezuela, que é um país vizinho, do que chegar a Brasília, que é no País onde nós vivemos.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Omar, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exª por trazer esse assunto, que nós aqui já abordamos e quero reiterar. Eu tive a oportunidade de na Comissão dizer para o representante do Ibama que ele se tornou o freio de mão do desenvolvimento brasileiro, principalmente na Região Norte. Estive agora acompanhando a Presidenta da República ao Tocantins, e vi Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins num projeto unificado para o setor produtivo fantástico, e o Brasil colocando ali uma fábula em recursos. Tive até a oportunidade de dizer para a Presidenta que estava enciumado de ver aqueles três Estados, que já têm vários benefícios, serem beneficiados com mais recursos.

(Soa a campainha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nada contra, mas Roraima, Amazonas e principalmente Rondônia e – por que não? – Acre deveriam estar interligados. V. Exª foi governador, e um grande governador, as urnas provam isso, e sabe que Manaus domina uma tecnologia fantástica. Roraima veio de um Estado mãe, o Amazonas, e é um lugar próprio para o setor primário, assim como Rondônia. Os três Estados poderiam ser o grande polo de desenvolvimento para atender toda a região e exportar para o Brasil. Nunca será possível um Estado crescer ou se desenvolver utilizando apenas o sistema aéreo. Hoje, por exemplo, alguns tipos de produtos que chegam até Manaus poderiam ser produzidos em Roraima e em Rondônia, num intercâmbio. Mas esses produtos vão de São Paulo, vão do centro. Nós passamos a ser um mercado consumidor do Brasil, e isso gera despesas em meu Estado.

(Soa a campainha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Setenta por cento do Estado de Roraima vive de recursos públicos, de contracheque, quando poderia estar contribuindo para a economia, para o PIB brasileiro. Sem nenhuma dúvida, é inacreditável, não dá para entender como uma estrada que está sendo reconstruída... Eu tive vontade de perguntar isto para o pessoal do Ibama: como criar ali uma unidade de conservação quando se sabe que que o Brasil precisa, até de forma estratégica, daquela estrada, que é fundamental para manter as fronteiras brasileiras? V. Exª traz à tribuna um assunto muito importante, e tem todo o nosso apoio.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu que agradeço, Senador Telmário, até porque as dificuldades nos unem, as dificuldades do Amazonas não são diferentes das dificuldades de Roraima. Elas nos unem, e nos unem bastante.

Senador José Medeiros, ouço com muito prazer o Senador do Mato Grosso.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente e Senador Omar Aziz, muito obrigado pelo aparte. V. Exª traz hoje um tema que nos entristece. Nós chegamos a um ponto em que o País está totalmente travado por ideologias, por burocracia, etc. Eu estudei Matemática. Portanto, meu raciocínio é um pouco cartesiano, um pouco lógico. Onde já se viu, em uma estrada que já existia – aliás, a única estrada da região –, pedir licença para reformá-la? Nós precisamos inclusive, Senador Omar Aziz, estudar o caso que V. Exª trouxe à tribuna do Senado.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Precisamos verificar o que está travando, se é legislação infra, que tipo de legislação está travando, para podermos mudar, porque isso está parecendo aquele sujeito que está andando com a família numa rodovia e o policial o para e apreende o carro. Isso não acontece mais hoje porque a legislação mudou, mas antigamente, sim. Apreendia-se o carro às vezes porque a luz da placa estava queimada, deixando toda aquela família a pé. Quer dizer, às vezes não dá para entender, e o nosso Brasil está lotado disso. O Presidente Lula uma vez disse que se o Presidente Juscelino Kubitschek fosse construir Brasília hoje, em 4 anos ele não construiria a cabeceira do aeroporto. Nesse quesito, ele está certo, porque se prendem às filigranas das leis e de regulamentos para travar o País. Isso é o cúmulo do absurdo! E nós não podemos deixar que uma coisa dessas continue. Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Muito obrigado, Senador. V. Exª disse tudo: filigrana, dar satisfação a terceiros.

(Interrupção do som.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O povo do Amazonas tem importância menor do que a opinião de alguns pseudoecologistas brasileiros ou mundiais. A importância dele não é tão grande quanto um artigo escrito por alguém em Nova York e em Londres, que nunca visitou o nosso Estado, não conhece a nossa gente, não viveu nossos problemas. Dá-se mais importância.

Trago outra questão: essa semana fomos surpreendidos com um aumento de mais de 40% no custo de energia na nossa região. Senador José Medeiros, 40%! E faço um diagnóstico: será que vamos ter que pagar uma conta de irresponsabilidades que há anos se vêm cometendo no setor elétrico do dia para a noite, no momento em que os Estados brasileiros têm um alto índice de desempregados, em que famílias perderam poder aquisitivo?

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O meu Estado não aguenta pagar 40% a mais na conta de energia todo final do mês! Isso é desumano. Até porque energia, hoje, não é um bem de segunda ou terceira necessidade, energia hoje é um bem de primeira necessidade.

O Governo precisa olhar com mais carinho essa questão, porque, na cadeia produtiva, a energia vai aumentar o produto final. Meu Estado vai perder competitividade, com isso vende menos e desemprega mais. Fora as famílias, que já estão perdendo, porque muitos dos seus membros perderam o emprego. Como vão poder pagar uma conta de luz cada vez mais cara? É o terceiro aumento...

(Interrupção do som.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... de energia este ano. Isso nunca aconteceu Sr. Presidente! (*Fora do microfone.*)

Eu não conheço, na história brasileira, um momento em que se tenha aumentado tanto, em tão pouco tempo, a energia da população brasileira. E não falo somente do Estado do Amazonas. O Acre também teve esse aumento, Roraima teve esse aumento, Rondônia teve esse aumento, o Pará, com certeza, também terá esse aumento.

Eu peço a sensibilidade do governante. O governante não pode olhar apenas os números. Uma pessoa que se elege não pode olhar somente números. Uma pessoa que se elege precisa, muitas vezes, tratar de algumas questões com o coração, sabendo quem ele está atingindo. Tirar daqueles que não têm não é uma boa prática. Tirar daqueles que não podem nunca será visto com bons olhos. Precisamos procurar alternativas para que a população brasileira não sofra mais.

Esses aumentos abusivos para pagar conta que nós não fizemos não são justos. Não é justo o povo, principalmente aquelas pessoas mais humildes e pobres, pagar uma conta que não foi feita por ele, pagar por aqueles que tiveram desprezo pelas coisas públicas, utilizando-as como se fossem coisas privadas.

É preciso ter sensibilidade. O que está faltando neste Governo é sensibilidade para ver que quem está sofrendo é quem menos tem.

Ouço V. Exª, Senador Benedito de Lira.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Nobre Senador Omar, eu estava no meu gabinete quando V. Exª começou a fazer alguns comentários a respeito da dificuldade por que passa o Estado do Amazonas para se desenvolver. E V. Exª dizia aqui que a obra de recuperação de uma rodovia, sem dúvida nenhuma, vai melhorar as condições de tráfego e de desenvolvimento daquele Estado maravilhoso que é o Amazonas, e que está interditada por conta de ações desses órgãos que cuidam do meio ambiente. Eu queria, a par dessa sua observação, também lhe dar uma informação. O Estado do Amazonas é um gigante. É lógico que ele precisa se desenvolver mais, muito mais. O meu Estado é pequeno. E na região mais bonita que há no Brasil, que é a região norte de Alagoas, existe uma obra de aproximadamente 11km de um Município a outro. Com essa obra, diminui-se uma distância de quase 20km para ir do Município em que se iniciou a obra ao próximo – de Passo de Camaragibe a Matriz de Camaragibe. Em um trecho dessa estrada, nobre Senador, só há cana; não existe absolutamente outra coisa. Há séculos que lá se planta cana. Pois bem, o Iphan, que é outro órgão que também atrapalha a vida dos Estados, interditou a obra há mais de trinta dias porque, segundo seus técnicos, lá deve existir um sítio arqueológico.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E só agora descobriram o sítio arqueológico, não é?

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu não sei que ossada eles encontraram nesse sítio arqueológico. Certa feita, também interditaram uma obra importante, um aterro sanitário construído em Alagoas. Há 50 anos, todo ano lá se removia a terra para plantar cana também. Encontraram alguns pedaços de caco de telha. Imagine, nobre Senador: interditaram a obra! E agora essa obra, que liga um Município a outro, para proporcionar maior desenvolvimento, maior expansão, maior vida à região norte do meu Estado, também está interditada. Está suspensa a obra, causando prejuízo à obra e ao Governo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... por conta de um sítio arqueológico que, segundo a empresa responsável, eles descobriram lá. E a Secretaria de Infraestrutura, responsável pela construção da obra em Alagoas, com recursos do Governo Federal, ainda não deu a devida atenção ou teve força de evitar esse prejuízo. Portanto, eu queria mostrar a V. Exª que esse não é um fato isolado do Amazonas. Precisamos fazer com que esses técnicos tenham mais sensibilidade para com a vida deste País. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu é que agradeço.

Senador, eu vou lhe dar um exemplo. Quando Governador do Estado do Amazonas, eu tinha várias obras para iniciar, e tínhamos que ter os projetos aprovados pelo Iphan. Veja só: o Iphan cuida do público e do privado, ele tem que dar autorização ao público...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... às obras públicas e às obras privadas.

Eu licitei uma estrada, e essa estrada só pôde começar a ser feita um ano e meio depois. Irresponsabilidade de alguém? Não. Falta de pessoas. O Iphan tinha uma arqueóloga, e eu, como Governador, me coloquei à disposição do Iphan para contratar arqueólogos e colocá-los à disposição do Iphan para que pudesse dar agilidade aos processos. O Iphan não pode aceitar arqueólogos, só quem pode assinar são arqueólogos concursados.

Eu vim à Ministra do Planejamento à época, como Governador, e pedi a ela para mandar arqueólogos. Até hoje não chegaram esses arqueólogos ao Amazonas.

Um ano e meio depois, essa obra já não tem o mesmo preço. Você faz uma concorrência... Muitas vezes as pessoas não entendem e dizem: "Ah, fizeram aditivo". Mas aí ninguém é responsabilizado por isso. Quem é responsabilizado é o gestor, ele que é o culpado.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Há outro caso: da Arthur Bernardes, onde nós estávamos retirando mais de 1,4 mil pessoas que moravam dentro do igarapé – moravam lá há mais de 40 anos. Na beira do igarapé e dentro do igarapé, o lixo acumulou, chegando a três, quatro metros de altura. Quando os arqueólogos foram lá fazer a perícia, encontraram alguns cacos de louças, louças que podiam ser de uma privada quebrada, de uma pia quebrada. E aí parou a obra porque haviam descoberto dentro de uma lixeira algo que eles diziam ser arqueológico.

Onde poderíamos encontrar algo de arqueologia em nosso Estado seria geralmente à beira dos rios, porque os índios nunca moraram dentro da floresta. As cidades na Amazônia sempre foram criadas ao lado de algum rio...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não surgem cidades no meio da floresta, e sim ao longo dos rios, por causa de transporte e alimentação. O índio nunca fez uma aldeia longe de um rio, nunca, até porque ele não teria o peixe para pescar, nem água para tomar ou para as suas necessidades. Sempre foi assim.

E aí me encontram, em obras, áreas em que era impossível morar alguém em séculos passados, porque não há absolutamente nenhum igarapé, não há nenhum rio. Mas, com tudo isso, eu sofri, com dificuldade, as obras atrasaram. A população não tem conhecimento muitas vezes do que se está passando, os técnicos do Tribunal de Contas não têm conhecimento, os do TCU não têm conhecimento e, depois, ficam lhe questionando, porque, se você atrasa uma obra um ano e meio... Nenhum empresário que licita uma obra hoje, por um valor, vai começar essa obra daqui a um ano e meio e dizer que é o mesmo valor, porque não é verdade, não é verdade.

Mas, eu falava, Sr. Presidente – para concluir –, sobre o absurdo que está acontecendo com o meu Estado e com outros Estados da Região Norte: esse aumento excessivo, abusivo e a recessão. Para um Estado que precisa de energia barata para poder colocar os seus produtos competitivos no mercado nacional, isso inviabiliza a nossa economia.

A Zona Franca de Manaus a cada dia que passa se inviabiliza. Primeiro, pela situação econômica por que passa o País.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Segundo, porque por decreto, por lei, estão onerando os produtos produzidos na Zona Franca de Manaus, através desses aumentos nos custos – e um dos maiores custos que se tem, em qualquer produção em que se use energia, sempre será a energia.

Por isso este apelo à Presidente Dilma, que foi Ministra das Minas e Energia, este apelo para que tome providências. Nossa economia está cambaleada. Todas as pesquisas mostram que o Estado do Amazonas é o segundo Estado que mais perdeu receita e mais perdeu em aumento de produtividade neste último ano, isso graças a uma série de fatores, o principal deles o poder aquisitivo do povo brasileiro, que zerou, o crédito que zerou e, ainda, os insumos para...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... produzir esses bens que nós produzimos na Zona Franca de Manaus, como a energia, que aumentou e muito.

Então, não se está cometendo aí somente uma injustiça com o povo, que tem que pagar a sua energia de casa; comete-se um mal maior também contra a nossa economia, que sustenta o Estado do Amazonas e que sustenta a população do meu Estado. Por isso este meu pronunciamento fazendo um apelo para que a Presidenta possa olhar com carinho a situação, ter a sensibilidade necessária. Que aquelas pessoas que dirigem hoje essa área de energia também tenham a sensibilidade necessária para que possamos ter uma energia compatível com o custo de vida do povo amazonense e para que possamos ter competitividade na produção dos bens finais que a Zona Franca produz para o Amazonas e para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Omar Aziz, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nosso próximo orador é o Senador José Medeiros.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador, eu fiz uma troca com o Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Senador José Medeiros vai falar pela Liderança...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E, em seguida, falo eu. Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, me permita, pela ordem. É um minuto só. Eu só queria registrar nos *Anais* da Casa que os jornalistas da Agência Senado Larissa Bortoni, Tadeu Sposito e Adriano Kakazu foram os vencedores do Prêmio Sinapse da Federação Brasileira de Hospitais com o especial "Toda loucura será protegida?". A reportagem especial, em multimídia, faz um balanço da aplicação da Lei Antimanicomial e mostrou que as pessoas com transtorno mental ainda são precariamente tratadas no Brasil. A reportagem "Toda loucura será protegida?" está disponível no *link* – aqui eu termino – http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/toda-loucura-sera-protegida/.

Só isso e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está registrado, Senador Paim.

Senador Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Srªs e os Srs. Senadores, todos os que nos acompanham pelos canais de comunicação da Agência Senado e todos os que estão presentes na Casa.

Sr. Presidente, antes de começar a minha fala, eu quero aqui fazer uma cobrança ao Governo Federal, mas, antes, agradecer pelo depósito da segunda parcela do Fundo de Exportação na conta dos Estados exportadores na sexta-feira. Feito o agradecimento, solicito que comece a ser pago, ou pelo menos comecem as tratativas para ser pago, o FEX de 2015.

Também faço um segundo registro.

A BR-364, que fica no Estado de Mato Grosso entre Rondonópolis e Cuiabá, é uma rodovia pela qual passam 40 mil veículos diariamente, em sua maioria carretas, uma rodovia na qual morre muita gente. Ela está com as obras praticamente paradas porque as medições não estão sendo pagas. Isso nós já vimos há 8 meses solicitando, mas a obra praticamente já vai parar.

Sr. Presidente, o Brasil sempre consegue nos surpreender. Todos os meios de comunicação se encontram envolvidos em análises das dificuldades financeiras e fiscais que o País atravessa. Mas, inesperadamente, surgem fatos que mostram que as riquezas com que a natureza nos contemplou parecem ser inesgotáveis.

Bem recentemente, ainda na primeira quinzena de outubro, nos deparamos com farto noticiário abordando a descoberta de ouro abundante e fácil em uma pequena e pacata cidade do interior do Estado de Mato Grosso, que tenho a honra de representar nesta Casa.

O site G1, das Organizações Globo, por exemplo, apresentou a seguinte manchete: "Descoberta de jazidas de ouro movimenta pacata cidade de Mato Grosso". E, no subtítulo: " 'Aventureiros' chegam diariamente a Pontes e Lacerda em busca de ouro. Funcionários têm deixado emprego para ir a garimpo que 'parece cidade'".

Ao mesmo tempo em que essa pode ser uma notícia alvissareira, deve trazer preocupação aos dirigentes locais, estaduais e federais pelos problemas que essa descoberta envolve.

Nossas preocupações, já de início, passam a ser as questões relacionadas à saúde de toda uma população que se estabeleceu na área do garimpo; à possibilidade de conflitos pela posse de minérios descobertos; às questões que envolvem saneamento e meio ambiente e até alguns aspectos mais delicados, de diplomacia, pois a região do minério está bem próxima da fronteira com a Bolívia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme noticiou o *site* cite Olhar Direto, de Cuiabá, em 16 de outubro último, "Economia de Pontes e Lacerda cresce mais de 700% em alguns setores e prefeito defende garimpo".

Pontes e Lacerda, Sr. Presidente, é um Município de pouco mais de 40 mil habitantes, situado a cerca de 450 km de Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso, e está em efervescência desde o início de outubro, devido à descoberta de ouro na Serra do Caldeirão, a menos de 20 quilômetros do centro da cidade.

Alguns setores da economia local apresentaram crescimento de mais de 700% nas vendas, como é o caso do comércio de veículos. A venda de alimentos e de água também teve crescimento expressivo.

O Prefeito Donizete Barbosa afirmou:

> Defendo o garimpo com unhas e dentes, desde que seja legalizado e sem ilícitos, com um projeto de exploração que tenha respaldo ambiental, segurança e controle. Do jeito que está hoje é perigoso desbarrancar e ter um acidente. E sou contrário a deixar nas mãos de uma mineradora. Sabemos que existe um pedido de licença de uma empresa para usar o subsolo do local, mas a licença está em fase de análise ainda, desde 1991.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a situação está se tornando complexa. Nenhum garimpo tem licença do Governo Federal para explorar o minério e, mais grave ainda, trata-se de uma área de preservação permanente (APP), que fica entre dois assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O ouro extraído, que chega a 99% de pureza, é ilegal, porque o subsolo é propriedade da União.

Assim, se a Polícia Federal abordar alguém que esteja de posse do minério, essa pessoa vai perder o ouro conseguido com grande sacrifício e ainda será presa.

O Ministério Público Federal, por sua vez, já entrou com ação na Justiça Federal em Cáceres pedindo a desintrusão da área de garimpo e o suporte da Polícia Militar, do Exército e da Polícia Federal para colocar um fim na atividade de extração de ouro nesse local.

Além desse imbróglio, existem pedidos formais de licença para exploração mineral na área: tramita, no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), um pedido de licença da empresa Mineração Tarauacá Indústria e Comércio S.A., abrangendo 571 hectares nessa região.

O Gabinete de Comunicação (GCOM) informou, ainda, que conseguiu informações junto ao DNPM de que a Mineradora Santa Elina requereu, em 1991, autorização para realizar pesquisa em uma área de cerca de 6 mil hectares, mas que ainda não foi concedida – imaginem: 1991!

Não é necessário ter um cérebro privilegiado para prever que, quanto mais o tempo passar, mais traumática deverá se configurar a solução requerida.

O Governador Pedro Taques já enviou equipes da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) e da Secretaria de Segurança Pública a Pontes e Lacerda para obter um diagnóstico e, em seguida, tomar as providências adequadas.

Registro aqui também que o Governador do Estado, em recente visita ao Ministro da Justiça, também externou a sua preocupação com a situação.

Teme-se que a região venha a se transformar numa nova Serra Pelada, um formigueiro humano, caracterizado pela desorganização e pela falta de serviços públicos.

Sr. Presidente, numa ação protocolada no dia 13 de outubro último, o Ministério Público Federal pediu a retirada das pessoas que estão no garimpo ilegal em Pontes e Lacerda. O objetivo da ação é que a Justiça determine o fim das atividades de extração de ouro na região, utilizando-se do suporte da Polícia Militar, do Exército e da Polícia Federal para o que se fizer necessário. A decisão foi publicada na tarde de sexta-feira, dia 16, e assinada pelo Juiz Federal Francisco Antonio de Moura Junior, acatando pedido feito pelo Ministério Público Federal.

O mais grave, nessa situação, é que a exploração acontece exatamente numa área de preservação permanente e que fica próxima ao assentamento do Rio Alegre. Aqui, Senador Telmário, é que eu fico pasmo. Para reformar a BR-319, que já é uma rodovia existente, ela foi imediatamente embargada. O Governo agiu com extrema presteza, mas eu estou aqui, nesta tribuna, a alertar, há meses, o que está acontecendo naquela área de preservação permanente, onde os buracos já estão maiores que este plenário aqui, e nada acontece.

As imagens que têm sido divulgadas nas redes sociais mostram a devastação da região causada pela extração desordenada e por um grande ajuntamento de pessoas que se instalam em alojamentos de construção precária.

Está previsto, na Constituição Federal, em seu art. 20, que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União. Dessa forma, a extração de recursos minerais sem a devida autorização do órgão responsável constitui dano ao patrimônio da União.

Não bastasse, ante a iminente ordem de desocupação da área e a dificuldade em se encontrar ouro próximo a superfície, o que se vê são trabalhadores levantando acampamento e abandonado algumas frentes de trabalho instaladas no pico da serra, onde o acesso é mais difícil e demorado. Esses mesmos garimpeiros, somados àqueles que não param de chegar, passaram a abrir escavações ao pé do caldeirão, em uma área que antes era pasto de uma propriedade privada.

Como noticia o *site* Olhar Direto, em 21 de outubro, as escavações no chão começaram timidamente e, ainda nessa manhã, o que era gramado virou um enfileirado de covas. Relata-se que, para alguns, o que vale é tirar o máximo que puder para evitar prejuízos antes de serem expulsos do local.

Sr. Presidente, uma alternativa, que depende da capacidade de organização dos garimpeiros e da sensibilidade das autoridades dos órgãos públicos responsáveis, poderia ser a organização dos garimpeiros na forma de cooperativa para obter uma licença de exploração da forma menos agressiva possível ao meio ambiente.

Ao País, não interessa manter os recursos inexplorados, pois nenhum benefício daí poderia advir. Explorados de forma legal, transformar-se-ão em riquezas, com o recolhimento dos tributos relacionados, que se transformarão em benefícios para a população em geral e para o desenvolvimento da região.

Ou, então, que se libere a concessão para uma empresa interessada, que deverá gerar recursos, empregos e riquezas, na forma de tributos e *royalties* em benefício da população local e do País.

Srªs e Srs. Senadores, a minha preocupação é que, quanto mais se demorar a encontrar uma solução viável e de acordo com a legislação, mais complexa será a solução necessária – mais complexa e mais cara.

Portanto, o meu objetivo, nesta oportunidade, é chamar a atenção das autoridades responsáveis para a urgência de uma solução que ainda não será tão traumática, mas que, com o passar do tempo, tenderá a causar distúrbios e conflitos.

Espero que o Poder Público encontre – e logo – a solução mais adequada para essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos, portanto, o Senador José Medeiros.

Agora o nosso próximo orador, Senador Requião, do PMDB original do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostei da apresentação: PMDB original. PMDB da marca velha, PMDB da época em que o nosso estatuto dizia sermos o Partido das classes populares, das classes desligadas das decisões do grande capital. O PMDB do Ulysses, o PMDB do Lessa, o PMDB de tantos intelectuais que nos ajudaram a formular o estatuto, o programa e os princípios.

Mas, hoje, me surpreendeu que o meu companheiro de Partido, Senador Romero Jucá, ex-cabo eleitoral do Aécio Neves do PSDB, anunciou da tribuna que optou pelo que lhe parecia ser o melhor e ganhou a campanha no seu Estado com o Aécio, mas, ao mesmo tempo, ele trazia para o plenário o elogio de um dito programa de governo do velho MDB exposto pela Fundação Ulysses Guimarães.

Do PMDB não é esse programa. Não tem nada com a história, não tem nada com o estatuto, não tem nada com o Partido e não foi discutido pelo Partido, foi um lançamento da direção da Fundação Pedroso Horta, que não foi discutido com peemedebista algum. Eu vou fazer aqui uma análise do documento da Fundação Ulysses Guimarães. Não é Pedroso Horta. Pedroso Horta era a fundação do velho MDB de guerra.

Primeiro, apesar de uma linguagem moderada e relativamente sensata, considerando apenas as propostas em si, o programa proposto pela Fundação Ulysses Guimarães pouco difere do que seria um programa de governo do PSDB. Pouco difere do consenso dos analistas de bancos que publicam o seu apoio na grande mídia.

Editoriais de *O Globo*, da *Folha de S.Paulo* e do *Estadão* elogiam o tal programa, supostamente do PMDB, que eu espero que seja definitivamente enterrado dia 17 de novembro, na reunião da Fundação Pedroso Horta.

Mas mesmo a linguagem do documento tem alguns problemas. Em alguns momentos, chega a ser catastrofista, por exemplo, quando diz que a recessão se iniciou em 2014 e não em 2015, quando sabemos que o nível de desemprego em dezembro de 2014 estava próximo ao mínimo histórico. A recessão começou com o arrocho do segundo Governo da Presidente Dilma e o Joaquim Levy no Ministério da Fazenda.

Abro aspas, é o tal programa que diz: "Após alguns anos de queda da taxa de crescimento, chegamos à profunda recessão que se iniciou em 2014 e deve continuar em 2016." Um erro total e absoluto.

Ou abaixo – abro aspas: "Mesmo nos países já desenvolvidos, e com generosos regimes de bem-estar social, a interrupção do crescimento econômico e uma pausa na expansão das transferências e dos serviços do Estado estão gerando o enfraquecimento da autoridade política e profunda insatisfação social."

Em 2015, página 3...

Não tem nenhum cabimento, isso não acontece em lugar algum do mundo desenvolvido, a não ser lá na Grécia que nunca foi desenvolvida.

Terceiro, inverte a realidade ao repetir, como todos os neoliberais, que a recessão é causada pelo déficit, ou dívida, elevado, e não pela política de ajuste e de arrocho fiscal.

Abro aspas: "No Brasil de hoje, a crise fiscal, traduzida em déficits elevados, e a tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico." Isso rigorosamente não tem pé nem cabeça.

Item 4 da nossa análise: o catastrofismo, ou terrorismo econômico, atenta contra os direitos sociais da Constituição.

Abro aspas, Senador Paim: "Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso."

O Senador Paim, numa luta lá no plenário do Congresso Nacional, já acabou com essa conversa mole de precarizar a CLT.

Mas continua o tal documento da Fundação:

> "Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada."

Eles não querem reduzir o pagamento de juros, não querem reduzir os juros do Banco Central, eles querem cortar saúde, educação, salário e previdência social. Esse não é o PMDB de Ulysses Guimarães, não é o velho de guerra, é uma novidade, de algumas personalidades que provavelmente apoiaram o PSDB na última eleição.

Item 5: neoliberalismo explicito. O entreguismo, e assumido, ao usar como dado confiável os índices internacionais de competitividade, que têm a função de constranger os países em desenvolvimento a adotar políticas de *market-friendly* aos bancos internacionais e multinacionais.

Abro aspas:

> "No Relatório [...] de Competitividade 2015-2016, do Fórum Econômico Mundial, publicado recentemente, o Brasil ficou em 75º lugar, entre 140 países, perdendo 18 posições em relação ao relatório anterior, de 2014, sendo ultrapassado pelos emergentes – Rússia, África do Sul, Índia e México, o que mostra que algo muito errado está acontecendo com o nosso País nestes últimos anos. Na decomposição dos fatores que compõem o índice, o nível dos impostos e a complexidade tributária, combinados, respondem por 25% – o maior fator – dos problemas para realizar negócios no país. As leis trabalhistas e a corrupção vêm muito abaixo, com 14% e 12%, respectivamente."

Fecho aspas.

É um raciocínio doido dessa tal Fundação Ulysses Guimarães.

Item 6: propõe a asfixia do Executivo em uma espécie de parlamentarismo ilegítimo, travestido de presidencialismo, porque focado no superempoderamento do Parlamento sem correspondente aumento da responsabilidade, que continuaria a cargo do Executivo.

Como que isso se dá? Abro aspas de novo ao programa do PMDB. "O orçamento não impositivo, ou melhor, facultativo, é fruto da desconfiança do Executivo na sabedoria ou responsabilidade do Legislativo. Remédio equivocado, para uma doença que se chama falta de articulação política democrática."

Comentário: não é verdade. O modelo de eleição do Parlamento no Brasil produz um Parlamento desvinculado da responsabilidade de governar, portanto, que vive de chantagear o Executivo. Não há articulação que dê jeito nessa situação, se houvesse o orçamento impositivo, que é bom em um modelo parlamentarista real, e não fajuto, como querem.

Os Poderes têm que se entender, e o Executivo sempre dispõe de instrumentos de contenção. O contingenciamento é o principal deles, o real, com prejuízo para todos os demais itens do Orçamento Público, que terão necessariamente que ceder espaço para esse aumento.

Com o fim dos reajustes automáticos, o Parlamento arbitrará, em nome da sociedade, os diversos reajustes, conforme as condições gerais da economia e das finanças públicas.

Item 8 do nosso comentário: para terem alguma coerência, defendem retoricamente o fim das indexações de tarifas de serviços públicos privatizados e nos contratos privados, mas sem compromissos e sem dizer, em nenhum momento, como fazer isso.

9. Colocam o Executivo e seus programas de Governo sob permanente necessidade de se explicar a um comitê independente e ao Parlamento, mantendo, assim, o Executivo sempre numa posição defensiva, e seus programas sempre sob risco de serem descontinuados por qualquer detalhe.

Na prática, isso já acontece sempre, pois estamos em uma democracia. Porém, como na prática, partem do princípio de que todo gasto público é um mal, a forma com que propõe a avaliação dos programas remete ao princípio de que todo programa deve ser descontinuado, a menos que todo ano o Governo invista pesado em convencer o tal órgão independente de avaliação e o Parlamento de que ele é bom. Isso fortaleceria o caráter chantagista do nosso modelo de Parlamento e reforçaria o objetivo de criar um parlamentarismo ilegítimo, travestido de presidencialismo.

Aliás, o Plenário já tem conhecimento de que essa proposta do tal órgão independente, com mandato acima do mandato e da capacidade de decidir dos Srs. Senadores, já foi derrubado numa memorável sessão plenária aqui, no Senado da República.

Abro aspas: "A terceira regra nova do orçamento é ideia de orçamento com base zero", que significa que, cada ano, todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios. Hoje os programas e projetos tendem a se eternizar, mesmo quando há uma mudança completa das condições. De qualquer modo, o Congresso será sempre soberano e dará a palavra final sobre a continuação ou o fim de cada programa ou projeto.

Vocês vejam, estão colocando a política, o Parlamentar eleito, o voto popular, num segundo, terceiro ou quarto plano, e inventando um comitê técnico de burocratas que se sobrepõe ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara.

Item 10. Propõe restrições ao endividamento público, o que restringe a capacidade de o Governo acumular reservas cambiais e tirar o País de crises econômicas. Abro aspas:

> "Devolver autonomia ao processo orçamentário não significa deixar livre o caminho para intemperança fiscal. Para coroar esse novo regime, vamos propor [diz o programa da Fundação Ulysses Guimarães] que o equilíbrio fiscal de longo prazo seja um dos princípios constitucionais que deve obrigar a administração pública, aprovando-se, assim, uma lei complementar de responsabilidade orçamentária em termos que tornem possível a adaptação a circunstâncias excepcionais".

É a supressão do Congresso; a tecnocracia se sobrepondo à política e ao interesse das pessoas, dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Item 11 do nosso comentário. Com o mesmo objetivo de asfixiar o Executivo, insistem em um projeto de Serra e do Presidente Renan, já rejeitado no Senado.

> "Finalmente [abro aspas] vamos propor a criação de uma instituição que articule e integre o Poder Executivo e o Legislativo, uma espécie de Autoridade Orçamentária, com competência para avaliar os programas públicos, acompanhar e analisar as variáveis que afetam as receitas e despesas, bem como acompanhar a ordem constitucional que determina o equilíbrio fiscal como princípio da administração pública".

Esse é o item 11. Nós já derrubamos isso, mas o raio do programa da Fundação Ulysses Guimarães insiste com a traquitana, insiste com a brincadeira.

Item 12 do nosso comentário. Esquecem que a taxa de juros brasileira seja, no mínimo, cinco vezes a média internacional; que os muito ricos pagam pouco imposto no Brasil, e culpam os trabalhadores aposentados pela chamada crise fiscal, e, portanto, propondo atacar seus direitos como grande solução. Esquecendo também que o déficit na Previdência não é culpa do trabalhador humilde, que se aposenta muito pouco antes de morrer. Considerando apenas esse tipo de trabalhador e suas contribuições, a Previdência é superavitária.

Ela se torna deficitária porque deixam de incluir diversos tipos de receitas previdenciárias e incluem as pesadas aposentadorias do Judiciário, do Legislativo e da elite do Executivo, cujas aposentadorias não devem ser pagas pelas contribuições do trabalhador comum, mas pelo Tesouro Nacional, pois suas aposentadorias especiais são direitos que o nosso modelo constitucional de gestão do Estado considera que devam ser contrapartida da responsabilidade das funções de Estado, mas que diferem muito da forma como outros países organizam os direitos de seu funcionalismo. Mas jogam isso tudo na conta da Previdência. Abro aspas:

> "A solução parece simples [é o documento da Fundação Ulysses Guimarães], do ponto de vista puramente técnico: é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados. Não é uma escolha, mas um ditame da evolução demográfica e do limite de impostos que a sociedade concorda em pagar".

Diz a Fundação Ulysses Guimarães, abro aspas:

> "O Brasil gasta 12% do PIB com os seus regimes de previdência, mais do que o dobro do que gastam os Estados Unidos, o Japão e a China, e quase a mesma coisa que países com populações muito mais velhas do que a nossa, como Alemanha e França. A situação é insustentável, pois o país tem jovens para atender, tem problemas de assistência de saúde, de educação e de segurança".

Aspas de novo:

> "Além disso, é indispensável que se elimine a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo. O salário mínimo não é um indexador de rendas, mas um instrumento próprio do mercado de trabalho. Os benefícios previdenciários dependem das finanças públicas e não devem ter ganhos reais atrelados ao crescimento do PIB, apenas a proteção do seu poder de compra".

Item 13. Em um momento, lembram que os juros são muito altos, mas só para depois dizer que tem de ser assim mesmo, que qualquer tentativa de mudar isso hoje é voluntarismo. Nesse ponto, dá para duvidar se o b do PMDB, da Fundação Ulysses Guimarães, é de Brasil ou é de banco brasileiro.

Abro aspas:

"A dívida pública brasileira já se situa em torno de 67% do PIB, com tendência de seguir crescendo, podendo chegar, na ausência de reformas estruturais, a 75% ou 80%...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...ainda no atual Governo. Os países europeus e os Estados Unidos têm uma dívida muito mais alta", especialmente depois da crise de 2008 que levou esses países a aumentar o gasto público em proporções inéditas na história do capitalismo. Tanto os Estados Unidos quanto a França, a Inglaterra e a Itália têm dívidas maiores que o total do PIB, mas, entre nós e eles, existe uma diferença que muda toda a história. Para títulos de dez anos, o Tesouro americano para, para juro nominal de 2.30 ao ano, quase zero em termos reais; a França, a Inglaterra e a Itália pagam praticamente a mesma coisa. O Japão, para uma dívida que é maior que o dobro do PIB, paga 0.49 de juros. Mesmo os emergentes pagam um preço menor do que nós; a Índia paga 8.19, e a Rússia, 9,98%. Nós pagamos juros de 14.25%.

A este preço nossa dívida vai custar 8% do PIB em 2015, e, durante pelo menos as duas últimas décadas, a conta nunca foi inferior a 5% do PIB (2015, p.13).

Abro aspas: "Nossos juros são altos neste momento porque a inflação está muito acima da meta de 4,5% e ameaça sair de controle. Qualquer voluntarismo na questão dos juros é o caminho certo para o desastre." É o fim do mundo que o PMDB escreva uma asneira deste porte num documento oficial da Fundação Ulysses Guimarães.

Abro aspas de novo:

> "A economia brasileira convive há longo tempo com a anomalia de juros elevadíssimos para controlar a inflação e financiar o endividamento público. Este é um tema ainda não totalmente compreendi-

> do, mesmo pelas mentes mais preparadas e experientes [é a Fundação que está nos dizendo isso]. Uma única coisa parece certa: o Brasil nunca exibiu uma garantia sólida de equilíbrio fiscal de longo prazo, e os juros altos talvez sejam o preço que pagamos por isso".

É o fim do mundo.

Item 14. Faz críticas corretas à política do *swap* cambial e o modelo equivocado de gestão da dívida pública, que é o que o Senador José Serra aqui, no plenário, faz também pelo PSDB. Não vamos negar a correção dessas críticas.

Porém, como o PSDB, não oferecem nenhuma solução para isso.

Abro aspas - o documento da Fundação:

> "A elevada incerteza sobre a sustentabilidade da nossa economia tem resultado no aumento da proporção da dívida de curto prazo, constituída pelas Letras Financeiras do Tesouro e pelas operações compromissadas de curtíssimo prazo. Quase 40% de nossa imensa dívida é, na prática, financiada diariamente no mercado financeiro, uma característica que nenhum país relevante compartilha conosco. Nas atuais circunstâncias, seria imprudente alterar as regras de gestão da dívida pública, mas este não pode deixar de ser um objetivo de médio prazo, a ser implantado de modo gradual, à medida que os juros estiverem caindo naturalmente e a trajetória do endividamento mostrar-se consistentemente declinante no longo prazo. Ao mesmo tempo, é preciso repensar seriamente a ação do Branco Central nas dispendiosas operações de *swap* cambial cujo custo para o Estado poderá estar em 2015 na altura de 2% do PIB, agravando o déficit final e o endividamento. Nos últimos 12 meses, o prejuízo com estas operações está em torno de 112 bilhões de reais. São cifras imensas, que não é possível compensar simplesmente com corte de despesas. A busca de menor volatilidade no mercado de câmbio não justifica este imenso custo fiscal, que em última instância será pago pelo conjunto da sociedade.
>
> Na verdade é preciso questionar se é justo que uma instituição não eletiva tenha este tipo de poder, sem nenhum controle institucional".

Abro aspas novamente: "É preciso, com cuidado e perseverança, transformar o Brasil num país 'normal', onde a taxa de juros de longo prazo, que remunera a dívida pública e a taxa de juros que controla a liquidez da economia sejam definidas, respectivamente, pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central."

"Mesmo sem questionar [continuo nas aspas] as razões que estão por trás do comportamento do Banco Central...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...não podemos deixar de afirmar que a magnitude e o vulto dos efeitos destas políticas para a sociedade devem nos levar a impor a estas decisões um rito mais republicano e representativo."

Item 15. De vez em quando há lampejos de sensatez, mas sem implicações em termos de propostas. Refiro-me à proposta da Fundação.

> O ajuste fiscal [dizem eles] não é um objetivo por si mesmo. Seu fim é o crescimento econômico que, no nosso caso, sem ele, é apenas uma proclamação vazia. Mas, por seu turno, nenhum ajuste fiscal sustenta-se na ausência de crescimento ao longo da trajetória.

Mas proposta que é bom, nenhuma.

16. Defende a continuidade da privatização da infraestrutura pública.

Abre aspas:

> Temos que viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – 17. Defende que o Brasil deve se subjugar aos novos acordos globais propostos pelos norte-americanos para isolar a China e os BRICS (as parcerias transa-

tlânticas e transpacíficas), e que geram como "efeito colateral" o fim da soberania dos países signatários em legislar em assuntos que afetem o interesse de investidores estrangeiros.

É incrível. Eles propõem uma outra instância de julgamento de problemas que surjam, de dissídios, de desacordos contratuais, fora o sistema judiciário brasileiro, que, para eles, rigorosamente não serve para nada.

Abre aspas:

> Em segundo lugar, o Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias regionais que incluam, além da redução de tarifas, a convergência de normas, na forma das parcerias que estão sendo negociadas na Ásia e no Atlântico Norte.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É a submissão absoluta ao acordo das grandes potências e dos grandes interesses econômicos.

18. Propõem engessar o custeio da máquina pública para "desengessar" a geração de superávit para o pagamento de juros aos bancos.

Engessa o Brasil e desengessa o pagamento dos juros absurdos da negociação da nossa dívida.

Abre aspas:

> Estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento.

Orçamento desengessado, juro liberado.

19. Concessões, privatizações...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... fim da lei de partilha, voltando definitivamente ao modelo de Fernando Henrique.

Como eles explicam isso?

Abro aspas: "Executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas"...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... "em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno ao regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se à Petrobras o direito de preferência".

Um direito de preferência que vem acompanhado pelo corte de todos os créditos, de todos os recursos públicos, de todas as possibilidades de financiamento do Banco do Brasil e do BNDES.

Colocam, no Item 20, o Mercosul como empecilho, dizendo que deve ser flexibilizado aos acordos com a Europa e os Estados Unidos, ou seja, é a submissão absoluta ao pacto do grande capital.

Propõe, Senador Paim, o fim da CLT. Abro aspas: "Na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos."

Enfim, a Fundação Ulysses Guimarães, falando não sei com quem, encomendando esse texto que eu comentei, não sei de quem – porque não tem procedência. É um texto sem autoria, assinado pela Presidência do PMDB –, propõe nada mais, nada menos do que um programa neoliberal completo. Não é o mais radical possível, mas não difere em nada do programa que o PSDB propõe.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Foi o programa que derrotou o PSDB no processo eleitoral e que, infelizmente, é, em parte, o programa que o Joaquim Levy implementa no Governo da Presidente Dilma.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte, Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Com prazer, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu queria parabenizar V. Exª pelo discurso brilhante e lembrar que o PMDB apresentou um documento, na década de 80, de que V. Exª deve se lembrar, com certeza, *Esperança e Mudança*, que foi feito por Renato Archer, Belluzzo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Que é um programa perfeito até para hoje.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Raphael de Almeida Magalhães, Maria da Conceição Tavares e Aloísio Teixeira e estranhar o lançamento desse programa dessa forma. Por isso devemos ter cuidado às vezes. As pessoas querem apontar para alguma uma transição, e, na verdade, nesse documento, olharam para o sistema financeiro e para o mercado, mas esqueceram completamente o povo. Um programa como esse nunca seria vencedor de uma eleição. Não haveria condições de dialogar com as pessoas. Tanto é que o Senador Romero Jucá hoje, aqui – eu respeito muito o Senador Romero Jucá –, fez um verdadeiro contorcionismo verbal. E foi indagado por muitos – pelo Senador Paulo Paim, pela Senadora Vanessa, pelo Senador Roberto Requião e por mim –, porque há pontos que são claríssimos. O primeiro, Senador Requião, que eu anotei, acabar com vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e educação. A Senadora Vanessa perguntou, e ele disse: "Não, mas não estou querendo diminuir os recursos, os investimentos." Então, por que quer desvincular? No segundo ponto, ele também fugiu do debate. Está aqui. Ele negou isso para o Senador Paulo Paim. Há um ponto muito claro:

> Outro elemento para o novo Orçamento [o texto é este] tem de ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Lindbergh, em contrapartida, o único recurso orçamentário que o Congresso não pode mexer é o recurso para o pagamento dos juros da dívida. Isso é constitucionalmente estabelecido. Mas pode mexer na educação, pode mexer na saúde, pode mexer no salário, pode entregar o patrimônio nacional em uma crise circunstancial por que a economia passe. E eu não vejo essa crise circunstancial também. Com US$370 bilhões de reserva, o que significa que o furo orçamentário de 32 ou 34 equivale a mais ou menos US$7,5 bilhões, falta um programa de retomada do crescimento. Nós estamos ao sabor dos interesses dos bancos.

Essa proposta da Fundação Ulysses Guimarães pode ser assinada pela Presidência de todos os bancos que funcionam no Brasil, porque ela interessa exclusivamente a eles.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nesse ponto, Senador Requião, em que eu falava em indexação, aqui está muito claro, Senador Paulo Paim. Estão defendendo o fim da política de reajuste do salário mínimo e estão defendendo também o fim da indexação do salário mínimo com reajuste da Previdência. Existe uma turma na Previdência que recebe o salário mínimo. E esse pessoal foi fundamental, Senador Roberto Requião, para a criação desse grande mercado de consumo de massa. É um dinheiro que chega para a senhora que está lá, que é aposentada, que ganha um salário mínimo e vai para a economia como um todo. Eu não quero aqui me aprofundar. Quero fazer um pronunciamento depois sobre isso. V. Exª tem razão. Fez um brilhante pronunciamento e tem que distribuir isso para a Casa. Eu só queria chamar a atenção para outro ponto que V. Exª também abordou. Ele diz o seguinte:

> O primeiro objetivo de uma política de equilíbrio fiscal é interromper o crescimento de uma dívida pública. O instrumento normal para isso é a obtenção de um superávit primário capaz de cobrir as despesas de juros menos o crescimento do próprio PIB.

É isso que V. Exª...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Lindbergh, os limites que nós estamos discutindo na Comissão de Economia – colocar limites no endividamento do País –, parece uma coisa bacana.

Os Estados Unidos, a cada momento em que discutem o Orçamento, discutem essa questão, o Partido Republicano e o Democrata.

Na última discussão, apenas quando houve a contraposição dos republicanos e dos democratas, sem que os republicanos quisessem viabilizar o aumento do investimento dos Estados Unidos, a Standart & Poor's, uma empresa de *rating*, abaixou a posição dos Estados Unidos, só com a discussão. Imagine o que aconteceria com os juros no Brasil quando nós disséssemos que há um limite de endividamento, que nós não poderemos pagar juros? Quanto ia custar o refinanciamento da dívida pública só com essa discussão parlamentar e essa negociação feita com Eduardo Cunha e seus companheiros?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Requião...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Por fim, Senador Requião, só para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só um pouquinho.

Senador Requião, como o narrador do programa teve uma hora, eu dei a V. Exª 30 minutos. Então, só para a gente encerrar.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Eu gostaria...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só queria encerrar com uma última passagem, para passar para a Senadora Rose. Nossos juros são altos neste momento porque a inflação está muito

acima da meta de 4,5 e ameaça a sair do controle. Qualquer voluntarismo na questão de juros é o caminho certo para o desastre. Tentativas anteriores de abaixar a taxa básica sem amparo nos fundamentos fracassaram e cobraram os seus preços.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Quem escreveu isso? Foi o Itaú, o Bradesco. Quem mais pode ter escrito uma asneira desse tamanho num documento de um partido político?

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Senador, se V. Exª me permite...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para dizer que estou na fila, depois da nossa querida Senadora Rose.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – É que, na verdade, essa surpresa me tomou inteiramente, meu coração, minha cabeça. Quando vi, mais uma vez, um documento redigido a quatro mãos, por apenas duas figuras políticas conhecidas do nosso Partido para as quais eu perguntei o que estavam redigindo, porque eu sabia da notícia... Se era um programa de governo, por que, durante quatro anos, o nosso Presidente, que prezo muito, o Vice-Presidente da República, não questionou o Governo quanto a certas atitudes que estavam sendo tomadas? E também se ao escrever um documento dessa natureza pretende-se levar a um seminário, a um congresso, por que não abrir para o debate? A democracia não incomoda ninguém, é o aperfeiçoamento até das nossas opiniões para formatar alguma coisa útil para o País. Eu me revelo indignada com isso. Eu me revelo indignada. Eu tive a oportunidade de dizer que não deveriam fazer. Disse isso pessoalmente ao Presidente. Numa reflexão sobre todos os pontos detalhadamente, eu confesso que cheguei até um ponto e parei, a não ser a questão da reforma da Previdência, dívida pública. Isso é consenso hoje, em todo o País, de quem pensa no País para o futuro. Mas o futuro? Nós temos o Vice-Presidente, que pode cuidar do presente, que está dentro do Palácio do Planalto, um Partido que tem Presidente da Câmara, Presidente no Senado. Portanto, as rédeas políticas precisam ser retomadas para que se possa fazer qualquer projeção de política para amanhã, quando o povo está querendo resposta hoje.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senadora Rose, comenta-se, nos corredores do Congresso Nacional, que o Ministro da Fazenda Joaquim Levy ficou indignado: "Esse pessoal é da extrema direita". Não é esse o nosso Governo nem a nossa orientação.

Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Requião, de forma muito rápida, como fui o primeiro a falar hoje, eu entrei neste assunto. E eu só quero, neste momento, o meu aparte é para cumprimentar V. Exª. Eu não esperava outro pronunciamento de V. Exª que não fosse esse, com a profundidade que lhe é peculiar, de quem conhece, de fato, a economia, o social e o político. Mas permita-me só três questões rápidas. Eles criariam, se isso fosse verdadeiro - e não será verdadeiro, porque não será lei –, dois salários-mínimos: um salário-mínimo para quem está na ativa e outro, menor do que o salário-mínimo, para o aposentado, que dirá falar em inflação mais PIB para o aposentado. O negociado sobre o legislado. Então, se não vale mais a lei, para que Congresso? Congresso é para fazer lei. Agora, só não valem as leis para o trabalhador? As outras valem todas? Essa história do negociado sobre o legislado, já tentaram há 15 anos. Derrubamos. Tentaram há um mês. Derrubamos. Agora, estão tentando de novo. Eu tenho certeza de que nós vamos derrubar. E, por fim, a aposentadoria aos 65 anos. Estou dando como referência. Nós aprovamos, há um mês, uma alternativa ao fator, o 85/95, que permite à mulher se aposentar aos 55 anos e o homem aos 60. E agora, de uma hora para outra, numa tacada só, foi para 65. Mas, enfim, parabéns a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Paim, tribunais arbitrais para julgar interesses de investidores entre "comilhas" – entre aspas. Agora, para o trabalhador brasileiro, nem a Justiça brasileira mais. É o acordo entre o martelo e o prego. Num momento de grandes demissões...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...a Justiça do Trabalho não pode interferir, mais vale uma convenção. Quer dizer, ou aceita a miséria oferecida ou deixa de comer. O que eu vejo aqui é que estão pretendendo cortar o almoço e o jantar. Querem deixar a possibilidade ainda do café da manhã.

Senador, obrigado pela tolerância, mas nós temos que debater...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Requião, eu só queria fazer uma pequena correção.

V. Exª, ao iniciar a sua fala, disse que o Senador Romero Jucá foi ganhador das eleições em Roraima com o Senador Aécio Neves.

Eu só queria corrigir que o Aécio Neves ganhou mas ele pegou a maior surra eleitoral que o Estado já proporcionou a um político. Perdeu para Senado e perdeu para Governo, quebrando um paradigma de que nunca o Governo tinha perdido. Eu só queria fazer essa justa correção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Talvez seja um aviso para o Senador Jucá mudar essa posição que não está sendo muito agradável.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, agora, com a palavra. É o que está inscrito na ordem. O Senador Acir está aqui como se já tivesse falado pela Liderança. Não?

Mas, antes de o Senador Paim fazer uso da palavra ...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está sobre a mesa o **Requerimento nº 1.250, de 2015**, do Senador Roberto Requião, que solicita, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 9 e 10 de novembro de 2015, para participar da reunião da Mesa Diretora do Mercosul, em Buenos Aires, Argentina. E comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, ausência do País no período de 8 a 10 de novembro de 2015.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Acir, como Liderança; em seguida, o Senador Telmário; e depois o Senador Ferraço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Aí eu não falo mais?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aí V. Exª cedeu essa oportunidade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, o tema que o Senador Requião aborda é pertinente. Aliás, hoje, durante todo o dia, o tema abordado foi, exatamente, economia.

Em meio ao momento em que nós estamos debatendo e discutindo, na Comissão Mista de Orçamento, o PPA, nós estamos entregando amanhã o nosso relatório de receitas para o Orçamento de 2016, para que o Relator de despesas possa fazer o seu relatório, em meio a esse debate.

A crise política, um dos maiores entraves aos ajustes das contas públicas, está causando estrago grande à economia brasileira. A agenda negativa que se instalou no País está criando também uma crise de confiança, que afeta, principalmente, o crédito e, também, os investimentos. Nesse cenário, o ajuste fiscal proposto pelo Governo, no lugar de controlar a inflação, conter os gastos públicos e equilibrar o Orçamento da União, está levando o Brasil para mais uma recessão econômica ou uma recessão econômica muito perigosa.

Já fiz o alerta aqui neste plenário sobre os riscos do ajuste fiscal para nossa economia, sem uma mudança na política dos juros, alerta esse que o economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, Professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e economista chefe do Banco Mundial entre 1997 e 2000, também fez, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*.

Crítico das políticas de austeridade fiscal adotadas na Zona do Euro e em todo o mundo, Joseph considera que essa mesma receita pode atrasar a retomada do crescimento do Brasil e levar o País a um desempenho econômico mais fraco no futuro, com redução drástica em nosso PIB, uma vez que, com uma economia fraca, pode ser um erro fatal o País não continuar investindo na nossa infraestrutura, em novas tecnologias e, principalmente, no capital humano. Esses investimentos estão parados justamente por conta do ajuste fiscal e da política de elevação dos juros, tema hoje muito abordado aqui no plenário.

Vejam o que diz o economista:

> O País já está passando por uma recessão e, com a austeridade fiscal, vai piorar. Essas políticas irão, muito provavelmente, reduzir ainda mais o crescimento econômico, agora e no longo prazo. [E completa:] Há algo bastante peculiar sobre o Brasil: o fato de o País ter juros tão altos. Isso mostra que o setor financeiro não está funcionando como deveria. Quando você pega dinheiro emprestado com um juro tão alto, obviamente a dívida cresce muito rápido. O Brasil está pagando um preço muito alto por isso, um ciclo bastante incomum entre os países emergentes.

Ou seja, será que apenas os economistas do Governo não enxergam isso? Que os juros que nós estamos praticando são insustentáveis?

Vou repetir o que já disse aqui neste plenário: essa política econômica baseada apenas no ajuste fiscal, com a elevação de impostos e de juros, pode levar o País para uma situação muito pior, pois não está havendo investimentos na indústria, nas empresas. A população não está comprando. O mercado parou, e, quando isso

acontece, Senador Telmário, que preside esta sessão, não há circulação, a indústria acaba tendo de produzir menos porque não há consumo. A indústria, ao produzir menos, gera desemprego.

Então, nós precisamos injetar dinheiro no mercado para que o consumo volte, só assim nós vamos retomar o crescimento no Brasil. Ou seja, a piora da economia ameaça reverter os avanços sociais dos últimos 20 anos, o que, de fato, seria muito ruim. Por isso, o ajuste fiscal e essa política de alta dos juros não podem continuar comprometendo o emprego e, também, os programas sociais do Governo.

Precisamos afastar essas ameaças; não podemos retroceder e nem continuar como estamos, alimentando uma crise política que pode levar o País a uma grande convulsão social.

Eu tenho colocado, reiteradamente, que quem está perdendo nesse jogo político é o Brasil e os brasileiros. Precisamos ter mais responsabilidade para com o País e para com a população. Precisamos reconstruir a estabilidade política, acabar com essa disputa entre oposição e Governo e nos concentrar em fazer o ajuste necessário, mudando a política econômica, principalmente a política de elevação dos juros, para que a economia volte a crescer. Não adianta ficar nessa disputa, de que é uma questão de governo, de oposição. Não é essa a discussão que tem de ser travada aqui e não é isso que nós estamos debatendo na Comissão Mista de Orçamento. Nós estamos preocupados é com a situação do País, não é porque é uma questão do Governo ou porque é uma medida da oposição, e, sim, uma necessidade nacional, Senador Telmário.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Acir Gurgacz, permite-me um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senador Paim, com o maior prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero fazer um aparte rápido, pois tive a oportunidade, na semana passada, de estar com V. Exª – eu presidindo; e V. Exª na tribuna. E combinávamos que tínhamos o mesmo entendimento: eu resumiria em um debate fratricida que se estabeleceu aqui no Congresso, de sim ao *impeachment*, e não *impeachment;* sim *impeachment*, não *impeachment*, o que não levaria a nada. Então, que coloquem em votação isso de uma vez por todas, para que possamos olhar para o País e não ficar nessa votação, nessa discussão eterna. E, por outro lado, eu cumprimento o discurso de hoje de V. Exª. Eu tinha certeza de que o PDT não iria endossar posições como essa de querer diminuir o salário mínimo, diminuir o benefício do aposentado, revogar a própria CLT, porque a própria CLT, eu diria, é a cara, é a vida e a história do trabalhismo: a história de Getúlio, de Brizola, de João Goulart. Por isso, eu cumprimento V. Exª, que está centralizando o combate à recessão e à taxa de juros. Num outro dia, eu também o cumprimentei quando V. Exª dizia: "Parem com essa história de *impeachment* para cá e *impeachment* para lá, porque não leva a nada". Vamos pensar no Brasil. Parabéns a V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado pelo aparte de V. Exª, Senador Paim.

De fato, nós precisamos pensar na população brasileira. Os avanços sociais que nós tivemos nos últimos 20 anos, nós não podemos retroagir 1mm. Temos de manter o nosso ganho social, fazer essa reforma que, no Brasil, precisa ser feita, mas sem aumento de impostos e sem aumento de juros.

Com prazer, ouço o Senador Cristovam Buarque.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas, muito mais do que o ajuste fiscal, Senador Cristovam Buarque, nós precisamos dos ajustes político, econômico e, principalmente, administrativo.

No ajuste fiscal, o Governo está cortando despesas e trabalhando em novas fontes de receitas. No plano político, precisamos assegurar a governabilidade. No econômico, a redução dos juros e da carga tributária tem de ser a principal meta do Governo. E, no plano administrativo, a redução da máquina pública, dos Ministérios e o corte dos cargos comissionados. Isso poderá aumentar a efetividade da gestão pública, além de criar um ambiente que privilegia a meritocracia. Além disso, o Governo precisa manter os investimentos em infraestrutura, principalmente na educação e também na saúde pública.

Outra questão, o combate à corrupção tem de ser prioridade. Os corruptos e corruptores precisam ser punidos e excluídos da vida pública, mas não podemos fechar o País para balanço, nem travar nossa economia enquanto a Polícia Federal, o Ministério Público, os tribunais de contas, o Congresso Nacional e a Justiça fazem o seu trabalho.

Vamos passar o País a limpo, sim, mas com respeito às instituições, à democracia e à legitimidade do voto. Precisamos superar a crise política com base no bom senso, na responsabilidade que temos como agentes políticos, e fortalecer o diálogo entre os Poderes, colocando o futuro do Brasil acima de qualquer coisa.

Não podemos tocar fogo no País, nem agravar a crise. Temos de ser bombeiros da crise, pois, se o Brasil vai mal, todos nós políticos, empresários, investidores, trabalhadores seremos prejudicados.

Ao mesmo tempo em que precisamos superar essa crise política, temos de promover a estabilização fiscal que se manifestará pela aprovação do Orçamento da União para o ano de 2016.

Nossa expectativa é de que a estabilidade fiscal abrirá caminho para a retomada da demanda e a estabilização da moeda, com efeitos benignos no controle da inflação, na oferta de crédito e, principalmente, na redução dos juros.

Nosso grande desafio é justamente ajustar o Orçamento sem a criação de novos impostos. Não podemos passar a conta dos ajustes fiscais para a população, para os empresários e também para os trabalhadores.

Na condição de Relator de receitas do Orçamento da União para 2016, tenho me dedicado a encontrar formas de gerar receitas sem a necessidade de criar novos impostos ou aumentar os impostos já existentes.

Considero baixa a chance de aprovação da volta da CPMF e, por isso, não vou incluir a receita estimada para o imposto, que é de R$32 bilhões, no relatório de receitas, com estimativas para o ano de 2016, que devo apresentar amanhã. É um assunto que já debatemos por várias vezes com técnicos do Governo, com a área econômica. Não foi esse o tema debatido hoje na Comissão Mista de Orçamento, mas, em outros momentos, também com a equipe econômica discutimos esse assunto. Eu entendo que não é viável nós incluirmos, e não vou incluir a CPMF no Orçamento de 2016.

Acredito que o principal incremento na arrecadação será fruto do reaquecimento da atividade econômica. Como esse incremento ainda é incerto para o próximo ano, teremos de buscar fontes mais previsíveis.

As principais propostas para a formação de receitas que estamos trabalhando até o momento passam por mudanças na política econômica e nas normas legais para regulamentação fundiária, venda e alienação de imóveis da União. A primeira proposta é estrutural e requer uma mudança na política econômica com a redução dos juros, ampliação do crédito e estímulos ao setor produtivo, o que certamente vai estimular a produção e o consumo, gerando aumento da arrecadação.

A segunda proposta, que pode gerar uma receita considerável, já em 2016, é a venda direta de imóveis da União através da alienação, ratificação ou regularização das terras e imóveis rurais e urbanos da União.

A Secretaria de Patrimônio da União tem registrado perto de um milhão de imóveis nessas condições, mas o mercado estima que sejam aproximadamente três milhões de imóveis. Essa é uma alternativa viável para o Governo fazer receita no curto prazo e ainda resolver um problema crônico da questão fundiária brasileira, que é a insegurança jurídica criada com a falta do título de propriedade da terra para as famílias, agricultores ou empreendimentos que ocupam essas áreas há mais de 20 ou 30 anos.

Estimativas do BNDES indicavam, em 1999, que o montante potencial com a venda desses imóveis da União seria em torno de R$400 bilhões. Acredito que hoje esse valor seja bem maior e que, se o Governo for ágil e eficiente na regularização desses imóveis, pode cobrir, em boa medida, o déficit anunciado para 2016.

Pois não, com prazer ouço o Senador Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Acir, quero apenas ressaltar um ponto que considero importante no tema que V. Exª levanta, que é esse patrimônio. Há uma medida provisória que está tratando de terreno de marinha. Nós apresentamos emendas permitindo a permuta e a venda. Há uma série de imóveis pelo País inteiro, em alguns casos, até no abandono, em ruínas. Uma coisa que estou cobrando muito também – o Senador Ferraço tem participado dessa discussão – é que para esses imóveis, para essas áreas de terreno de marinha, preparemos um plano de investimento. Que se permita a aquisição, mas é preciso estipular prazo para as pessoas que adquirirem essas áreas. Caso contrário, a pessoa compra e fica para engorda. Faz a permuta...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Especulação.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... e fica para especulação. Então, tem que haver um prazo, até para estimular o investimento. Dizer: "Está bom, nós vamos facilitar o investimento". É importante que o Governo arrecade para resolver seu problema de caixa, mas para Salvador, para o seu Estado, para o meu Estado, para o País, é importante o investimento local, que alguém adquira essas propriedades e promova investimento para reaquecer a economia. Portanto, é preciso criar o estímulo, facilitar as permutas, a venda, a negociação, resolver esse entrave. Hoje, muitas pessoas ainda pagam essa história de terreno de marinha, que pode tranquilamente ser negociado. Em relação às áreas que são propriedades da União vamos também cobrar um plano de investimento para reaquecer a economia local. É importante o tema que V. Exª aborda, mas não podemos apenas achar que vamos resolver o problema do caixa da União. Nós precisamos resolver. Tudo bem que a União vai arrecadar, mas nós precisamos arrecadar é lá na ponta, com atividade econômica, ou não vamos gerar trabalho e renda lá embaixo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro, pelo seu aparte.

De fato, nós temos que resolver o problema do País, da receita para o ano que vem, e dar continuidade, a fim de gerar os empregos necessários.

Com prazer, ouço o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Acir, é com satisfação que peço um aparte, ao ouvir o seu discurso, sua fala, sua preocupação no sentido de o Brasil sair deste Fla-Flu em que entrou, entre os "impeachmistas" e os "anti-impeachmistas", como se, feito o *impeachment*, o Brasil entrará numa trajetória formidável. Outros dizem: "Continuando como está, estamos numa rota favorável". Não dá. O senhor usou a expressão da necessidade de um ajuste que leva em conta muito mais do que as finanças. Finanças também! Isso de dizer que as finanças não precisam de ajuste é um grande equívoco.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas é mais do que isso. E o senhor lembrou, por exemplo, mudanças na estrutura de gestão. E aí eu queria dizer: mais ainda do que ajuste, a gente precisa de uma arrumação. O Brasil está desarrumado. Por exemplo, as ruas estão desarrumadas, às vezes pela violência brutal que a gente vê todos os dias na televisão, às vezes pelas manifestações constantes. É uma desarrumação. Eu não digo que a arrumação deve vir por autoritarismo. Deve vir por medidas que façam com que nem haja violência mais nas ruas, que o Brasil seja um país pacífico como são tantos outros, nem necessidade de manifestações. As ruas estão desarrumadas. As obras paradas. O senhor mesmo fala de vez em quando nisso aqui. É uma desarrumação a maneira como nossas obras não avançam. Há uma desarrumação de greves sucessivas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Greve é claro que é um direito, greve é claro que é uma necessidade de o processo mostrar a insatisfação dos trabalhadores, mas greves em quantidades elevadas mostram algum tipo mais profundo do que insatisfação de uma ou outra categoria, o desajuste que a gente pode chamar de uma desarrumação grave da sociedade brasileira. E aí eu falo do Distrito Federal, onde quase todos os servidores hoje estão em greve. Isso é uma desarrumação. O câmbio está desarrumado porque a gente nunca sabe para onde vai o câmbio. O processo de desindustrialização que o Brasil vive é uma desarrumação. Nós estamos em um processo de desarrumação. E a duração dessa desarrumação pode levar a algo pior do que crise, que é a decadência; o Brasil começar a entrar em decadência. Quando a gente vê, por exemplo, as greves sucessivas na área de educação, isto é uma desarrumação que leva a uma decadência. Quatro meses as universidades paradas é uma desarrumação. Mas não há país que tenha ascensão, ao invés de decadência, com as suas universidades paradas, repetidamente, a cada ano, e desta vez por quatro meses. Então, eu fico satisfeito que o senhor defenda o ajuste, e eu também. Até porque, como eu dizia que iam provocar o desajuste com os erros, eu tenho que ser coerente e defender um ajuste. Houve o desajuste, tem que haver um ajuste. Mas o senhor traz esta ideia fundamental de que não vai bastar para esse ajuste apenas uma questão aqui e ali de corte de gastos, de manipulação da taxa de juros. É preciso ir além disso. O senhor sempre falou aqui em diminuição dos ministérios; sempre falou aqui da necessidade de um choque de gestão, talvez não usando isso. Mas esse choque de gestão é fundamental para arrumar o Brasil outra vez. Nós estamos em um processo de desarrumação muito grave. Isto é mais do que uma simples crise, é algo que pode ser a véspera de um processo longo de decadência da economia e da sociedade brasileira também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pelo seu aparte.

De fato, a situação econômica do Brasil não é tão grave como se aponta. Mas a crise política está agravando a economia brasileira com essa desarrumação, que V. Exª coloca precisamente, como está acontecendo em nosso País, a falta de investimento na nossa infraestrutura, as greves na educação, como assisti a V. Exª, na quarta-feira passada, falando aqui que não é com violência que se vai combater as greves que aconteceram, como a greve da educação na semana passada, aqui no DF, e V. Exª colocou muito bem.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – De fato, essa desarrumação, no meu entendimento, é uma desarrumação política. E nós temos que parar com esse Fla-Flu, como V. Exª muito bem tem colocado.

Muito obrigado, Presidente, Senador Dário Berger.

Continuando, somente com a ratificação dos imóveis das áreas rurais livres de qualquer conflito agrário ou pendência jurídica, há uma estimativa de receita da ordem de R$40 bilhões nos próximos anos.

Para o ano que vem, nós podemos arrecadar R$10 bilhões, isso se houver a participação dos bancos para fazer o financiamento. São terras rurais em que não há conflito, em que não há problema de nenhum tipo de inadimplência com o meio ambiente – muito pelo contrário –, que estão liberados em todo o nosso País, prin-

cipalmente na Amazônia legal, mas não existe o documento das suas terras, e as pessoas estão lá, morando há 20, há 30 anos; precisam e querem um documento da sua terra, e querem pagar por isso. É claro que não dá para se pagar à vista; por isso a importância do ingresso, nesse processo, dos bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia, etc.

Além de gerar receita direta para a União, essa medida também tem a sua função social e econômica, ou seja, além de gerar receita, vamos também retirar milhares de famílias e empreendimentos da situação de insegurança jurídica e ativar as cadeias produtivas inteiras, em especial o setor da construção civil e, principalmente, do agronegócio brasileiro, que vai bem, mas pode ser ainda melhorado, e é o que nós estamos tentando fazer. Por isso que apresentei essas propostas como emendas à Medida Provisória nº 691. Como projeto de lei, também irei incorporá-las ao relatório de receitas ao Orçamento da União 2016.

Também estamos trabalhando em outras medidas que possam gerar receitas através do estímulo à retomada do crescimento, à retomada dos investimentos em infraestrutura, na construção civil e também no consumo. A nossa economia precisa girar para sairmos do impasse em que estamos neste momento. Precisamos pensar não apenas em gerar, como muito bem disse o Senador Pinheiro, receita para o ano que vem, mas que essa receita, através da venda dos imóveis, possa se traduzir em investimentos, a fim de gerar os empregos de que o Brasil precisa.

Eram essas as minhas palavras para finalizar o nosso trabalho de hoje e de amanhã cedo, com relação ao relatório de receitas para o Orçamento de 2016.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Nós que agradecemos ao Senador Acir Gurgacz pelo seu pronunciamento. Parabenizo V. Exª por isso.

O próximo orador inscrito é o eminente e ilustre Senador Telmário Mota, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental necessário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário, que bom ter a oportunidade de subir a esta tribuna com V. Exª na Presidência. Isso me honra bastante.

Sr. Presidente Dário, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, o Senador velhinho que está ali – o "veinho" do Piauí –, com a minha amiga Regina, também do Piauí, esse casal piauiense que está aqui, Senadores que bem representam aquele Estado – olha, há muitas universidades de Medicina lá, viu? –, eu, hoje, antes de entrar diretamente no assunto, quero abordar aqui uma questão que considero importante.

O Orçamento da União trouxe em seu bojo R$9 bilhões para custear despesas com termoelétricas, a energia gerada por termoelétricas. Eram R$9 bilhões no Orçamento da União para fazer esse custeio, porque as termoelétricas, além de serem as mais poluentes, são as mais caras do Brasil. E o meu Estado, hoje, é refém das termoelétricas, lamentavelmente.

Ora, esse recurso foi tirado pelo relator, no caso o Senador Romero Jucá, para fundo partidário, para o superávit primário e também para emendas de Parlamentares. E o povo ficou chupando o dedo. As contas foram aumentadas, agora, mais de 40% no meu Estado. Imaginem: um Estado pequeno, que vive de recursos públicos, num momento como este, recessivo, ainda ter um aumento de mais de 43%, sem subsídio, sem um custeio do Governo, é pedir um sacrifício absoluto.

Então, fica aqui o meu protesto. Mais do que isso, estou entrando com uma representação contra a Aneel, contra esse aumento que considero extremamente abusivo, junto ao Ministério Público do Estado de Roraima, à OAB e à Defensoria Pública, no sentido de debatermos juridicamente esse aumento extremamente abusivo para o povo de Roraima. Eu lamento profundamente que isso tenha acontecido numa distribuição de recursos que poderiam estar hoje fornecendo custeio, em vez de sobrecarregar diretamente o povo, o consumidor. Então, eu queria fazer aqui esse registro.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, um dos ataques costumeiros que têm sido feitos ao Governo Federal, nestes últimos tempos, é o de que ele estaria se recusando a reduzir seus gastos. Para usar uma expressão normalmente utilizada na mídia, Sr. Presidente Dário, o Governo não estaria aceitando, neste momento de crise econômica, cortar na própria carne – essa era a alegação.

Pois bem, penso que temos aqui, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, mais uma daquelas situações em que devemos optar ou pelas palavras de ordem, quase sempre infundadas, ou pela cristalina realidade dos fatos.

É muito fácil, todos sabemos, criar uma imagem fantasiosa do que está ocorrendo no País e ficar martelando-a na cabeça das pessoas. É exatamente isso que têm feito os pregadores do apocalipse, aqueles setores da oposição que com muita propriedade têm sido chamados de defensores do «quanto pior, melhor».

Esses setores esquecem, porém, que precisam confirmar as imagens irreais que divulgam com dados concretos, sob pena de perderem a credibilidade – e está aí, as pesquisas já mostram isso.

Dias atrás, tivemos mais uma demonstração – mais uma, entre tantas! – de que esse discurso segundo o qual o Governo não está cuidando de reduzir seus custos está muito distante da verdade.

Números divulgados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, extraídos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, dão conta de que, no período de janeiro a setembro deste ano, o Governo Federal desembolsou R$250 milhões com passagens aéreas, contra R$346 milhões no mesmo período do ano passado.

Ou seja: em um ano, Sr. Presidente Dário, a economia foi de R$96 milhões, equivalentes a 28% do que se gastou no ano passado na mesma rubrica de despesas.

Se a análise for feita considerando o número de passagens utilizadas, o resultado é semelhante. No período compreendido entre janeiro e setembro de 2014, foram emitidos 500 mil bilhetes aéreos para os servidores da administração pública federal. Agora, entre janeiro e setembro deste ano de 2015, foram 356 mil bilhetes: 29% a menos que no ano anterior.

São números públicos, transparentes, imunes a truques ou manipulações.

Outro exemplo que poderíamos citar, para evidenciar os cuidados que estão sendo adotados em relação à máquina governamental, são os gastos com telefonia.

Entre janeiro e agosto do ano passado, Srªs e Srs. Senadores, o Governo Federal despendeu R$130 milhões com o uso de telefones fixos e celulares no serviço público. Já no mesmo período de 2015, esse custo foi reduzido para R$63 milhões.

Observem que estamos falando aqui de uma redução de custos de 52%! Em apenas um ano – vejam só –, os gastos com telefonia foram reduzidos a menos da metade.

Então, Sr. Presidente Dário, não há que se dizer que o Governo Federal não está cortando na carne. Está cortando, sim, e muito!

E há de se reconhecer, também, que resultados dessa magnitude não são obtidos por acaso, ou por mera coincidência. Se reduções tão significativas de custos foram alcançadas, isso só ocorreu porque o Governo Federal baixou uma série de atos – aí incluídos decretos, portarias e instruções normativas – que as tornaram possíveis.

De modo, Senhoras e Senhores Senadores, que devemos ter cuidado com essas inverdades que algumas pessoas, por falta de informação ou má fé, ficam a repetir incessantemente, torcendo para que se transformem em verdade.

De modo, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, que devemos ter cuidado com essas inverdades que algumas pessoas, por falta de informação ou má fé, ficam a repetir incessantemente, torcendo para que se transformem em verdade.

É claro que ainda existem, e sempre existirão, maneiras de se reduzir ainda mais os gastos públicos. Mas não se diga – até porque se estaria cometendo uma grande injustiça – que o Governo Federal não está atento às questões e cuidando de fazer o que precisa ser feito para diminuir o peso da máquina estatal.

Era o que eu tinha, Sr. Presidente Dário, hoje a falar aqui desta tribuna. Portanto, agradeço a V. Exª pelo tempo que me foi concedido – o Senador Ferraço já me cobra, e eu reduzi pela metade o meu tempo para que o Espírito Santo também possa ouvir a voz desse Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Realmente, V. Exª foi rápido e objetivo, Senador Telmário. Não foi como naquela sessão de amplas discussões em que V. Exª utilizou a tribuna por pelo menos cinco vezes consecutivas.

Concedo, então, a palavra ao eminente, brilhante e atuante Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Dário Berger.

Srªs e Srs. Senadores, em meio aos mais variados discursos, todos eles focando esse ambiente extremamente desafiador para o nosso País, pelas variáveis que se apresentam de crise política e de crise econômica com reflexo social, evidentemente uma brutal crise moral que abate com certeza a autoestima da sociedade brasileira, eu quero fazer aqui uma modesta e sincera homenagem, uma homenagem de profundo reconhecimento na tribuna do Senado, uma homenagem à Igreja Cristã Maranata, nascida no meu Estado, o Estado do Espírito Santo, que completou seu 47º aniversário na última sexta-feira.

Eu tive o prazer e o privilégio de participar de um culto sublime, no qual milhares de capixabas – e não apenas capixabas, brasileiros; e não apenas brasileiros, também cristãos de outros países – puderam acompanhar uma cerimônia muito simples, mas marcada por uma profunda reflexão sobre a importância da vida religiosa em nossas famílias, em nossas comunidades.

A congregação pentecostal reúne atualmente mais de um milhão de fiéis em todo o Brasil e em dezenas de países das Américas, Europa e Ásia. Eu diria que a nossa Igreja Cristã Maranata – digo "nossa" porque nasceu no Espírito Santo – é seguramente uma instituição já incorporada à realidade e ao dia a dia de pelo menos 174 países.

A história da Igreja tem início em 1968, no bairro da Toca, atual bairro do Divino Espírito Santo, no Município de Vila Velha. A partir da iniciativa de oito membros da Igreja Presbiteriana, que buscavam nova experiência espiritual em reuniões de oração, um movimento se iniciou – ali foi plantada uma semente que germinou e produz frutos em muitas regiões do nosso País e do nosso Planeta.

Sua mensagem logo se espalhou para outras cidades e grupos que se formaram em torno dela levaram à criação da Igreja Cristã Presbiteriana, que em 1980 mudou o nome para Igreja Cristã Maranata – foi, portanto, uma evolução de muita fé, de muita confiança, de muita resiliência e de muita determinação.

A palavra Maranata, Srªs e Srs. Senadores, vem da expressão "O Rei vem", usada pelo apóstolo Paulo para falar da maior promessa da Igreja, ou seja, "Jesus voltará".

Neste quase meio século de trajetória – e nenhuma instituição alcança quase meio século de trajetória se não for fundada por princípios e por valores que já se transformaram em um legado extraordinário –, a Maranata colecionou grandes realizações dentro da comunidade evangélica mundial, consolidando doutrina, rede evangelizadora e sua capacidade de profetizar.

Seus pastores e seus grupos de assistência, inspirados pelo texto bíblico de Atos dos Apóstolos, vêm conduzindo a sua missão para além dos templos mundo afora, com especial atenção às crianças – chamo atenção para o fato de que todo esforço e dedicação dos seus milhares de pastores são um esforço e uma dedicação voluntários.

Reconhecida pela estrutura organizada e pela disciplina, a Maranata também se destaca pelos seminários conhecidos como "Maanains", onde os ensinamentos são reavivados. Pessoalmente já tive oportunidade de participar de diversos desses seminários, que são, realmente, um momento de muito encantamento.

Com essa mensagem, quero deixar aqui os meus cumprimentos ao Presidente da Igreja Maranata, Gedelti Victalino Gueiros, que leva adiante o trabalho iniciado pelo primeiro presidente, Manoel de Passos Barros, e a todos os seus fiéis.

Vida longa à Igreja Cristã Maranata!

No momento em que a Igreja Cristã Maranata comemora 47 anos de fundação, deixo aqui o meu registro de profundo reconhecimento ao trabalho evangelizador que a Igreja Maranata um dia iniciou no Espírito Santo, mas que hoje está presente em centenas de cidades brasileiras e em pelo menos 174 países.

Vida longa à Maranata!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – O Senador Walter Pinheiro está aqui me indagando quanto à lista de oradores.

Senador Ricardo Ferraço, eu queria me associar a V. Exª para também prestar a minha homenagem à Igreja Maranata, que recebeu de V. Exª uma bela e dedicada homenagem.

Orienta-me aqui o Senador Walter Pinheiro que a preferência, dentre os oradores inscritos, é de V. Exª, Senador Benedito de Lira. Isso é por ordem do Senador Walter Pinheiro. Eu até estava imaginando que a vez seria do Senador Walter Pinheiro, mas veja, Senador Benedito de Lira, a gentileza do Senador Walter Pinheiro.

V. Exª tem a palavra, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Pelo tempo que o senhor desejar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Primeiramente, eu queria agradecer ao meu companheiro, Senador Walter. Mas isso não é um gesto isolado dele não, isso é uma rotina. Ele sempre é gentil, e eu queria agradecer a S. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito interessante estar no plenário deste Senado, dentre outros Senadores, com três Senadores do Nordeste. Nesta Casa nós temos ouvido e assistido ultimamente a uma série de debates que, na verdade, não são mais necessários, é um processo repetitivo – "É crise, é crise, é crise, é crise..." Precisamos encontrar caminhos para diminuir, para minimizar as crises e encontrar a solução para o desenvolvimento.

Eu trago, na noite de hoje, Sr. Presidente, um assunto que reputo da maior importância para uma região deste País que tem tido uma importância fundamental no desenvolvimento do Brasil, que é a Região Nordeste, com mais de 54 milhões de habitantes. Enquanto o meu País cresceu, em 2014, 0,1%, o Nordeste cresceu 3,7%, e nós convivemos com dificuldades as mais diversas, principalmente para cerca de aproximadamente 23,5 milhões de brasileiros nordestinos que vivem na região do Semiárido do Nordeste.

Pois bem, Sr. Presidente, o Semiárido brasileiro representa, por certo, uma das maiores experiências com fenômeno climático, que é a seca. Embora estejamos acostumados a pensar apenas negativamente a respeito dessa região, é mais do que hora de atentar para suas reais potencialidades. No entanto, para que essas potencialidades possam ser melhor exploradas, é necessário acreditar em sua legítima vocação, respeitar as suas limitações ecológicas, garantir a sustentabilidade do Semiárido e principalmente quebrar o paradigma da miséria e adotar o paradigma das oportunidades, com a implantação de uma política de Estado – eu já disse isso aqui em outras oportunidades – e não políticas de governo.

Porém, antes de me restringir ao Semiárido, permitam-me um breve passeio por outras regiões do mundo, com outras culturas e outros modos de enfrentar a ausência de chuva ou a impossibilidade de se ter acesso à terra para atividade agropastoril por boa parte do ano.

Na Espanha, há uma situação recente de seca que já dura mais de três anos; e os jornais informam que a capacidade dos reservatórios daquele país está em torno de 55%. Quem está acostumado a ouvir falar da crise hídrica – seja no Nordeste, seja em São Paulo – há de se perguntar como outros povos resolvem essa questão.

Pois bem, na Espanha, em que pese a existência de conflitos de natureza política e divergências técnicas, o fato é que lá se empreendem ações na busca de soluções para o problema, quer seja com a transposição de águas do Rio Ebro ou com a construção de usinas de dessalinização da água do mar.

Indo a outro país da Europa, a Finlândia, que enfrenta baixíssimas temperaturas praticamente em quase todo o ano, descobre-se que, ali, há um mercado altamente industrializado, com produção *per capita* superior à do Reino Unido, França, Alemanha e Itália. Todos reconhecem que o padrão de vida finlandês é altíssimo; seu comércio externo responde por mais de um terço da economia. E, claro, todos sabem que, pelo rigoroso clima, a agricultura no país nórdico é apenas de subsistência. Nem por isso se passa sede ou se deixa de comer naquele país.

Em outra região do planeta, Israel, todos sabem o quanto é escassa a água. Naquela região de deserto, o precioso líquido provém do Rio Jordão e de duas fontes subterrâneas. Mas, no esforço para vencer o deserto, Israel desenvolveu uma série de tecnologias aplicadas à agricultura, que hoje exporta para o mundo. São exemplos os dessalinizadores para aproveitamento da água do mar, gotejadores pressurizados, despoluição e reúso da água, técnicas de pós-colheita que aumentam a vida de prateleira das frutas com uso de nitrogênio e dessecação.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades impostas por condições climáticas adversas, não se tem notícia de que os espanhóis, finlandeses ou israelenses deixem de ter a qualidade de vida que é proporcionada por outros fatores.

Considerando os panoramas mundial e local, cada vez mais precisamos olhar para a escassez de água no Semiárido, com olhos não apenas para o que se notabilizou como "obras contra a seca", mas com vistas em outros ângulos, a apontar soluções, alternativas eficazes para a qualidade de vida de quem ali mora, trabalha, produz e faz cultura.

Mas o que vem a ser o Semiárido brasileiro? Mais do que uma mancha geográfica do mapa nacional, ele é um conceito constitucional. A denominação técnica do Semiárido está contida no art. 159 da Constituição. Lembro-me, e eu tenho um ex-governador de Alagoas que faz sempre essa apologia: "Fui eu o responsável por colocar na Constituinte, e que hoje é letra da Constituição, o Semiárido." O art. 159 da Constituição trata exatamente do Semiárido. Mas nós não queremos apenas a letra morta da Constituição. Nós queremos ações, queremos vigor, queremos tecnologia, queremos qualidade de vida para aqueles que moram naquela região, nobre Senador Walter e nobre Senador Elmano, nós que somos do Nordeste, de Alagoas, da Bahia, do Piauí, nós sabemos das dificuldades.

Pois bem, Sr. Presidente, o que determina a aplicação de 50% desse fundo, que é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE, que foi para que a Sudene pudesse desenvolver projetos de desenvolvimento da região.

A Constituição define como Semiárido a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Na delimitação do Semiárido brasileiro, o espaço geográfico, a objetividade e permanência dos critérios técnicos adotados, além da compatibilidade com a malha municipal. Esses critérios técnicos foram avaliados, sistematicamente, em vários municípios da região Nordeste e Sudeste.

Assim, para fazer parte da região semiárida, os Municípios deveriam atender, ao menos, a um desses três critérios: precipitação média anual inferior a 800mm; índice de aridez até 0,5 e risco de seca maior de 60%. Um desses três itens deverá ser observado para que a região possa ser considerada semiárida.

Desse detalhamento veio a atribuição ao Estado para fazer delimitação, manifestada pela Portaria nº 89, de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional. O Semiárido abrange 1.133 Municípios, em uma área de 969.589,4km2, sendo que quase 90% desta se encontra no Nordeste e o restante na região setentrional de Minas Gerais.

Quando olhamos para cada um dos Estados do Nordeste, o que vemos? Que 92,97% do território do Rio Grande do Norte está na porção semiárida. Em Pernambuco, essa proporção é de 87,6%; no Ceará, 86,74%; na Paraíba, 86,2%; na Bahia, 69,1%; no Piauí, 59,41%; em Sergipe, 50,67%; em Alagoas, 45,28% e, em Minas Gerais,17,49%.

O Semiárido brasileiro abriga uma população de cerca de 23,5 milhões, o equivalente a 11% da população brasileira em espaços cada vez mais urbanos. Só por este retrato já se vê o quanto é considerável a presença do Semiárido no Território nacional, e, em consequência, a responsabilidade de todos os brasileiros sobre ele.

Não podemos examinar as soluções propostas sem, antes, olhar para o que foi feito no passado. Já ficou mais do que óbvia a visão economicista, isto é, da vantagem ou do prejuízo para a produção provocados pela estiagem. Esta foi a que mais predominou, ao longo dos séculos, desde o primeiro registro que se tem de uma seca no Nordeste, em 1587. Veja, Sr. Presidente, em 1587, com o relato de Fernão Cardim sobre a fuga de índios do Sertão para o litoral em busca de alimentos.

Embora sejam recentes na história brasileira, essa conceituação e esse reconhecimento das condições geográficas e climáticas, a convivência com o Semiárido é tão antiga quanto a história dos seres humanos nesse mesmo território. Muitas foram as intervenções que, apenas recentemente, se revelaram inapropriadas para o Semiárido. Não pretendo aqui fazer uma condenação do passado. Cada tempo tem seus valores, e os valores levam a decisões de natureza econômica, política e tecnológica.

Hoje, graças não apenas a métodos cada vez mais precisos de estudo do clima, mas também a noções de sustentabilidade ambiental, podem ser feitas novas avaliações. E, sabiamente, novas projeções sobre as maneiras de se ocupar o Semiárido.

Se formos olhar para o movimento de ocupação econômica da costa do Nordeste, veremos que, vencida a primeira etapa de exploração da Zona da Mata, da Mata Atlântica, a ocupação migrou para o Semiárido. Isto é, com o alcance do limite da exploração de terras mais férteis, os brasileiros foram se aventurando Sertão adentro. Não mais havendo possibilidades de expandir a plantação extensiva da cana-de-açúcar e os engenhos, que tanta riqueza econômica produziram, a população foi em busca de outros territórios.

Em 1993, o zoneamento realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) revelou que 36% da área do Semiárido – cerca de 35 milhões de hectares – possuem menor potencial de uso agrícola.

Não por acaso estão localizadas no Semiárido as maiores extensões de áreas em processo de desertificação no Brasil, com a perda gradual da fertilidade biológica do solo. Essa transformação do Brasil em um Saara é a consequência do cultivo inadequado da terra, associado às variações climáticas e às característica do solo.

O mais grave disso é que essa desertificação abrange 1.201 Municípios, em uma superfície de 1 milhão e 130 mil km^2, dos quais mais de 710 mil km^2 (62,8%) são caracterizados como semiáridos e outros 420 mil km^2 (37,2%) são subúmidos secos.

Nos primeiros anos do século XX, a ênfase foi sempre dada à ideia de que o progresso poderia vencer a seca. Euclides da Cunha, por exemplo, engenheiro iluminista, relatava as experiências europeias de transposição de águas como um testemunho do poder da invenção humana.

Não é à toa, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que as obras nacionais contra as secas, com órgãos com os mais diversos nomes, fizeram a glória de muitos empreiteiros e de muitos fazendeiros nordestinos com a construção de açudes e barragens. A prova disso é que – com críticas ácidas ou com aceitações pacíficas – no início desta década, graças aos reservatórios desses grandes açudes, o Nordeste dispunha de água acumulada em boa proporção.

Infelizmente, esses reservatórios não estavam – nem estão ainda – vinculados aos outros por meio de adutoras a fim de assegurar uma redistribuição apropriada desses volumes de água.

Do período do regime civil-militar de 1964 em diante, a ênfase foi para a irrigação. E no período pós-Constituinte, além da irrigação, incentivou-se o turismo. Em outras palavras, ...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... era como se o Nordeste pudesse ser transformado em um grande pomar irrigado e em um balneário. Todos sabemos a glória que

é produzir uvas às margens do Rio São Francisco e, particularmente, em Alagoas, sabemos o quanto o turismo é benéfico, mas nem tudo é alcançado pelos pivôs de irrigação e o mar se limita à costa.

Então, o que fazer com todo o território do Semiárido? A grande experiência de nossos dias, mas de um projeto que vem do Império, é a transposição das águas do Rio São Francisco. O objetivo dessa grande obra é o de garantir a segurança hídrica a cerca de 12 milhões de habitantes, situados em 390 Municípios dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pois bem, está sendo feita a obra. Haverá a transposição, mas não cuidamos do Rio. O Rio pode secar, e a coisa é, cada dia, mais grave. Por quê? Porque não se cuidou do Rio São Francisco.

Quando chega um pouco de água ao Rio é porque choveu muito nas cabeceiras em Minas Gerais, que é o leito que alimenta ainda o Rio São Francisco. Seria uma maravilha se, por acaso, nós tivéssemos usado determinados instrumentos capazes de fazer o reservatório de águas ou fazer a transposição de outros rios para o Rio São Francisco. Aí, sim, nós teríamos a segurança, a garantia de que a transposição acontecerá e as pessoas terão água.

Eu conversava recentemente com os Senadores da Paraíba e me assustei, porque, se não houver a transposição dentro das programações que estão previstas, haverá uma catástrofe, um colapso, principalmente na cidade de João Pessoa. Você não pode abastecer uma cidade, uma capital de um Estado nordestino com carro-pipa. Nós imaginávamos, lá atrás, que o carro-pipa teria que ser aposentado, tirado do dia a dia do Semiárido brasileiro ou do Nordeste brasileiro. Hoje, a cada dia, aumenta o número de carros-pipas para abastecer as pessoas que moram lá no Semiárido do Nordeste brasileiro

Minha gente, nós estamos em pleno século XXI! É inacreditável que o Brasil, apenas o Brasil... Eu não falo dos governos atuais que fizeram alguma coisa ou estão fazendo, porque a determinação para a transposição do Rio São Francisco foi adotada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Muitos da região eram contrários.

Minha gente, você privar uma pessoa de um copo de água potável é qualquer coisa inacreditável, mas é a realidade da nossa Nação, infelizmente, dos dias atuais.

Eminente Senador Garibaldi, V. Exª que é de uma região como a minha, do Rio Grande do Norte, que tem a porção do seu território maior do que o meu Estado, enquanto o Estado de V. Exª tem mais de 70% do seu território dentro do Semiárido, o meu tem 45%. O seu Estado, logicamente, é maior do que o meu, as dificuldades também são maiores do que no meu Estado.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senador Benedito, me concede um aparte?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Com certeza, nobre Senador, terei muito prazer em ouvir V. Exª.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pois bem, o projeto envolve a condução de água por 477km, organizados em dois eixos de transferência de água (norte e leste). A obra compreende a construção de quatro túneis, 14 aquedutos, 9 estações de bombeamento e 27 reservatórios – estou me referindo à transposição das águas do Rio São Francisco, para atender a quatro Estados do Nordeste.

Com certeza, pronta essa obra, haverá mais segura hídrica do que existe hoje. Uma vez jorrando água dos canais, haverá um reforço a todos os reservatórios e à política disseminada de cisterna.

Terei muito prazer de ouvir V. Exª, Senador Elmano.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sobre o pronunciamento de V. Exª, queria me somar a ele, inclusive falando da pertinência do pronunciamento de V. Exª em trazer, mais uma vez, esse tema tão palpitante, tão importante para a Região Nordeste. Sobre a utilização de carros-pipa, tenho uma informação a prestar aqui neste instante de que o Governo Federal está gastando, no Estado do Piauí, em torno de 10 milhões por mês, para assegurar água, através de carros-pipa, em 59 Municípios. Isso representa um gasto anual em torno de R$100 milhões a R$120 milhões, recursos suficientes para a conclusão de quatro adutoras que estão sendo feitas no Estado do Piauí, mas, que, lamentavelmente, todas elas, todas essas obras, as quatro adutoras estão paradas. Quer dizer, estamos gastando anualmente recursos que não ficam, depois de aplicados, obras duradouras para o enfrentamento de outras irregularidades pluviométricas. Então, queria só me somar ao pronunciamento de V. Exª e dizer que, lamentavelmente, nós não fomos ainda competentes... Como disse muito bem V. Exª, as políticas deveriam e devem ser de Estado porque o Estado é realmente uma instituição permanente, e os governos passam. E, lamentavelmente, no nosso País e também em muitos Estados

federados, não há a continuidade administrativa das políticas públicas de ação, como essa a que V. Exª se refere neste seu pronunciamento.

(Soa a campainha.)

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Então, era essa colocação que nós gostaríamos de fazer, em adendo ao pronunciamento de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu agradeço a V. Exª...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – V. Exª me permite, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ...pela oportunidade e ouço o eminente Senador Garibaldi, que é um dos homens que faz história não só nesta Casa, no Congresso Nacional, mas na região do Nordeste brasileiro.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Olha, eu sabia que V. Exª era um homem bondoso, mas não tanto. Senador Benedito de Lira, eu queria também me mostrar inteiramente solidário ao que V. Exª defende neste momento na tribuna com relação a uma política hídrica mais consistente para os Estados nordestinos. Eu não vou me demorar, porque nós estamos sendo advertidos, não pelo Presidente, mas pelo tempo, então eu diria a V. Exª que pode contar conosco. Nós, inclusive, estamos realizando, em Natal, uma audiência pública da Comissão de Infraestrutura a respeito desta questão. Vamos reunir especialistas, vamos reunir Governadores, Senadores, o Ministro da Integração, no dia 27, em Natal, pela manhã. É uma sexta-feira, se V. Exª puder estar presente, vamos nos sentir honrados.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Terei muito prazer, nobre Senador Garibaldi. Apesar de não pertencer à Comissão de Infraestrutura, farei parte como assistente dessa audiência pública, no que V. Exª está fazendo muito bem.

E eu diria que, há poucos instantes, o nobre Senador do Piauí, meu querido amigo, fez uma observação com relação a carro-pipa. Imagine V. Exª quanto este País já gastou com carros-pipas nesses últimos 400 anos.

Daria para transferir o mar de onde ele está para o Brasil inteiro. Então, é uma coisa que, sinceramente, nós não podemos compreender; R$120 milhões serão gastos com carro-pipa, numa emergência – obra de emergência. Obras de emergência! E a emergência acontece todos os anos. Por quê? Porque as pessoas imaginavam, ou imaginam, que você pode acabar com a seca. Não pode...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ...porque isso é um fenômeno da natureza. Você tem de encontrar soluções e instrumentos para conviver com ela, como outros países convivem com o gelo, com o deserto, com a falta de chuva. E já dei exemplo aqui: Israel. É uma brincadeira dizermos um negócio deste, mas é algo que nos dá muita satisfação. Israel, deserto, busca água no subsolo – a profundidade, não sei o tamanho –, busca água no mar, alimenta a sua população, faz uma criação de peixe extraordinária e ainda com o produto agrícola de irrigação, com o sistema de gotejamento, para economia da água...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Aqui não, aqui nós já estamos com dificuldade, e as pessoas lavam calçadas nas ruas. Lá se pratica a agricultura através de um sistema de irrigação por gotejamento, para alimentar a população de Israel e ter uma pauta de exportação que supera os US$5 bilhões, Sr. Presidente.

Então, as dificuldades fazem com que você encontre as soluções.

Mas, além desses aspectos tecnológicos, o desenvolvimento das pessoas é que é crucial. Já na década de 30, o grande Josué de Castro identificava que o problema do Semiárido não era a escassez de chuva, mas a precariedade econômica do sertanejo, independente das chuvas, sem reservas, sem recursos, e, a cada estiagem, sofriam desesperadamente com a fome...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... sede, perda de rebanhos e desnutrição. Reparem mesmo.

Essas cenas de degradação humana estão bem registradas em Rachel de Queiroz, em José Lins do Rêgo e, claro, no nosso brilhante Graciliano Ramos, particularmente em seu *Vidas Secas*.

Felizmente, Sr. Presidente, com as políticas compensatórias de redistribuição de renda dos últimos 15 anos, esse cenário devastador de fome, de levas de retirantes, de indigência nas cidades, de saques a supermercados, tudo isso ficou para trás.

Hoje, chegam ao pequeno agricultor, além do Bolsa Família, o Garantia Safra e até mesmo o Bolsa Estiagem. No balanço positivo, os números apontam que, entre 2003 e 2013, em todo o País, 33 milhões deixaram a miséria e entraram...

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Na classe média?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Sem revisão do orador.) – Pronto, exatamente, Sr. Presidente, muito obrigado, na classe média.

E o Nordeste foi palco de 61% dessas reduções.

No período entre 2009 e 2013, por exemplo, antes da crise que hoje assola todo o País, o Nordeste atraiu grandes investimentos, com fábricas de carros e motos, refinarias, estaleiros e siderúrgicas.

Somente nos três maiores polos de desenvolvimento da região – Suape - PE, Pecém - CE e Camaçari – BA –, os investimentos captados nesse período e projetados até 2015 somam cerca de R$98 bilhões. Enquanto o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil cresceu 0,1% em 2014, o Nordeste cresceu 3,7%.

O resultado, calculado pelo Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central - IBCR, foi influenciado principalmente pelo setor de serviços e pelo varejo.

O Semiárido, Sr. Presidente, deve ser visto como uma região estratégica e de interesse nacional. Explorar todas as suas potencialidades é, no mínimo, a opinião de nordestino que convive dia a dia com a realidade da seca.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, eu vou encerrar.

Para transpor esse desafio é necessária e fundamental a existência de uma política de Estado comprometida com a implantação de ações públicas contínuas e focadas nas reais potencialidades da região do Semiárido, as quais não estejam vinculadas nem sujeitas a interrupções provocadas pela alternância de governos ou por convivências partidárias.

Como exemplifiquei anteriormente, potencialidade não falta; o desafio é enxergar o Semiárido não como um problema, mas, sobretudo, como uma região de oportunidades para o desenvolvimento sustentável e estratégico do País.

Temos que mudar essa ideia de que a região do Semiárido só avançará econômica e socialmente se dispuser de água em abundância. Não se pode associar a miséria ao clima; não se pode simplesmente culpar o sol...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ...ou o clima para justificar a ausência de ações públicas voltadas para aquela região.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, cabe a todos nós, mas sobretudo ao Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal a existência de um pacto para a implantação de uma política de Estado que vise o desenvolvimento sustentável para o Semiárido brasileiro, com reconhecimento das suas peculiaridades e potencialidades.

Sr. Presidente, queria, para encerrar, agradecer a V. Exª a tolerância, ao tempo em que, mais uma vez, agradeço ao eminente Senador Walter por ter cedido a sua vez. E dizer a todos os brasileiros que nós precisamos realmente estabelecer critérios de uma política...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ...de desenvolvimento daquela região, que é uma das mais importantes deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Então, eu que cumprimento V. Exª. Hoje a Presidência do Senado está tolerante. Também o Senador Romero Jucá falou uma hora e meia, e ainda por permuta com o Senador Ricardo Ferraço, de forma que parabenizo V. Exª pelo pronunciamento, pela preocupação que traz com o seu Estado e os Estados do Nordeste, e continuo a minha imensa admiração por me sentar, eventualmente, ao seu lado, aqui na frente, no Senado Federal.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Com a palavra, em seguida, o brilhante Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, brilhante foi o nosso Benedito de Lira, que falou, eu diria até com a alma, desse nosso querido Nordeste, das dificuldades e das proezas desse Nordeste em teimar, existir, sobreviver, resistir e enfrentar, meu caro Benedito, inclusive a ausência de políticas.

Essa é uma das coisas, Senador Benedito – ou talvez a principal coisa –, que me traz à tribuna no dia de hoje. É exatamente a teimosia.

Eu vim pensando muito, quando me deslocava do meu Estado para cá, se insistir nesse tema era loucura ou se era ainda a teimosia dos velhos nordestinos em clamar por soluções, em buscar resposta. E cheguei aqui, no dia de hoje, e encontrei um verdadeiro vazio. Vazio das comissões...

Eu conversava há pouco, com o Senador Ricardo Ferraço, das minhas preocupações acerca desse período que se aproxima, que eu não sei se podemos chamar de período da comodidade ou da acomodação. Daqui a pouco nós adentraremos o mês de dezembro e, consequentemente, as coisas ficarão mais difíceis de ser encaminhadas.

Eu procurei o Presidente Renan hoje, depois de sua reunião com os presidentes de comissões, até para saber qual vai ser o tema, qual é a pauta, qual é o rumo que nós vamos tentar apresentar.

Senador Benedito, escutei atentamente as suas ponderações, as comparações. Eu tive a oportunidade, inclusive, de conhecer dois dos países citados por V. Exª.

No Estado de Israel se assiste a uma presença muito forte de políticas de convivência com a adversidade, até porque a seca não se acaba, como disse muito bem V. Exª. Ela é um fenômeno intrínseco, é uma forma de vida e, portanto, constituída, consagrada para um ambiente como o nosso Semiárido. O povo, em Israel, tomou a decisão de construir políticas para essa convivência, desde o gotejamento à dessalinização, ao processo, inclusive, de busca de alternativas. Mas não se desprezou de forma nenhuma, meu caro Benedito de Lira, o desenvolvimento. Israel é uma nação próspera. Não é só a partir da produção no campo. Há tecnologia de ponta na área da Aeronáutica, na área principalmente de saúde... Em diversos aspectos.

Nós podemos falar das áreas de conflitos que terminam, de certa maneira, conduzindo a política, a chamada indústria bélica, mas Israel aprimorou-se, de forma fantástica, na área das fontes alternativas. Nós estamos discutindo energia fotovoltaica hoje, inclusive eu estou retornando de visita recente à Itália, para ver as experiências, os acertos e também as parcerias, principalmente com o meu Estado, o Estado da Bahia, nessa área de energia solar. Eu estive em Israel há muito tempo, e essa é uma prática já usual.

O Instituto Weizmann, visitei lá. Estive com o Ministro de Ciência e Tecnologia. Na época, o Ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil era o nosso querido amigo Eduardo Campos. Tive a oportunidade de visitar e de ver isso.

Tive a oportunidade de visitar a Finlândia. Estive em Helsinque num dos períodos mais frios. Convivi com 26, 28 graus negativos na cidade de Helsinque. E até desafiei uma coisa que é normal. Todos nós costumamos fazer desafios não para provar, nem tampouco para questionar um dos trechos da Bíblia que fala sobre Jesus andar sobre as águas, mas eu, numa brincadeira com a minha mulher, disse assim: "Eu também vou andar sobre as águas". Aproveitei que o mar estava congelado e andei ali. Fui até em um navio que faz o trecho de Helsinque a Estocolmo. Mesmo nesse período, com quebra-gelo na frente, é claro, esse navio continua fazendo esse percurso.

A minha ida àquela cidade, àquele país era exatamente para conhecer o desenvolvimento científico e tecnológico inerente àquele país, mesmo nos períodos de adversidade. Portanto, os dois extremos.

Aqui eu me deparo, Senador Benedito, com outro extremo: o extremo da paralisia. A crise contamina as esferas políticas, e nós terminamos convivendo com uma paralisia de Governo, nós terminamos convivendo com a paralisia no Senado, meu caro Elmano. Então nós temos um problema.

V. Exª falou aqui do canal do São Francisco, Senador Benedito. Agora a água não está chegando nem à ponta do Velho Chico, a vazão cada dia mais...

Aliás, meu companheiro Otto Alencar tem se dedicado exaustivamente a esse tema, a sua cobrança para que o Governo possa interagir, para que políticas possam ser adotadas, o reflorestamento das margens. E não conseguimos aprovar absolutamente nada.

Qual é a alternativa? Aguardarmos aqui até o período, sei lá, do dia 12, 15, 16, 17 de dezembro para votarmos o orçamento e sairmos para o recesso parlamentar como se função cumprida, votamos o orçamento. Que orçamento? Quanto esse orçamento terá, por exemplo, para resolver o problema crítico do Nordeste nesse momento? O lago de Sobradinho chega quase que ao seu volume morto. Então nós vamos ter problema de abastecimento de água e de geração de energia.

Quanto esse orçamento conterá para que a política do carro-pipa não continue e passemos a ter política de convivência com a seca? O que conterá esse orçamento para resolver o problema de milhares e milhões, digamos assim, meu caro Benedito, do povo nordestino, no que diz respeito a tocar a sua roça, a produzir no final do dia e ter capacidade de chegar à feira, no sábado, na pequena cidade, e conseguir comercializar o seu produto? O que esse orçamento vai injetar? Ou será que esse orçamento conterá os cortes, o contingenciamento para se ajustar a um processo efetivo para resolver o problema das contas do Governo central?

É óbvio que o Governo central tem que cuidar disso, tem que ver como é que a economia se processa para resolver esse problema do déficit. Mas que soluções?

Nós começamos a conviver com um processo crescente, nas cidades do interior da Bahia, de problemas de abastecimento e, principalmente, de demissões e fechamento de postos de trabalho.

Ouvi o Senador Roberto Requião produzir uma crítica incisiva, dura e contumaz ao seu próprio Partido, que, num dos seus programas, falava do salário mínimo de forma completamente atravessada.

Eu disse aqui, há 15 dias, Senador Benedito, que o Bolsa Família passou a ser arrimo de cidade, o que era, meu caro Elmano, a antiga aposentadoria. O aposentado passou a ser arrimo de família porque o aposentado passou a sustentar os filhos e os filhos dos filhos, ou seja, os netos. Agora a gente tem essa mesma política com o Bolsa Família, sustentando a economia, meu caro Douglas, meu caro Dário, das cidades. Aí, quando o Relator do Orçamento falou aqui em cortar R$10 bilhões, eu disse: ora, nós já estamos em uma crise brutal na economia em cada canto deste país, e vou tirar da economia R$10 bilhões. É esse o dinheiro que chega ao mercadinho de bairro. É esse o dinheiro que circula na pequena cidade. É esse dinheiro que ainda mantém a economia circulando em alguma parte deste País.

Há uma coisa – eu vou usar uma expressão até pesada – que é uma desgraça: quando o dinheiro fica na mão de governo e de banco. Dinheiro tem que estar na economia, na ponta, na rua para poder circular. Assim, é o dinheirinho que o sujeito recebe no final do dia que serve para ele botar na mesa; é esse dinheiro que movimenta uma atividade econômica, uma atividade comercial; é esse dinheiro que remunera os serviços que são contratados entre as pessoas.

Aí, eu me pergunto: e essa paralisia? Nós estamos insistindo nisso aqui há muito tempo. Falamos da Pauta Brasil, da Comissão de Desenvolvimento, do Pacto Federativo, uma série de coisas, e vamos chegando a dezembro. Qual é a expectativa para o Natal? É o quê? É depois fantasiar uma árvore ou armar um presépio com um bocado de vacas balançando a cabeça, como se dissessem: "Sim, senhor; senhor, sim", como era prática, meu caro Benedito, no velho Nordeste.

Portanto, é essa a apreensão que me traz à tribuna hoje à noite. Eu dizia ao Senador Ferraço que vi experiências fantásticas, coisas que estamos tentando levar para a nossa Bahia. Estive em regiões no meio do mato – poderíamos dizer assim, meu caro Benedito –, em que pude ver a plaquinha solar movimentando a economia. Essa mesma plaquinha solar retira do sol energia num lugar onde só há sol seis meses, só seis meses!

E o sujeito movimenta, com essa energia, a sua fabriqueta, uma pequena propriedade, tocando a produção – seja de azeite de oliva, de vinho ou coisa do gênero –, retirando da lavoura, usando energia solar por bombeamento para irrigar. Ou nas pequenas cidades... Nas pequenas cidades, a placa solar alimenta a sinalização de rua, serve de orientação e, ao mesmo tempo, de alimentação.

E a gente vai vendo aqui em que os nossos debates se concentram. E como é que nós vamos responder a esse processo aqui, ali e acolá? E eu pergunto: e a execução orçamentária de 2015? Como é que nós vamos responder os 5,570 mil prefeitos deste País, que, até o dia 31 de dezembro, precisam fechar as suas folhas, executar diversas obras nas cidades?

Essas obras são todas voltadas para as pessoas que mais precisam – pelo menos deveria ser assim. E nós vamos fazer o que aqui? Qual é o funcionamento? É o que aguardávamos para discutir, de forma muito, eu diria, incipiente, o Plano Plurianual, o que é que o País vai fazer nos próximos quatro anos.

Hoje o Senador Acir me lembrou aqui, antes de ele falar, que em 2011 nós corremos o Brasil inteiro – eu, ele, o Senador Vital, o Deputado Arlindo Chinaglia – para tentar produzir o PPA de 2012 a 2015.

Nós vamos votar o PPA, que vai valer de 2016 a 2019, em um período de crise. Eu, por exemplo, não o conheço, não sei nem qual é a proposta. Imagine o cidadão lá de Palmeira dos Índios ou o cidadão lá da minha querida Chorrochó, na Bahia. Para esse é pior ainda.

Só que, para esse, Benedito, chega muito mais rápido a dificuldade, chega muito mais rápido o efeito da longa estiagem, chega muito mais rápido, porque bate na pele o desemprego, a falta de condições. Esse está sofrendo e não pode esperar o dia 17, 18 de dezembro, que é o encerramento dos trabalhos aqui.

Esse sujeito tem de comer amanhã de manhã, Benedito. Amanhã de manhã, ele tem... Ou melhor, agora, à noite, neste momento, ele tem de resolver o que colocar na mesa para os seus filhos. Portanto, mesmo com

crise política, isso aqui precisa funcionar. Nós precisamos fazer esta cobrança: o que efetivamente nós podemos dar de contribuição para isso? Senão, é uma mera sensação de enxugar gelo.

Essa é a preocupação para o Nordeste que enfrenta um dos seus piores momentos de longa estiagem. Tivemos um crescimento, como aqui muito bem relatou o Senador Benedito, diferente do País, com toda a adversidade. Só que é difícil. Não adianta fazer essas coisas só na teimosia do velho sertanejo, que resiste. Há horas em que as condições lhe faltam; há horas em que as condições não chegam.

Então, é necessário prover essas condições. É necessário mexer nessas coisas e votar, por exemplo, a política que nós vamos adotar em cada Estado. Como nós vamos ajudar cada Município? Como vamos fazer a partir daqui para a economia rodar na ponta? Será o quê? Aumentar a carga tributária? Eu continuo achando que isso não é solução. Talvez, aumente a arrecadação da União, mas não resolva o problema na economia, até porque quem é que vai continuar pagando? Os que estão de pé? Então, nós vamos tirar a possibilidade de quem está de pé de continuar de pé? E vamos tirar as condições para que esse cidadão continue gerando; vamos lhe tirar mais. É sempre tirar dos mesmos.

Portanto, nós precisamos voltar para esse debate para que tenhamos condições, Senador Benedito, efetivamente, de dizer qual é a contribuição que podemos dar no Senado, senão, vamos ficar aqui, todas as vezes, só fazendo a constatação ou a estatística das questões. E não é o papel do Senado da República, como órgão de decisão, inclusive, ou de elaboração de leis, cuidar da estatística, mas cuidar da ação para que as estatísticas não continuem punindo o povo da nossa Nação.

Era isso, Senador Benedito. Vou lhe dar um aparte e vou encerrar, meu caro Presidente.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Senador Walter, terei muito prazer em fazer este aparte. E não me surpreende. V. Exª acabou de dizer uma coisa que me chamou a atenção, como chama a atenção de qualquer cidadão brasileiro, quer seja, morador do Semiárido, como bem disse V. Exª, que apenas não tem conhecimento, seja empresário, servidor público, Parlamentar. É assustador. E V. Exª teceu alguns comentários...

(Soa a campainha.)

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... a respeito do Orçamento que vamos aprovar por esses próximos dias. Como se concebe, nobre Senador, o País já ter pago, a essa altura do tempo, mais de R$500 bilhões de juros à rede bancária nacional e, talvez, à internacional? Recentemente, tivemos uma greve de quase 30 dias dos bancos. Eles estavam pouco se lixando. Talvez até pela minha ignorância no que diz respeito a esse setor da economia, pergunto: para que serve a rede bancária privada deste País? Qual a sua função? Apenas especulativa. É pedir a Deus, de três em três meses, que o Governo reajuste a Selic, porque, com isso, eles têm uma gorda ajuda. Enquanto estamos passando por inúmeras dificuldades, de seis em seis meses, eles apresentam seus balanços com bilhões e bilhões de reais de lucro líquido. Quer dizer, então é isso que também atrasa a vida deste País. Eu queria cumprimentar V. Exª. E nós aqui, do Senado, como bem disse, já estamos aqui há algumas semanas sem absolutamente produzir nada, absolutamente nada. Nós não podemos paralisar as Casas Legislativas do Congresso Nacional, que são exatamente os órgãos onde se podem apresentar algumas soluções ou caminhos para que o Governo possa realmente fazer com que este País continue produzindo e...

(Soa a campainha.)

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... melhorando a qualidade de vida das pessoas deste imenso Território nacional. E essa ação que V. Exª acabou de dizer, energia solar em lugares que têm apenas quatro ou cinco meses de sol, e nós não temos essa tecnologia ainda no Brasil, porque há Estados do Nordeste, por exemplo, em que há sol o ano inteiro. Por isso é que nós pagamos uma das energias mais caras do mundo, por isso, porque infelizmente a nossa energia vem ou das hidroelétricas, em que não há mais água para fazê-las, e aí por diante, Sr. Presidente. Nobre Senador, muito obrigado, queria cumprimentar e parabenizar V. Exª e dizer que todos nós aqui temos de ter um caminho para seguir, dar satisfação e encontrar soluções para este País.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É isso, Senador Benedito.

Senador Dário, meu caro Presidente, eu quero encerrar chamando a atenção para isso. Eu às vezes tenho muita preocupação com essa coisa de que cobram da gente votar, votar, votar.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A pauta deve ter uns 50 projetos. Eu não sei se chegássemos aqui amanhã e votássemos esses 50 projetos se resolveríamos alguma coisa. Todo dia há uma medida provisória na pauta. Nós precisamos é focar e, não, votar. Qual é a contribuição para este momento e não a enxurrada de legislação.

Talvez precisemos, viu, meu caro Presidente, Senador Dário, fazer duas coisas: "Revogue-se" um bocado de lei que não tem nada, não serve mais para nada; e a outra é "Cumpra-se" um bocado de lei que há aí.

Portanto, se conseguíssemos fazer isso, já daríamos uma boa contribuição.

Era isso, meu companheiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Mais uma vez, cumprimento o Senador Walter Pinheiro, um dos mais ilustres membros desta Casa, que fez um belo pronunciamento.

Agora, concedo a palavra, na sequência, à Senadora Fátima Bezerra, em permuta com o Senador Garibaldi Alves.

V. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Dário, presidindo os trabalhos, Senadora Regina, Senador Telmário, Senador Benedito de Lira, enfim, demais Senadores, Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da nossa TV Senado, primeiro eu quero registrar o nosso apoio e a nossa solidariedade aos petroleiros, que estão em greve desde o último dia primeiro. A greve dos petroleiros em todo o País, Sr. Presidente, é uma greve em que eles reivindicam, neste exato momento, buscar o apoio da sociedade na defesa da Petrobras e na defesa do emprego de milhares de colegas por este País afora, inclusive lá no meu Estado.

A Petrobras tem uma presença muito importante no Estado do Rio Grande do Norte, na região de Mossoró, no oeste do Estado. Preocupa-nos muito, muito mesmo a desaceleração das atividades da Petrobras em Mossoró, na nossa região, o que causa desemprego.

Na verdade, a greve dos petroleiros, neste exato momento, é, sobretudo, repito, para impedir qualquer tentativa de desmonte da empresa e para garantir o emprego. Tanto é, Sr. Presidente, que as principais reivindicações apresentadas pela FUP, que é a entidade que representa os milhares de petroleiros pelo País afora, estão detalhadas na agenda que eles chamaram de Pauta pelo Brasil, em que, em suma, eles, os trabalhadores e trabalhadoras da Petrobras, cobram a suspensão imediata do processo de privatização de setores da empresa e a manutenção da Petrobras como empresa indutora do desenvolvimento nacional.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) informa que, para cada R$1 bilhão que a empresa deixa de investir no País, o efeito sobre o PIB é de menos de R$2,5 bilhões. Vale ressaltar que, até há pouco tempo, a Petrobras era responsável por 13% do nosso PIB.

Portanto, quero aqui, Sr. Presidente, de forma breve, até porque vamos voltar a este assunto em outro momento, desta tribuna expressar toda a nossa solidariedade, repito, à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Petrobras, por todo o País, com a greve em curso, ao mesmo tempo em que fazemos um apelo à direção da Petrobras no sentido de se esforçar na negociação com esses trabalhadores, que pretendem, repito, apenas garantir a manutenção de um dos nossos maiores patrimônios, que é a Petrobras, com o papel que ela desempenha no projeto de desenvolvimento nacional, associado à defesa do emprego dos milhares de trabalhadores e de trabalhadoras por este País afora. Refiro-me, exatamente, aos petroleiros.

Em síntese, fica aqui não apenas o apelo da Senadora Fátima Bezerra, mas falo aqui, tenho certeza, em nome da Senadora Regina e de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores. De um lado, falo da legitimidade, da justeza da luta da FUP, dos petroleiros de todo o País; de outro, faço aqui um apelo para que a direção da Petrobras se sente o quanto antes, se empenhe cada vez mais, se esforce cada vez mais e atenda à pauta pelo Brasil que a FUP tem apresentado em defesa da Petrobras e do emprego, para que essa greve, Sr. Presidente, termine o mais rapidamente possível.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero aqui também, como professora, como mulher sempre atenta – e no meu mandato sempre tenho estado atenta à luta que diz respeito à questão dos direitos humanos –, registrar minha solidariedade às diversas manifestações que tomaram as ruas do País nesse feriado prolongado contra a pauta conservadora que tem sido adotada, infelizmente, no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Falo da aprovação de projetos contrários aos direitos das minorias e da própria manutenção do Estado democrático de direito.

Refiro-me, Senadora Regina, especialmente às manifestações lideradas pelas mulheres nesse fim de semana, aos movimentos feministas, aos movimentos de mulheres em geral, que foram às ruas protestar contra o Projeto de Lei nº 5.069, de autoria do Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha, que dificulta o acesso ao aborto nos casos já previstos em lei, como estupro, etc.

Ainda ontem, segunda-feira, dando continuidade, repito, a essas mobilizações, a essas manifestações populares, tendo à frente as mulheres, um grupo de 400 jovens se reuniu em frente à casa do Presidente da Câmara, para protestar contra o PL 5.069 e outras propostas também incluídas por ele na pauta da Câmara.

Entre elas, a que propõe a revogação do Estatuto do Desarmamento, a que muda as regras da demarcação das terras indígenas, a que reduz a maioridade penal para 16 anos e a que estabelece o Dia do Orgulho Hétero. Essas duas últimas, inclusive, também de autoria do Deputado Eduardo Cunha.

Enfim, muito nos preocupa que o Congresso Nacional adote o caminho de colocar em pauta questões que atentam contra os direitos fundamentais tão claramente resguardados pela nossa Constituição cidadã ou que, deliberadamente, debochem, Senadora Regina, de situações inclusive enfrentadas pelas minorias.

Com certeza não é isso o que quer a juventude brasileira. Repito: com certeza não é isso o que quer a juventude brasileira. E também não deve ser isso que nós, Parlamentares, legisladores, que aqui chegamos investidos pelo poder do voto, pela representação popular, devemos defender.

Quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, que é inaceitável, é revoltante que o Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha, que neste exato momento está sendo acusado de vários crimes, com inquéritos já autorizados pelo Supremo Tribunal Federal e que responde, também neste exato momento, a processo por quebra de decoro no Conselho de Ética daquela Casa, não apenas apresente essa agenda conservadora, mas tenha colocado essa pauta para análise dos Parlamentares, propostas essas que, na verdade, representam um retrocesso na história política deste País.

As pautas conservadoras, repito, de autoria do próprio Deputado Eduardo Cunha ou de outros Parlamentares, que ele tem conduzido para colocar no centro das decisões do Congresso Nacional, Senadora Regina, atentam contra o Estado democrático de direito, atentam contra a cidadania, atentam contra a nossa Constituição cidadã de 1988, atentam contra os direitos humanos.

Por quê? Porque é uma pauta que vai desde a questão de criminalização das vítimas de estupro, ao colocar empecilhos ao aborto legal – refiro-me ao Projeto de Lei nº 5.069 –, até a outras agendas que atacam os direitos sociais e a soberania nacional, como, repito, a revogação do Estatuto do Desarmamento, que tantas vidas protege, que atacam os direitos trabalhistas trazidos pela proposta de terceirização, em análise no Congresso, que, inclusive, está aqui no Senado. E nós vamos lutar para rejeitar o projeto de lei que vem de lá que trata da terceirização.

Refiro-me ainda ao Projeto de Lei nº 131, de autoria do Senador José Serra, assim como há o projeto de lei de autoria do Deputado Mendonça, do DEM, na Câmara dos Deputados. São projetos de lei que colocam em risco a soberania nacional ao pretender alterar o marco regulatório da exploração do pré-sal, o chamado modelo de partilha, com todas as consequências que isso trará, inclusive para o campo da educação, porque nós contamos, sim, com uma boa ajuda do pré-sal para financiar o presente e o futuro da educação do nosso País, inclusive as metas do novo PNE.

Então, é essa agenda conservadora, Senador Donizete, que está em curso, repito, pautada por um homem. Ele tem todo o direito de se defender, mas ninguém pode aqui deixar de dizer a realidade nua e crua. O Deputado Eduardo Cunha está sendo acusado, neste exato momento, de vários crimes com indícios muito concretos.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Fátima, V. Exª me concede um aparte?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Concedo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Apenas para expressar uma impressão que eu tenho. Em primeiro lugar, quero parabenizá-la pelo pronunciamento e por trazer essa pauta. A impressão que tenho é que nós não temos um Congresso conservador, nós não temos uma pauta conservadora em curso. O que nós temos é uma pauta reacionária e fascista e setores, no Congresso, que são reacionários e fascistas. Se fosse conservador, estaria trabalhando no âmbito de manter o que se conquistou ao longo desses anos, e não de retirar conquistas, porque estaria conservando se estivesse mantendo. Mas está trabalhando, neste momento, uma pauta reacionária, de retirar direitos que já foram conquistados ao longo de décadas, até quase há um século, a fim de prejudicar as camadas populares, os trabalhadores, em benefício de um grupo minoritário neste País, que perdeu o poder por diversas vezes, como perdeu em 1930, como perdeu em 1954, como perdeu em 1960, e volta hoje com uma carga de reacionarismo, de fascismo, de combate às conquistas. Portanto, penso que estamos vivendo um momento que não é de conservadorismo, mas de reacionarismo e de fascismo em relação às conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, ao longo da sua vida e da sua luta. Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Como Líder.) – Eu agradeço o aparte e concordo, Senador Donizeti, sem dúvida alguma, até porque o conservadorismo namora com o caráter reacionário e também com o fascismo.

V. Exª tem toda razão. A volúpia a que assistimos hoje aqui, do ponto de vista parlamentar, é liderada por um Presidente da Casa, neste exato momento acusado de vários crimes, com inquérito já autorizado, inclusive respondendo a processo por quebra de decoro no Conselho de Ética daquela Casa. E o que estamos vendo neste exato momento é ele liderando uma agenda que atenta contra a soberania nacional, uma agenda que atenta contra a cidadania, uma agenda que atenta contra os direitos sociais. Por essa razão, concordo com V. Exª: essa agenda não é apenas conservadora, é também reacionária e tem inclusive conteúdo fascista.

Eu acrescento nessa agenda outra iniciativa parlamentar, aprovada na semana passada pelo Senado, mas com o voto contrário de vários Parlamentares, inclusive da Bancada do nosso Partido, que é a chamada Lei do Terrorismo. É lamentável a lei que trata da questão do terrorismo, aqui aprovada na semana passada.

Lamentável na medida em que, da forma como aquela lei foi aprovada, deixou brechas, Senadora Regina, deixou brechas exatamente para quê? Para a criminalização das lutas sociais, dos movimentos populares, deixou brechas exatamente para a criminalização daquilo que é considerado sagrado por nós, que é o direito à liberdade, que é o direito à livre opinião, que é o direito à livre manifestação.

Mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que eu espero que isso tudo tenha um basta. Daí por que não só quero me solidarizar, mas dizer o quanto é importante, o quanto é renovador para nós do ponto de vista da esperança e da nossa capacidade de lutar, ver as mulheres e a juventude nas ruas deste País dialogando com a sociedade e pressionando, portanto, o Congresso Nacional para que não se atreva a consolidar a aprovação dessas propostas, que, repito, significarão um retrocesso sem paralelo na história política e social do nosso País.

Então, o que nós esperamos aqui, Senador Donizeti, é um movimento de resistência. É o que nós vamos aqui fazer, junto com as mulheres, com a juventude, com as manifestações populares. O que nós temos que firmar aqui neste momento, Senadora Regina, é um movimento de resistência.

Temos que conclamar os Parlamentares no campo democrático e popular, os Parlamentares no campo progressista e, em sintonia com as manifestações populares, em sintonia com essa postura corajosa e determinada das mulheres do nosso País e dessa juventude, barrar essa agenda que não faz bem à cidadania e que não faz bem ao nosso País de maneira nenhuma. Portanto, temos que aqui estar preparados para rejeitar essas agendas.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui também, diante desse quadro, Senadora Regina, mais uma vez dizer o quanto é importante para nós realizar uma reforma política que garanta um sistema eleitoral moderno, que realmente contribua para aprimorar a qualidade da política brasileira e os mecanismos de cobrança por parte da população. O que nós votamos aqui tem que estar totalmente em sintonia com os anseios da nossa população – e não é o que está acontecendo hoje, não é?

É claro que isso tudo se deve a essa baixa qualidade da representação popular no nosso País hoje – eu já disse isso aqui na semana passada e volto a dizer. O Brasil vive um momento muito difícil. Difícil por quê? A crise política que se instalou neste País é bem maior e bem mais complexa do que a crise no plano da economia.

E essa crise política se agravou sabem por quê? Porque nós temos a pior oposição da história contemporânea, da história recente da política deste País. É uma oposição que, infelizmente, enveredou pelo caminho do quanto pior melhor, uma oposição que infelizmente não sabe, de maneira nenhuma, não tem conseguido distinguir o seu papel enquanto oposição – e tem que ter oposição – e o seu papel de compromisso que tem que ter com a defesa maior dos interesses do Brasil.

Por isso que tudo isso, repito, só faz reforçar dentro de nós a necessidade imperiosa de uma reforma política neste País, uma reforma que venha na direção de corrigir essas distorções, de corrigir esses vícios. Para tanto, é fundamental não esquecermos que, dentro dessa reforma política, nós temos que acabar com o modelo de financiamento chamado financiamento empresarial a partidos e campanhas.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui também, ainda tratando desse clima conservador, reacionário e, como disse o Senador Donizeti, em alguns momentos inclusive de conteúdo facista que tem se manifestado por esse País afora, fazer uma referência à nota que a CNBB divulgou no final da semana passada, nota essa intitulada "A realidade sociopolítica brasileira: dificuldades de oportunidades".

Ao referir-se à crise política e econômica que o País enfrenta, o texto, aprovado pelo Conselho Permanente da CNBB, que se reuniu em Brasília, demonstra o dissabor da instituição contra um "clima belicoso" que tomou conta do País, às vezes alimentado por parte da imprensa e das redes sociais, poluindo o ambiente democrático, colocando em risco direitos sociais arduamente conquistados e gerando um pessimismo contaminador, porém, na opinião da CNBB, equivocado, de que o Brasil está em um beco sem saída.

Bela nota esta da CNBB!

A CNBB faz uma convocação geral para "assegurar a governabilidade que implica o funcionamento adequado dos três poderes". Diz a nota:

> Ao aproximar-se o período eleitoral de 2016, é responsabilidade de todos os atores políticos e sociais, comprometidos com a ética, a Justiça e a paz, aperfeiçoarem o ambiente democrático para que as eleições não sejam contagiadas pelos discursos segregacionistas que ratificam preconceitos e colocam em xeque a ampliação da cidadania em nosso país.

Aliás, Senadora Regina, a nota tem tudo a ver com essa agenda conservadora, com essa ofensiva dessa agenda conservadora em curso.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A CNBB diz que é dever de todos – Governo, políticos e sociedade organizada – nos unirmos em prol do País neste momento difícil que atravessamos:

> A superação da crise passa pela recusa sistemática de toda e qualquer corrupção, pelo Incremento do desenvolvimento sustentável e pelo diálogo que resulte num compromisso comum entre os responsáveis pela administração dos poderes do Estado e a sociedade. O Congresso Nacional e os partidos políticos têm o dever ético e moral de favorecer a busca de caminhos que recoloquem o pais na normalidade. É inadmissível alimentar a crise econômica com uma crise política irresponsável e inconsequente.

Por fim, Sr. Presidente, não vou aqui me estender mais sobre esse tema – nós temos ainda a Senadora Regina aqui para fazer uso da palavra –, mas, dada a relevância e a importância de uma nota com esse conteúdo, assinada por uma instituição da credibilidade e da respeitabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, eu peço a V. Exª que ela seja publicada, na íntegra, nos *Anais* da nossa Casa.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Donizeti.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
– Nota da CNBB - A realidade sociopolítica brasileira dificuldades e oportunidades

A REALIDADE SOCIOPOLÍTICA BRASILEIRA

DIFICULDADES E OPORTUNIDADES

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília de 27 a 29 de outubro de 2015, comprometido com a vivência democrática e com os valores humanos, consciente de que é dever da Igreja cooperar com a sociedade para a construção do bem comum, manifesta-se acerca do momento de crise na atual conjuntura social e política brasileira.

A permanência e o agravamento da crise política e econômica, que toma conta do Brasil, parecem indicar a incapacidade das instituições republicanas que não encontram um modo de superar o conflito de interesses que sufoca a vida nacional, e que faz parecer que todas as atividades do país estão paralisadas e sem rumo. A frustração presente e a incerteza no futuro somam-se à desconfiança nas autoridades e à propaganda derrotista, gerando um pessimismo contaminador, porém, equivocado, de que o Brasil está num beco sem saída. Não nos deixaremos tomar pela "sensação de derrota que nos transforma em pessimistas lamurientos e desencantados com cara de vinagre" (Papa Francisco – Alegria do Evangelho, 85).

Somos todos convocados a assegurar a governabilidade que implica o funcionamento adequado dos três poderes, distintos, mas harmônicos; recuperar o crescimento sustentável; diminuir as desigualdades; exigir profundas transformações na saúde e na educação; ampliar a infraestrutura, cuidar das populações mais vulneráveis, que são as primeiras a sofrer com os desmandos e intransigências dos que deveriam dar o exemplo. Cada protagonista terá que ceder em prol da construção do bem comum, sem o que nada se obterá.

É preciso garantir o aprofundamento das conquistas sociais com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária. Cabe à sociedade civil exigir que os governantes do executivo,

legislativo e judiciário recusem terminantemente mecanismos políticos que, disfarçados de solução, aprofundam a exclusão social e alimentam a violência, entre os quais o estado penal seletivo, as tentativas de redução da maioridade penal, a flexibilização ou revogação do Estatuto do Desarmamento e a transferência da demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional. No genuíno enfrentamento das atuais dificuldades pelas quais passa o país, não se pode abrir espaço para medidas que, de maneira oportunista, se apresentam como soluções fáceis para questões sabidamente graves e que exigem reflexão e discussão mais profundas com a sociedade.

A superação da crise passa pela recusa sistemática de toda e qualquer corrupção, pelo incremento do desenvolvimento sustentável e pelo diálogo que resulte num compromisso comum entre os responsáveis pela administração dos poderes do Estado e a sociedade. O Congresso Nacional e os partidos políticos têm o dever ético e moral de favorecer a busca de caminhos que recoloquem o país na normalidade. É inadmissível alimentar a crise econômica com uma crise política irresponsável e inconsequente.

Recorde-se que "uma sociedade política dura no tempo quando, como uma vocação, se esforça por satisfazer as carências comuns, estimulando o crescimento de todos os seus membros, especialmente aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade ou risco. A atividade legislativa baseia-se sempre no cuidado das pessoas" (Papa Francisco ao Congresso dos EUA). Nesse sentido, com o espírito profético inspirado na observância do Evangelho, a CNBB reitera que o povo brasileiro, os trabalhadores e, principalmente, os mais pobres não podem ser prejudicados em nome de um crescimento desigual que reserva benefícios a poucos e estende a muitos o desemprego, o empobrecimento e a exclusão.

A construção de pontes que favoreçam o diálogo entre todos os segmentos que legitimamente representam a sociedade é condição fundamental para a superação dos discursos de ódio, vingança, punição e rotulação seletivas que geram um clima de permanente animosidade e

conflito entre cidadãos e grupos sociais. Esse clima belicoso, às vezes alimentado por parte da imprensa e das redes sociais, poderá contaminar ainda mais os corações e mentes das pessoas, aprofundando abismos e guetos que, historicamente, maculam nossa organização social. Ao aproximar-se o período eleitoral de 2016, é responsabilidade de todos os atores políticos e sociais, comprometidos com a ética, a justiça e a paz, aperfeiçoarem o ambiente democrático para que as eleições não sejam contagiadas pelos discursos segregacionistas que ratificam preconceitos e colocam em xeque a ampliação da cidadania em nosso país.

A corrupção se tornou uma "praga da sociedade" e um "pecado grave que brada aos céus" (Papa Francisco – O rosto da misericórdia, n.19). Acometendo tanto instituições públicas, quanto da iniciativa privada, esse mal demanda uma atitude forte e decidida de combate aos mecanismos que contribuem para sua existência. Nesse sentido, destaca-se a atuação sem precedentes dos órgãos públicos aos quais compete combater a corrupção. A contraposição eficaz à corrupção e à sua impunidade exige, antes de mais nada, que o Estado cumpra com rigor e imparcialidade a sua função de punir igualmente tanto os corruptos como os corruptores, de acordo com os ditames da lei e as exigências de justiça.

Deus nos dê a força e a sabedoria de seu Espírito, a fim de que vivamos nosso ideal de construtores do bem comum, base da nova sociedade que almejamos para nós e para as futuras gerações.

Brasília, 28 de outubro de 2015.

Dom Sergio da Rocha

Arcebispo de Brasília-DF

Presidente da CNBB

Dom Murilo S. R. Krieger

Arcebispo de São Salvador da Bahia- BA

Vice-presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner

Bispo Auxiliar de Brasília-DF

Secretário Geral da CNBB

Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Donizeti Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Será atendido o seu pedido, Senadora. A Assessoria da Mesa cuidará de viabilizar o encaminhamento.

Vamos chamar então para fazer o seu pronunciamento a Senadora Regina Sousa, do nosso Piauí.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Acho que não há mais TV nem rádio transmitindo. Então, eu não vou mais fazer o discurso que eu faria. Eu vim aqui mais para fazer um protesto.

Eu acho que a forma como estão sendo usadas as falas na Mesa... Eu era a 16ª inscrita. Então, está havendo uma manipulação aí na Mesa, não sei de quem, na hora de colocar as pessoas para falarem. Eu acho que precisamos reorganizar, e acho também que a Mesa tem que ter o cuidado de, se houver muita gente inscrita, diminuir o tempo – dar 20 minutos a uma multidão dessas para falar é muito tempo. Precisamos reorganizar esse jeito de fazer a chamada das pessoas inscritas para falar, porque, pelo que eu recebi no caderninho, que vem do Senado, da Secretaria Geral todo dia, eu era a 16ª.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Regina, fui informado aqui, pela assessoria, que está sendo transmitido; só não está chegando ao nosso painel aqui, mas está sendo transmitido.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mesmo assim, eu vou reduzir bastante minha fala, dado o adiantado da hora, até em respeito aos funcionários que estão aqui também, que não têm costume de ficar até esta hora a não ser quando há sessões deliberativas.

Mas eu queria lembrar algumas coisas. Por exemplo, foi-se o Outubro Rosa, despediu-se o Outubro Rosa, e entra o Novembro Azul, recomendação aos homens de que façam os seus exames. Esqueçam o preconceito, porque a prevenção ainda é o melhor que podemos fazer para evitar os hospitais lotados depois, quando a doença já está instalada.

Mas eu queria dizer também que eu vim agora do Consea, da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, e fiquei feliz pelo que eu ouvi. A Presidenta Dilma estava lá, e a presidenta do Consea fez um pronunciamento contundente contra qualquer retrocesso nos programas sociais. E a Presidenta, quando foi falar, foi muito firme ao dizer que não haverá retrocesso, não haverá redução em Bolsa Família, em programas de alimentação escolar, nem em programas de aquisição de alimentos, nem nas cisternas nem no crédito da agricultura familiar. Então, isso nos dá a segurança de que, se houver cortes no Orçamento, serão em outras áreas – nós, inclusive, já sugerimos algumas; enquanto querem cortar a Bolsa Família, estão aumentando uma série de outras coisas que não deveriam. Lá há mais de 2.500 delegados e delegadas discutindo essa questão, e é um congresso muito bonito.

A segunda coisa que eu queria falar, que eu queria ter falado na semana passada, mas também por conta do tempo eu acabei não falando, desisti, é sobre o Enem.

Como mulher, fiquei muito feliz de ver aquela temática na redação, feliz principalmente por ver que colocaram sete milhões de cabeças para pensar na questão da violência contra a mulher. Muitos outros, depois, ficaram comentando a favor ou contra – houve quem chamasse de "Enem bolivarianista".

Isso serviu de lição aos fundamentalistas, que trabalharam para retirar dos planos municipais de educação e dos planos estaduais a palavra "gênero", porque agora, depois dessa redação, são os alunos que vão exigir que os temas da atualidade sejam debatidos. Tem que debater a igualdade racial sim, tem que debater homofobia sim, tem que debater intolerância religiosa. Eu acho que agora não há mais retorno na questão do debate, na sala de aula, de alguns temas contra os quais muita gente trabalha, principalmente o pessoal que é fundamentalista.

A violência contra a mulher é uma vergonha para o nosso País. Uma em cada quatro mulheres é espancada, sofre violência doméstica. Não temos dados consistentes, não há um banco de dados consistentes. Eu sou relatora da Política Pública de Combate à Violência, tenho buscado dados, mas não há dados consistentes em relação a isso.

A outra coisa que eu queria abordar – e a Senadora Fátima até abordou aqui – é a questão da Lei Antiterrorismo aprovada na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Regina, a senhora me daria um pequeno aparte?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quanto à questão do Enem, à temática e à pergunta que precisava ser respondida na redação, eu tenho uma avaliação, que é a seguinte.

Durante muitos anos a mulher foi considerada propriedade, ela não era um sujeito, ela era um objeto da propriedade de alguém. E ainda resiste na sociedade brasileira, Senadora Regina, esse sentimento de propriedade. E, se é minha propriedade, eu posso usá-la como eu entendo, eu posso subjugá-la da maneira que entender necessária. Então, nós precisamos continuar combatendo, e a Lei Maria da Penha e as políticas públicas, que vêm sendo desdobradas para as mulheres nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, vêm combatendo isso. A mulher é sujeito de direito e tem que ter seus direitos respeitados. Ela não é propriedade de ninguém. Se convivem o homem e a mulher na união conjugal, na construção de uma família, é com direitos iguais e com respeito mútuo.

Não pode nosso País continuar com esses índices de agressão, de violência contra as mulheres. Então, eu penso que a redação vem contribuir com esse debate. Fica esse registro da minha parte. É porque alguns ainda acham que a mulher é propriedade de alguém e que podem subjugá-la.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com certeza, Senador. Muito obrigada pelo aparte.

Esse pensamento infelizmente ainda está muito presente, é só ver a reação de muita gente contra a temática da redação. É impressionante. Eu fiquei estarrecida de ver que pessoas se colocaram contra a temática. E o que é melhor é saber que lá havia gente que sofreu violência, gente que presenciou e gente que praticou certamente – em 7 milhões, tem que haver –, e eu espero que esses que praticaram violência tenham se dado muito mal na prova.

Eu queria tocar também na questão da lei antiterrorismo. Não havia nenhuma razão para aquela pressa. É impressionante. Por que se pular etapas? Aqui as coisas do Senador Serra e do Senador Aloysio vêm sempre assim: regime de urgência, passa por cima da Comissão de Constituição e Justiça. Podia ter sido um debate melhor. Um debate só no plenário é pouco para um tema tão importante como esse. Não havia pressa para o Brasil. E o que é mais grave: do jeito como ficou a lei, ela tem um endereço certo, que são os movimentos sociais, especialmente o MST, que vai ter que andar agora de *habeas corpus* no bolso, porque qualquer ocupação que ele fizer agora vai ser caraterizada como terrorismo. Ninguém conseguiu explicar direito aqui, apesar do debate, o que é realmente o extremismo político. Então, é lamentável, e nós esperamos que a Câmara retome e recoloque o parágrafo que ressalvava a questão das manifestações dos movimentos sociais. Espero que a Câmara recoloque, para que a lei não fique com endereço certo para os movimentos sociais, porque, no Brasil, nós não temos indício de terrorismo.

Por último, eu queria abordar um tema, Senador Donizeti – muita gente acha que nós devemos parar, mas não há como parar –, que é a questão da CPI do Carf. Essa CPI, presidida pelo Senador Ataídes, estava num limbo, quase como a do HSBC, ninguém dava importância para ela. Eu até falei, num pronunciamento anterior, que ainda não tinham achado um petista, por isso que ela não tinha andado. Então, agora eles encontraram, conseguiram botar o filho do Lula e do Gilberto na roda.

Veja bem, a CPI está de posse da relação dos sonegadores que sonegaram R$19 bilhões deste País, mas nunca divulgou, nunca convocou ninguém para depor, banqueiro, grandes empresários. Não convocou ninguém, nem divulgou, apesar de estar com essa lista há muito tempo, porque são figurões do País, mas conseguiram botar pessoas que, se tiver que haver uma investigação, não é na CPI do Carf, porque o foco da CPI do Carf é sonegação, e a questão de que estão acusando o filho do Lula é isenção, é medida provisória de isenção fiscal. Então, teria que ser outra investigação. Mas está virando prática jurídica, estratégia jurídica mexer com a família para atingir os seus alvos. Então, o que a gente percebe é que, para atingir o Lula, vale qualquer coisa, porque o Ministro Nardes também foi citado nessa operação. Ele virou manchete? Não. O sobrinho dele virou manchete? Também não. Mas o filho do Lula chegou ao cúmulo...

A imprensa divulgou pouco, acho até que com vergonha, porque foram notificar o filho do Lula no aniversário do Lula, 11h da noite no aniversário de 70 anos do Presidente mais popular desse País. Foram notificá-lo, assim como se fosse um perigo ele sumir, ele fugir do País ou coisa do gênero. Ele nem estava mais lá, daí foram à casa dele sem a menor necessidade. A gente percebe a estratégia direcionada.

E aí o que quero dizer é o seguinte: o Lula, num discurso quarta-feira, disse que sobreviverá, e eu acredito que ele sobreviverá a três anos de pancadaria. Aí, a oposição vai ter feito a campanha do Lula para 2018. Se ele sobreviver, vai estar com a campanha pronta, feita, para ser Presidente de novo, tudo o que a oposição não quer, mas ela mesma está contribuindo para isso, está caminhando para isso.

Infelizmente, essa é a postura que a gente vê da oposição e de muitos meios de comunicação, nessa ânsia de atingir o Presidente Lula. Então, a gente precisa chamar a atenção para isso. E o Lula vai sobreviver com certeza. Não vão encontrar nada contra ele.

Esse pessoal tem que ver também uma coisa: um dia, os caçadores podem virar caça. Eu li alguma coisa em relação a, por exemplo, que o Demóstenes Torres está doido para dizer alguma coisa aí sobre alguém; que o Carlos Cachoeira também está doido para dizer alguma coisa sobre alguém. Uma hora eles dizem.

Porque não é possível essa tamanha perseguição ao PT e ao ex-Presidente Lula. Não é possível que a gente não perceba que há um direcionamento terrível, pois, por exemplo, mexer com família, por que não mexeram com a família do Presidente da Câmara? Está tudo provado contra a filha e a esposa, e ninguém levantou um dedo contra elas. Mas a cunhada do Vaccari foi presa porque foi confundida com uma pessoa que estava no banco que, por acaso, era irmã dela. Só pela filmagem de um banco, pelo vídeo, prende-se uma pessoa sem nenhuma outra acusação. E a mulher do Cunha e a filha do Cunha, está tudo provado aí, os cartões de crédito, os gastos exorbitantes, e não se tocou no nome delas, não se fez nenhuma ação contra elas ainda.

Então, Senador, a gente tem muito ainda para resistir, mas a gente tem força para isso, nós temos fôlego para isso. Felizmente, os movimentos estão se levantando, estão indo para a rua com as temáticas mais variadas, está aí a FUP – quero me solidarizar com os petroleiros, ninguém defende melhor a Petrobras do que eles; as mulheres em relação às questões que dizem respeito não somente às medidas que estão sendo tomadas, às leis que estão sendo votadas, e, com certeza, a gente vai resistir a mais essa ofensiva da oposição e de alguns setores da mídia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Regina, obrigado pelo seu pronunciamento. Eu queria pedir, se possível, que V. Exª assumisse a Presidência para mim para eu fazer um rápido pronunciamento, inclusive em relação a essa questão abordada por V. Exª por último, mas serei breve.

O Sr. Donizeti Nogueira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Concedo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Regina, que ora preside esta sessão, eu tinha me inscrito hoje para fazer um discurso mais longo e sobre outra temática. Mas, dado o adiantado da hora e devido às colocações feitas por V. Exª no final e considerando as notícias do final de semana dessas revistas que são o lixo da informação e da comunicação no País ultimamente, eu quero dizer que o Presidente Lula disse que resistirá e sobreviverá.

E eu quero reafirmar isso, dizendo que quem viver verá que o Presidente Lula resistiu e sobreviveu a essa estupidez, covardia, feita por setores do Judiciário, do Ministério Público e dos meios de comunicação.

Alguém já disse aqui hoje que nós temos a pior oposição que este Pais já teve. Na verdade, nós não temos oposição política de qualidade e nem sem qualidade. O que nós temos é uma articulação de meios de comunicação, de setores do Judiciário e do Ministério Público, que, articulados, fazem oposição, de forma covarde, venal, ao PT, ao Governo da Presidenta Dilma e de seus aliados e ao Presidente Lula.

O grande tema da semana passada se repetiu neste final de semana: continuam e recrudescem os ataques a Lula, agora no marco da Operação Zelotes, a qual mudou inteiramente seu foco, de modo inexplicável.

De operação destinada a averiguar o enorme esquema de corrupção e sonegação, que envolve grandes empresas do País e cerca de 20 bilhões, a Zelotes se transformou subitamente em pretexto para investigar Lula e seus parentes, além de outros petistas, participantes dos governos do Partido dos Trabalhadores.

A Operação Zelotes, esquecida e inoperante quando se trata de investigar as fraudes bilionárias, agora ganha grande espaço na mídia, no momento em que muda, de forma oportunista, injustificada, desnecessária, o seu foco de atuação e passa a tratar de questões em relação ao Presidente Lula, seus familiares e ao ex-Ministro Gilberto Carvalho, que é um homem de ilibada e reconhecida responsabilidade, seriedade e honestidade, questões que não têm nada a ver com o objeto da apuração da Zelotes. Ela muda de foco. Muda de foco para proteger empresários dos meios de comunicação que estão envolvidos até a tampa com a sonegação já denunciada e comprovada.

Por que isso? Porque continua a sanha violenta, truculenta, para tentar desestabilizar esse projeto de desenvolvimento que vem transformando o País e passa momentaneamente por necessidade de ajuste.

Mas isso, Senadora Regina, aconteceu, em 1954, com Getúlio Vargas, que foi levado ao suicídio para evitar o golpe. Isso aconteceu com a tentativa de retirar do poder Juscelino Kubitschek, que foi ousado em transferir a Capital do País do Rio de Janeiro para cá, para o Planalto Central – eu já disse isso uma vez e vou repetir quantas forem necessárias –, ao construir Brasília e trazer o poder para o centro do País e promover o desenvolvimento do País do centro para a periferia e para o litoral.

Então, neste momento, os meios de comunicação requentam matérias já veiculadas em agosto, devidamente explicadas pelo Instituto Lula, de que os recursos administrados, no nível que foi constatado pelo Coaf, já foram explicados e devidamente demonstrada a sua legalidade. Mas requentam isso para tentarem trazer para a pauta e tentarem continuar denegrindo a imagem do Presidente Lula, o maior e o melhor Presidente deste País, de todos os tempos.

A questão não é menor. Existe hoje uma investigação sobre o vazamento das informações desse relatório do Coaf. O ex-Presidente Lula e a empresa LILS solicitaram ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Fazenda e à Procuradoria Geral da República que apurem, na competência de cada instituição, as responsabilidades pela violação criminosa do sigilo bancário da empresa de palestra criada por Lula após deixar a Presidência da República, a LILS.

Em um *e-mail*, o repórter já criminaliza os fatos ao dizer que Lula teria feito operações atípicas no mercado segurador. Na realidade, Lula apenas adquiriu um plano de previdência privada com dinheiro ganho honestamente em suas palestras.

É isso que informa o relatório do Coaf, vazado criminosamente para a revista *Veja* e requentado pela revista *Época*.

A essas e a outras coisas que acontecem no País é preciso que os nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado prestem atenção.

Eles perderam as eleições, perderam, no voto disputado, um projeto, perderam por quatro vezes. A primeira, perderam para o Presidente Lula; diziam que o Presidente Lula não sabia governar e que ia entregar o País rapidamente. Tentaram retirar do Presidente Lula a competência, a capacidade de fazer políticas públicas que foram resolver as necessidades da população. E quem o fez foi o Presidente querido e reconhecido mundialmente. Perderam na sua reeleição. Perderam na sucessão quando diziam que a Presidenta Dilma não daria conta de governar, e ela foi reeleita. Agora, tentam prolongar a eleição. Buscam de todos os meios o golpe. Coisas que eram legalmente aceitas no Tribunal de Contas da União, que foram, durante 21 anos, exercitadas no âmbito do governo, respeitadas e aprovadas no Tribunal de Contas da União, agora inexplicavelmente, depois do jogo concluído, querem mudar. E o Tribunal faz um esforço para mudar.

Então, Srª Presidenta, o Presidente Lula não fez nada de ilegal na movimentação financeira. Os recursos são oriundos de atividades legais e legítimas de quem não ocupa nenhum cargo público. Os valores mencionados no vazamento ilegal se referem a 70 palestras contratadas por 41 empresas diferentes. Todas as palestras realizadas, contabilizadas e com os devidos impostos pagos. Há palestra até para a Infoglobo, do mesmo grupo de comunicação que edita a revista *Época*.

As matérias desta semana demonstram, dessa forma, que persiste a campanha para desconstruir a imagem de Lula, político brasileiro que tem mais prestígio internacional, figura nacional respeitada por todo o mundo.

Tal desconstrução faz parte de uma política de terra arrasada, a qual visa que o projeto popular, iniciado em 2003, seja enterrado no máximo até 2018.

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não bastaria o golpe, é necessário assegurar que o PT não volte ao poder.

Na realidade, o objetivo maior é outro, é preciso entender o que está em jogo aqui. Assistem, especialmente na América Latina, a tentativas de restaurar, com plena força, as políticas neoliberais que haviam levado a região à bancarrota, no início do século. Trata-se da reestruturação neoliberal, mais apropriadamente denominada, por Domenico De Masi, de "vendeta neoliberal".

O Brasil, a maior economia da região, é o principal palco dessa disputa político-ideológica. Em 2014, tal disputa tomou-se muito clara, ao longo do período eleitoral. Mas ela permanece e se acirra com o não reconhecimento da derrota política das forças conservadoras. A tentativa dessas forças que apostam na vendeta neoliberal é fazer que o ano de 2014 só termine em 2018, ou então com o golpe contra a Presidenta legitimamente eleita.

Caminhando para finalizar, o grande objetivo é restaurar uma agenda ainda mais ampla do neoliberalismo no Brasil. Isso implica a volta da alienação do patrimônio público, inclusive e sobretudo do pré-sal, o regresso às políticas irresponsáveis da abertura, sem critérios ...

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...da economia brasileira à concorrência internacional, num cenário de guerra cambial, a volta de uma política externa que nos coloque na órbita estratégica dos Estados Unidos da América, e a restauração das medidas e programas destinados a reduzir a participação do Estado na economia e o gasto com programas sociais e serviços públicos de um modo geral. Observe-se que, nesse caso, o ajuste fiscal seria uma política permanente, com centralidade estratégica na política econômica.

Atualmente, Lula é o único grande líder político com influência e carisma suficiente para reaglutinar as forças progressistas em torno da resistência à vendeta neoliberal.

Parece ser o único líder capaz de se opor à onda conservadora, reacionária e francamente protofascista que tomou conta do País.

A força e a crueza dos ataques revelam, portanto, que o objetivo não é só a sucessão de 2018, mas também o desejo de impedir, *a priori*, qualquer tentativa de organizar as forças políticas e sociais, organizar a união da esquerda no País e dos progressistas que defendem o País com o sentimento nacional de soberania e independência.

Portanto, é vital continuar a defender Lula. E é vital também defender a democracia contra o golpe, a tolerância contra o ódio e o projeto que combinou, pela primeira vez na história, desenvolvimento econômico com combate efetivo à pobreza e à redução das desigualdades sociais, contra a restauração neoliberal.

Por isso, termino reafirmando: Presidente Lula, sua família, certamente, vai provar que não tem fundamento essas levianas acusações requentadas na imprensa todos os dias e reverberada aqui pela oposição, que nem sabe direito ser oposição. Será provado, e como disse já a Senadora Regina: Lula sobreviverá e quem viver verá, em 2018, o Presidente Lula disputando as eleições para continuar conduzindo os destinos do País.

Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro!

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 53 minutos.)

PUBLIQUE-SE

SENADO FEDERAL
CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

Ata da 2ª Reunião de 2014, convocada para o dia 16 de julho de 2014, quarta-feira, às 15h30, na sala anexa ao Plenário, destinada à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados da 1ª premiação.

Estiveram presentes os Senhores Senadores:

PAULO PAIM
PT

ALOYSIO NUNES FERREIRA
PSDB

ACIR GURGACZ
PDT

LÍDICE DA MATA
PSB

CIDINHO SANTOS
PR

INÁCIO ARRUDA
PC do B

PAULO DAVIM
PV

RANDOLFE RODRIGUES
PSOL

VICENTINHO ALVES
SDD

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com essa proposta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Vamos iniciar, assim, o processo de votação.

Solicito à Secretaria que distribua às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores a cédula de votação.

Esclareço que cada Senador deverá marcar na cédula de votação dos indicados cinco nomes e, na cédula de votação dos indicados *in memoriam*, somente um.

Inicia-se, assim, a votação.

Vamos à votação.

Os Senadores já estão votando. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda e Senadora Lídice da Mata, por favor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vamos lá. Não há mais Senadores para votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, damos por encerrada a votação neste momento e vamos ao escrutínio.

Convido os Senadores Inácio Arruda e Lídice da Mata para que façam o escrutínio, a fim de que possamos anunciar os nomes dos indicados.

Está encerrada a votação. Estamos no momento da apreciação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi atingido o quórum regimental.

Agora, vamos à leitura dos votos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Por favor, Senadora Lídice, vamos apurar.

Srª Edna, um voto; Gilberto Gil, um voto; Milton Gonçalves, um voto; Silvio Humberto, um voto; Valdélio Santos, um voto; *in memoriam*, Francisco José do Nascimento.

Estou vendo que vai sair empate.

Segunda cédula: Edna, Gilberto Gil, Mara Regina, Martinho da Vila, Silvio Humberto; e Clóvis Moura, *in memoriam*.

Terceira cédula: Aleixo Paraguassu, Benedito Gonçalves, Mara Regina, Silvio Humberto e Valdélio Santos; *in memoriam,* Francisco José.

Quarta cédula: Aleixo Paraguassu, Benedito Gonçalves, Martinho da Vila, Milton Gonçalves, Tânia Terezinha da Silva; e Francisco José do Nascimento.

Quinta cédula: Benedito Gonçalves, Edna Almeida, Martinho da Vila, Milton Gonçalves, Silvio Humberto; e Francisco José.

Sexta cédula: Gilberto Gil.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – É.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, tenho a opinião de que temos a regra, temos o Regimento, mas não devemos economizar um título. Tenho a impressão, e opino nesse sentido, de que devemos prestar homenagem ao Milton Gonçalves e ao Silvio Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pergunte aos regimentalistas se isso é possível.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O Conselho aconselha V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco. Apoio Governo/PT - RS) – Com a opinião do Senador Inácio Arruda e com a concordância da nossa Vice-Presidente, Senadora Lídice da Mata...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Na verdade, houve empate de votação. Portanto, nós teríamos que fazer um segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco. Apoio Governo/PT - RS) – Então, para não fazemos um segundo turno, concordo com a decisão. Teremos então, excepcionalmente, neste momento, seis homenageados.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Agora, nós podemos solicitar aos regimentalistas que elaborem uma norma, a ser aprovada em outra reunião, para definir o desempate, caso ocorra, porque, aqui, nós atuamos com os empates.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Por idade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco. Apoio Governo/PT - RS) – O.K.?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Vencer uma mulher por idade é muito descortês.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Cumprimento o Exmo Sr. Presidente e peço licença para me retirar para outra tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco. Apoio Governo/PT - RS) – Eu também irei acompanhá-lo; apenas vou fazer a leitura final.

Parabéns, Senadora Lídice da Mata e Senador Inácio Arruda!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco. Apoio Governo/PT - RS) – Com a presença do Senador Ricardo Ferraço, anunciamos, então, os nomes, excepcionalmente, de seis homenageados, já que houve empate. São eles: Benedito Gonçalves, cinco votos; Gilberto Gil, cinco votos; Martinho da Vila, cinco votos; Edna Almeida Lourenço, quatro votos; Milton Gonçalves, quatro votos; Silvio Humberto, quatro votos; e, *in memoriam*, Francisco José do Nascimento, cinco votos.

SENADO FEDERAL
CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

2ª REUNIÃO DE 2014

Em 16 de julho de 2014, quarta-feira, às 15h30, na sala anexa ao Plenário, destinada à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados da 1ª premiação.

LISTA DE PRESENÇA

PMDB
Ricardo Ferraço
PT
Paulo Paim
PSDB
Aloysio Nunes Ferreira
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz
PSB
Lídice da Mata
DEM

Senado Federal/SCOP/SGM
Proc. nº
Folha nº

SENADO FEDERAL
CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

PR
Cidinho Santos
PSD
Sérgio Petecão
PC do B
Inácio Arruda
PV
Paulo Davim
PRB
Vago
PSC
Eduardo Amorim
PSOL
Randolfe Rodrigues
SD
Vicentinho Alves

Visto:_____ Brasília, 16 de julho de 2014.
PRESIDENTE

Senado Federal/SCOP/SGM
Proc. nº
Folha nº

SENADO FEDERAL **SF** - 7
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES
Conselho Abdias Nascimento (2ª Reunião) 16/07/2014

Documento pertinente à 2ª Reunião de 2014 do Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento:

Lista de Presença (02 folhas)

Publique-se
Em 2/11

SENADO FEDERAL
CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2015 DO CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 15H30, NA SALA ANEXA AO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, DESTINADA À INSTALAÇÃO DO CONSELHO E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE.

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, na sala anexa ao Plenário do Senado Federal, reuniram-se os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros do Conselho do Projeto Jovem Senador, de acordo com a lista de presença anexa. Os trabalhos foram abertos pela Senadora Ana Amélia, na forma do § 3º do artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal. Inicialmente, a Presidente esclareceu que a reunião destinava-se à instalação do Conselho e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Declarou instalado o Conselho do Projeto Jovem Senador do Senado Federal e, em seguida, passou à eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Consultou os membros se havia acordo em torno de um nome para ocupar os cargos de Presidente e de Vice-Presidente deste Órgão. Foram apresentadas as indicações do Senador Eduardo Amorim, para Presidente e da Senadora Fátima Bezerra para Vice-Presidente que, em razão da aprovação expressa dos membros do Conselho foram eleitos por aclamação para o biênio (2015-2017) da 1ª e 2ª sessões legislativas da 55ª legislatura. Assumindo a Presidência do Conselho, o Senador Eduardo Amorim agradeceu a confiança de todos os membros do Conselho. Foi apresentada ao Colegiado a Ata da presente reunião, para deliberação, dispensada sua leitura. Não havendo objeção, os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras a consideraram aprovada. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 15 horas e 45 minutos; e eu, Silvânia Alves de Azevedo, _____ Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Senado Federal.

Senador **EDUARDO AMORIM**
Presidente do Conselho do Projeto Jovem Senador

SENADO FEDERAL
CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

1ª REUNIÃO DE 2015

Em 28 de outubro de 2015, quarta-feira, às 15h30, na sala anexa ao Plenário do Senado (Café dos Senadores), destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

LISTA DE PRESENÇA

PMDB
Simone Tebet
PT
Fátima Bezerra
PSDB
Antonio Anastasia
PSB
Fernando Bezerra Coelho
PDT
Reguffe
PR
Wellington Fagundes
PSD
Sérgio Petecão
DEM
Wilder Morais
PP
Ana Amélia
PTB
Douglas Cintra
PPS
José Medeiros
PC do B
Vanessa Grazziotin
REDE
Randolfe Rodrigues
PSC
Eduardo Amorim
PRB
Marcelo Crivella

U:\SCOP\Projeto Senado Jovem\2015\Composição em 01.07.2015.rtf

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 678**, adotada em 24 de junho de 2015, que *Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas,* para o dia 27 de agosto, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal. Com a presença dos Senadores Simone Tebet, José Pimentel, José Medeiros; e do Deputado Afonso Florence; a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Senador José Medeiros, Presidente da Comissão.

Sala das Comissões Mistas, 27 de agosto de 2015.

Senador JOSÉ MEDEIROS
Presidente da Comissão

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 690**, adotada em 31 de agosto de 2015, que *Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, quanto à legislação do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, e revoga os arts. 28 a 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o Programa de Inclusão Digital,* para o dia 30 de setembro, quarta-feira, às 15 horas, no Plenário nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal. Presentes os Senadores Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin e o Deputado Bilac Pinto, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Deputado Celso Maldaner, Presidente da Comissão.

Sala das Comissões Mistas, 30 de setembro de 2015.

Deputado CELSO MALDANER
Presidente da Comissão

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 692**, adotada em 22 de setembro de 2015, que *Altera a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT,* para o dia 7 de outubro, quarta-feira, às 15 horas, no Plenário nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal. Com a presença dos Senadores José Pimentel, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi; e do Deputado Julio Lopes; a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Marcos Machado Melo (matrícula 220830), Coordenador das Comissões Mistas.

Sala das Comissões Mistas, 7 de outubro de 2015.

Marcos Machado Melo
Coordenador das Comissões Mistas

CONGRESSO NACIONAL

E M E N D A S

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória Nº 698**, de 2015, que *"Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR."*

PARLAMENTARES	EMENDAS Nº S
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	001;
Deputado PAUDERNEY AVELINO	002; 003;
Senador DELCÍDIO DO AMARAL	004;
Deputado MENDONÇA FILHO	005; 006;
Deputado CARLOS MARUN	007; 008; 009; 010;
Deputado SUBTENENTE GONZAGA	011;
Deputado HILDO ROCHA	012; 013;
Senador RONALDO CAIADO	014;
Deputado JULIO LOPES	015;
Senador LASIER MARTINS	016; 017;
Deputado ALFREDO KAEFER	018;

TOTAL DE EMENDAS: 18

CONGRESSO NACIONAL

MPV 698
00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 ETIQUETA

2 DATA	3 PROPOSIÇÃO
27/10/2015	MEDIDA PROVISÓRIA nº 698 de 23 de outubro de 2015

4 AUTOR	5 N. PRONTUÁRIO
DEP. LUIZ CARLOS HAULY –PSDB - PR	454

6

	SUPRESIVA	2-		SUBSTITUTIVA	3-		MODIFICATIVA	4-	X ADITIVA	9-		SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

A Medida Provisória nº 698, de 2015 passa a vigorar acrescida do seguinte artigo**:**

Art. O processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMC, criado pela Lei nº 11.977, de 2009 observará, estritamente a ordem de inscrição nos cadastros habitacionais do Distrito Federal, estados ou municípios, ou no cadastro habitacional da entidade organizadora proponente, quando se tratar de operações realizadas por meio da transferência de recursos ao Fundo de Desenvolvimento Social-FDS, sendo vedada a seleção por sorteio. Parágrafo único. O cadastro de candidatos a beneficiários será gratuito e conterá a identificação dos inscritos, devendo estar permanentemente disponível para consulta pela população, por meios físicos e eletrônicos.

JUSTIFICATIVA

A prática do sorteio para selecionar os beneficiários do Programa Minha

Casa, Minha Vida, vai de encontro ao objetivo do Programa de priorizar as famílias de baixa renda em situação de maior vulnerabilidade social.

Além disso, os sorteios podem ensejar favorecimento pessoal de candidatos inscritos, em detrimento de outros, sob influência ou determinação de relacionamentos pessoais.

A presente Emenda visa a assegurar transparência e a gratuidade da inscrição no processo de seleção, de modo a evitar que ilicitudes maculem a execução do Programa.

ASSINA

LUIZ CARLOS HAULY
PSDB-PR

MPV 698
00002

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
	Medida Provisória nº 698/2015

autor	Nº do prontuário
Deputado Federal Pauderney Avelino (Democratas/AM)	

1 Supressiva	2. substitutiva	3.X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 13 da Lei nº 8.036, de 1990:

"Art. 13. .....

.....

§ 5º Anualmente, o Conselho Curador do FGTS autorizará a distribuição, mediante crédito nas contas vinculadas do FGTS, do resultado auferido pelo Fundo no exercício anterior, observadas as seguintes condições:

I – a distribuição alcançará todas as contas vinculadas que apresentarem saldo em 31 de dezembro do exercício base do resultado auferido, inclusive aquelas de que trata o art. 21 desta Lei;

II – a distribuição será proporcional ao saldo de cada conta vinculada em 31 de dezembro do exercício base e deverá ocorrer até 30 de junho do ano seguinte ao do exercício de apuração do resultado; e

III – Considera-se resultado a diferença entre as receitas e as despesas do fundo.

§ 6º Para a distribuição de resultado previsto no § 5º deste artigo deverá ser observado o disposto no § 1º do art. 9º desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

A remuneração atual do FGTS, inferior a 5% ao ano, cobre apenas metade da inflação acumulada nos 12 meses até outubro de 2015. Isso, obviamente, penaliza o trabalhador, que vê seu patrimônio perder valor em termos reais.

Assim, para financiar projetos de infraestrutura com recursos do FGTS, quem acaba arcando com os subsídios é o trabalhador detentor da conta vinculada. Nada contra a concessão de subsídios para projetos com alcance social, mas desde que o custo não recaia totalmente sobre o detentor da conta no Fundo.

Dessa forma, de maneira a melhorar a remuneração do trabalhador, propomos que os resultados apurados pelo Fundo, que atualmente ultrapassam a casa dos R$ 10 bilhões anuais, retornem para a conta do trabalhador, verdadeiro dono do patrimônio do FGTS.

DEP PAUDERNEY AVELINO
DEMOCRATAS/AM

MPV 698
00003

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
	Medida Provisória nº 698/2015

autor	Nº do prontuário
Deputado Federal Pauderney Avelino (DEM/AM)	

1 Supressiva	2. substitutiva	3.X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 13 da Lei nº 8.036, de 1990:

"Art. 13. .....

.....

§ 5º Os depósitos efetuados a partir de 1º de janeiro de 2016 nas contas vinculadas terão a remuneração na forma definida nos incisos I e II do art. 12, da Lei 8.177, de 1º de março de 1991, e deverão ser segregados do saldo existente na data."

JUSTIFICAÇÃO

A remuneração atual do FGTS, inferior a 5% ao ano, cobre apenas metade da inflação acumulada nos 12 meses até outubro de 2015. Isso, obviamente, penaliza o trabalhador, que vê seu patrimônio perder valor em termos reais.

Assim, para financiar projetos de infraestrutura com recursos do FGTS, quem acaba arcando com os subsídios é o trabalhador detentor da conta vinculada. Nada contra a concessão de subsídios para projetos com alcance social, mas desde que o custo não recaia totalmente sobre o detentor da conta no Fundo.

Dessa forma, de maneira a melhorar a remuneração do trabalhador, propomos igualar a rentabilidade do Fundo àquela garantida para a caderneta de poupança, aumentando os juros que excedem a TR dos atuais 3% para 6,17% ao ano.

DEP PAUDERNEY AVELINO
DEMOCRATAS/AM

MPV 698
00004

EMENDA Nº _____

(à MPV 698/2015)

Acrescente-se, onde couber, artigos com as seguintes redações:

Art. A contratação de abertura de limite de crédito por parte das instituições financeiras poderá ser feita por instrumento público ou particular, com pessoa física ou jurídica, e, em razão dele, a instituição financeira fará desembolsos de crédito ao tomador em instrumentos de operações financeiras derivadas, que observarão o valor máximo, o prazo de vigência e as condições indicados no contrato de abertura de limite de crédito.

§ 1ºO instrumento de contratação de abertura de limite de crédito referido neste artigo deverá conter os seguintes requisitos essenciais:

I – o valor total do limite de crédito aberto;

II – o prazo de vigência;

III – a forma de celebração das operações financeiras derivadas;

IV – a taxa mínima e máxima de juros que incidirão nas operações financeiras derivadas, a existência – se for o caso – e a periodicidade da capitalização de juros e os demais encargos passíveis de cobrança quando da realização de tais instrumentos de operações financeiras derivadas;

V – a descrição das garantias reais e pessoais;

VI – a previsão, se pactuada entre as partes, de que todos os instrumentos de operações financeiras derivadas da contratação de abertura de limite de crédito contenham cláusula de vencimento antecipado cruzado entre eles, de modo que, se qualquer uma das operações derivadas for inadimplida pelo devedor, ao credor será facultado considerar vencidos todos os outros, tornando-se exigível a totalidade da dívida.

§ 2º A indicação dos requisitos mencionados no § 1º deste artigo satisfazem as exigências contidas nos seguintes dispositivos:

I - incisos I, II e III do art. 18; e incisos I, II e III do art. 24, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

II - incisos I, II e III do art. 1.362; e incisos I, II e III do art. 1.424, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e

---

Emenda ao texto inicial.

III - *caput* do art. 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

Art. Os instrumentos de operações financeiras derivadas, no âmbito desta Lei, serão celebrados mediante a formalização de instrumentos representativos da operação de crédito correspondente, podendo ser utilizada Cédula de Crédito Bancário, na forma da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, ou qualquer outro instrumento previsto na legislação.

Art. As garantias indicadas no instrumento de abertura do limite de crédito, no âmbito desta Lei, poderão servir para assegurar todas as operações financeiras derivadas, independentemente de qualquer registro ou de averbação adicional.

Parágrafo único. O registro das garantias indicadas no instrumento de abertura de limite de crédito dispensa o registro, a averbação ou a transcrição dos instrumentos das operações financeiras derivadas.

Art. O registro, no órgão competente, das garantias indicadas no instrumento de abertura de limite de crédito deverá ser efetuado na forma prevista na legislação especial que trata de cada modalidade da garantia real ou pessoal, observado o disposto no § 2º, do art. 1º.

Art. A liberação das garantias mencionadas no instrumento de abertura de limite de crédito decorrerá da emissão do respectivo termo de quitação, o qual deverá ser emitido pela instituição financeira credora por instrumento público ou particular, desde que todas as operações financeiras derivadas, tenham sido quitadas.

Parágrafo único. Sempre que for o caso, o termo de quitação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser averbado no órgão de registro competente, pelo próprio tomador dos recursos.

Art. Se, após a excussão das garantias indicadas no instrumento de abertura de limite de crédito, o produto resultante não bastar para quitação da dívida decorrentes das de operações financeiras derivadas, acrescida das despesas de cobrança, judicial e extrajudicial, o tomador e, se houver pacto em sentido expresso, os prestadores de garantia pessoal continuarão obrigados pelo saldo devedor remanescente, afastada a aplicação do disposto nos §§ 5º e 6º, do art. 27, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Art. O § 3º, do art. 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

Emenda ao texto inicial.

"Art. 66-B (...)

§ 3ºÉ admitida a alienação fiduciária de coisa móvel fungível e infungível, presente ou futura, e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis e imóveis, bem como de títulos de crédito, inclusive para garantia de dívida futura, hipóteses em que, salvo disposição em contrário, a posse direta e indireta do bem objeto da propriedade fiduciária ou do título representativo do direito ou do crédito é atribuída ao credor." (NR)

Art. O inciso I, do art. 24, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 (...)

I - o valor do principal da dívida ou a sua estimativa. (NR)"

JUSTIFICAÇÃO

A presente Medida Provisória estipula que o FAR poderá prestar garantia à instituição financeira em favor do beneficiário nos casos de operações de financiamento habitacional ao beneficiário com desconto concedido pelo FGTS para aquisição de imóveis construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial.

O objetivo da MP é"que o FAR possa garantir o risco de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro em favor do beneficiário".

O mecanismo para o aumento da oferta de crédito passa pela redução dos riscos inerentes ás operações. O propósito desta emenda, assim como o da Medida Provisória, é a constituição de fonte alternativa de recursos para a continuidade da oferta de crédito.

Aumentar a oferta de crédito no País, principalmente neste delicado momento pelo qual passa a economia brasileira é uma necessidade. Como sabemos, a grande maioria dos investimentos a partir dos quais são gerados novos negócios e empregos têm como principal responsável o crédito. O meio para atingir esse objetivo – aumento da oferta de crédito – passa pela redução de custos operacionais e a burocratização suportados pelos agentes econômicos. Esses dois aspectos são fatores prejudiciais ao aumento do crédito. A medida provisória visa "permitir a

Emenda ao texto inicial.

continuidade do fluxo de pagamentos do FAR para obras em andamento e tem efeito positivo sobre a geração de emprego e renda, uma vez que o setor da construção civil é intensivo em mão-de-obra".

A presente emenda visa diminuir o custo do crédito, na medida em que desonera as partes quanto aos custos de registros ou averbações referentes às garantias de crédito, além de facilitar a sua concessão. Atualmente, os registros e as averbações dos Programas têm de ser realizados toda vez em que ocorrem as operações derivadas de abertura de limite de crédito, implicando um elevado custo, obviamente repassado ao tomador, inclusive aqueles de menor faixa de renda.

Com a aprovação da proposta, os registros ou averbações de cada uma das operações derivadas, efetivamente, não terão razão de ser, uma vez que as garantias já estarão regularmente constituídas, desde a celebração do instrumento de abertura de limite de crédito, e abrangerão todas as operações dele derivadas, que compartilharão as mesmas garantias entre si.

A desburocratização da constituição de garantias não implicará qualquer risco de insegurança jurídica nas operações de crédito ou em alteração na natureza jurídica de quaisquer das garantias constituídas.

Sabemos que a burocratização da constituição de garantias é um fator inibidor do crédito imobiliário, como preconizado na Exposição de Motivos, um dos importantes geradores de emprego no país. As garantias são imprescindíveis não só para conferir rigidez à operação creditícia e segurança a todas as operações, mas também para baratear o crédito, na medida em que, ao diminuir o risco de sua não recuperação pelo credor em caso de inadimplência, contribui também para a diminuição do *spread* bancário, que apresenta como um de seus componentes justamente o risco da inadimplência e a não recuperação do capital envolvido nessas operações.

Nesse sentido, o instrumento de abertura de limite de crédito, que representa uma espécie de contrato normativo ou guarda-chuva, assim entendido o contrato que fixa as condições gerais de futuros instrumento derivados, deverá apresentar, como requisitos elementares para sua validade jurídica e registro das garantias oferecidas pelo tomador do crédito, as diretrizes centrais a partir das quais se derivarão os efetivos instrumentos de operações de desembolso do crédito,

Emenda ao texto inicial.

cujo valor total máximo já estará apresentado na abertura de limite de crédito e que ocorrerão a partir da emissão de um contrato ou até mesmo de título de crédito, como a Cédula de Crédito Bancário.

A estruturação proposta na emenda certamente diminuirá o custo do crédito concedido por intermédio dessa espécie de operação, desburocratizando a sua realização e constituição de garantia, funcionando, com isso, como um fator de facilitação e incentivo à concessão do crédito assegurando a continuidade de importantes empreendimentos e promovendo uma maior atividade econômica, tão necessária neste momento.

Finalmente, devemos salientar o caráter facultativo de adoção dessa alternativa. Em outras palavras, a proposta é facultativa e não obrigatória de modo que traz apenas benefícios inclusive para aquisição de imóveis novos.

Pela importância do tema para a atividade econômica brasileira é indispensável o apoio de nossos ilustres Pares na sua aprovação.

Senado Federal, de de .

Senador Delcídio do Amaral
Líder do Governo no Senado Federal

Emenda ao texto inicial.

MPV 698
00005

ETIQUETA

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
	Medida Provisória nº 698/2015

autor	Nº do prontuário
Deputado Federal Mendonça Filho (Democratas/PE)	

1 Supressiva	2. substitutiva	3.X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º da Lei nº 8.036, de 1990:

"Art. 3º O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, com 5 (cinco) representantes cada, num total de 15 (quinze).

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida de forma rotativa, por prazo de 2 (dois) anos, igual para cada uma das 3 (três) representações mencionadas no caput.

....."

JUSTIFICAÇÃO

A remuneração atual do FGTS, inferior a 5% ao ano, cobre metade da inflação que se observa no Brasil ao final de 2015. Isso, obviamente, penaliza o trabalhador, que vê seu patrimônio perder valor em termos reais.

Assim, para financiar projetos de infraestrutura com recursos do FGTS, quem acaba arcando com os subsídios é o trabalhador detentor da conta vinculada. Nada contra a concessão de subsídios para projetos com alcance social, mas desde que o custo não recaia somente sobre o detentor da conta no Fundo.

De se destacar que o governo conduz diversos outros programas subsidiados, com o montante dos subsídios sendo arcado pelo Tesouro. Isso vale para grandes empresas, via programas conduzidos pelo BNDES, crédito rural, programas de promoção à exportação, entre outros. Por que na questão da habitação social e infraestrutura urbana o subsídio fica a cargo do trabalhador que tem no FGTS importante patrimônio?

Diante do acima, de forma a garantir maior equilíbrio nas decisões tomadas pelo órgão decisório máximo do Fundo, o Conselho Curador, propõe-se retirar o caráter "governista" do CCFGTS.

É importante lembrar que muitas das decisões tomadas vão contra o interesse do trabalhador, que é o verdadeiro dono do FGTS. Daí propormos mudança na governança do Fundo, com a tomada de decisões sendo igualmente partilhada por trabalhadores, empregadores e governo, equilibrando o jogo de forças e impedindo que o governo trate o patrimônio do Fundo como se dele fosse.

PARLAMENTAR

MPV 698
00006

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
	Medida Provisória nº 698/2015

autor	Nº do prontuário
Deputado Federal Mendonça Filho (DEM/PE)	

1 Supressiva	2. substitutiva	3.X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.036, de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 1º .....

.....

c) os resultados das aplicações dos recursos do FGTS, observado o disposto nos §§ 7º e 8º do art. 13 desta Lei;

....."(NR)

"Art. 9º .....

.....

§ 6º-A Os descontos de que trata o § 6º:

I – apresentarão valor total limitado, a cada exercício, a até 60% (sessenta por cento) do lucro efetivo do FGTS do exercício anterior; e

II – apenas serão concedidos na hipótese de o patrimônio líquido do FGTS manter-se igual ou superior ao patrimônio líquido observado ao final do exercício de 2015.

§ 6º-B O lucro efetivo do FGTS de que trata o inciso II do § 6º-A é o resultado da soma dos valores absolutos referentes às seguintes parcelas:

I – lucro líquido; e

II – despesas com os descontos de que trata o § 6º.

§ 6º-C As demonstrações financeiras do FGTS referentes ao exercício anterior serão publicadas, anualmente, até o dia 1º de agosto, e discriminarão o lucro efetivo e as parcelas de que trata o § 6º-B.

§ 6º-D Até a publicação das demonstrações financeiras de que trata o § 6º-C, o valor correspondente ao limite de que trata o § 6º-A será provisoriamente estipulado a partir de estimativas do Conselho Curador para o lucro efetivo do FGTS do exercício anterior.

....."(NR)

"Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano, observado o disposto nos §§ 5º a 8º.

.....

§ 5º Os depósitos efetuados a partir de 1º de janeiro de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas apartadas daquelas existentes até 31 de dezembro de 2015.

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2019, os depósitos de que trata o § 5º, incluindo os saldos existentes nas novas contas, serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança de que tratam os incisos I e II do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

§ 7º No período entre 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018, será mensalmente distribuída às novas contas de que trata o § 5º parcela do lucro líquido mensal do FGTS suficiente para que essas contas obtenham correção monetária com base no parâmetro de que trata o inciso I do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com capitalização de juros:

I – de 4% (quatro por cento) ao ano, durante o ano de 2016;

II – de 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, durante o ano de 2017; e

III – de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, durante o ano de 2018.

§ 8º Na hipótese de o lucro líquido mensal do FGTS ser insuficiente para a obtenção da remuneração de que trata o § 7º, será transferida a parcela necessária do patrimônio líquido do FGTS para que essa remuneração seja alcançada.

§ 9º Os saques em contas vinculadas serão debitados:

I - inicialmente, do saldo das novas contas de que trata o § 5º; e

II – em seguida, do saldo das contas existentes até 31 de dezembro de 2015.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PL 4.566/2008, de autoria da Comissão de Legislação Participativa desta Câmara dos Deputados, dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do trabalhador no FGTS. Aprovado na Câmara em agosto de 2015, foi remetido ao Senado Federal com uma série de alterações de forma a melhor proteger esse importante patrimônio do trabalhador brasileiro.

De se registrar que a remuneração atual do FGTS, equivalente à TR + 3% ao ano, cobre apenas metade da inflação observada nos 12 meses até outubro de 2015. Isso implica perda real para o trabalhador, que vê no FGTS, em muitos casos, sua mais relevante poupança.

Diante do acima e de forma a contemplar muitos dos dispositivos aprovados na tramitação do PL 4566/2008, apresentamos essa emenda de forma a dar garantias ao trabalhador no tocante a um patrimônio que é seu e que não pode ser utilizado ao pelos governos de plantão como se fosse alguma espécie de recurso orçamentário.

PARLAMENTAR

MPV 698
00007

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS ADITIVA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

"O art. 2º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas", passa a vigorar, acrescido do seguinte inciso VI e Parágrafo único:

Art. 2º .....

"*VI* – dos recursos destinados pela União à temática Habitação de Interesse Social serão obrigatoriamente aplicados o montante mínimo de **25% (vinte e cinco por cento)** em projetos de edificação de habitações de interesse social que estejam situados em Municípios com menos de 50 mil habitantes".

"***Parágrafo único***. A aplicação dos recursos se fará pela modalidade Oferta Pública, definida na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, salvo nos municípios onde for admitida a execução de empreendimento pela modalidade FAR – Faixa 1".

JUSTIFICATIVA

De acordo com as regras atuais do PMCMV, os municípios brasileiros abaixo de 50 mil habitantes não possuem garantia do Governo Federal de que, independentemente dos requisitos previstos, serão atendidos

A proposta em tela vem garantir a participação mínima de todos os entes da Federação e

MPV 698
00008

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS ADITIVA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

"A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas", passa a vigorar, acrescido do artigo 7º-A com a seguinte redação:

"***Art. 7º-A*** Nas obras realizadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, as medições que forem pagas com atraso superior a 60 dias, deverão ser reajustadas com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC do período."

§ 1º. - No caso de atraso superior a 90 dias, a empresa estará automaticamente autorizada a paralisar os serviços e, para que os mesmos sejam reiniciados, deverá ser novamente pago o valor de mobilização e reconstituído o equilíbrio financeiro do contrato ".

§ 2º - Nos casos em que o ente contratante, em função de atraso de pagamentos superior a 90 dias ou outro motivo relevante, der causa de rompimento do equilíbrio financeiro dos contratos deverá o mesmo reconstituir este equilíbrio através da adequação do saldo devedor dos referidos contratos.

§ 3º - A data a ser considerada para início da contagem dos prazos previstos no caput e parágrafos 1º.e 2º.deste artigo será a do atestado pelo contratante que se dará em no máximo em 10 (dez) dias após a solicitação de medição pela contratada.

§ 4º - Atestada a medição pelo contratante a mesma poderá ser oferecida pela contratada como garantia para as operações de crédito.

§ 5º - Este artigo e seus parágrafos passam a vigorar a partir da data de sua publicação e tem abrangência a todos os contratos do PMCMV futuros e em andamento.

JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário que as empresas ao contratarem os serviços tenham a segurança de que terão as condições de executá-lo nas condições originalmente previstas. A insegurança leva ao estabelecimento de incorporação aos orçamentos de elevados percentuais, estabelecidos como eventuais e mesmo sendo elevados estes percentuais muitas vezes não impedem o desequilíbrio financeiro dos contratos

Sala das Sessões, em de de 2015-10-29

Deputado CARLOS MARUN
PMDB MS

MPV 698
00009

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS ADITIVA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

"A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas", passa a vigorar acrescida do seguinte art.72-B:

*"**Art. 72-B** Fica autorizado aos AGENTES FINANCEIROS PÚBLICOS E PRIVADOS conceder a posse provisória dos imóveis residenciais urbanos e rurais do PMCMV, após a construtora emitir o termo de conclusão da obra de edificação da unidade habitacional, quando caracterizadas uma ou mais das seguintes situações:*

I – o ente público deixar de fornecer, em prazo razoável e sem motivo aparente, informações ou certidões necessárias para a transferência, o registro ou a concessão de subsídio ao beneficiário;

II – houver ausência da implantação de elementos da infraestrutura básica prevista no § 6° do art. 2º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, quando finalizadas as obras de edificação das unidades habitacionais, se estiverem garantidas condições de habitabilidade e esses elementos não forem de responsabilidade da construtora;

III – os atos registrais relativos ao PMCMV ultrapassarem em 5 (cinco) dias úteis ou mais o prazo previsto no art. 44-A desta Lei, desde que não tenham sido apresentadas exigências a serem cumpridas pelo beneficiário.

§ 1º Superadas as situações previstas nos incisos I, II e III, o beneficiário terá o prazo de 30 (trinta) dias para assinar o contrato definitivo com o Agente Financeiro responsável.

§ 2º No caso de não cumprimento do prazo previsto no § 1º deste artigo, o Poder Público estadual, por meio da secretaria de habitação ou órgão equivalente, poderá, a qualquer tempo, emitir o termo de legitimação de posse, desde que presentes condições de habitabilidade nas moradias.

§ 3° No caso do não cumprimento do prazo previsto no § 1º o agente financeiro deverá promover imediatamente a retomada do imóvel.

§ 4º No período da posse provisória prevista neste artigo, enquanto não concretizada a posse definitiva na forma da lei:

I – não será permitida melhoria, reforma, ampliação, adaptação ou qualquer modificação na unidade habitacional;

CONGRESSO NACIONAL

II – se realizadas benfeitorias ou reparos na unidade habitacional, elas não serão reembolsadas ao beneficiário no caso de frustração do negócio;

III – se constatada depreciação na unidade habitacional, o beneficiário poderá ser responsabilizado nas esferas cível e penal."

JUSTIFICATIVA

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) contratou, desde 2009, mais de R$3,5 milhões de unidades habitacionais nas suas duas primeiras fases. O programa já se consagrou como a principal iniciativa do governo federal no campo da política habitacional da história. A experiência prática com a implantação do programa, contudo, demonstram que se fazem necessários alguns aperfeiçoamentos em suas regras gerais. A emenda aqui apresentada traz proposta nessa linha.

Ainda, considerando a crescente produção de unidades habitacionais por todo o País, e devido à alta complexidade dos documentos exigidos para a transferência definitiva das unidades habitacionais aos beneficiários, prevê-se a possibilidade de o Poder Público assegurar a posse provisória do imóvel. Atualmente, muitas vezes ocorrem problemas sérios entre a finalização das obras das edificações e o recebimento pelos beneficiários. Concluídas as moradias, elas ficam sujeitas a invasões e depredações. Isso ocorre à revelia do construtor, pois, em geral, sua responsabilidade se concentra em zelar pelas construções durante o prazo de execução das obras e se encerra com a entrega das unidades produzidas ao agente financeiro.

Sala das Sessões, em de de 2015-10-29

Deputado CARLOS MARUN
PMDB MS

MPV 698
00010

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS ADITIVA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 678, de 23 de junho de 2014:

Art. XX – O FAR, através dos Agentes Financeiros CAIXA e BB, deverá proceder, mensalmente, nas datas previstas em contrato, as medições dos serviços realizados, emitindo o Relatório de Acompanhamento de Empreendimento – RAE, caracterizando o aceite para emissão, pela empresa CONSTRUTORA contratada, da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços que em seu corpo deve conter, obrigatoriamente:

a) Nome e Local do Empreendimento
b) Período compreendido da execução dos serviços
c) Valor em moeda corrente
d) Data de vencimento para pagamento

Parágrafo Único – O Relatório de Acompanhamento do Empreendimento deverá ser divulgado por meio eletrônico e de domínio público.

Justificativa

O proposito dessa alteração legislativa é trazer previsibilidade aos pagamentos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, em virtude das consequências nefastas que os atrasos trazem as empresas que hoje se aventuram nesse mercado.

Sala das Sessões, ___ de junho de 2015

Sala das Sessões, em de de 2015-10-29

Deputado CARLOS MARUN
PMDB MS

MPV 698
00011 ETIQUETA

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698, DE 2015**
23/10/2015 Edição Extra	

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Deputado Subtenente Gonzaga – PDT-MG	

TIPO
1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 ( ) MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	1º			

Acrescenta-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015, a seguinte inserção:

"Art.1º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.....

.....

III – Programa Nacional de Habitação dos Profissionais de Segurança Pública- PNHPSP.

.....

§ 2º. Exclusivamente nas operações previstas no inciso III do *caput* deste artigo, será admitido o atendimento de interessados que tenha renda superior à prevista no *caput.*, na forma do regulamento." (NR)

JUSTIFICATIVA

Há muito que os profissionais integrantes das forças integrantes da área da segurança pública, em especial, os policias militares e dos corpos de bombeiros militares clamam por um programa habitacional específico, no âmbito do programa "Minha Casa Minha Vida", que possa atender milhares de famílias que veem seus arrimos colocarem a sua vida em risco em prol da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, sem terem um

lugar, que possam chamar de seu, para morar.

E mais. A grande maioria desses profissionais, por falta de um programa habitacional próprio que os ampare, é obrigada a alugar imóveis em periferias, que, infelizmente, são ocupadas, também, por aqueles que, por dever de ofício, têm que combater. Esta é uma das razões que fazem os policiais terem que esconder seus uniformes ao saírem e retornarem de seus lares, pois se não o fizerem, podem colocar em risco seus filhos, mulheres e pais de possíveis represálias.

Tendo em vista a pertinência dos temas (emenda e MP) uma vez que a Medida Provisória nº 698/15, que ora se propõe emendar, foi justamente editada para aperfeiçoar a legislação do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV, pois determina que o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR possa prestar garantia à instituição financeira em favor do beneficiário nos casos de operações de financiamento habitacional, o que mostra a preocupação do governo em garantir a moradia daqueles que precisam, **nada mais justo a criação de um programa específico para os profissionais de segurança pública, no âmbito da Minha Casa minha Vida.**

Assim, propomos a instituição do Programa Nacional de Habitação dos Profissionais de Segurança Pública- PNHPSP, via emenda, que, alem de não criar nenhuma despesa para o Governo Federal, o seu detalhamento (forma de execução) ficará a cargo dos Ministérios envolvidos, ou seja, Justiça e Trabalho, via decreto regulamentar.

ASSINATURA

Brasília, de 2015.

MPV 698
00012

Apresentação de Emendas

DATA	PROPOSIÇÃO
/10/2015	**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698/2015**

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Deputado HILDO ROCHA	

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (**X**) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

Acrescente-se na Medida Provisória nº 698/2015, onde couber, o seguinte artigo:

Art. ---. As obras realizadas por consórcios, ou por duas ou mais empresas, devem possuir cronograma de desembolso e pagamentos equivalentes às responsabilidades assumidas por cada parte.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda aditiva aqui apresentada tem o condão de garantir a plena execução das obras realizadas por consórcios, ou por duas ou mais empresas, no escopo do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), regido pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

A medida garante o equilíbrio entre as responsabilidades assumidas no projeto e a respectiva contrapartida, o que é essencial para garantir o cumprimento de prazos. Também contribui significativamente com o controle e fiscalização dos contratos, considerando a possibilidade de se identificar claramente as responsabilidades compartilhadas.

Evita-se, com isso, eventual centralização de recursos com o líder do consórcio que possa de alguma forma comprometer a atuação tempestiva das demais empresas.

Nestes termos, peço apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda à Medida Provisória nº 698/2015.

HILDO ROCHA
Deputado

2015_23297

MPV 698
00013

Apresentação de Emendas

DATA	PROPOSIÇÃO
/10/2015	**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698/2015**

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Deputado HILDO ROCHA	

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (**X**) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

Acrescente-se na Medida Provisória nº 698/2015, onde couber, o seguinte artigo:

Art. ---. A Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

> *"Art. 4º-A. Dos recursos destinados pela União ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, o montante mínimo de 25% será obrigatoriamente aplicado em projetos de edificações de habitações de interesse social que estejam situados em municípios com menos de 50.000 habitantes." (NR)*

JUSTIFICAÇÃO

A emenda aditiva aqui proposta busca favorecer a população mais carente dos municípios de menor porte, onde os índices de emprego e renda são, em regra, desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das capacidades locais.

A proposta está plenamente alinhada aos fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana, bem como ao objetivo de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nestes termos, peço apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda à Medida Provisória nº 698/2015.

HILDO ROCHA
Deputado

MPV 698
00014

S E N A D O F E D E R A L
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 698, de 2015)

Suprimam-se os §§ 14 e 15 do art. 6-A, constante do art. 1º da Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 1° da Medida Provisória (MPV) n° 698, de 23 de outubro de 2015, autoriza a concessão de garantia pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) à instituição financeira em favor do beneficiário de financiamento habitacional com desconto concedido pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), construídos com recursos do FAR.

Adicionalmente, propõe autorização de repasse antecipado de recursos do FGTS ao FAR, com previsão de devolução dos recursos remunerados à taxa Selic, caso não utilizados.

O adiantamento de recursos ao FAR implica, portanto, um potencial ônus para o setor público, pois, na verdade, constitui uma forma de empréstimo mascarado ao Governo Federal, cujo custo não foi estimado e que torna difícil sua aprovação.

Portanto, da forma como está estruturado, o FGTS está operando uma linha de crédito ao Tesouro Nacional de forma disfarçada. Com isso, propomos suprimir os § 14 e § 15.

O histórico de contabilidade criativa e "pedaladas" fiscais torna recomendável que sejamos bastante cautelosos na concessão de autorizações como a ora pleiteada.

Conto com o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão,

Senador Ronaldo Caiado

MPV 698
00015

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	
29/10/2015	**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 698, de 2015**

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
DEP. JULIO LOPES– PP- RJ	

TIPO

1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 ( ) MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	1º			

Art. 1º O art. 3º da Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 3º.....

.....

§ 7º Os requisitos dispostos no "caput" deste artigo, bem como aqueles definidos em regulamentos do Poder Executivo, relativos à situação econômica ou financeira dos beneficiá rios do PMCMV deverão ter sua veracidade verificada por meio do cruzamento de dados fiscais, bancários e cartoriais, assegurado o sigilo das informações

§ 8º O agente financeiro responsável pelo financiamento responderá pelo cumprimento do disposto no § 7º deste artigo." (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

É inegável a importância do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) para o País, na medida em que contribui para a redução do déficit habitacional e para o aquecimento da economia, por meio do estímulo do crédito e da indústria da construção civil.

Os resultados já acumulados pelo programa ratificam essa assertiva. Dados da Caixa Econômica Federal (CEF)[1] mostram que, desde 2009, o PMCMV já alcançou 95% das cidades do Brasil por meio de mais de nove milhões de pessoas beneficiadas. Ademais, o programa já entregou mais de dois milhões de casas, originou mais de 1,2 milhão de empregos e tem respondido por 6% do emprego na construção civil. A renda gerada para os trabalhadores, somente em 2014, foi superior a R$ 64 milhões.

Em que pese os expressivos números mencionados, é possível que eles não estejam refletindo, em sua totalidade, resultados concretos e positivos para a população necessitada. Isso porque, existem indícios de irregularidades na seleção de beneficiários do PMCMV.

Mais especificamente, os indícios apontam que estão sendo contempladas pelo PMCMV pessoas que não se enquadram nos requisitos de elegibilidade. Podem estar sendo beneficiadas, por exemplo, pessoas que já são proprietárias de imóveis e que apresentam renda familiar acima do teto permitido.

Essas são as constatações que têm sido veiculadas pela mídia[2] e ratificadas em trabalhos da Controladoria geral da União (CGU)[3] e do Tribunal de Contas da União[4].

O TCU, em 2010, realizou auditoria na Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCidades) e na Caixa Econômica Federal (CEF), com o objetivo de verificar a conformidade na aplicação dos recursos financeiros PMCMV, em especial quanto à compatibilidade da renda de cada beneficiário com a modalidade de financiamento contratada, bem como a aplicação de critérios e procedimentos para a seleção dos beneficiários.

Naquela oportunidade, foi constatados indícios de enquadramento indevido de pessoas físicas como beneficiárias do programa. Consoante o TCU, do total de 296.404 contratos celebrados até a data da auditoria, 57.196, aproximadamente 19,3% dos contratos, foram celebrados com pessoas cuja renda não pôde ser confrontada com outras bases de dados disponíveis, ou seja, verificou-se omissão da renda pelos signatários.

Dos 239.208 contratos restantes, constatou-se que 55.923 (23,38%) apresentavam, por outras fontes de informação, a renda dos signatários dos contratos

[1] http://maiscasamaisvida.com.br/?utm_source=sitecaixa&utm_medium=propria&utm_campaign=site&utm_content=home_social

[2] http://www.varzeagrande.mt.gov.br/portal/conteudo/14420
http://pontalemfoco.com.br/mg-lidera-acoes-por-irregularidades-no-minha-casa-minha-vida/
http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/fraude-no-minha-casa-minha-vida-empresarios-pagam-por-imoveis-147519.html

[3] http://www.cbic.org.br/sala-de-imprensa/noticia/cgu-aponta-fraude-no-minha-casa-minha-vida

[4] Acórdão 2.988/2011-TCU-Plenário

superior à registrada no Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária (Siaci).

O TCU identificou ainda que inexistiam rotinas ou procedimentos no Ministério das Cidades e na Caixa Econômica federal (CEF) para verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade e priorização de acesso ao PMCMV.

A CGU, em 2014, por meio de auditoria, também encontrou evidências de fraude na escolha de beneficiários do PMCMV que podem ter causado prejuízos de até R$ 54,4 milhões. As fraudes, que possibilitam o favorecimento de pessoas com renda e patrimônio acima do teto permitido, ocorreram, segundo a CGU, em diversos estados brasileiros, com maior incidência em São Paulo e Bahia.[5]

A recorrência da constatação dessas fraudes revela que regras mais rígidas necessitam ser elaboradas para trazer mais segurança e efetividade ao PMCMV.

Com isso em vista, proponho o estabelecimento de procedimento obrigatório, por ocasião da seleção e qualificação dos beneficiários do PMCMV. Mais especificamente, os dados relativos à situação econômica e financeira do beneficiário deverão ter sua veracidade verificada por meio do cruzamento de dados fiscais, bancários e cartoriais, assegurado o sigilo das informações.

O procedimento, além de incorporar segurança e efetividade ao PMCMV, tende a aproximar órgãos e entidades envolvidas na execução do programa, na medida em que convênios e parcerias deverão ser realizados para viabilizar a troca e cruzamento das informações.

Certo da importância desta proposição para a efetividade do PMCMV, conclamo os nobres Pares para sua aprovação.

ASSINATURA

Brasília, 03 de fevereiro de 2014.

[5] http://www.diariodopoder.com.br/noticia.php?i=19787659530

MPV 698
00016

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 698, de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015, o seguinte artigo:

"**Art. xx** O inciso III do artigo 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou qualquer desastre natural do gênero; " (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015 traz alterações na Lei que regula o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, bem como a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Parece-nos boa oportunidade para aperfeiçoar as regras que dizem respeito ao atendimento preferencial do programa. Na atual redação do art. 3º, III, da referida lei, a prioridade é dada às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.

Com a presente emenda, fica determinado que também receberão atendimento preferencial no Programa Minha Casa, Minha Vida, aqueles que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou qualquer desastre natural do gênero.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

As carências do país no que diz respeito ao atendimento às vítimas de desastres naturais são bastante notórias. Todos os anos, no período das chuvas, brasileiros são afetados por verdadeiras tragédias, como a que se abateu no Rio Grande do Sul nos últimos dias. Além das perdas de vidas humanas, infelizmente tão comuns, milhares se veem também, sem suas casas, arrasadas por chuvas ou condenadas pela defesa civil e, portanto, impróprias para habitação.

Como se não bastasse, parte considerável dos atingidos está nos extratos sociais mais pobres, que dificilmente têm instrumentos de proteção, como seguros, ou a possibilidade de ter acesso rápido a uma nova residência. Com frequência, se veem na contingência de ficar em abrigos, casas de parentes ou, então, acabam em moradias ainda mais precárias.

Nossa emenda, pois, visa a garantir que muitos brasileiros – trabalhadores, de baixa renda, que mais necessitam do apoio do Poder Público – venham a receber atendimento prioritário no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Assim, contamos com o apoio de nossos colegas Senadores, para que apoiem a aprovação da presenta emenda à Medida Provisória 689, de 2015.

Sala da Comissão,

Senador **Lasier Martins**
(PDT-RS)

MPV 698
00017

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 698, de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015, os seguintes artigos:

"**Art. xx** O inciso I do art. 20 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.....

I - garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, inclusive a redução comprovadamente decorrente dos efeitos de calamidade pública, para famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos;

.....(NR)"

"**Art. xx** A Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

"Art. 9º-A O pagamento do arrendamento será temporariamente suspenso caso o arrendatário comprove a redução da sua capacidade de pagamento decorrente dos efeitos de calamidade pública. "

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015 traz alterações na lei que regula o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, bem como a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Parece-nos boa oportunidade para aprimorar as regras que dizem respeito ao programa, bem como ao próprio tema da moradia popular.

A presente emenda visa a apresentar dois aperfeiçoamentos. Ambos dizem respeito a tornar possível que os beneficiários do programa possam ter condições mais favoráveis caso se vejam diante de dificuldades para efetuar o pagamento de suas prestações.

Em primeiro lugar, amplia-se o uso do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab, para assegurar o pagamento aos agentes financeiros nos casos em que o mutuário final tenha renda de até 10 salários-mínimos e temporariamente deixe de ter condições de arcar com o pagamento das prestações de sua moradia.

Aumenta o teto, de R$ 4.650,00 para 10 (dez salários mínimos) e passa a se aplicar, além das hipóteses já existentes – desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento – também aos casos em que o mutuário se vê diante de dificuldades financeiras em caso de calamidade pública.

Em segundo lugar, ainda em termos de moradia popular, altera-se o Programa de Arrendamento Residencial para que também haja suspensão temporária de pagamento de prestação, caso o arrendatário comprove a redução da sua capacidade de pagamento em razão dos efeitos de calamidade pública.

As duas linhas de ações ora apresentadas têm o mesmo objetivo: oferecer um alívio financeiro temporário a todos os que se veem diante de calamidades públicas. Infelizmente, essa não é uma situação excepcional haja vista que nosso país deixa muito a desejar em termos de atuação mais

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

eficiente da defesa civil. Muitos brasileiros, especialmente os mais pobres, moram em áreas de risco e, mesmo quando beneficiários de programas públicos, podem ser afetados por chuvas, alagamentos e inundações que destroem inúmeros lares.

Assim, contamos com o apoio dos parlamentares a aprovação da presenta emenda à Medida Provisória 698, de 2015.

Sala da Comissão,

Senador **Lasier Martins**
(PDT-RS)

MPV 698
00018

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda nº 2015 - CM
Medida Provisória nº 698/2015

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 698, de 2015:

"Art. Fica o Tesouro Nacional autorizado a conceder subvenção econômica na modalidade de equalização da taxa de juros nos Programas de Habitação Popular.

§ 1º A subvenção a que se refere o *caput* será concedida aos investidores para a cobertura financeira da diferença entre o valor contratado pelo mutuário e a taxa estipulada na contratação dos recursos necessários à execução do Programa de Habitação Popular.

§ 2º O pagamento da subvenção econômica será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações consignadas no Orçamento Geral da União em cada exercício financeiro.

§ 3º Cabe ao Poder Executivo fixar os limites das operações, o período de vigência e as demais condições operacionais e financeiras para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda favorece ao investidor que contará com a equalização das taxas de juros nas parcerias com o governo para a construção de casas populares, sem que seja necessário alocar imediatamente os recursos.

Além disto, a medida favorece os segmentos mais pobres no acesso às moradias em nossas cidades.

Por essas razões, ciente da relevância da proposta, conto com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2015.

ALFREDO KAEFER
Deputado Federal
PSDB/PR

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
PMDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19
PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

PMDB - 18

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Ricardo Ferraço. . . . . ES
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Sandra Braga. . . . . AM
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15
PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10
PP-6 / PSD-4

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Hélio José. . . . . PSD / DF
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	19
PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sandra Braga* (PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10
Líder **Humberto Costa - PT** (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42) ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** (22,25) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (10,36) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)	**Líder** **Alvaro Dias - PSDB** (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (14) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (3) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)	**Líder** **Lídice da Mata - PSB** (12,27) Vice-Líderes José Medeiros (13,16,28) Vanessa Grazziotin (21,24) ..... **Líder do PSB - 7** **João Capiberibe** (1,17) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (13,16,28) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,24) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (26,29)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**	**PMDB - 18**
..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (11,15,44,53) **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (18) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)	**Líder** **Fernando Collor - PTB** (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (7,8) **Líder do PR - 4** **Blairo Maggi** (6) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (5) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,4)	
Governo **Líder** **Delcídio do Amaral - PT** (48) Vice-Líderes Hélio José (51) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (50) Telmário Mota (9,34,41,52)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

6) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015
Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. Senadora Angela Portela (PT-RR) (5)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (9)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (10)

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

******. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 10

PRESIDENTE: Caio César Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Caio César Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Alexandre Sidnei Guimarães
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC Nº 168, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

MEMBROS

13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Ricardo Vital de Almeida
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.
1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo, no prazo de 90 dias. (Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015
Instalação: 27/05/2015
Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.
****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 33033511
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)

Leitura: 28/04/2015
Designação: 13/05/2015
Instalação: 19/05/2015
Prazo final: 16/09/2015
Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4,6)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

******. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).
6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão(Of. 192/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (6)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
******. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).
6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 21/09/2015
Prazo final prorrogado: 30/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033511/10
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).

10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 03/11/2015
Prazo final prorrogado: 14/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador José Medeiros (PPS-MT) (3)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (6)

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

******. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*******. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. VAGO (2,18)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PSD-DF) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
Fax: 3303 3652
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (9)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (25)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) (1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (7)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (6)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PSD-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PSD-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PSD-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PSD-DF) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PSD-DF) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (11)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 11h:30 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/10/2015

Notas:
*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.
1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Airton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	VAGO
II. Saúde	VAGO
III. Educação e Cultura	VAGO
IV. Integração Nacional	VAGO
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	VAGO
VI. Desenvolvimento Urbano	VAGO
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	VAGO
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	VAGO
XII. Fazenda e Planejamento	VAGO
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	VAGO
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	VAGO
XV. Defesa e Justiça	VAGO

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - S/PARTIDO/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO (2)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211